



PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

AREsp 458972/RS (2014/0001883-5)

Volume : 1/1 Autuado em 13/01/2014
Assunto : DIREITO TRIBUTÁRIO - Dívida Ativa
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE CANOAS
ADVOGADO : MISAEL ALBERTO COSSIO ORIHUELA E OUTRO(S)
AGRAVADO : PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E
PRODUÇÃO S/A
ADVOGADO : MAGALI SAVOLDI E OUTRO(S)
Distribuição automática em 20/01/2014
RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA
Ministros impedidos:
1104 ARI PARGENDLER
1139 OG FERNANDES

REFAP
Alberto Pasqualini - Refap S/A

008/1.09.0024991-7 Sorteio
Livro:329 Folha:78
Processo de Conhecimento
Anulatória
Série:10 Distribuido em:04/01/2010
5ª Vara Cível da Comarca de Canoas
Juizado/Judicancia: 1/2

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Cível de Canoas (RS)

URGENTE - PEDIDO DE LIMINAR

ALBERTO PASQUALINI - REFAP S/A, sociedade anônima inscrita no CNPJ sob o nº 04.207.640/0001-28, com sede na Av. Getúlio Vargas, 11.001, CEP 92.412-222, por seus procuradores, estabelecida profissionalmente no endereço acima, vem, respeitosamente, ajuizar a presente

AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL

COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

Contra **Município de Canoas (RS)**, pelas razões de fato e direito a seguir expostas:

Alberto Pasqualini - REFAP S.A.
Av. Getúlio Vargas, 11.001 - Tels.: (51) 3415-2031
CEP: 92420-221 Canoas - RS - Brasil
CNPJ: 04.207.640/0001-28 - IE: 024/0311698

PRELIMINARMENTE**DO GRAVE PREJUÍZO DE DIFÍCIL REPARAÇÃO**

A lei Complementar nº 104/2001, que acresceu o inciso V ao Art. 151 do CTN, reconheceu textualmente a possibilidade de concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública como um dos mecanismos hábeis para suspender a exigibilidade do crédito tributário.

"Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;"

A tutela antecipada fundamenta-se na necessidade de evitar que, em decorrência da demora na prestação jurisdicional, qualquer das partes venha, no decorrer do processo, a sofrer danos ou perdas irreparáveis ou de difícil reparação.

A possibilidade de perdas irreparáveis não se verifica somente em processos entre particulares, verifica - se também em processos nos quais é parte o Poder Público. Por conseguinte, é de extrema justiça garantir aos que postulam em juízo contra o Poder Público, a aplicabilidade do instituto da tutela antecipada, de modo que possam ser resguardados quanto à possibilidade de vir a sofrer lesões irreparáveis ou de difícil reparação.

Enquanto perdurar a discussão judicial sobre a legalidade ou não da cobrança, **NÃO PODE ESTA COMPANHIA SER PENALIZADA COM O IMPEDIMENTO DA CONTINUIDADE DO NEGÓCIO PELA INSCRIÇÃO DE TAL**

REFAP

Alberto Pasqualini - Refap S/A

DEBITO EM DÍVIDA ATIVA E, CONSEQUENTEMENTE, COM A NEGATIVA DE EXPEDIÇÃO DA CND.

Não se discute, aqui, do interesse e legitimidade do Município em buscar defender a legalidade do auto de infração. O que não se pode aceitar é que pretenda o Réu privar a Autora de algo que lhe é essencial, até o final julgamento da Ação Ordinária de origem, que é o direito de ter acesso a contratos de importação, exportação e financiamentos, que garantem sua permanência no mercado. Atividade essa, aliás, que é responsável, sozinha, por grande parte da arrecadação municipal e que agora, contraditoriamente, o Município quer fazer cessar. Ou pior, pretende com esse tipo de expediente, forçar a refinaria a pagar tributo que entende indevido.

Essa pretensão, se por um lado em nada beneficia o Réu, de outro lado impõe prejuízos insuportáveis, desproporcionais e desarrazoados à Autora.

A provisoriedade da liminar em antecipação de tutela é admitida nos casos em que ocorre a verossimilhança da alegação, bem como a prova inequívoca do fato e, nos termos do inciso I do artigo 273, CPC, haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

A REFAP, por exemplo, utiliza sempre que necessário, como o fez há poucos dias atrás, financiamentos junto ao BNDES, que exige sempre certidões negativas em todas as esferas, inclusive Municipal, COMO COMPROVA DOCUMENTO ANEXO.

COM UMA CERTIDÃO POSITIVA, COMO É O PRESENTE CASO RELATIVAMENTE AO MUNICÍPIO DE CANOAS, ENCONTRA-SE ESTA COMPANHIA IMPEDIDA não só DE CONTRAIR EMPRÉSTIMOS, QUE SÃO FUNDAMENTAIS AO GIRO DO

Alberto Pasqualini - REFAP S.A.

Av. Getúlio Vargas, 11.001 - Tels.: (51) 3415-2031

CEP: 92420-221 Canoas - RS - Brasil

CNPJ: 04.207.640/0001-28 - IE: 024/0311698



Alberto Pasqualini - Refap S/A

NEGÓCIO E ATÉ MESMO A OUTROS INVESTIMENTOS, SOB PENA DE PARALISAÇÃO DE SUAS ATIVIDADES POR FALTA DE CAPITAL DE GIRO, mas também de operar, pelo risco de ter sua licença cassada pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, como demonstra o documento anexo, Portaria ANP 28/99 item B2 do Anexo. Sequer os investimentos de ampliação da refinaria poderão ter seguimento sem a licença da ANP, o que requer regularidade fiscal inclusive perante a Fazenda Municipal.

E POR ÓBVIO QUE AQUI NÃO SE ESTÁ A TRATAR DE INADIMPLEMENTO FISCAL, MAS SIM DE DISCUSSÃO DE TESE JURÍDICA SOBRE A INCIDÊNCIA OU NÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAL.

Além disso, as empresas estatais somente podem negociar com outra empresa - estatal ou não -, que esteja de posse de Certidões Negativas de Débito, HAVENDO IMPEDIMENTO LEGAL DE FECHAR QUALQUER TIPO DE CONTRATO ANTE A EXISTÊNCIA DE UMA POSITIVAÇÃO.

Este é o caso, por exemplo, da BR Distribuidora, a maior cliente da REFAP, que deixará de adquirir combustível desta refinaria, com o conseqüente perigo de desabastecimento do Estado, sem falar na repercussão negativa de recolhimento dos tributos estaduais incidentes sobre esse tipo de operação.

E ESSE SERÁ O RESULTADO, ACASO NÃO HAJA A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO E A VEDAÇÃO DA INSCRIÇÃO DA REFAP EM DÍVIDA ATIVA.

Daí porque a liminar requerida é fundamental sob pena de prejuízos irreparáveis aos negócios da Companhia e ao seu bom nome, COM POSSÍVEL REPERCUSSÃO PARA O ABASTECIMENTO DO ESTADO.

A cobrança é indevida e foi emitida contrariando a Normativa cabível ao caso em tela, sendo inconstitucional e contrária à

Alberto Pasqualini - REFAP S.A.

Av. Getúlio Vargas, 11.001 - Tels.: (51) 3415-2031

CEP: 92420-221 Canoas - RS - Brasil

CNPJ: 04.207.640/0001-28 - IE: 024/0311698

REFAP

Alberto Pasqualini - Refap S/A

reiterada jurisprudência da Corte Suprema, afrontando os artigos 5º, II, art. 30, III, art. 156, III todos da Constituição Federal, o que desde já se prequestiona.

Assim, ante o acima expendido, e presentes os requisitos pertinentes à antecipação de tutela, é imperativo que seja suspenso o crédito tributário em litígio, bem como que o Réu seja impedido de inscrever o nome da Autora em dívida ativa municipal e em qualquer outro banco de dados de inadimplentes (SERASA, CADIN, SPC, etc.), sob pena de dano irreparável - in re ipsa -, ao bom nome da autora, e aos seus negócios de refino de petróleo.

O TJRS, julgando caso semelhante, assim decidiu, em 20/07/2009 (grifamos):

DIREITO TRIBUTÁRIO. ISSQN. NOTÁRIO E REGISTRADOR. BASE DE CÁLCULO. DL Nº 406/68. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. VEROSSIMILHANÇA.

Convergindo o pedido com a jurisprudência da Câmara, reconhece-se a verossimilhança exigida no art. 273 do CPC, bem assim a relevância do art. 558 do mesmo Estatuto. **O risco de dano exsurge das consequências advindas da possibilidade de uma execução fiscal, indeferimento de expedição de CNDs, penhora de bens, além da dificuldade que o processo de repetição de eventual indébito acarreta, concreta e importante para quem é compelido a promovê-lo.**

AGRAVO PROVIDO.

(TJRS, 22ª CC, AI 70031164338, REL. DES.ª REJANE MARIA DIAS DE CASTRO BINS)

E o voto condutor assim leciona:

No tocante ao risco de dano, a liminar não gera situação irreversível para o Município, que sempre poderá realizar a cobrança, se considerada válida ao final do processo, relevando que o recorrente pretende fazer depósito dos valores. Já o processo de repetição de eventual indébito acarreta dificuldade concreta e importante para quem é compelido a promovê-lo. **Acrescem**

Alberto Pasqualini – REFAP S.A.

Av. Getúlio Vargas, 11.001 - Tels.: (51) 3415-2031

CEP: 92420-221 Canoas - RS - Brasil

CNPJ: 04.207.640/0001-28 - IE: 024/0311698

REFAP

Alberto Pasqualini - Refap S/A

as consequências advindas da possibilidade de uma execução fiscal, indeferimento de expedição de CNDs, penhora de bens, etc. Nesse diapasão, colaciono posição do Eg. Superior Tribunal de Justiça:

O periculum in mora consiste na simples sujeição do contribuinte à possibilidade da execução fiscal ou ao complexo e demorado processo da repetição de indébito, que, no mais das vezes, levam até uma década para se encerrarem, com os conhecidos inconvenientes da sistemática dos precatórios (REsp. nº. 19.679-0/SP, julgado em 18.05.92, sem divergência).

(...)

PELO EXPOSTO, na esteira da jurisprudência da Câmara, dou provimento ao agravo, suspendendo a cobrança do ISSQN ao agravante na forma da Lei Municipal nº 3.467/2008, admitindo o depósito dos valores pretendidos, sob controle do juízo de primeiro grau.

Assim, forte no art. 273 do CPC, imperativo se faz a concessão da liminar, inaudita altera pars, para suspender a exigibilidade do crédito tributário em questão, bem como impedir a inscrição da autora em Dívida Ativa ou qualquer outro Banco ou Cadastro de Inadimplentes, até sentença final, sob pena de cominação de multa diária.

DESDE JÁ A REFAP REQUER AUTORIZAÇÃO PARA QUE A SECRETARIA DA VARA EMITA GUIA PARA DEPÓSITO EM JUÍZO NO VALOR DA CAUSA, DE R\$ 11.702,87 como garantia do juízo.

Caso seja o entendimento de Vossa Excelência, caso de medida cautelar, requer-se desde já a aplicação do § 7º do art. 273, CPC.



DOS FATOS

O Município autuou a REFAP S/A porque supostamente teria deixado de recolher ISS como substituta tributária, sobre BM - Boletim de Medição - referente à Skanska Brasil Ltda., o que, no entendimento da autoridade fiscal, constituiria infração ao artigo 3º da lei municipal 4584/2001.

Apresentada Impugnação, foi mantido o Auto de Infração. Interposto recurso, o Conselho de Contribuintes negou provimento ao mesmo sob o fundamento de que a REFAP não produziu prova suficiente à embasar suas alegações.

O auto de infração trata do "BM nº 077921-000000886202703500".

Inicialmente, explica-se o que é "BM": a sigla refere-se a "Boletim de Medição" que é o documento que apura o andamento da execução do contrato. O BM constata quanto do contrato foi realizado, e indica o valor a ser pago referente ao mês objeto da medição. Tal procedimento está explicado no item 6.2 do contrato firmado entre a REFAP S.A. e a Skanska.

Como visto, com base no Boletim de Medição, são emitidos pela empresa os documentos de cobrança e, então, é feito o pagamento. Portanto, o Boletim de Medição não é documento próprio de cobrança, não é nota fiscal.

Ora, o Fisco Municipal autuou a REFAP com base em documento interno que não indica, obrigatoriamente, que houve o pagamento, apenas a medição, pois o documento de cobrança é emitido após o BM. E mais, a REFAP não localizou em seu sistema nenhum BM com o valor indicado no Auto de infração objeto da presente ação.



Alberto Pasqualini - Refap S/A

O auto infringe os seguintes dispositivos da Constituição Federal: art. 5º, II - princípio da legalidade, e art. 156, III.

"Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

(...)"

Ora, no presente auto de infração, não há nenhuma indicação de qual teria sido o serviço prestado que estaria consubstanciado no fato gerador do ISS. E mais, há sequer nota fiscal, portanto, não há prova de que o valor indicado no boletim de medição citado no auto de infração foi efetivamente pago pela REFAP à Skanska.

No documento "Razão Analítico de Fornecedores" entregue aos fiscais da Prefeitura existem 03 lançamentos como o nº BM 077921, sendo o 1º lançamento relativo a medições de serviços efetuados no mês lançado a crédito do fornecedor, o 2º lançamento referente a ajustes de medição (serviços lançados a maior em BM anterior ou medido a maior no próprio mês) efetuados no mês lançado a débito do Fornecedor e o 3º Lançamento referente ao valor pago ao fornecedor relativo a este BM, conforme apresentamos abaixo;



Alberto Pasqualini - Refap S/A

MOLO	LCTO	LCTO	CONT	RECO	LCTO		LCTO	LCTO
CD	DT	NR	CD	CD	TX		VL	DT
SISID	EFETIVA	SEQ	CONTA	CONTA	DESC		D/C OFICIAL	MEMO
SCP	01.10.2003		8	2101001	2154943000102	BM077921 000000886202703500	2 SKANSKA BRASIL LTDA	C (1.134.560,14) 25.09.20
SCP	01.10.2003		8	2101001	2154943000102	BM077921 000000886202703500	2 SKANSKA BRASIL LTDA	D 141.075,53 25.09.20
SCP	30.10.2003		212	2101001	2154943000102	BM077921 08054098	SKANSKA BRASIL LTDA	D 993.484,61 30.10.20

Como se pode notar, a diferença existente entre o primeiro e o segundo lançamento resulta exatamente o valor de R\$ 993.484,61, sendo este o valor desembolsado neste Boletim de Medição, devidamente coberta pela nota fiscal de nº 98 da empresa Skanska do Brasil.

Pode-se notar também nos dados acima, que o 1º e 2º registro possuem data de lançamento de 01/10/2003 e o 3º lançamento refere-se a data de pagamento do BM com os devidos ajustes.

Com a demonstração acima se explica o motivo do valor constar no Razão analítico de Fornecedores e, portanto, **NÃO SE TRATAR DE FATURAMENTO, MAS SIM DE SIMPLES AJUSTE CONTÁBIL RELATIVO A MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS NO MÊS.**

Desta forma não há que se falar em faturamento, nem em emissão de documento fiscal, uma vez que os valores não foram pagos ao fornecedor naquele mês.

Assim, o Fisco Municipal autuou a REFAP com base em documento interno que não indica, obrigatoriamente, que houve o pagamento, apenas a medição, pois o documento de cobrança é emitido após o BM, o que resta provado através dos documentos em anexo.

Alberto Pasqualini – REFAP S.A.

Av. Getúlio Vargas, 11.001 - Tels.: (51) 3415-2031

CEP: 92420-221 | Canoas - RS - Brasil

CNPJ: 04.207.640/0001-28 - IE: 024/0311698

**DO DIREITO****1. Da Ilegalidade Do Auto De Infração**

O Município realizou uma leitura equivocada da documentação que lhe foi entregue voluntariamente pela REFAP e com base em Boletins de Medição lavrou auto de infração em face da Autora.

A gravidade do auto de infração vai muito além do valor que o Município está cobrando, pois há uma acusação expressa de que a REFAP realiza pagamentos de serviços prestados sem a emissão de nota fiscal pela empresa que recebe os valores. Ou seja, a importância da presente lide vai muito além do valor pecuniário cobrado, pois ataca a honra e imagem da empresa e de seus empregados, principalmente, da Gerência de Contabilidade.

A REFAP S.A. tem sido agraciada com diversos prêmios em reconhecimento à sua responsabilidade social, à excelência no relacionamento com o consumidor, à sua gestão ambiental e sobretudo, à seriedade das suas demonstrações contábeis. Segue abaixo uma demonstração exemplificativa (pois há inúmeros outros prêmios recebidos pela REFAP) dos referidos prêmios (certificados em anexo):

1) Troféu Transparência - a REFAP S.A. foi a vencedora do XII Prêmio ANEFAC - FIPECAFI - SERASA por estar entre as empresas mais transparentes do Brasil, pela clareza das suas demonstrações contábeis no exercício de 2007, conforme análise técnica desenvolvida e implantada pela FIPECAFI - Fundação Instituto e Pesquisas Atuariais e Financeiras;



Alberto Pasqualini - Refap S/A

- 2) Prêmio Trajetória Exportadora Máster, nos anos de 2008 e 2009, reconhecendo que a REFAP S.A. está "entre as maiores empresas exportadoras do Rio Grande do Sul";
- 3) Prêmio Top Cidadania - 6ª edição, concedido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos Seccional Rio Grande do Sul - ABRH-RS, em 2006;
- 4) Prêmio "Grandes e Líderes" certificando a REFAP S.A. em 3º terceiro lugar entre as 100 maiores empresas do Rio Grande do Sul, em 2007;
- 5) Prêmio Reputação Corporativa - Amanhã, reconhecendo a REFAP S.A. como 6ª empresa de maior reputação do Rio Grande do Sul em 2009;
- 6) Prêmio Top de Marketing promovido pela ADVB, nas categorias "Segmento de Mercado - Indústria" e "Top Responsabilidade Social" em 2008.

Parece impossível acreditar que uma empresa do porte da REFAP aceitaria pagar serviços, sem nota fiscal, para privilegiar a empresa prestadora em pouco mais de R\$ 10.000,00! É inaceitável a autuação imposta pelo Município a qual deve ser desconstituída em juízo, por medida de justiça.

Lembre-se que a REFAP recolhe o valor referente ao ISSQN na qualidade de substituta tributária, ou seja, nenhuma vantagem teria a REFAP em realizar o pagamento de serviços sem as retenções cabíveis.

E mais, segue em anexo o Código de Ética do Sistema Petrobras, norma interna que deve ser observada pelas empresas do sistema, como a REFAP S.A., por exemplo, bem como pelos seus empregados. Ora, pagar serviços sem a emissão da respectiva nota fiscal viola frontalmente o Código de Ética observado pela empresa e seus empregados.

Alberto Pasqualini - REFAP S.A.

Av. Getúlio Vargas, 11.001 - Tels.: (51) 3415-2031

CEP: 92420-221 Canoas - RS - Brasil

CNPJ: 04.207.640/0001-28 - IE: 024/0311698



No caso em tela, verifica-se que o auto de infração sequer indica qual o serviço que foi prestado e pago sem a emissão de nota fiscal.

O ISSQN previsto no art. 156, III da Constituição Federal e regulamentado anteriormente pelo Decreto-Lei 406/68 e atualmente pela Lei Complementar 116/2003.

Partindo dos diplomas legais acima, o Município de Canoas regulamenta o ISSQN através da Lei Municipal nº 4818/2003 que traz a lista dos serviços em que há incidência do referido tributo.

Ocorre que, o auto de infração sequer indica qual serviço foi prestado e pago sem nota fiscal. Ora, o ISSQN apenas incide quando houver fato gerador consubstanciado na realização de um serviço descrito na Legislação acima mencionada. No caso em tela, sequer há menção de qual teria sido o serviço prestado que supostamente a REFAP teria pago sem a emissão da nota fiscal.

Ora, padece de vício insanável o auto de infração objeto da presente ação, razão pela qual, deve ser anulado.

A ilegalidade consiste no lançamento fiscal realizado de ofício por parte do Município sem que tenha ocorrido o fato gerador.

Importante transcrever o seguinte dispositivo do Código Tributário Nacional:

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente **a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente**, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível. (g.n.)

REFAP

Alberto Pasqualini - Refap S/A

Conforme acima exposto, não houve o fato gerador, razão pela qual, não pode subsistir o lançamento.

2. da necessidade de segurança jurídica

O Ministro José Augusto Delgado, em palestra proferida no XXI Congresso Brasileiro de Direito Constitucional - "O Direito Constitucional do Século XXI", realizado em São Paulo pelo Instituto Brasileiro de Direito Constitucional - IBDC, em 21 de maio de 2005, constatou o clima de insegurança jurídica instalado pela prática dos atos administrativos do Poder Executivo, e em algumas decisões jurisprudenciais emitidas pelo Poder Judiciário, no que incorre em uma afronta à estabilidade social e aos direitos dos cidadãos.

O autor afirma que a segurança jurídica, na Constituição Federal, é considerada sobre três aspectos diferentes - como princípio, como valor e como direito fundamental -, estando situado no preâmbulo e no art. 5º, caput, da Constituição Federal, ao determinar:

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:....."

Lembra ainda o significado da segurança jurídica, na visão sempre lúcida do Prof. Paulo Barros de Carvalho, que defende sua compreensão como sendo um sobreprincípio:

"A segurança jurídica é, por excelência um sobreprincípio. Não temos notícia de que algum ordenamento a contenha como regra explícita. Efetiva-se pela atuação de princípios, tais

REFAP

Alberto Pasqualini - Refap S/A

15

como o da legalidade, da anterioridade, da igualdade, da irretroatividade, da universalidade da jurisdição e outros mais. Isso, contudo, em termos de concepção estática, de análise das normas enquanto tais, de avaliação de um sistema normativo sem considerarmos suas projeções sobre o meio social. Se nos detivermos num direito positivo, historicamente dado, e isolarmos o conjunto de suas normas (tanto as somente válidas como também as vigentes), indagando dos teores de sua racionalidade; do nível de congruência e harmonia que as proposições apresentam; dos vínculos de coordenação e de subordinação que armam os vários patamares da ordem posta; da rede de relações sintáticas e semânticas que respondem pela tessitura do todo - então será possível emitirmos um juízo de realidade que conclusa pela existência do primado da segurança, justamente porque neste ordenamento empírico estão cravados aqueles valores que operam para realizá-lo. SE a esse tipo de verificação circunscrevermos nosso interesse pelo sistema, mesmo que não identifiquemos a primazia daquela diretriz, não será fácil implantá-la. Bastaria instituir os valores que lhe servem de suportes, os princípios que, conjugados, formariam os fundamentos a partir dos quais se levanta. Vista por esse ângulo, difícil será encontrarmos uma ordem jurídico-normativa que não ostente o princípio da segurança. E se o setor especulativo é o do direito tributário, praticamente todos os países do mundo ocidental, ao reconhecerem aqueles valores que se articulam axiologicamente, proclamam, na sua implicitude, essa diretriz suprema".

E conclui o Ministro José Augusto Delgado que "Os reflexos dessas mudanças impõem considerar que o Estado de Direito está sustentado em dois fundamentos: a segurança e a certeza jurídica. Esses princípios são absolutamente necessários para

Alberto Pasqualini - REFAP S.A.

Av. Getúlio Vargas, 11.001 - Tels.: (51) 3415-2031

CEP: 92420-221 Canoas - RS - Brasil

CNPJ: 04.207.640/0001-28 - IE: 024/0311698



Alberto Pasqualini - Refap S/A

que a função estabilizadora do Poder Judiciário, a quem a Constituição Federal lhe concede a competência para de julgar os litígios, seja desenvolvida com estabilidade e credibilidade".

Assim, seja pela segurança, seja pela certeza jurídica, o que se busca é a coerência e clara compreensão dos encargos tributários que pesam sobre as empresas, de modo que o lançamento fiscal deve estar devidamente fundamentado na prova da efetiva ocorrência do fato gerador e não apenas em uma superficial leitura da documentação apresentada voluntariamente pela empresa fiscalizada, como infelizmente ocorreu no caso em tela.

Por todo exposto, merece ser anulado o Auto de Infração 37/2008, objeto da presente lide.

V - DO PEDIDO

Ante o exposto, requer a procedência total da ação, nos seguintes termos:

- a) **LIMINARMENTE**, e inaudita altera pars, requer seja deferida a antecipação da tutela para suspender a exigibilidade do crédito tributário em questão, bem como impedir a inscrição da autora em Dívida Ativa ou qualquer outro Banco ou Cadastro de Inadimplentes, até sentença final, sob pena de cominação de multa diária;
- b) Emissão de guia para o depósito judicial dos valores sub judice.
- c) Requer seja julgada totalmente procedente a presente ação, em razão não ocorrência do fato gerador, bem como seja declarado nulo o lançamento e desconstituído o crédito tributário objeto da lide ;




Alberto Pasqualini - Refap S/A

- 17
- d) Requer a citação da requerida, através de seu representante legal, para que, querendo, conteste a presente ação, no prazo legal;
- e) Requer a condenação da ré em custas e honorários advocatícios de 20% sobre o valor da causa;
- f) Protesta provar o alegado por todas as provas em direito admissíveis, principalmente documental, pericial, depoimento pessoal e testemunhal;

Declaramos que as cópias juntadas são reprodução fiel dos originais, bem como as jurisprudências retiradas dos sites indicados.

Valor da causa: R\$ 11.702,87

Canoas, 28 de Dezembro de 2009.


Candice V. Fattori de Almeida
OAB/RS 53.974

DOCUMENTOS JUNTADOS

- a) Procuração
- b) Documentos da ANP e BNDES
- c) Auto de Infração
- d) Notas Fiscais
- e) Cópia do contrato
- f) BO referente ao incêndio ocorrido na refinaria
- g) Legislação municipal
- h) Código de ética e certificados de prêmios



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, a **ALBERTO PASQUALINI – REFAP S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no município de Canoas - RS (CNPJ nº 04207640/0001-28), na Av. Getúlio Vargas, 11.001, CEP 92.420-221, neste ato representada por seu Diretor-Presidente **Roberto Ken Nagao**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado à rua Duque de Caxias nº 623, Centro, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90010-282, inscrito no CPF sob o nº 5318355889, portador da carteira de identidade nº 0008894352, expedida pela SSP/SP, nomeia e constitui, na forma do artigo 24, inciso I e parágrafos 1º a 3º do Estatuto da Companhia, seus bastantes procuradores, **DENISE PIMONT BERNDT PARO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 110.627-B, e no CPF sob o nº 674.746.169-04, **ELIANA MARA SOARES BARASUOL**, brasileira, separada judicialmente, advogada, inscrita na OAB/RS sob o nº 53785, e no CPF sob o nº 364.377.780-91, **CANDICE VANESSA FATTORI DE ALMEIDA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RS sob o nº 53.974, e no CPF sob o nº 962.905.950-91, todos estabelecidos profissionalmente na Av. Getúlio Vargas, 11.001, Canoas, RS, outorgando-lhes os poderes da cláusula “ad judicia et extra”, inclusive para receber citações, notificações e intimações, reconhecer a procedência do pedido, requerer falências, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, efetuar depósito como garantia de instância ou levantá-lo, receber, dar quitação e firmar compromissos, requerer cancelamento de protestos de título, ficando outrossim investidos dos poderes para representar a Outorgante na fase de conciliação prevista no Artigo 447 do Código de Processo Civil, recebendo intimações para comparecer como representante da parte às audiências de instrução e julgamento, nelas podendo acordar e transigir, com o que ficam os Outorgados qualificados para representar e defender a Outorgante em Juízo e perante quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou de direito privado, interno ou externo, bem como a União Federal, os Estados da Federação, o Distrito Federal e os Municípios, por seus diversos órgãos da administração direta ou indireta, aí abrangendo as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e os delegados, concessionários ou permissionários de serviços públicos e habilitados para a prática de todos os atos de interesse da Outorgante junto às mesmas pessoas, entidades, órgãos e unidades da Outorgante e unidades administrativas, facultando ainda aos Outorgados substabelecer os poderes desta procuração, exceto aqueles de receber citações, assim como tudo o mais que se fizer necessário para a prática e fiel cumprimento deste instrumento.

Canoas, 03 de agosto de 2009.



0205.01.0900006.46329

RUA SANTO AMARO, 97	
AUTENTICAÇÃO	
ESTEIO	08 DEZ. 2009
Autentico a presente fotocópia por estar conforme ao original apresentado.	
Extrai(s) <input type="checkbox"/> Cartório	<input type="checkbox"/> Fora

Roberto Ken Nagao
Diretor-Presidente

TABELIONATO DE ESTEIO - RS - BRASIL	
Reconheço SEMELHANTE(S) a(s) assinatura(s) de	
<u>Roberto Ken Nagao</u>	
Em testemunho	da verdade
Esteio, em	03 AGO 2009
Wanderson Fries - Tabelião	

0205.01.0900006.43775
Jaqueline R. da Silva
Escrevente Autorizada

ESTATUTO SOCIAL
DA
ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

Capítulo I

Da Companhia e seus fins

Art. 1º - A ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A. é uma sociedade anônima que se rege pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto.

Art. 2º - A Companhia funcionará por tempo indeterminado, tem sede e foro na Cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, e poderá estabelecer, onde convier, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações, no País ou no exterior.

Art. 3º - A Companhia tem por objeto o refino, o processamento, a comercialização e a importação e exportação de petróleo, seus derivados e seus correlatos, a prestação de serviços relacionados com as suas atividades, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

§ 1º - A Companhia, no estrito cumprimento de seu objeto social vinculado à indústria do petróleo e atividades afins e correlatas, fica autorizada a constituir sociedades, no país ou no exterior, bem como a participar de sociedades.

§ 2º - As atividades econômicas vinculadas ao seu objeto social serão desenvolvidas pela Companhia em caráter de livre competição com outras empresas, segundo as normas e condições de mercado, observados os demais princípios e diretrizes da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Capítulo II

Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas

Art. 4º - O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 271.902.585,00 (duzentos e setenta e um milhões novecentos e dois mil e quinhentos e oitenta e cinco reais), dividido em 271.902.585 (duzentos e setenta e um milhões novecentos e duas mil e quinhentas e oitenta e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Art. 5º - A Companhia poderá proceder a aumentos de capital, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

§ 1º - A emissão de ações dentro do limite do capital autorizado será feita por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão e estabelecerá as condições para a integralização.

20

§ 2º - As ações serão sempre ordinárias nominativas e cada uma dará direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

§ 3º - Os acionistas terão direito de preferência à subscrição de ações, na proporção de sua participação no capital social, cabendo ao Conselho de Administração fixar o prazo para o exercício desse direito, conforme previsto em lei.

Art. 6º - A emissão, a subscrição e a integralização das ações do capital, acima do limite do capital autorizado, serão propostas pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal.

Art. 7º - Os acionistas terão direito, em cada exercício, a um dividendo obrigatório, que não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei nº 6.404, de 15/12/76, e rateado pelas ações em que se dividir o capital social da Companhia, podendo, para efeito do pagamento da remuneração devida aos acionistas, ser computado o valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio.

Capítulo VII

Da Administração da Sociedade

Seção I

Dos Conselheiros e Diretores

Art. 8º - A Companhia será dirigida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e uma Diretoria.

Art. 9º - O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral, para o prazo de gestão de dois anos, podendo ser reeleitos.

Art. 10 - Os membros do Conselho de Administração receberão uma remuneração mensal que não poderá ser superior ao valor equivalente a dez por cento da remuneração média mensal dos Diretores da Companhia, na forma prevista na Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Art. 11 - A Diretoria será composta de 5 (cinco) membros, dos quais 1 (um) Presidente e de 4 (quatro) Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão que não poderá ser superior a 2 (dois) anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria exercerão seus cargos em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva ao serviço da Companhia.

21

Art. 12 - Os Conselheiros e Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria, respectivamente.

Art. 13 - O Conselheiro, ou membro da Diretoria eleito em substituição, completará o prazo de gestão do substituído.

Parágrafo único. Dentro de 30 (trinta) dias contados da vacância do cargo de Conselheiro, será convocada Assembléia Geral dos acionistas para preenchimento do cargo em caráter definitivo.

Art. 14 - Quando findo o prazo de gestão, o membro do Conselho de Administração ou da Diretoria permanecerá no cargo até a posse do substituto.

Art. 15 - O Presidente e os Diretores não poderão ausentar-se do exercício do cargo por mais de 30 (trinta) dias seguidos ou 60 (sessenta) dias intercalados por ano, sem licença ou autorização do Conselho de Administração, ressalvado o disposto no art. 16.

Art. 16 - Os Diretores farão jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de férias remuneradas, a serem definidas pela Diretoria.

Seção II

Do Conselho de Administração

Art. 17 - O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Companhia, competindo-lhe privativamente:

- I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas subsidiárias e controladas, definindo seus objetivos, diretrizes e estratégias;
- II - aprovar o plano estratégico e definir o exercício do direito de voto nas coligadas e nas sociedades de que participe, bem como os planos plurianuais e anuais com seus respectivos programas de atividades e projetos de investimento;
- III - fiscalizar a gestão dos Diretores e fixar-lhes as atribuições, examinando, a qualquer tempo, os livros, papéis e demais documentos da Companhia;
- IV - autorizar ou fixar critérios de delegação à Diretoria para a aprovação de contratos em geral, de empréstimos e financiamentos, no País ou no exterior;
- V - avaliar resultados de desempenho;

22

VI - convocar a Assembléia Geral dos acionistas, nos casos previstos em lei, ou quando julgar conveniente ou necessário;

JULGADO

VII - deliberar sobre a transferência da titularidade de ativos da Companhia, podendo fixar limites de valor para a prática desses atos pela Diretoria;

VIII - eleger o Presidente e demais membros da Diretoria;

IX - deliberar sobre a aquisição de ações ou quotas de outras sociedades, bem como sobre formação de "joint ventures" e de consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras, no País e no exterior;

X - autorizar a alienação ou gravame de ações ou quotas de sociedades das quais a Companhia participe, bem como a cessão de direitos em consórcios ou "joint ventures" dos quais a Companhia participe dos investimentos;

XI - autorizar a prestação de garantias reais ou fidejussórias, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes;

XII - contratar e destituir auditores independentes;

XIII - constituir sociedades;

XIV - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;

XV - aprovar a estrutura básica da sociedade e as respectivas Normas de Organização, bem como criar, transformar ou extinguir órgãos da estrutura básica, bem como órgãos temporários de obras, agências, filiais, sucursais e escritórios no País e no exterior;

XVI - deliberar acerca de quaisquer outras matérias de interesse da Companhia não atribuídas aos demais órgãos da sociedade.

Art. 18 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, com a presença de, no mínimo 4 (quatro) membros, no mínimo a cada trinta dias e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou de dois Conselheiros.

§ 1º As reuniões serão convocadas mediante comunicação, por escrito, expedida com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, devendo dela constar o local, dia e hora da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia.

§ 2º A convocação prevista no parágrafo anterior será dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração, ou desde que os mesmos manifestem a sua concordância com a dispensa daquelas formalidades.

§ 3º Para que as reuniões do Conselho de Administração possam instalar e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria de seus membros, sendo considerado presente aquele que estiver, na ocasião, representado por pessoa legalmente nomeada, desde que tenha enviado seu voto por escrito.

§ 4º O Presidente do Conselho, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá convocar Diretores da Companhia, para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação.

§ 5º As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos Conselheiros presentes, salvo com relação às matérias que exijam quorum qualificado, definido em Acordo de Acionistas.

§ 6º Em caso de empate, o Presidente do Conselho poderá exercer o voto de qualidade.

Seção III

Da Diretoria

Art. 19 - Cabe à Diretoria administrar os negócios da Companhia de acordo com os objetivos, as diretrizes e estratégias fixadas pelo Conselho de Administração.

Art. 20 - Compete à Diretoria:

[- elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

- a) os planos anuais e plurianuais da Companhia com os respectivos projetos;
- b) os orçamentos de custeio e de investimentos da Companhia;
- c) planos de contas, critérios básicos para apuração de resultados, constituição ou reintegração de reservas patrimoniais e para amortização e depreciação de capitais investidos;
- d) manuais e normas de contabilidade, finanças e administração de pessoal;
- e) questões relativas a marcas e patentes, nomes e insígnias;
- f) os resultados de desempenho das atividades da Companhia e de suas Controladas.

5

convocação do Presidente ou de seu substituto.

6

II - aprovar:

III - aprovar:

- a) critérios de avaliação para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;
- b) preços dos produtos e serviços prestados pela Companhia;
- c) contratação e execução de obras e serviços, aquisição e substituição de materiais e equipamentos de operação e outros contratos necessários ao funcionamento normal da Companhia, de acordo com a delegação do Conselho de Administração;
- d) a obtenção de empréstimos e financiamentos, no País ou no exterior, quando houver delegação do Conselho de Administração;
- e) normas para cessão de uso, locação ou arrendamento de bens de propriedade da Companhia;
- f) o plano anual de seguros da Companhia;
- g) planos que disponham sobre a admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Companhia;
- h) Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos;
- i) a alocação de pessoal da Companhia;

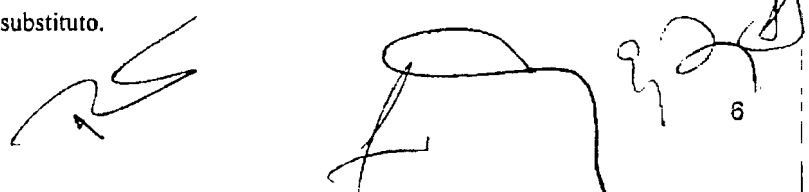
III - autorizar a celebração de contratos e convênios com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como com órgãos e instituições de fomento à pesquisa, dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;

IV - autorizar, em conformidade da legislação específica, atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, observados os limites de valor fixados pelo Conselho de Administração;

V - autorizar a aquisição de bens, na forma da legislação específica, bem como o gravame e a alienação de ativos da Companhia, observados os limites de valor fixados pelo Conselho de Administração;

VI - acompanhar e controlar as atividades das empresas das quais a Companhia participe, ou com as quais esteja associada.

Art. 21 - A Diretoria reunir-se-á, sempre que necessário, mas pelo menos uma vez por mês, mediante convocação do Presidente ou de seu substituto.



25

Parágrafo único. As reuniões serão presididas pelo Presidente ou pelo seu substituto ou, na ausência de ambos, pelo Diretor designado pelo Presidente.

Art. 22 - As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes e registradas no livro próprio de atas.

Parágrafo único. Em caso de empate, o Presidente poderá exercer o voto de qualidade.

Art. 23 - A Diretoria encaminhará ao Conselho de Administração cópia das atas de suas reuniões e prestará as informações que permitam avaliar o desempenho das atividades da Companhia e de suas sociedades controladas.

Seção IV

Do Presidente Da Companhia

Art. 24 - Cabe ao Presidente a direção e coordenação dos trabalhos da Diretoria, competindo-lhe:

I - representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, podendo, na forma dos §§ 1º a 3º, deste artigo, nomear procuradores ou representantes;

II - convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

III - designar, dentre os Diretores, o seu substituto eventual, em suas ausências e impedimentos;

IV - acompanhar e supervisionar, através da coordenação da ação dos Diretores, as atividades de todos os órgãos da Companhia;

V - designar e instruir os representantes da Companhia nas Assembléias Gerais das suas controladas e coligadas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

§ 1º - Todos os documentos dos quais resultem responsabilidades para a Companhia ou que exonerem a responsabilidade de terceiros para com ela serão assinados pelo Presidente ou por dois Diretores ou por qualquer Diretor com um procurador ou por dois procuradores.

§ 2º - Em casos especiais, poderá ser designado pelo Presidente um só Diretor ou um só procurador, para a prática de atos certos e determinados dentro da política de poderes fixada pelo Conselho de Administração,

sem prejuízo de poderes ou atribuições idênticas conferidas por este Estatuto ou pela Diretoria a ela própria ou a qualquer Diretor.

PODERES

§ 3º - A outorga de mandato pela Companhia obedecerá aos seguintes preceitos:

I - os procuradores deverão ser constituídos pelo Presidente ou, nos casos de ausência ou impedimento, por 2 (dois) Diretores, sempre com poderes expressos;

II - serão cláusulas necessárias do instrumento de mandato (procuração) a específica menção dos atos que o procurador poderá praticar em nome da Companhia e a determinação do prazo de duração, salvo na hipótese de mandato judicial, que poderá ser outorgado por prazo indeterminado.

III - o instrumento de mandato será firmado com a observância das condições estabelecidas nos §§ 1º a 3º deste artigo.

Art. 25 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador, ou funcionário, que envolvam a Companhia em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao seu objeto social, incluindo, mas não se limitando, a outorga de fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros.

Parágrafo único. A outorga de fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros dependerá de prévia autorização da Diretoria, em reunião, obedecidos os limites fixados pelo Conselho de Administração.

Capítulo IV

Da Assembléia Geral

Art. 26 - As Assembléias Gerais Ordinárias realizar-se-ão, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, na sede da Companhia, em data e hora previamente fixados pelo Conselho de Administração, para deliberar sobre as seguintes matérias:

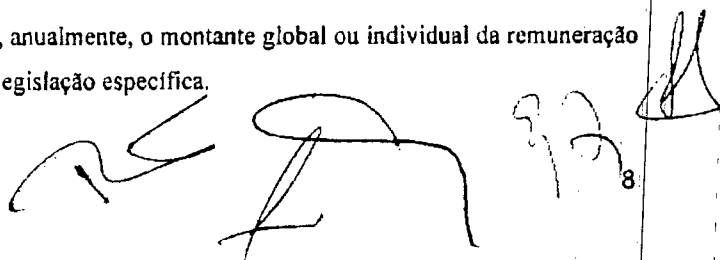
I - prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras;

II - destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

III - eleição dos administradores e os membros do Conselho Fiscal;

IV - aprovação da correção da expressão monetária do capital social, quando for o caso;

Art. 27 - A Assembléia Geral Ordinária fixará, anualmente, o montante global ou individual da remuneração dos administradores, observadas as normas da legislação específica.



27

Art. 28 - A Assembléia Geral Extraordinária, além dos casos previstos em lei, reunir-se-á mediante convocação do Conselho de Administração, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, tais como:

I - reforma do Estatuto;

II - abertura, aumento, subscrição de novas ações ou redução do capital social;

III - emissão de debêntures, venda de ações quando em tesouraria, bem como quaisquer outros títulos ou valores mobiliários no País ou no exterior;

IV - renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de controladas e coligadas;

V - incorporação da Companhia em outra sociedade, sua dissolução, transformação, cisão ou fusão;

VI - permuta de ações ou outros valores mobiliários de sua emissão;

VII - alienação de debêntures conversíveis em ações de titularidade da Companhia e de emissão de suas controladas;

VIII - alienação do controle do capital social de controladas da Companhia.

Art. 29 - As Assembléias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu substituto e, na ausência de ambos, por um acionista escolhido pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo único. O Presidente da Assembléia escolherá, dentre os acionistas presentes, o Secretário da mesa.

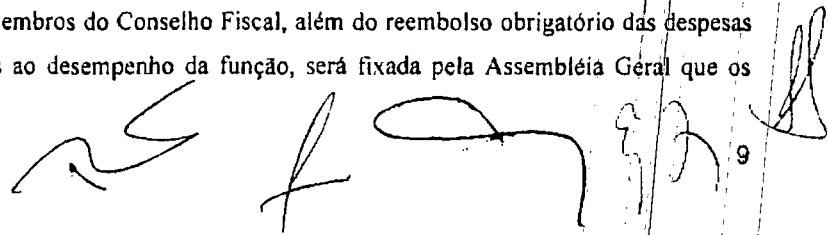
Capítulo V

Do Conselho Fiscal

Art. 30 - O Conselho Fiscal, de caráter permanente, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, observados os requisitos e impedimentos fixados pela Lei nº 6.404, de 15/12/76, acionistas ou não.

Art. 31 - Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus cargos até a primeira Assembléia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição, e poderão ser reeleitos.

Art. 32 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembléia Geral que os



28

eleger e não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média atribuída a cada diretor, na forma prevista na Lei nº 9.292, de 12 de maio de 1996.

Art. 33 - Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas em virtude de disposição legal:

- I - fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II - opinar sobre o relatório anual e as contas da diretoria, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembléia Geral;
- III - opinar sobre as propostas dos administradores, a serem submetidas à Assembléia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- IV - denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembléia Geral os erros, fraudes ou crimes que descobrirem e sugerir providências úteis à Companhia;
- V - convocar a Assembléia Geral Ordinária se os administradores retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na pauta das assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- VI - analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela diretoria;
- VII - examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- VIII - exercer essas atribuições durante a liquidação.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal participarão, obrigatoriamente, das reuniões do Conselho de Administração em que devem ser apreciadas as matérias referidas nos incisos II, III e VII deste artigo.

Capítulo VII

Exercício Social, Lucros e Dividendos

Art. 34 - O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, que deverão atender às disposições legais aplicáveis.



29

Parágrafo único. A Companhia, por decisão de seu Conselho de Administração, poderá distribuir dividendos intermediários, após levantar balanço semestral com este propósito, nos termos do Art. 204, da Lei 6404, de 15/12/76.

Art. 35 - Após deliberada a distribuição do dividendo mínimo previsto no art. 7º deste Estatuto, poderá a Assembléia Geral, observados os termos da legislação societária e as normas federais específicas, atribuir percentagens ou gratificações aos administradores da Companhia, por conta de participação nos lucros.

Canoas, 07 de dezembro de 2001

**O presente Estatuto é cópia fiel do original transcrito no
Livro de Atas de Assembléias Gerais**

ACIONISTAS

Downstream Participações S.A.
Por seu procurador Celso Moraes da Cunha

Refisol S.A.
Por seu procurador Celso Moraes da Cunha

Eider Castro Andrade Prudente de Aquino

Rogério Almeida Manso da Costa Reis

Celso Moraes da Cunha
Advogado - OAB/RS 12.906

Petrobras Distribuidora S.A. - PR
Por seu procurador Celso Moraes da Cunha

Alberto da Fonseca Guimarães
Por sua procuradora Denise Pimont Bernadete Paro

Hildo Francisco Henz



Alberto Pasqualini - Refap S/A

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ALBERTO PASQUALINI – REFAP S.A.

ATA Nº 77

NIRE Nº 43300040607

CNPJ nº 04.207.640/0001-28

DATA, HORA, LOCAL: Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, às 18 horas, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 65 – 23º andar, reuniu-se o Conselho de Administração da ALBERTO PASQUALINI – REFAP S.A. ("COMPANHIA"). Por interesse da COMPANHIA e conveniência dos membros do Conselho de Administração a reunião se realizou na cidade do Rio de Janeiro – RJ. **MESA:** Presidindo a reunião, o Conselheiro Paulo Roberto Costa convidou a mim, Roberto Ken Nagao, para secretariar os trabalhos. **PRESENÇA:** Presentes os Conselheiros, Senhores Paulo Roberto Costa, Roberto Ken Nagao, Daniel Lima de Oliveira, José Manuel Gallego Lopez, Patrick Horbach Fairon e João Carlos França de Luca. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: Eleição da Diretoria. **DELIBERAÇÕES:** O Conselho de Administração, na forma do Estatuto Social em vigor, dentro de suas atribuições e por unanimidade, exceto a abstenção do Conselheiro Roberto Ken Nagao: Elegeu para um mandato de 2 (dois) anos, a partir desta data, permitida a reeleição: o Senhor **Roberto Ken Nagao**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado à Rua Duque de Caxias, nº 623, Centro, CEP 90.010-281, Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no C.P.F. sob o nº. 053.183.558-89, portador da carteira de identidade nº. 0008894352, expedida pela SSP/SP, para os cargos de Diretor-Presidente e Diretor Comercial, a serem exercidos de forma acumulada; o Senhor **Vicente José Rauber**, brasileiro, solteiro, engenheiro, residente e domiciliado à Rua Prof. Antônio D'Ávila, 181, CEP 91.920-730, Bairro Tristeza, na Cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no C.P.F. sob o nº 131.650.460-34, portador da carteira de identidade nº 8002883166 expedida pela SSP/RS, para o cargo de Diretor Financeiro e Administrativo; o Senhor **Gustavo Jose Correa**, argentino, casado, engenheiro, RNE nº V480880-R, inscrito no C.P.F. sob o nº 060.271.677-26, residente e domiciliado na rua Hilário Ribeiro, 144 apt. 301, CEP 90.510-040 na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para o cargo de Diretor Industrial; e o Senhor **Roberto Puerari**, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, residente e domiciliado à Av. Dr Nilo Peçanha 106/1003, Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no C.P.F. nº 295.994.310-49, portador da carteira de identidade nº 1009221761, expedida pela SSP/RS, para o cargo de Diretor Técnico, tendo os Diretores eleitos declarados, em cumprimento ao disposto no art. 1.011 § 1, da Lei 10.406/2002, que não estão impedidos por lei especial, nem condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. O Conselho de Administração ratificou os atos praticados pela Diretoria no período de 30/04/2008 à data de hoje. **VOTO DE AGRADECIMENTO:** O Sr. Presidente do Conselho de Administração, em nome da Administração e das acionistas – DOWNSTREAM PARTICIPAÇÕES LTDA e REPSOL YPF BRASIL SA. – agradeceu a contribuição do Sr. Paulo Ricardo Kugland de Azevedo à COMPANHIA, desejando-lhe um futuro de crescente sucesso pessoal e profissional. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente determinou a suspensão dos trabalhos pelo tempo necessário à redação desta Ata, que foi preparada e lida por mim, Secretário, e aprovada por unanimidade pelos presentes, sem reservas ou



Alberto Pasqualini - Refap S/A

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

ATA Nº 77

NIRE Nº 43300040607

CNPJ nº 04.207.640/0001-28

ressalvas, sendo posteriormente lavrada, e assinada pelo Presidente, por este Secretário e demais Conselheiros. Rio de Janeiro, 24 de junho de 2008. Paulo Roberto Costa (Presidente); Roberto Ken Nagao (Secretário). Conselheiros: Paulo Roberto Costa; Roberto Ken Nagao; Patrick Horbach Fairon; Daniel Lima de Oliveira; João Carlos França de Luca; José Manuel Gallego Lopez.

Declaro que o presente documento é cópia fiel da Ata original transcrita no Livro do Conselho de Administração da ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2008.

Roberto Ken Nagao
Secretário

CURIA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIFICO O REGISTRO EM: 10/07/2008 SOB Nº: 2999785
Protocolo: 08/161557-4; DE 30/06/2008
Empresa: 43 3 0004060 7
ALBERTO PASQUALINI REFAP S/A

Sérgio Jose Dutra Kruel
SECRETÁRIO-GERAL



ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ALBERTO PASQUALINI – REFAP S.A.

ATA Nº 67

NIRE Nº 43300040607

CNPJ nº 04.207.640/0001-28

DATA, HORA, LOCAL: No primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e sete, às 10 horas, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 65 – 23º andar, reuniu-se o Conselho de Administração da ALBERTO PASQUALINI – REFAP S.A. ("COMPANHIA"). Por interesse da COMPANHIA e conveniência dos membros do Conselho de Administração a reunião se realizou na cidade do Rio de Janeiro – RJ. **MESA:** Presidindo a reunião, o Sr. Paulo Roberto Costa, que convidou a mim, Daniel Lima de Oliveira, para secretariar os trabalhos. **PRESENÇA:** Presentes os Conselheiros, Srs. Paulo Roberto Costa, Alan Kardec Pinto, Daniel Lima de Oliveira, João Carlos França De Luca e Patrick Horbach Fairon. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (I) Renúncia do Sr. Hildo Francisco Henz do cargo de Diretor-Presidente da COMPANHIA; (II) Proposição do Presidente do Conselho de Administração da eleição do Sr. Roberto Ken Nagao para interinamente exercer o cargo de Diretor-Presidente até a definição do novo titular. **DELIBERAÇÕES:** O Conselho de Administração, na forma do Estatuto Social em vigor, dentro de suas atribuições e de forma unânime: I – Tomou conhecimento conforme carta endereçada ao Presidente do Conselho de Administração, mostrada aos presentes, da renúncia, a partir desta data, do Sr. Hildo Francisco Henz, como Diretor-Presidente da COMPANHIA. II – Elegeu para cargo de Diretor-Presidente da COMPANHIA o Sr. Roberto Ken Nagao, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado à Rua Duque de Caxias, nº 623, Centro, CEP 90.010-281, Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no C.P.F. sob o nº. 053.183.558-89, portador da carteira de identidade nº. 0008894352, expedida pela SSP/SP, tendo o Diretor eleito, em cumprimento ao disposto no art. 1.011 § 1, da Lei 10.406/2002, reiterado que não está impedido por lei especial, nem condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. O Diretor-Presidente ora eleito completará o mandato do Sr. Hildo Francisco Henz, vigorando seu período de gestão da data de hoje até 28/04/2008. O Sr. Roberto Ken Nagao exercerá cumulativamente o cargo de Diretor Comercial para o qual foi eleito em 29/04/2006 (Ata CA nº 54 de 26.04.2006 – item VI). **VOTO DE AGRADECIMENTO:** O Sr. Presidente do Conselho de Administração, em nome da Administração da COMPANHIA e das acionistas – DOWNSTREAM PARTICIPAÇÕES LTDA e REPSOL YPF BRASIL SA. – agradeceu a relevante contribuição dos Sr. Hildo Francisco Henz, destacando a invulgar dedicação e capacidade de trabalho, qualidades essas que continuarão a conduzi-lo a posições de crescente sucesso pessoal e profissional. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente determinou a suspensão dos trabalhos pelo tempo necessário à redação desta Ata, que foi preparada e lida por mim, Secretário, e aprovada por unanimidade pelos presentes, sem reservas ou ressalvas, sendo posteriormente lavrada, e assinada pelo Presidente, por este Secretário e demais Conselheiros. Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2007. Paulo Roberto Costa (Presidente); Daniel Lima de Oliveira (Secretário). **Conselheiros:** Paulo Roberto Costa; Alan Kardec Pinto; Daniel Lima de Oliveira; Patrick Horbach Fairon; João Carlos França De Luca.

Declaro que o presente documento é cópia fiel da Ata original transcrita no Livro do Conselho de Administração da ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

Canoas, 01 de agosto de 2007.

Nilo Augusto Horlle
Nilo Augusto Horlle

Secretário-Geral da REFAP S.A.

Nilo Augusto Horlle
Nilo Augusto Horlle
Secretário Geral
Matr. 53.3038-8



JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 14/08/2007 SOB Nº: 2864311
Protocolo: 07/171109-0, DE 07/08/2007

Empresa: 43 3 0004060 7
ALBERTO PASQUALINI REFAP S A

Sérgio Jose Dutra Kruei
Sérgio Jose Dutra Kruei
SECRETÁRIO GERAL

33
1

AUTOR: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP

TÍTULO: PORTARIA ANP N.º 28/99

EMENTA:

Condiciona à prévia e expressa autorização da ANP o exercício das atividades de construção, ampliação de capacidade e operação de refinarias e de unidades de processamento de gás natural.

PALAVRAS CHAVE:

GÁS NATURAL, FEDERAL, LICENCIAMENTO

COMENTÁRIOS:

Sem comentários.

TEXTO INTEGRAL DO DOCUMENTO:

PORTARIA N.º 28, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1999
Publicada no Diário Oficial da União de 08 de fevereiro de 1999

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, no uso das suas atribuições legais, consoante o disposto nos Arts. 53 e 54 da Lei n.º 9.478 de 6 de agosto de 1997, e tendo em vista a Resolução da Diretoria RD n.º 48, de 2 de fevereiro de 1999, torna público o seguinte ato:

Art. 1º - Fica condicionado à prévia e expressa autorização da ANP o exercício das atividades de construção, ampliação de capacidade e operação de refinarias e de unidades de processamento de gás natural.

Parágrafo único. Para os fins previstos neste artigo, considera-se como ampliação de capacidade qualquer modificação de instalação industrial que:

I - aumente a capacidade de processamento de petróleo e de gás natural;

34
J

II - altere o perfil de produção ou a qualidade final dos produtos;

III - represente impacto ambiental ou altere as condições de higiene e segurança da instalação industrial.

Art. 2º - A autorização mencionada no Art. 1º será concedida pela ANP para a construção, ampliação de capacidade e operação, nas condições estabelecidas em Termo de Compromisso a ser assinado pelas empresas ou consórcio de empresas.

§ 1º - O Termo de Compromisso estabelecerá as datas de apresentação de documentos e relatórios pertinentes previstos no Regulamento Técnico anexo a esta Portaria, ajustadas às fases previstas na regulamentação do licenciamento ambiental (Licenças Prévia, de Instalação e de Operação).

Art. 3º - As empresas ou consórcios de empresas que atendam às disposições do Art. 5º da Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, estarão habilitadas a solicitar a autorização mencionada no Art. 1º desta Portaria.

Art. 4º - O pedido de autorização de que trata o Art. 1º desta Portaria será elaborado e instruído de acordo com o Regulamento Técnico ANP n.º 1/99, anexo a esta Portaria, que estabelece o procedimento padrão para a formalização do pedido de autorização e apresentação de dados e informações pelas empresas ou consórcios de empresas, interessados na construção, ampliação de capacidade e operação de refinarias e de unidades de processamento de gás natural.

Art. 5º - O pedido de autorização será analisado, pela ANP, no prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data do seu protocolo na ANP.

§ 1º - A ANP não concederá nova autorização a empresas ou a consórcios de empresas que, anteriormente, tenham deixado de realizar a construção, ampliação de capacidade e operação de refinarias e de unidades de processamento de gás natural de maneira injustificada ou tenham apresentado justificativa julgada improcedente pela ANP.

§ 2º - A ANP poderá solicitar às empresas ou aos consórcios de empresas interessados, dados e informações complementares àqueles já apresentados, caso em que, o prazo indicado no "caput" do presente artigo passará a ser contado da data de entrega desses dados e informações.

§ 3º - A ANP publicará no Diário Oficial da União o sumário do projeto descrito no pedido de autorização para o oferecimento de comentários e sugestões, no prazo de 30 (trinta) dias, preservando o sigilo das informações classificadas como confidenciais no Regulamento Técnico.

§ 4º - A outorga de autorização para a execução das atividades de que trata a presente Portaria não tem caráter de concessão e exclusividade de exercício da atividade, seja relativamente ao tempo ou seja em relação à localização do projeto.

35
f

Art. 6º - A ANP comunicará às empresas ou ao consórcio de empresas interessados, sobre o deferimento, indeferimento ou exigência de retificação do pedido de autorização, no prazo mencionado no caput do Art. 5º desta Portaria.

Art. 7º - As operações de construção e ampliação da capacidade de refinaria e de unidade de processamento de gás natural serão, obrigatoriamente, realizadas de acordo com o cronograma físico estabelecido no respectivo pedido de autorização.

§ 1º - Ocorrendo atraso no cronograma físico estabelecido, esse será comunicado imediatamente à ANP, com as devidas justificativas.

§ 2º - A ANP se pronunciará sobre a procedência das justificativas apresentadas pelas empresas ou consórcios de empresas autorizados, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do seu protocolo.

Art. 8º - A obtenção das licenças e autorizações exigidas pelos órgãos federais, estaduais e municipais, necessárias à execução das atividades de que trata a presente Portaria, será de responsabilidade da empresa ou do consórcio de empresas.

Art. 9º - As empresas ou consórcios de empresas, autorizados pela ANP, serão integralmente responsáveis por quaisquer danos materiais ou pessoais causados a terceiros ou que venham acarretar riscos à saúde pública e ao meio ambiente, devendo comunicá-los, imediatamente à ANP e aos órgãos pertinentes, obrigando-se a adotar as providências necessárias para sanar ou reduzir o seu impacto.

Art. 10 - A redução temporária ou permanente da capacidade de processamento de refinaria ou de unidade de processamento de gás natural que venha a ser programada deverá ser previamente autorizada pela ANP.

§ 1º - O pedido de autorização para redução da capacidade de processamento de refinaria ou de unidade de processamento de gás natural será instruído com as respectivas justificativas.

§ 2º - A ANP se manifestará sobre o pedido mencionado no parágrafo anterior, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do seu protocolo.

Art. 11 - Na hipótese de haver redução não intencional da capacidade de processamento de refinaria ou de unidade de processamento, essa será comunicada à ANP, com a respectiva justificativa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência.

Art. 12 - Os Terminais Marítimos e Dutos de Transferência ou Transporte, que transponham os limites das refinarias, deverão ter sua construção e operação autorizadas nos termos da Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, ou na legislação que venha a substituí-la.

Art. 13 - As empresas ou consórcios de empresas cuja titularidade tenha sido ratificada pela Autorização n.º 03, de 2 de fevereiro de 1998, publicada no D.O.U. em 6 de fevereiro de 1998, ficam obrigados a entregar à ANP os dados e informações relacionados no Regulamento Técnico anexo, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. As empresas mencionadas no caput entregarão, à ANP, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, os dados e informações relacionados no Regulamento Técnico, referentes às ampliações de refinarias e unidades de processamento de gás natural, realizadas no período compreendido entre o dia 6 de fevereiro de 1998 e a data da publicação da presente Portaria.

Art. 14 - Qualquer transferência ou alteração da titularidade e dos direitos de que trata esta Portaria será previamente submetida à aprovação da ANP, consoante o disposto no Art. 54 da Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, observando-se as normas e critérios ora fixados, bem como o disposto no Art. 5º e demais dispositivos da mencionada Lei.

Art. 15 - Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente, as autorizações de que trata esta Portaria serão imediatamente canceladas nos seguintes casos:

I - liquidação ou falência decretada;

II - extinção, judicial ou extrajudicial, da empresa ou do consórcio de empresas;

III - requerimento da empresa ou do consórcio de empresas autorizado;

IV - descumprimento de dispositivo desta Portaria ou de disposições legais aplicáveis.

Art. 16 - As dúvidas e controvérsias suscitadas na aplicação da presente Portaria serão dirimidas pela ANP, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do seu protocolo.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário, inclusive as Resoluções n.º 3, de 14 de maio de 1959 e n.º 10 de 5 de outubro de 1971, do extinto Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 18 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAVID ZYLBERSZTAJN

37
f**ANEXO****REGULAMENTO TÉCNICO N.º 1/99**

O Regulamento Técnico está descrito no Procedimento Padrão N.º PP-24, da Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural, apresentado a seguir, na formatação do Sistema da Qualidade interno.

Procedimento Padrão SISTEMA DE REGULAÇÃO DO REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL		Nº PP-24
Título: Requisitos técnicos, econômicos e jurídicos para a construção, ampliação de capacidade e operação de refinarias e de unidades de processamento de gás natural.		Origem: SRP
Emissão //	Ver. //	Aprovação
Palavras-chaves: regulação, autorização, refino, gás, compromisso, qualificação, portaria		
Referências:		
1. Lei n.º 9478 de 6 de agosto de 1997 - Lei do Petróleo		
2. Lei n.º 8666 de 21 de junho de 1993 (Licitações e Contratos)		
Indicador de Revisão: Versão 0 - 02/02/99		

1. OBJETIVO:

Este Procedimento Padrão estabelece normas e orientações para a formalização do pedido e obtenção da autorização, pelas empresas ou consórcio de empresas interessados na construção, ampliação de capacidade e operação de refinarias de petróleo e de unidades de processamento de gás natural.

2. APLICAÇÃO:

Este Procedimento Padrão é de cumprimento obrigatório para a formalização de pedido e obtenção de autorização da ANP, pelas empresas ou consórcio de empresas interessados na construção, ampliação de capacidade e operação de refinarias de petróleo e de unidades de processamento de gás natural.

3. NORMAS APLICÁVEIS:

As unidades de medida eventualmente utilizadas no pedido deverão obedecer a normas aprovadas pela ABNT.

38
J

4. DEFINIÇÕES:

Para efeito do disposto no presente Regulamento, complementarmente às Definições Técnicas contidas no Art. 6º da Lei n.º 9.478 de 6 de agosto de 1997, são definidos:

Capacidade nominal. É a máxima capacidade em m3/dia e t/dia, definidas pelo projeto, de carga processável por uma unidade de uma refinaria de petróleo ou planta de processamento de gás natural.

Carga. Petróleo ou produto intermediário, que é processado/tratado em uma unidade de uma refinaria de petróleo ou planta de processamento de gás natural.

Fator Operacional Anual (FOA) = $d \times 100 / n$ (onde, d = N.º de dias de operação no ano e n = N.º de dias no ano corrente);

Fator Operacional Efetivo (FOE) = $d \times 100 / e$ (onde, e = N.º de dias no ano efetivamente disponíveis para operar);

Fator de Utilização Efetivo (FUE) = $c \times 100 / C$ (onde, c = carga efetiva média diária no ano corrente e C = capacidade nominal).

Projeto Básico. É o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para definir os equipamentos e serviços necessários à execução da obra.

Projeto de Processo. É o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para definição do fluxograma das unidades que compõem a planta industrial.

5. CONSÓRCIO DE EMPRESAS:

Os consórcios de empresas que pretendam requerer junto à ANP a autorização de que trata este Regulamento Técnico, deverão comprovar a qualificação técnica do consórcio nos termos do quadro B.3 do item 6 deste Regulamento. As empresas reunidas em consórcio deverão, individualmente, comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal e capacidade econômico - financeira, nos termos elencados nos quadros B.1, B.2, B.4 e B.5 do item 6 deste Regulamento, atendendo ao disposto no Art. 5º da Lei n.º 9.478 de 6 de agosto de 1997.

6. Dados e Informações:

O requerimento de pedido de autorização também será instruído com os dados e informações apresentados na formatação e nos prazos indicados nos quadros dispostos à seguir:

39
J

a) Para cada um dos itens devem ser informados os aspectos mais relevantes, tanto para a fase de implantação como para a fase de operação. Onde couber, apresentar dados numéricos pertinentes.

b) Todos os itens dos Blocos B, C e E e os itens D2 e D3 são utilizados nos estudos de autorização da solicitação, constituindo-se, portanto em informações de caráter restritivo (indicados por INF. RESTRITIVA). Os demais itens, de caráter informativo, não restritivo, são utilizados em análises de planejamento e formação de banco de dados da ANP.

c) Os itens A4, A5, A7, todos do item B, C4, D1, D3, D5, todos os itens do bloco E e os itens G1 e G2 são considerados confidenciais (indicados por CONF.), razão pela qual não serão publicados para o oferecimento para comentários e sugestões.

d) Os prazos de entrega das informações, naqueles itens onde não há indicação no presente regulamento técnico, serão definidos no Termo de Compromisso.

A - IDENTIFICAÇÃO

A.1 - Denominação, Sigla e Nome do Proprietário da Instalação - Prazo: Na formulação do pedido.

A.2 - Localização (Macro e Micro. End. Completo, Latitude e longitude da origem das coordenadas) - Prazo: Na formulação do pedido.

A.3 - Resumo Histórico (Antecedentes, Evolução da Capacidade de Carga, etc.) - Prazo: Na formulação do pedido.

A.4 - Descrição (CONF) (Resumo Executivo sobre o projeto: objetivos, características gerais e configuração industrial básica dos processos unitários, análises iniciais e plano de execução) - Prazo: Na formulação do pedido.

A.5 - Investimento (CONF) (Total Estimado) - Prazo: Na formulação do pedido.

A.6 - Datas Previstas (Início e Término da Obra) - Prazo: Na formulação do pedido.

A.7 - Cronograma Físico (INF. RESTRITIVA) (Datas dos principais eventos, desde o começo das obras até o início dos procedimentos de operação das unidades de produção da refinaria) - Prazo: Na formulação do pedido.

A.8 - Estrutura de responsabilidades (CONF) (Nomes e endereços para contatos) - Prazo: Na formulação do pedido.

B - HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

40

2

B.1- Habilitação Jurídica (INF. RESTRITIVA) - (Razão social, endereço completo, estatuto ou contrato social acompanhado da última alteração, devidamente registrados, bem como o documento de eleição de seus administradores, quando se tratar de sociedade por ações.) - Prazos: Na formulação do pedido.

B.2 - Regularidade Fiscal (INF.RESTRITIVA) - (Prova de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC, Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo a sua sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal na sua sede, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. - Prazo: Na formulação do pedido.

B.3 - Qualificação Técnica (INF. RESTRITIVA) - (Constituir-se, ter no consórcio ou contratar empresa com experiência anterior comprovada, para assumir a operação de refinaria de petróleo e planta de processamento de gás natural. Comprovação de ter contratado, ou possuir em seu quadro de empregados, profissional devidamente reconhecido pela respectiva entidade profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica que o capacite a realizar as obras e serviços, bem como a operação das instalações que são objeto da autorização de que trata este Regulamento Técnico.) - Prazo: Na formulação do pedido.

B.4 - Capacidade Econômico-Financeira (INF. RESTRITIVA) - (Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já apresentados na forma da lei, que comprovem sua boa situação financeira, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor de sua sede; Fontes de recursos) - Prazo: Na formulação do pedido.

B.5 - Consórcio de Empresas (INF. RESTRITIVA) - (Documento de constituição do consórcio, subscrito pelas partes, registrado na forma do Art. 279 da Lei n.º 6404, de 15 de dezembro de 1976; Indicação da empresa líder responsável pelo consórcio e da empresa responsável pelas operações do complexo industrial.) - Prazo: Na formulação do pedido.

C - SAÚDE OCUPACIONAL, SEGURANÇA INDUSTRIAL E MEIO AMBIENTE

C.1- N.ºs. das Licenças do Órgão Ambiental (INF. RESTRITIVA) - Citar

C.2 - Laudo Técnico de Controle de Segurança (INF. RESTRITIVA) (Apresentar relatório sucinto mantendo em arquivo: Operação Segura, Emergência, Programa de Treinamento de Pessoal, Análises de Risco, Vulnerabilidade e Consequências, Mapas de Risco e de Ruído, Relatórios de Inspeção do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil e Plano de Emergência Interno e Externo)

C.3 - Inventário das substâncias tóxicas emitidas (INF. RESTRITIVA) (Água, ar e solo)

C.4 - Catalisadores químicos a serem utilizados (CONF) (INF. RESTRITIVA) (Nome e composição genérica)

D - ENGENHARIA

D.1 - Dados de Processo (CONF) (Fluxograma básico, perfil de produção e balanço global de massa, volume e energia)

D.2 - Normas de Engenharia a serem utilizadas (INF. RESTRITIVA) (Projeto e Construção, Fabricação de Tubos, Torres e Vasos, Reatores, Compressores e Equipamentos Rotativos, Elétricas) (Citar)

D.3 - Parque de Tanques (CONF) (INF. RESTRITIVA) (Apresentar as seguintes informações e mantendo as demais em arquivo, em observação à Resolução CNP 8/71 - DOU de 12/10/71: Item 1.3-Norma Aplicada NBR 7821; Item 2.2.2 - Memorial descritivo das obras e instalações a serem executadas; Item 2.2.5.1 - Tanques de armazenamento (dimensão, volume e produto armazenado); Item 2.2.8 - Planta geral indicando tanques, bacias de contenção, vias de acesso e do sistema adotado de combate a incêndio)

D.4- Contribuições para o desenvolvimento tecnológico (Incorporação de "know how" internacional, tecnologias de ponta envolvidas, integração com a indústria internacional, Centros de Pesquisa, Universidades, etc.) (Comentar)

D.5 - Licenciador e Companhia responsável pelo projeto de processo (CONF) (Citar)

E - OPERACIONAIS

E.1 - Medidas e providências a serem adotadas para aumento ou manutenção da continuidade operacional (CONF) (INF. RESTRITIVA) (Citar)

E.2 - Influência da nova instalação sobre o perfil de produção (CONF) (INF. RESTRITIVA) (Em caso de ampliação de refinarias. Descrever)

E.3 - Itens de Acompanhamento Operacional (CONF) (INF. RESTRITIVA) (Nos casos de unidades existentes. Médias mensais e anuais de FOA., FOE. e FUE.)

F - AMBIENTE EXTERNO

F.1- Influência sobre o desenvolvimento sócio-econômico local (Geração de empregos, transferência de tecnologia no treinamento de pessoal local,

42

técnicas e práticas inovativas de gerência, associação a outros setores da economia) (Comentar)

F.2 - Influências sobre o patrimônio cultural local (Comentar)

G - DADOS PARA PLANEJAMENTO DO ABASTECIMENTO

G.1 - Dados gerais das interligações (CONF) (com terminais, portos, clientes, e Cias. Distribuidoras)

G.2 - Recebimento e Carregamento (CONF) (Informar modalidades, número de plataformas e respectivas vazões)

G.3 - Mercado a ser atendido (Apresentar resumo)

43



ROTEIRO

DE INFORMAÇÕES

PARA ENQUADRAMENTO

Programa Especial de Crédito - PEC

Empresa: _____

Mês/Ano

Programa Especial de Crédito

Consulta Prévia

A *Consulta Prévia* deverá ser enviada em 3 (três) vias e conter todas as informações solicitadas no presente Roteiro (inclusive anexos) e acompanhada dos dois últimos Balanços e Demonstrativos de Resultados e do Balancete mais recente, bem como a árvore de participações societárias.

As demonstrações contábeis devem preencher as formalidades legais e serem apresentadas, de preferência, em papel timbrado da empresa, e obrigatoriamente com as assinaturas de seus representantes legais: do(s) diretor(es) ou sócio(s)-administrador(es) com poderes para representar a empresa e do contabilista responsável. No caso de empresas abertas, poderá ser aceita cópia dos relatórios analíticos publicados em jornais.

As informações deverão ser apresentadas de forma objetiva e concisa, sendo necessário abordar todos os itens e indicar aqueles que não são aplicáveis à solicitação.

As consultas que não atenderem às condições acima não poderão ser processadas pelo BNDES, devendo ser devolvidas aos interessados para as correções necessárias.

A *Consulta Prévia* deverá ser enviada, também, por correspondência eletrônica ou arquivo digital.

A *Consulta Prévia* deverá ser encaminhada para:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Área de Planejamento - AP

Departamento de Prioridades - DEPRI

Av. República do Chile, 100 - Protocolo - Térreo

20031-917 - Rio de Janeiro - RJ

ROTEIRO DE INFORMAÇÕES

1. EMPRESA

- Denominação Social:
- CNPJ:
- Setor de Atividade:
- Endereço da Sede:
- Endereço para Correspondência:
- Contato:
- Receita Operacional Bruta Anual – ROB (dd-mm-aa) = R\$

(Considerar Receita Operacional Bruta - ROB como a receita auferida no exercício fiscal anterior à entrada desta Consulta Prévia)

- Código CNAE do IBGE

- Composição do Capital

Controle do Capital -- mês/ano				
Controladores	Capital Social	%	Capital Total	%
TOTAL				

Comentários:

2- CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA/GRUPO

- Breve histórico das atividades da empresa, destacando apenas os fatos mais relevantes.
- Setores de atuação e principais produtos/marcas.
- Número de empregados.

3- PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Empresa:

Valores em R\$ mil

Indicadores	Set/2008	dez/2007	dez/2006
Receita Operacional Bruta			
Ativo Total			
Patrimônio Líquido			
Dívida Líquida*			
Receita Operacional Líquida			
EBITDA			
Lucro Líquido			
Margem EBITDA			
Margem Líquida			
Dívida Líquida / EBITDA			

* Dívida Líquida = Empréstimos mais Financiamentos mais Debêntures menos Disponibilidades e Aplicações Financeiras.

4 – OPERAÇÃO PLEITEADA

Valor: R\$

Modalidade:

Inst. Fiadora ou Agente Financeiro:

Informações bancárias da Beneficiária:

Banco – _____ (nº _____)

Conta corrente – nº _____

Agência - _____ (nº _____)

DOCUMENTOS JURÍDICOS – PEC- BNDES

DOCUMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO JURÍDICA (a serem exigidos pela AP/DEPRI, por ocasião do enquadramento, juntamente com as Fichas Cadastrais):

- 1) Estatuto ou Contrato Social da Postulante, com alterações societárias posteriores.
- 2) Ata de Eleição dos Órgãos de Administração da Postulante.
- 3) Quadros de Composição Societária e de Constituição do Capital Social da Postulante.
- 4) Declaração da Postulante, segundo a qual não estão configuradas, as vedações contidas na Constituição Federal, artigo 54, incisos I e II.
- 5) Declaração, segundo a qual inexistem contra a Postulante, ações judiciais em curso, bem como títulos protestados ou débitos de natureza fiscal, de âmbito estadual ou municipal, que comprometam ou possam vir a comprometer seu estado de solvabilidade ou, de qualquer modo, restringir sua capacidade de pagamento.
- 6) Declaração, na qual a Postulante atesta não estar descumprindo embargo de atividade nos termos do artigo 11 do Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007.
- 7) Declaração, na qual a Postulante atesta não ter sido notificada de qualquer sanção restritiva de direito, nos termos dos incisos I, II, IV e V art. 20 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.
- 8) Declaração sobre inexistência de atos, praticados pela Postulante, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.
- 9) Previamente à Contratação da Operação, deverão ser apresentadas as seguintes Certidões: CND ou CPEN – INSS; CND ou CPEN - Tributos Federais e à Dívida Ativa da União - SRF/PGFN, RAIS e FGTS.

(No caso de operações Indiretas, o Agente Financeiro deverá declarar o recebimento das certidões e declarações mencionadas).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS
SMF - DEPARTAMENTO DE RECEITA MUNICIPAL
AUTO DE INFRAÇÃO - INTIMAÇÃO**

PTred88c

NÚMERO DO AUTO DE INFRAÇÃO: 37/2008

1ª VIA: CONTRIBUINTE

FOLHA: 1

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Razão Social: ALBERTO PASQUALINI - REFAP S/A

C.N.P.J.: 04207640000128

Nº C.M.C.:56739

Atividade: SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

Endereço: AV: GETULIO VARGAS, 00011001

Bairro: VILA SAO LUIZ

Complemento:

Município: CANOAS - RS

INFRAÇÕES - ENQUADRAMENTO LEGAL

Aos 30 dias do mês de junho de 2008 às 15h horas, no uso de nossas atribuições legais, verificamos que o contribuinte acima qualificado deixou de reter e recolher o ISSQN, no âmbito da Substituição Tributária, sob o valor do BM n.º 077921-000000886202703500, de 01 de Outubro de 2003 (Falta de uniformidade no tratamento tributário), da empresa Skanska Brasil Ltda., integrando a base de cálculo oferecida a tributação, o que constitui infração ao disposto no (s) artigo (s) 3.º da Lei Municipal n.º 4504/2001, e alterações, sujeitos), portanto, a multa de 5000%, calculada sobre o ISSQN corrigido, prevista no (s) artigo (s) 1.º, Inc. I, Letra b, da Lei Municipal n.º 1783/77 e alterações, o que corresponde ao valor de R\$ 2.813,19 (Dois Mil e Oitocentos e Treze Reais e Dezenove Centavos).

DEMONSTRATIVO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO

ANO	RECEITA	ISSQN	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	ISSQN CORRIGIDO	JUROS	MULTA MORATÓRIA	ISSQN A PAGAR	MULTA POR INFRAÇÃO	TOTAL A PAGAR
2003	141.075,53	4.232,27	1.394,11	5.626,38	3.150,77	112,53	8.889,68		
Total	141.075,53	4.232,27	1.394,11	5.626,38	3.150,77	112,53	8.889,68	2.813,19	11.702,87

Is.: Atualização monetária, juros e multa moratória calculados conforme art. 92 da Lei Municipal 1783/79, com nova redação dada pelo art. 2º da Lei Municipal 4177/97 e art. 1º da Lei Municipal nº4607/01.

INTIMAÇÃO

Face a(s) irregularidade(s) apurada(s), fica o contribuinte supracitado, Intimado a recolher aos cofres públicos municipais a importância de R\$ 11.702,87 (Onze Mil e Setecentos e Dois Reais e Oitenta e Sete Centavos), dentro de um prazo de 20 dias a contar do recebimento desta ou a recorrer dessa imposição, em igual prazo.

Se nada alegar e não efetuar o pagamento nos prazos citados, será promovida a inscrição do débito em dívida ativa para efeito de cobrança judicial, com os acréscimos legais.

No exercício das funções de Fiscal Tributário, lavramos o presente AUTO DE INFRAÇÃO - INTIMAÇÃO que vai assinado por nós, e pelo contribuinte ou seu(s) representante(s), em poder de quem fica a 1ª via do presente documento.

ANEXOS QUE INTEGRAM O AUTO DE INFRAÇÃO

1)-Demonstrativo do Crédito Tributário, com as devidas atualizações 2)-Demonstrativo da composição da base de cálculo do ISSQN

FISCAL(IS) DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

NOME: JOSÉ CARLOS BEZNER

MATRÍCULA: 005838-6 ASSINATURA:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS
SMF - DEPARTAMENTO DE RECEITA MUNICIPAL
AUTO DE INFRAÇÃO - INTIMAÇÃO**

PTRcd89c

NÚMERO DO AUTO DE INFRAÇÃO: 37/2008

1ª VIA: CONTRIBUINTE

FOLHA: 2

NOME: RICARDO NIEDERAUER WEBER

MATRÍCULA: 009764-1 ASSINATURA:

CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE

NOME: Candice V. Fattori

ASSINATURA: *Mattori*CARGO: Advogada
Matr. 9754705

DATA DE CIÊNCIA E RECEBIMENTO: 30.06.08 às 15h

INSTRUÇÕES AO CONTRIBUINTE

1) REDUÇÃO DAS MULTAS DE INFRAÇÃO:

Em 50%, quando o pagamento do tributo for integralmente efetuado no prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação do Auto de Infração.

B) Em 25% quando no mesmo prazo for efetuado o parcelamento do tributo devido.

2) FORMAS DE PAGAMENTO:

2.1 À vista: De posse da 1ª Via do Auto de Infração, efetuar o pagamento no S.A.C. (Serviço de Atendimento ao Contribuinte) - Secretaria Municipal da Fazenda.

2.2 Parcelado:

Importante: De acordo com o § 3º, artigo 95, Lei 1943/79, incluído pela Lei 5143/06, o parcelamento não alcança débitos fiscais oriundos da falta de recolhimento aos cofres municipais do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) retido na fonte.

A) Relação de documentos:

- Comprovante de Identidade;
- Comprovante de endereço Residencial;
- Instrumento de Constituição, se pessoa jurídica;
- 1ª Via do Auto de Infração;
- Garantias fidejussórias equivalentes ao débito a ser parcelado, oferecidas pelo Sócio, Acionista ou Controlador no caso de parcelamento superior a 12 (doze) parcelas.

De posse dos documentos acima, o contribuinte deve requerer o parcelamento junto ao S.A.C. (Serviço de Atendimento ao Contribuinte) - Secretaria Municipal de Fazenda.

C) S.A.C. (Serviço de Atendimento ao Contribuinte):

- Endereço: Rua XV de Janeiro, 11 - Centro - Canoas
- Horário: 09:00 às 17:00 h
- Fone: (51) 3462.1567 (51) 3462.1569 - Fone/Fax: (51) 3462.1565

Total de Páginas que Compõem o Auto de Infração: 2



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS
SMF - DEPARTAMENTO DE RECEITA MUNICIPAL
VALORES CALCULADOS PARA AUTO DE INFRAÇÃO - INTIMAÇÃO

Página: 1
Data: 24/06/2008
Módulo: PTrcd86d

RAZÃO SOCIAL: ALBERTO PASQUALINI - REFAP S/A
RAMO DE ATIVIDADE: SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

CADASTRO MUNICIPAL: 56739
AUTO DE INFRAÇÃO: 37 / 2008

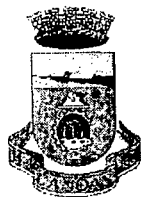
DEMONSTRATIVO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO

ALÍQUOTA DO ISSQN: 3,00%

ANO: 2003

MÊS	RECEITA	ISSQN	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	ISSQN CORRIGIDO	JUROS	MULTA MORATÓRIA	ISSQN A PAGAR
OUTUBRO	141.075,53	4.232,27	1.394,11	5.626,38	3.150,77	112,53	8.889,68
Total Ano	141.075,53	4.232,27	1.394,11	5.626,38	3.150,77	112,53	8.889,68

50



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECEITA MUNICIPAL**

51
1

À

REFINARIA ALBERTO PASQUALINI S.A

ANEXO DO AUTO-DE-INFRAÇÃO : 37-2008

EMPREITEIRO : SKANSKA BRASIL


CAPITULAÇÃO LEGAL DO FATO GERADOR DO ISSQN.


Serviço de engenharia, suprimento , e&m, eletromecânica, testes, condicionamento, assist .pré-operação e a partida e operação assistida da UGH.

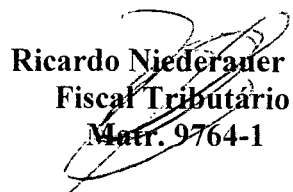
Item 7.02 da Lei Municipal 4818-03 e alterações

Data cientificação :

30.06.08


Candice V. Fattori
Advogada
Matr. 9754705


José Carlos Bezner
Fiscal Tributário
Matr. 5838-6


Ricardo Niederauer Weber
Fiscal Tributário
Matr. 9764-1

52
J

*
* ALBERTO PASQUALINI - REFAP S/A
*
*
* BOLETIM DE MEDICAO (BM)
*
*
* CONTRATO - 886.2.027.03-5
*
* NUMERO DO BM - 002
*
* ORGAO EMITENTE - REFAP S/A / PRESIDENTE - REFAP
*
* GERENTE GERAL - REFAP S/A
*
* FISCAL - CSP2
*
* MODALIDADE DE LICITACAO -
*
* M E D I C A O - PARCIAL
*
* PERIODO DE MEDICAO - 26/08/03 A 25/09/03
*
* DATA DO CALCULO - 03/10/03
*
* FATOR DE ATUALIZACAO - 0,0000 (SEM ATUALIZACAO)
*
* PRAZO / MODO PAGAMENTO - 30 DIAS FINAL DO SERVICO
*
* CGC / CPF DA CONTRATADA - 02.154.943/0001-02
*
* CONTRATADA - SKANSKA BRASIL LTDA.
*
* ULTIMA AVALIACAO - BAD 004 - BOM
*
* PERIODO DE AVALIACAO - 26/03/04 A 16/06/04
*
* MAO-DE-OBRA ALOCADA QT / % - 24 / 50,00%
*
* RESPONSABILIDADE SOLIDARIA - S
*
* RETENCAO DE INSS PJ - N
*

OBS: EXIGIR ENCARGOS SOCIAIS

53

R0567001 - BOLETIM DE MEDICAO (BM) - (REAL)

NUMERO BM - 002

DATA EMISSAO - 01/09/0

CONTRATO - 886.2.027.03-5

PAGINA -

OBJETO - RECUPERACAO 2 UNIDADES ENXOFRE, 1 UN.RECUPERADPRA GASES RESIDUAIS, 1 SOLIDIFICACAO EXPED.ENXOFRE, 1 EQUIP.D

CONTRATADA - 02.154.943/0001-02 - SKANSKA BRASIL LTDA.

PERIODO DE MEDICAO - 26/08/03 A 25/09/03

A S. NUM. ITEM		COD. SERVICO	UNIDADE	PRECO UNITARIO	Q U A N T I D A D E		
DESCRICAO DO SERVICO				V A L O R			
				ATE O MES ANTERIOR	N O M E S	T O T A L	
001							
1	03.526.778	VB		41.960.361,56	0,0383	0,0237	0,062
	PLANILHA SERVICOS		ANEXO XIX-A	1.607.081,85	993.484,61	2.600.566,4	
S U B T O T A L (R I)				1.607.081,85	993.484,61	2.600.566,4	

54

R0567001 - BOLETIM DE MEDICAO (BM) - (REAL)

NUMERO BM - 002

DATA EMISSAO - 01/09/03

CONTRATO - 886.2.027.03-5

PAGINA - 1

OBJETO - RECUPERACAO 2 UNIDADES ENXOFRE, 1 UN.RECUPERADPRA GASES RESIDUAIS, 1 SOLIDIFICACAO EXPED.ENXOFRE,1 EQUAL

CONTRATADA - 02.154.943/0001-02 - SKANSKA BRASIL LTDA.

PERIODO DE MEDICAO - 26/08/03 A 25/09/03

VALOR CONTRATUAL - 106.939.487,01

VALOR BASICO - 993.484,61

SALDO CONTRATUAL - 104.338.920,55

VALOR REAJUSTE - 0,00

VALOR ATUALIZACAO - 0,00

COMP. MUNICIPAL - 0,00

VALOR BRUTO - 993.484,61

DEDUCAO INSS AUT - 0,00

DESCONTO - 0,00

RETENCAO - 0,00

LIQUIDO PARCIAL - 993.484,61

IMPOSTOS FEDERAIS - 0,00

IMPOSTOS MUNICIP. - 0,00

DEDUCAO ADIANT. - 0,00

VALOR LIQUIDO - 993.484,61

PERCENTUAL REALIZACAO / VALOR - 2,43

PERCENTUAL REALIZACAO / PRAZO - 10,95

REALIZACAO (DIAS CORRIDOS) - 86

DIAS CORRIDOS PARA O FINAL - 699

OBSERVACAO :

ATESTAMOS QUE OS SERVICOS FORAM EXECUTADOS E QUE. CONTRATADA. LIBERACAO P/ PAGAMENTO. ORGAO DE APOIO CONTABIL
 OS VALORES ESTAO CONFORME INETA. CONTRATUAL

FISCALIZACAO. GERENTE

REFAP 5/A

PARA EFEITO DE CONTABILIZACAO PELA REGIME DE COMPETENCIA, CONSIDERAR O(S) SEGUINTE(S) FATOR(ES) PARA REAJUSTAMENTO:

ITEM	DATA REFER	FATOR	ITEM	DATA REFER	FATOR	ITEM	DATA REFER	FATOR	ITEM	DATA REFER	FATOR
03525778	00/00	1,0000									

55

R0567001 - BOLETIM DE MEDICAO (BM) - (REAL)

NUMERO BM - 002

DATA EMISSAO - 01/09/03

CONTRATO - 886.2.027.03-5

PAGINA -

OBJETO - RECUPERACAO 2 UNIDADES ENXOFRE, 1 UN.RECUPERADPRA GASES RESIDUAIS, 1 SOLIDIFICACAO EXPED.ENXOFRE,1 EQUAL.D

CONTRATADA - 02.154.943/0001-02 - SKANSKA BRASIL LTDA.

PERIODO DE MEDICAO - 26/08/03 A 25/09/03

APLICACAO DE CUSTO :

A.S.	CODIGO	TOTAL ATE MES ANTERIOR	TOTAL NO MES	ACUMULADO
001	R6717 R0294 R41109 C1005	12.588,11	-7.593,07	4.995,04
001	R6717 R3802 R13020 C1005	109.096,94	87.592,28	196.689,22
001	R6717 R3802 R13021 C1005	109.096,94	-81.047,84	28.049,10
001	R6717 R3802 R13022 C1005	46.156,40	-21.185,91	24.970,49
001	R6717 R3802 R13023 C1005	62.940,54	-31.248,71	31.691,83
001	R6717 R3802 R28006 C1005	62.940,54	13.903,75	76.844,29
001	R6723 R0294 R41109 C1005	79.724,69	51.023,88	130.748,57
001	R6723 R3802 R13020 C1005	318.898,75	288.670,47	607.569,22
001	R6723 R3802 R13021 C1005	318.898,75	288.670,47	607.569,22
001	R6723 R3802 R13022 C1005	109.096,94	111.144,61	220.241,55
001	R6723 R3802 R13023 C1005	201.409,74	134.189,23	335.598,97
001	R6723 R3802 R28006 C1005	176.233,52	159.365,45	335.598,97

APLICACAO DE DESEMBOLSO :

A.S.	CODIGO	TOTAL ATE MES ANTERIOR	TOTAL NO MES	ACUMULADO
001	R9389 R0294 E0025 E03000	12.588,11	-7.593,07	4.995,04
001	R9389 R3802 E0035 E03000	109.096,94	87.592,28	196.689,22
001	R9389 R3802 E0036 E03000	109.096,94	-81.047,84	28.049,10
001	R9389 R3802 E0037 E03000	62.940,54	13.903,75	76.844,29
001	R9389 R3802 E0042 E01000	46.156,40	-21.185,91	24.970,49
001	R9389 R3802 E0043 E01000	62.940,54	-31.248,71	31.691,83
001	R9394 R0294 E0025 E02000	79.724,69	51.023,88	130.748,57
001	R9394 R3802 E0035 E08000	318.898,75	288.670,47	607.569,22
001	R9394 R3802 E0036 E08000	318.898,75	288.670,47	607.569,22
001	R9394 R3802 E0037 E08000	176.233,52	159.365,45	335.598,97
001	R9394 R3802 E0042 E34000	109.096,94	111.144,61	220.241,55
001	R9394 R3802 E0043 E34000	201.409,74	134.189,23	335.598,97

AUTORIZACOES DE SERVICO :

A.S.	TOTAL ATE MES ANTERIOR	TOTAL NO MES	ACUMULADO	SALDO
001	1.607.081,85	993.484,61	2.600.566,46	101.653.457,41

ORGANOS A DEBITAR :

CODIGO	VALOR
886	993.484,61

R0567001 - BOLETIM DE MEDICAO (BM) - (REAL)
 NUMERO BM - 002
 CONTRATO - 886.2.027.03-5
 OBJETO - RECUPERACAO 2 UNIDADES ENXOFRE, 1 UN.RECUPERADPRA GASES RESIDUAIS, 1 SOLIDIFICACAO EXPED.ENXOFRE,1 EQUAL.D
 CONTRATADA - 02.154.943/0001-02 - SKANSKA BRASIL LTDA.
 PERIODO DE MEDICAO - 26/08/03 A 25/09/03

DATA EMISSAO - 01/09/03

PAGINA -

CONFERENCIA DE DOCUMENTOS

DADOS DO CONTRATO

CONTRATADA - SKANSKA BRASIL LTDA.
 CNPJ DA CONTRATADA - 02.154.943/0001-02
 NUMERO DO CRI - 357200140276
 CONTRATO - 886.2.027.03-5
 NOME GERENTE DO CONTRATO - JOSE CARLOS GOMEZ PALZA
 CHAVE GERENTE DO CONTRATO - SGY1
 NOME CONFERENTE - CARLOS ROBERTO ERTEL
 CHAVE DO CONFERENTE - CSP2
 GFIP NEGATIVA - N

DADOS DA FOLHA DE PAGAMENTO

MES/ANO DA FOLHA - 08/2003
 ALIQUOTA DE INSS - 23
 NUMERO DE EMPREGADOS FOLHA - 0002
 BASE DE CALCULO INSS FOLHA - 3.001,05
 DESCONTO INSS EMPREGADOS FOLHA - 330,11
 INFORMACOES GFIP
 NUMERO EMPREGADOS - 0002
 BASE DE CALCULO INSS - 3.001,05
 DESCONTO INSS EMPREGADOS - 330,11
 RECOLHIMENTO FGTS - 255,08
 VALOR INSS DA GPS - 1.020,35

ACUSAMOS O RECEBIMENTO E A CONFERENCIA DA COPIA DA FOLHA DE PAGAMENTO, DA GUIA DA PREVIDENCIA SOCIAL-GPS E DA GUIA DO FUNDO DE GARANTIA E INFORMACOES PREVIDENCIARIAS-GFIP, ESPECIFICA DO CONTRATO E REFERENTE A EMPRESA ACIMA.

ASSIM, CONCORDAMOS COM O PAGAMENTO DO BM DE NUMERO 002

R0567001 - B O L E T I M D E M E D I C A O (B M) - (R E A L)

N U M E R O B M - 002

DATA EMISSAO - 01/09/0

C O N T R A T O - 886.2.027.03-5

P A G I N A -

O B J E T O - RECUPERACAO 2 UNIDADES ENXOFRE, 1 UN.RECUPERADPRA GASES RESIDUAIS, 1 SOLIDIFICACAO EXPED.ENXOFRE,1 EQUAL.D

C O N T R A T A D A - 02.154.943/0001-02 - SKANSKA BRASIL LTDA.

P E R I O D O D E M E D I C A O - 26/08/03 A 25/09/03

ITEM	VALOR ITEM	COD DEDUCAO	VALOR DA DEDUCAO	VALOR LIQUIDO
------	------------	-------------	------------------	---------------

58

PETROBRAS
MQI3501

*** CONTAS A PAGAR EM MOEDA NACIONAL ***

*** CONSULTA FATURA ***

Contrato: < 886 2 027 03 5 > BM: < 002 > BR: < > CGC/CPF: 02154943000102
Validador: RFDY - KAREN FREITAS 8572534 Data Vencto: 29-10-03
Fatura: 98 Indicacao Suspensao: N Num. Transacao: 80540
Bordero Emitido: SIM Nor/Pre-pag/Urg: N Num. OPBU:
Data Emissao: 7-10-03 Data Apresent.: 10-10-03 Data Pagto: 30-10-03
Orgao Pagador: 886 Banco Centralizador: BB C.Compensacao: 018
Banco: 237 Agencia: 3396 0 EMPRESA SANTO AMARO-SP C.Corrente:
000097375 0

Portador: -

Imposto Renda - Base Calculo IRRF: 993.484,61 Cod. Rendimento: 170800

Tp Pag: S/BOLETO D+1(S)

Valor Bruto :	993.484,61
0006 I.S.S. :	29.804,54

/
Deducoes: I
Documentos/ I
Codigos/ <-+
Desericoes/ I
Valores I

Obs:

Valor Liquido : 963.680,07

Navegacao : < 3 06 01 00 >

Q09D0007I Fim de consulta

PA2 Retorna

ENTER Processa PF1 Ajuda PF2 Limpa PF6 Navega PF7 Volta PF8 Avanca

02.154.943/0001-02
SADEBRAS LTDA.
 SKANSKA BRASIL LTDA.

Rua Verbo Divino, 1.547 - 7º andar
 Conj. 701 - Granja Julieta - CEP 04719-002
 São Paulo - SP

Av. São Gabriel, 333 - 8º andar - Conj. 82 - Cep 01435-001
 Jardim Paulista - São Paulo - SP

Nota Fiscal Fatura de Serviços

MODELO 59
 1.ª VIA

Nº

098

Av. São Gabriel, 333 - 8º andar - Conjunto 82
 São Paulo Estado de São Paulo

Inscrição no CGC/CPF (MF) Nº 02.154.943/0001-02

Inscrição no C.C.M. Nº 2.629.161-7

Natureza da Operação: Construção Civil

Prestação de Serviço de: Construção Civil

Data da Emissão 07 / Outubro / 2003

FATURA Nº	FATURA/DUPLICATA	DUPLICATA	VENCIMENTO	PARA USO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
	VALOR R\$	Nº DE ORDEM		
098	993.484,61	098	25/10/2003	

Desconto de até

Condições Especiais

Nome do Sacado: Alberto Pasqualini - REFAP S.A.

Endereço Av. Getulio Vargas, 11.001

Município: Canoas

Estado: RS

Praça de Pagamento:

Inscr. C.C.M.

Inscr. CGC/CPF (M.F.) 04.207.640/0001-28

Inscr. Est. 024/0311698

Valor por
Extensão

Novecentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e seis e sessenta e um centavos.

Deve(m) à Sadebras Ltda., estabelecida à Av. São Gabriel, 333 - 8º andar - Conjunto 82 - São Paulo a importância acima, correspondente à Nota Fiscal - Fatura de Serviços acima discriminado.

Unidade	Quantidade	Discriminação (ou Notas Fiscais, Série e Data)	PREÇOS R\$	
			UNITÁRIO	TOTAL
		Valor referente boletim de medição Nº 02 Dos Serviços de implantação de duas unidades recuperadoras de enxofre. Contrato nº 886-2-027/03-5 CEI nº 35.720.01402/76 Não se aplica a retenção para a seguridade social conforme instrução Nº 69 de 10/05/02 Art. 40 item I letra " i " Retenção ISS 3% = R\$ 29.804,54		993.484,61
Valor Total da Nota Fiscal - Fatura de Serviços R\$				993.484,61

00x4 - 001 a 2

Recebi(emos) de SADEBRAS LTDA., os serviços constantes da Nota Fiscal - Fatura de Serviços.

Local e Data

Carimbo e Assinatura

Nº

098

60

Razão Analítico de Fornecedores - ano 2003 (somente empresa Skanska do Brasil Ltda)

MOLO	LC TO	LC TO	CONT	RECO	LC TO	LC TO	LC TO	LC TO	LC TO
CD	DT	NR	CD	CD	TX	VL	OFICIAL	DT	
SISID	EFETIVA	SEQ	CONTA	CONTA	DESC	D/C		MEMO	
SCP	01.10.2003	8	2101001	2154943000102	BM077921 00000086202703500	2	SKANSKA BRASIL LTDA.	C	(1.134.560,14)
SCP	01.10.2003	8	2101001	2154943000102	BM077921 00000086202703500	2	SKANSKA BRASIL LTDA.	D	141.075,53
SCP	30.10.2003	212	2101001	2154943000102	BM077921 08034098		SKANSKA BRASIL LTDA.	D	993.484,61
									25.09.2003
									Valor medido do BM
									Ajuste de custos de BM anteriores
									Valor pago ao fornecedor

RAZÃO REFINÁRIA ALBERTO PASQUALINI

SCP 01.04.2003	1	2101001	2.13015E+12	BM058656 0610451052	INTERMÉDIO LEITOR LTDA	D	1.800,00	01.04.2003
SCP 27.01.2004	159	2101001	2.13015E+12	BM087024 0886131258	INTERMÉDIO LEITOR LTDA	D	1.800,00	27.01.2004
SCP 30.06.2003	198	2101001	2.13015E+12	BM066914 0895601116	INTERMÉDIO LEITOR LTDA	D	1.800,00	30.06.2003
SCP 27.01.2003	170	2101001	2.13015E+12	BM053298 0561571015	INTERMÉDIO LEITOR LTDA	D	1.800,00	27.01.2003
SCP 16.12.2003	56	2101001	2.13015E+12	BM080467 0847531216	INTERMÉDIO LEITOR LTDA	D	1.800,00	16.12.2003
SCP 31.05.2004	218	2101001	2.13015E+12	BM097308 100108133304	INTERMÉDIO LEITOR LTDA	D	1.800,00	31.05.2004
SCP 29.03.2004	200	2101001	2.13015E+12	BM091498 0939991297	INTERMÉDIO LEITOR LTDA	D	1.800,00	29.03.2004
SCP 29.04.2003	175	2101001	2.13015E+12	BM060987 0635881071	INTERMÉDIO LEITOR LTDA	D	1.800,00	29.04.2003
SCP 28.05.2003	181	2101001	2.13015E+12	BM063903 0685271090	INTERMÉDIO LEITOR LTDA	D	1.800,00	28.05.2003
SCP 05.03.2004	5	2101001	2.13015E+12	BM089274 0917821288	INTERMÉDIO LEITOR LTDA	D	1.800,00	05.03.2004
SCP 27.02.2003	147	2101001	2.13015E+12	BM056437 0585701033	INTERMÉDIO LEITOR LTDA	D	1.800,00	27.02.2003
SCP 28.10.2003	189	2101001	2.13015E+12	BM077523 0803631197	INTERMÉDIO LEITOR LTDA	D	1.800,00	28.10.2003
SCP 28.07.2003	168	2101001	2.13015E+12	BM069683 0720231135	INTERMÉDIO LEITOR LTDA	D	1.800,00	28.07.2003
SCP 20.06.2004	161	2101001	2.15494E+12	BM102803 000000886202703501	SKANSKA BRASIL LTDA	C	-1.682.535,68	20.06.2004
SCP 01.09.2003	102	2101001	2.15494E+12	BM076586 000000886202703500	SKANSKA BRASIL LTDA	C	-1.607.081,85	25.08.2003
SCP 01.10.2003	8	2101001	2.15494E+12	BM077921 000000886202703500	SKANSKA BRASIL LTDA	C	-1.134.560,14	25.09.2003
SCP 25.10.2003	223	2101001	2.15494E+12	BM080732 000000886202703500	SKANSKA BRASIL LTDA	C	-885.907,37	25.10.2003
SCP 25.11.2003	198	2101001	2.15494E+12	BM083458 000000886202703500	SKANSKA BRASIL LTDA	C	-1.150.363,96	25.11.2003
SCP 25.12.2003	193	2101001	2.15494E+12	BM086043 000000886202703500	SKANSKA BRASIL LTDA	C	-1.195.465,32	25.12.2003
SCP 25.01.2004	238	2101001	2.15494E+12	BM089252 000000886202703500	SKANSKA BRASIL LTDA	C	-1.130.425,61	25.01.2004
SCP 25.03.2004	267	2101001	2.15494E+12	BM094493 000000886202703500	SKANSKA BRASIL LTDA	C	-1.486.542,12	25.03.2004
SCP 25.04.2004	215	2101001	2.15494E+12	BM094493 000000886202703500	SKANSKA BRASIL LTDA	C	137,54	25.03.2004
SCP 25.05.2004	249	2101001	2.15494E+12	BM097279 000000886202703500	SKANSKA BRASIL LTDA	C	-1.171.311,33	25.04.2004
SCP 04.03.2004	4	2101001	2.15494E+12	BM100283 000000886202703500	SKANSKA BRASIL LTDA	C	-1.616.157,47	25.05.2004
SCP 30.01.2004	211	2101001	2.15494E+12	BM089252 091757103	SKANSKA BRASIL LTDA	D	1.130.425,61	04.03.2004
SCP 30.10.2003	212	2101001	2.15494E+12	BM086043 089127101	SKANSKA BRASIL LTDA	D	1.195.465,32	30.01.2004
SCP 27.05.2004	184	2101001	2.15494E+12	BM097279 099711111	SKANSKA BRASIL LTDA	D	993.484,61	30.10.2003
SCP 29.04.2004	186	2101001	2.15494E+12	BM094493 097056104	SKANSKA BRASIL LTDA	D	1.171.311,33	27.05.2004
SCP 30.06.2004	183	2101001	2.15494E+12	BM100283 103290112	SKANSKA BRASIL LTDA	D	1.486.404,58	29.04.2004
SCP 23.10.2003	135	2101001	2.15494E+12	BM076586 07968696	SKANSKA BRASIL LTDA	D	1.616.157,47	30.06.2004
SCP 06.01.2004	62	2101001	2.15494E+12	BM083458 087768100	SKANSKA BRASIL LTDA	D	1.607.081,85	23.10.2003
SCP 28.11.2003	188	2101001	2.15494E+12	BM080732 08336999	SKANSKA BRASIL LTDA	D	1.150.363,96	06.01.2004
SCP 01.06.2003	108	2101001	2.19413E+12	BM068772 000000886302102200	SECCO ENGENHARIA LTDA	C	885.907,37	28.11.2003
SCP 22.07.2003	125	2101001	2.19413E+12	BM068772 07155987	SECCO ENGENHARIA LTDA	C	-90.000,00	31.05.2003
SCP 25.12.2003	214	2101001	2.21498E+12	BM086267 000000886300303501	0 FONTE AZUL COMERCIO DE BE	C	90.000,00	22.07.2003
SCP 25.01.2004	238	2101001	2.21498E+12	BM089270 000000886300303501	0 FONTE AZUL COMERCIO DE BE	C	-7.056,68	25.12.2003
SCP 01.04.2003	8	2101001	2.21498E+12	BM061158 000000886300303500	1 FONTE AZUL COMERCIO DE BE	C	-6.471,85	25.01.2004
SCP 25.04.2003	190	2101001	2.21498E+12	BM063711 000000886300303500	1 FONTE AZUL COMERCIO DE BE	C	-6.367,83	25.03.2003
SCP 25.02.2004	168	2101001	2.21498E+12	BM091488 000000886300303501	2 FONTE AZUL COMERCIO DE BE	C	-6.497,49	25.04.2003
SCP 25.05.2003	179	2101001	2.21498E+12	BM066454 000000886300303501	3 FONTE AZUL COMERCIO DE BE	C	-7.630,64	25.02.2004
SCP 25.03.2004	267	2101001	2.21498E+12	BM094503 000000886300303501	3 FONTE AZUL COMERCIO DE BE	C	-5.649,61	25.05.2003
SCP 25.06.2003	209	2101001	2.21498E+12	BM069677 000000886300303500	4 FONTE AZUL COMERCIO DE BE	C	-7.098,67	25.03.2004
SCP 25.04.2004	215	2101001	2.21498E+12	BM097307 000000886300303501	4 FONTE AZUL COMERCIO DE BE	C	-6.016,45	25.06.2003
SCP 25.05.2004	249	2101001	2.21498E+12	BM100311 000000886300303501	5 FONTE AZUL COMERCIO DE BE	C	-8.026,52	25.04.2004
SCP 25.07.2003	209	2101001	2.21498E+12	BM072409 000000886300303500	5 FONTE AZUL COMERCIO DE BE	C	-11.785,22	25.05.2004
							-5.319,53	25.07.2003

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DEPARTAMENTO TRIBUTÁRIO

30 JUL 2008

61
Certifico e dou fé que a presente cópia
confere com o original a mim apresentado

Ricardo Niederauer Weber
Fiscal Tributário
Matr. 9764-1

José Carlos Bezner
Fiscal Tributário
Matr. 5838-6

O CONTRATO DE EMPREITADA INTEGRAL A PREÇO GLOBAL (LUMP SUM) E PRAZO DETERMINADO PARA A IMPLANTAÇÃO DE DUAS UNIDADES RECUPERADORAS DE ENXOFRE, UMA UNIDADE RECUPERADORA DE GASES RESIDUAIS (TAIL GAS), UMA UNIDADE DE SOLIDIFICAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE ENXOFRE, UMA UNIDADE DE EQUALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS E TODAS AS INTERLIGAÇÕES DESSAS UNIDADES AOS SISTEMAS EXISTENTES (OFF-SITES), QUE ENTRE SI CELEBRAM A ALBERTO PASQUALINI - REFAP S. A. E SKANSKA S. A.

ALBERTO PASQUALINI - REFAP S. A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n. 04.207.640/0001-28, com sede na Av. Getúlio Vargas, 11.001, Canoas, Rio Grande do Sul - RS, doravante denominada REFAP, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente Hildo Francisco Henz e a SKANSKA S. A., com sede em Buenos Aires, Argentina, na Avenida Roque Saénz Peña, 788, inscrita no CUIT sob o Nº 30.65442469-8, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Procurador, Sr. Alfredo Rafael Collado, cada uma isoladamente denominada também de PARTE, e, conjuntamente, de PARTES, têm entre si ajustado o presente Contrato, conforme autorização da DIRETORIA EXECUTIVA, constante na ata nº 59, item 1, de 29/04/2003.

CONSIDERANDO

- a) que as Partes contratantes estão cientes da regra contida no Art. 157 do Código Civil, não se verificando na presente contratação qualquer fato ou obrigação que possa vir a ser caracterizada como lesão;
- b) que as prestações a serem assumidas pelas Partes contratantes são reconhecidas por ambas como manifestamente proporcionais;
- c) que a proporcionalidade das prestações assumidas são decorrentes de valores vigentes ao tempo em que é celebrado o presente negócio jurídico; e
- d) que as partes contratantes estão cientes de todas as circunstâncias e regras que norteiam o presente negócio jurídico, e detêm experiência nas atividades que lhe competem por força deste contrato, para os efeitos do Art. 157, do Código Civil.

Celebram o presente contrato, vinculando-se as partes ao convite internacional nº 886.8.063.02-9 e sujeitando-se às seguintes Cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a implantação, pela CONTRATADA, sob o regime de empreitada integral, a preço global (lump sum) e prazo determinado, de duas Unidades Recuperadoras de Enxofre (U-0307/U-0308), uma Unidade Recuperadora de Gases Residuais (U-0309), uma UNIDADE de Solidificação, Armazenamento e Expedição de Enxofre (U-0310), uma unidade de Equalização e Distribuição de Águas Residuais (U-1300) e todas as interligações entre estas unidades (off-sites) com os sistemas existentes da REFAP (doravante o EMPREENDIMENTO), compreendendo, mas não se limitando, a: (I) verificação da consistência de dados dos projetos básicos de processo e do projeto conceitual dos sistemas complementares; (II) complementação do projeto básico das unidades de processo, projeto básico dos sistemas complementares e projeto de detalhamento; (III) suprimento de materiais e equipamentos; (IV) construção civil; (V) montagem industrial; (VI) transporte, estocagem, proteção e acondicionamento; (VII) realização de testes, incluindo teste operacional de sistemas; (VIII) testes de desempenho das unidades; (IX) comissionamento e apoio à partida; e (X) operação assistida.
- 1.2. O escopo das obras, serviços e fornecimentos a serem prestados pela CONTRATADA, encontra-se detalhado no Memorial Descritivo, Anexo I do CONTRATO e demais Anexos, e, dentre outros itens, compreende, mas não se limita a:
- 1.2.1. Elaboração do projeto, incluindo:
- 1.2.1.1 Verificação da Documentação Técnica entregue pela REFAP;
- 1.2.1.2 Verificação da consistência de dados do projeto básico de processo das Unidades ("on-site" e "off-site");
- 1.2.1.3 Verificação da consistência dos dados de Projeto Conceitual dos Sistemas Complementares das Unidades ("on -site" e "off-site");
- 1.2.1.4 Complementação do projeto básico das Unidades de Processo ("on-site" e "off-site");
- 1.2.1.5 Elaboração do Projeto Básico dos Sistemas Complementares das Unidades de Processo ("on-site" e "off-site");
- 1.2.1.6 Elaboração dos Projetos de detalhamento das Unidades ("on -site" e "off-site") e dos Sistemas Complementares das Unidades ("on -site" e "off-site").
- 1.2.1.7 "As built" de toda documentação de engenharia e "rasterização" de todos os documentos necessários para execução do projeto de escopo da CONTRATADA, incluindo os "off-sites".
- 1.2.2. Fornecimento de todos os materiais e equipamentos, incluindo todo o ferramental necessário à implantação do EMPREENDIMENTO.

- 1.2.3. Construção Civil.
- 1.2.4. Montagem Industrial.
- 1.2.5. Transporte, Condicionamento e Acondicionamento (Preservação).
- 1.2.6. Testes Operacionais de sistemas e Testes de Desempenho.
- 1.2.7. Apoio à partida.
- 1.2.8. Assistência à operação das Unidades, provendo recursos e tecnologia necessários à perfeita operação das mesmas.
- 1.2.9. Fornecimento dos sobressalentes, mão de obra e materiais, no período de Operação Assistida, conforme descrito no "Memorial Descritivo do Empreendimento" - Anexo I e "Critérios para Fornecimento de Sobressalentes" - Anexo VIII-C deste Contrato.
- 1.2.10. Acompanhamento dos testes de desempenho, apurando junto à REFAP os indicadores necessários à avaliação operacional das unidades.
- 1.3. A CONTRATADA garante ter verificado a Documentação Técnica entregue pela REFAP, bem como garante ter verificado a consistência de dados do projeto básico de processo das Unidades ("on-site" e "off-site") e a consistência dos dados de projeto conceitual dos sistemas complementares das Unidades ("on -site" e "off-site"), assegurando que o EMPREENDIMENTO será implantado modo que ao final será capaz de cumprir com todos os requisitos definidos no projeto conceitual fornecido pela REFAP
- 1.4. Os serviços objeto do presente Contrato estão compreendidos no Plano Anual de investimentos da REFAP, como segue:
 - Órgão/Empreendimento: 886
 - Código de Aplicação de Custo: R6476
 - Atividade: J9000 - Outros Gastos de Engenharia
 - Eventos: E0035, E0036, E0037, E0038, E0039
 - Ordens de Trabalho: R3802, R3803, R3804, R4024, R4025, R0294
 - Centro de Responsabilidade: R130
 - Código de Aplicação de Desembolso: R9281

Unidades de Investimento: R13020 (Unidade Recuperadora de Enxofre IV - U0307), R13021 (Unidade Recuperadora de Enxofre V - U0308), R28006 (Tail Gas - U0309), R13022 (Unidade de Solidificação e Expedição de Enxofre - U-0310), R13023 (Unidade de Equalização e Distribuição de Águas Residuais - U1300), R41109 (Off-sites).

- 1.5. A CONTRATADA declara que os custos com os investimentos de mobilização serão amortizados durante o período de vigência deste contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - MODO DE EXECUÇÃO

- 2.1. Todas as obras, serviços e fornecimentos que integram o EMPREENDIMENTO deverão observar rigorosamente os projetos básicos e conceituais, especificações, requisitos de qualidade, utilidade, resistência e segurança recomendados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e/ou demais normas técnicas brasileiras e/ou estrangeiras aplicáveis, critérios de projeto, normas técnicas e condições específicas descritas no Memorial Descritivo – Anexo I, bem como demais Anexos deste CONTRATO.
- 2.2. A CONTRATADA deverá utilizar as mais atualizadas técnicas e recursos em projeto, planejamento, gerenciamento, construção civil, montagem industrial, condicionamento e manutenção, garantindo qualidade e adequação das instalações construídas, em termos de desempenho, operabilidade e segurança.
- 2.3. A CONTRATADA permitirá livre acesso do pessoal credenciado da REFAP às instalações onde os serviços estiverem se desenvolvendo e a todas as informações técnicas ou gerenciais relevantes para o acompanhamento dos trabalhos nas diversas fases do empreendimento.
- 2.4. A CONTRATADA deverá formular planos, procedimentos e métodos para execução dos serviços, programando seus recursos, de modo a cumprir integralmente o objeto do Contrato, nos prazos estabelecidos.
- 2.5. Os estudos, memórias de cálculos, projetos, especificações e demais documentos elaborados pela CONTRATADA pertencerão à REFAP, que poderá utilizá-los sem que caiba qualquer ônus, inclusive para ampliações ou construções de obras semelhantes da própria REFAP.
- 2.6. Os serviços de Construção e Montagem das unidades se realizarão na área física definida no Plano Diretor RE-1000-100-110.
- 2.6.1. Além das áreas acima, a REFAP disponibilizará as áreas indicadas no Memorial Descritivo - Anexo I do Contrato, para acesso às obras e instalações de canteiros e facilidades eventualmente necessárias nas quantidades definidas neste documento aos serviços da CONTRATADA.
- 2.6.2. Os demais serviços da CONTRATADA tais como projeto, gerenciamento, processamento de compras, preparação e fabricação de materiais e equipamentos, serão executados em seus escritórios e oficinas ou outros locais, a critério e às expensas da CONTRATADA.

- 2.6.2.1 A gerência geral do contrato, bem como a atividade de planejamento do EMPREENDIMENTO, durante toda a sua vigência, deverá obrigatoriamente ser desenvolvida no Brasil.
- 2.7. A CONTRATADA realizará os serviços de acordo com as especificações, desenhos, requisitos e demais elementos constantes dos anexos do presente Contrato ou, na ausência de especificações, de acordo com a boa prática de engenharia usualmente aceita. A CONTRATADA realizará, sem ônus adicional para a REFAP, todos os serviços necessários à correção de quaisquer falhas ou deficiências que forem consideradas de sua responsabilidade, nos termos do presente Contrato.
- 2.8. Para efeito do presente CONTRATO, não deverão ser considerados eventuais registros em documentos de projeto básico que pretendam atribuir responsabilidades específicas a terceiros, tais como projetistas ou fabricantes de equipamentos ou empresas de montagem industrial, uma vez que esta contratação é em regime de empreitada integral.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 3.1. Fornecer às suas expensas todos os recursos de gerência, supervisão, mão-de-obra, equipamentos de construção e montagem, ferramentas, materiais consumíveis, combustíveis, lubrificantes, materiais, equipamentos e sobressalentes necessários aos estudos, projetos, planejamento, construção, montagem, condicionamento, testes, apoio à partida e operação assistida das unidades, em todos os locais de execução dos serviços, arcando, inclusive, com o adicional de periculosidade para os trabalhos executados na área da REFAP.
- 3.2. Arcar com todos os encargos fiscais e despesas necessárias à implantação do EMPREENDIMENTO, decorrentes da execução dos serviços e fornecimentos ora contratados, perante todos os órgãos municipais, estaduais e federais no Brasil e no exterior.
- 3.3. Durante a fase de implantação das Unidades e na fase de Operação Assistida, obriga-se a CONTRATADA a efetuar o seguro "Builder's All Risk" no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Este seguro deverá incluir, sem limitar-se a, responsabilidade civil perante a REFAP.
- 3.3.1. Este seguro deverá ser efetuado às expensas da Contratada, em até 30 dias após a assinatura deste Contrato, devendo ser renovado anualmente. A companhia Seguradora deverá ser previamente aprovada pela REFAP.
- 3.4. Cumprir integralmente este CONTRATO e seus anexos, responsabilizando-se, administrativa e tecnicamente, pela direção, supervisão, planejamento, cumprimento dos prazos e pela execução da implantação do EMPREENDIMENTO, dentro da qualidade especificada e dos prazos acordados, assumindo integral responsabilidade pelo cumprimento de todas

as obrigações previstas neste CONTRATO, quer sejam realizadas por si, quer por empresas subcontratadas.

- 3.5. A aprovação, pela REFAP, de documentos referentes ao projeto, suprimento, construção e montagem, condicionamento ou operação, não limita nem modifica a responsabilidade da CONTRATADA pela execução do objeto do presente CONTRATO.
- 3.6. Designar, como responsáveis pela implantação do EMPREENDIMENTO, profissionais devidamente capacitados para a função, atendendo aos Requisitos para as Funções de Gerência do Empreendimento - Anexo IV do presente CONTRATO.
- 3.7. Obedecer às diretrizes e exigências específicas estabelecidas pela REFAP no presente CONTRATO e seus Anexos.
- 3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à REFAP ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste CONTRATO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela fiscalização ou acompanhamento da REFAP.
- 3.9. Apresentar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, relatório mensal detalhando o andamento dos serviços de modo a demonstrar a evolução da execução do planejamento e as ações da Contratada para garantir a execução da obra nos prazos contratados.
- 3.10. Responsabilizar-se pela manutenção e segurança das áreas do canteiro e das diversas frentes de serviço e seus acessos, mantendo-os em boas condições e executando os serviços de drenagem e regularização do terreno que forem necessários.
- 3.11. É vedada a geração, pela Contratada, de passivo ambiental e de segurança de qualquer natureza durante a execução do presente Contrato e como decorrência deste.
 - 3.11.1. Sendo constatada a existência de passivo ambiental e de segurança, será lavrado pela Fiscalização da REFAP contra a Contratada um Termo de Declaração de Responsabilidade sobre referidos passivos, o qual, desde a data de assinatura do Contrato, constitui-se em obrigação da Contratada, ficando esta na responsabilidade de sanar as situações apontadas na forma e prazo indicados pela REFAP, salvo se outra forma ou prazo for imposto pelos órgãos públicos competentes.
- 3.12. As obrigações e disposições estabelecidas nos anexos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional, anexos XI, XI-A, XI-B e XI-C integram as cláusulas previstas no presente instrumento contratual para todos os efeitos legais e de direito.

- 3.13. Previamente à execução de quaisquer serviços de radiografia industrial, a CONTRATADA, adicionalmente às prescrições de Segurança Industrial constantes da legislação e regulamentos em vigor, deverá apresentar à Fiscalização carta da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), aprovando o Sistema de Controle Físico e o Plano para Situações de Emergência adotados pela CONTRATADA, bem como as Instruções fornecidas aos seus empregados quanto aos riscos e precauções a serem observados, além dos atestados de verificação e aferição dos equipamentos de monitorização e dosimetria, tudo em conformidade com as normas em vigor, baixadas pela CNEN.
- 3.13.1. Na mesma oportunidade, a CONTRATADA deverá submeter à Fiscalização nomes e currículos do Supervisor de Proteção Radiológica e seus prepostos, encarregados de garantir, especialmente em situações de emergência, a segurança de todas as pessoas que, dados o local e condições dos serviços, possam vir a ser expostos às radiações deles decorrentes.
- 3.14. Implantar e manter, às suas expensas, durante todo o prazo contratual, um sistema de garantia da qualidade dos serviços contratados, de acordo com os Requisitos para o Sistema da Qualidade - Anexo IX, do presente contrato, obrigando-se, ainda, com relação a esse assunto, a: 3.14.1 Proceder, às suas expensas, a todas as qualificações de operários especializados e dos procedimentos de fabricação, construção e montagem, dentro dos critérios ditados pelas normas vigentes e expedir os respectivos certificados, conforme o Sistema da Qualidade requerido no presente Contrato e seus Anexos.
- 3.15. Executar ensaios não destrutivos adicionais, resultantes do aumento de amostragem em decorrência de defeitos detectados nos serviços.
- 3.16. Executar ensaios e testes adicionais, sempre que a FISCALIZAÇÃO julgar necessário, para assegurar a qualidade requerida para serviços, equipamentos ou materiais de fornecimento da CONTRATADA, aplicando-se, neste caso, o disposto no item 12.2.10 deste Contrato.
- 3.17. Organizar e implantar um sistema de condicionamento compatível com o Sistema da Qualidade, visando especificar e controlar as atividades de preservação, testes, verificação de funcionamento e operação simulada de todos os equipamentos e sistemas a serem instalados nas unidades, conforme Anexos XII-A, XII-B e XII-C
- 3.18. Promover, para as atividades desenvolvidas no Brasil, a "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), relativa a este CONTRATO, encaminhando cópia à REFAP antes do início dos serviços, bem como atender às Resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e a todas as Resoluções emanadas de Conselhos Profissionais aplicáveis à implantação do EMPREENDIMENTO.

- 3.19. Cumprir, e fazer com que seu pessoal cumpra, todas as normas e instruções administrativas e de segurança vigentes na Refinaria Alberto Pasqualini, quando lá instalados ou lá estiverem em serviço, bem como todas as normas e instruções de segurança ditadas pelas autoridades governamentais e órgãos responsáveis, respeitando e fazendo com que seu pessoal e o das empresas SUBCONTRATADAS dê integral cumprimento à legislação vigente sobre Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho e sua regulamentação.
- 3.20. Não divulgar nem fornecer, sob as penas da Lei, dados e informações referentes à tecnologia e aos serviços realizados, nem os que lhe forem transmitidos pela REFAP, a menos que expressamente autorizada. Em função de acordo de confidencialidade estabelecido entre a REFAP e a licenciadora do projeto básico, a CONTRATADA, bem como todas as suas subcontratadas e fornecedores, deverão acatar o disposto na cláusula décima nona.
- 3.21. Salvo se de outra forma expressamente previsto neste CONTRATO, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA todo e qualquer ônus, custo ou despesa com o pagamento de "royalties", direitos autorais ou qualquer outro em virtude do uso de processo sigiloso ou de invenção, patenteado ou não, relativo a artigo, dispositivo ou equipamento, métodos de construção e materiais de seu fornecimento, inclusive peças, componentes ou materiais fabricados por terceiros, ou pela própria CONTRATADA, utilizados na implantação do EMPREENDIMENTO, comprometendo-se a CONTRATADA a isentar a REFAP de responsabilidade de qualquer natureza ou espécie com relação aos referidos ônus, custos e despesas, ainda que apurados ou cobrados após o término do presente CONTRATO.
- 3.21.1. A CONTRATADA deverá adquirir o direito de utilizar todos os desenhos, métodos de construção, projetos, programas de informática e outras propriedades intelectuais, protegidas ou não, necessárias à completa implantação do EMPREENDIMENTO, estendendo tal direito à REFAP para fins de operação do EMPREENDIMENTO.
- 3.21.2. A REFAP deverá ser ressarcida, pela CONTRATADA, integralmente, por toda e qualquer perda ou dano devidamente comprovados que venha a sofrer, mesmo em procedimento judicial que a condene, em razão da violação de propriedade intelectual empregada direta ou indiretamente na execução do EMPREENDIMENTO, ou na sua subsequente operação ou manutenção, não se aplicando, neste caso, os limites estabelecidos no item 9.3 deste CONTRATO.
- 3.22. Emitir diariamente o Relatório de Obras (RDO).
- 3.23. Executar a implantação do EMPREENDIMENTO de acordo com o Anexo IX - Requisitos para o Sistema da Qualidade.

- 3.24. Disponibilizar 02 "Work-Stations" e softwares necessários para o acesso e manutenção da maquete eletrônica, conforme descrito no Anexo I - Memorial Descritivo. Estas "Work-Stations" e softwares serão de propriedade da REFAP após o término deste CONTRATO.
- 3.25. Fornecer os catalisadores e produtos químicos para o primeiro enchimento e durante o período de operação assistida para todas as unidades pertencentes ao escopo deste Contrato.
- 3.26. Apresentar os documentos de cobrança relativa aos Boletins de Medição (BMs) até o 4º (quarto) dia útil subsequente ao último dia do período de execução dos serviços de cada boletim.
- 3.27. Manter em dia o registro dos seus empregados, em livro próprio ou em fichas devidamente rubricados e legalizados pelo órgão competente do Ministério do Trabalho, exibindo os livros ou fichas mencionados sempre que solicitado pela Fiscalização, bem como atualizar as anotações na Carteira Profissional de cada empregado, assegurando o cumprimento dessas obrigações também por seus subcontratados.
- 3.28. Atender, pontualmente, e fazer com que seus subcontratados atendam, todos os encargos decorrentes das leis trabalhistas e da previdência e assistência social, para o que deverá, na forma da lei, inscrever a Obra no órgão competente da Previdência e Assistência Social, bem como pagar quaisquer adicionais que sejam ou venham a ser devidos ao seu pessoal ou a quaisquer pessoas que venham a participar da implantação do EMPREENDIMENTO.
- 3.28.1. No caso de reivindicações trabalhistas apresentadas pelo pessoal da CONTRATADA e/ou subcontratados contra A REFAP, a CONTRATADA assumirá responsabilidade completa e exclusiva por essas reivindicações trabalhistas. No caso de a REFAP não ser excluída dessas reivindicações trabalhistas e ser apenas ou de outra forma responsabilizada pelo pagamento de encargos trabalhistas e sociais relacionados como pessoal da CONTRATADA, de seus subcontratados ou pessoas relacionadas com a implantação do EMPREENDIMENTO, a CONTRATADA imediatamente reembolsará à REFAP esses valores, incluindo honorários razoáveis de advogados e outras despesas diretas ou indiretas incorridas pela REFAP.
- 3.29. Revisar ou corrigir, sem ônus para a REFAP, mesmo após o encerramento do CONTRATO, todas as imperfeições e/ou omissões de projeto que porventura sejam verificadas durante a execução dos serviços projetados pela CONTRATADA, bem como prestar à REFAP quaisquer esclarecimentos que sejam julgados necessários à perfeita compreensão do projeto elaborado.
- 3.30. Manter, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- 3.31. Apresentar, mensalmente, a documentação relativa a comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados e de seus subcontratados.
- 3.32. Atender a todos os encargos e despesas decorrentes de alojamento, alimentação, transporte (inclusive na Obra), assistência médica e de pronto-socorro, que forem devidos na implantação do EMPREENDIMENTO.
- 3.33. Atender a todos os encargos e despesas de transporte, interno e externo, de todos os seus equipamentos, máquinas e materiais.
- 3.34. Providenciar as necessárias ligações de água e energia elétrica, das redes da REFAP até o local dos serviços, orientada pela FISCALIZAÇÃO, conforme descrito no Memorial Descritivo - Anexo I.
- 3.34.1. Submeter à FISCALIZAÇÃO os projetos das instalações provisórias de ar, água e eletricidade.
- 3.35. A CONTRATADA deverá possuir estabelecimento registrado junto à Secretaria Estadual da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul e à Prefeitura Municipal de Canoas para cumprir com todos os fornecimentos de bens e serviços cujo local de execução seja o local de implantação do EMPREENDIMENTO. Esse mesmo estabelecimento será o único autorizado a emitir fatura desses bens e serviços fornecidos à REFAP, excetuadas as hipóteses em que se verificar a cessão parcial do objeto deste CONTRATO, quando o pagamento será feito diretamente pela REFAP ao cessionário.

4. CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA REFAP

- 4.1. Constituem obrigações da REFAP:
 - 4.1.1. Proceder a medição dos serviços executados no período compreendido entre os dias 26 do mês anterior e o dia 25 do mês de competência e emitir os respectivos boletins de medição, entregando-os a CONTRATADA até o primeiro dia útil do mês seguinte ao da medição dos serviços.
 - 4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste CONTRATO e seus Anexos.
 - 4.1.3. Colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação dos projetos em execução.
 - 4.1.4. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe o prazo, para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontrados na execução dos serviços.
 - 4.1.5. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, da aplicação de eventual multa.

- 4.1.6. Fornecer, exclusivamente para os serviços a serem executados na área da REFAP, nas condições descritas no Memorial Descritivo - Anexo I do Contrato:
- 4.1.6.1 Área necessária às instalações da CONTRATADA, para o apoio aos serviços de construção e montagem.
- 4.1.6.2 Água potável e água industrial em quantidade compatível com a necessária à implantação do EMPREENDIMENTO.
- 4.1.6.3 Marcos topográficos nas proximidades da Obra, com indicação de coordenadas e cotas de topo.
- 4.1.6.4 Energia elétrica em 13,8 Kv, ficando expressamente ressalvado que a REFAP não assume responsabilidade pela continuidade no provimento de energia elétrica, podendo ocorrer falhas e interrupções.
- 4.1.7. Na hipótese de promover-se à cessão parcial do CONTRATO, nas condições aqui estipuladas, caberá à REFAP o pagamento do Imposto incidente eventualmente incidente sobre Operações Financeiras (IOF) na aquisição de moeda estrangeira a ser remetida para o pagamento no exterior.
- 4.1.8. Caso sejam encontrados materiais tóxicos e/ou perigosos, pré-existentes a execução do objeto deste Contrato, nos locais onde serão desenvolvidos os trabalhos, será de responsabilidade da REFAP a sua remoção e destinação final.

5. CLÁUSULA QUINTA - VALOR DO CONTRATO

- 5.1. O presente Contrato tem por valor total estimado a quantia de R\$ 139.295.232,88 (cento e trinta e nove milhões, duzentos e noventa e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos).
- 5.2. Em contrapartida à implantação do EMPREENDIMENTO e à execução de todas as obrigações previstas neste CONTRATO, a REFAP pagará à CONTRATADA um preço fixo e firme, global, lump sum, data fixa, não sujeito a reajustes, variação das taxas de câmbio, tributos ou contribuições, exceto se expressamente previsto neste CONTRATO, o qual inclui todos os tributos, encargos, custos diretos e indiretos incorridos pela CONTRATADA e subcontratados para a implantação do EMPREENDIMENTO (doravante o Valor do Contrato).
- 5.3. O VALOR DO CONTRATO é constituído de (i) uma parcela em moeda nacional, no montante de R\$ 41.960.361,56, correspondente à soma do preço global dos itens da Planilha de Preços de Serviços, Anexo XIX-A deste CONTRATO; (ii) uma parcela em moeda nacional, no montante de R\$ 64.979.125,45, correspondente à soma do preço global dos itens da Planilha de Preços de Bens, Anexo XIX-B deste CONTRATO; e (iii) de uma parcela em moeda estrangeira, no montante de US\$ 9.587.739,91, correspondente

ao preço global dos itens da Planilha de Preços de Bens, Anexo XIX-C. Todas as referidas parcelas totalizam, em 31 de março de 2003, o montante global, em moeda corrente nacional, de R\$ 139.295.232,88, conforme constante no Anexo XIX-D, Planilha de Preços Resumo.

- 5.3.1. No VALOR DO CONTRATO estão compreendidos todos os custos e despesas necessárias à implantação do EMPREENDIMENTO, nas bases em que contratada, compreendendo a prestação dos serviços especificados, supervisão, direção, administração, fornecimento dos materiais e serviços, obras civis, mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, uniformes de pessoal, instrumentos, combustíveis, lubrificantes, transporte de pessoal e materiais, despesas com leis sociais e trabalhistas, adicional de periculosidade, impostos (inclusive Diferenciais de Alíquotas de ICMS - DIFAL, ainda que seja a REFAP o contribuinte direto), obtenção de licenças e autorizações, certidões, registros, permissões e quaisquer atos autorizativos, bem como emolumentos fiscais e todos os custos, insumos e demais obrigações legais, inclusive lucro, necessários para o cumprimento integral das disposições contratuais até o termo final do presente CONTRATO, não cabendo pois, quaisquer reivindicações da CONTRATADA, a título de revisão de preço ou reembolso, seja a que título for.
- 5.3.2. Também estão incluídos no VALOR DO CONTRATO todos os serviços auxiliares à implantação do EMPREENDIMENTO, tais como o transporte de equipamentos e pessoas, a implantação e manutenção do canteiro de obra, bem como a remoção de todos os equipamentos e a limpeza da área após a conclusão dos serviços, não cabendo qualquer pagamento adicional ou reivindicação por esses serviços.
- 5.4. O valor a ser pago à CONTRATADA pela implantação do EMPREENDIMENTO será no máximo igual ao VALOR DO CONTRATO e dependerá do fator operacional, conforme descrito no anexo XX - Critério de Medição de Serviços.
- 5.5. Os documentos de cobrança apresentados pela CONTRATADA, bem como o documento de cobrança final, serão pagos deduzidas as importâncias que, a qualquer título, nas condições estipuladas no CONTRATO ou outras especialmente acordadas, sejam devidas à REFAP.
- 5.6. Fica certo que a parcela do VALOR DO CONTRATO denominada em moeda estrangeira será paga por seu valor nominal sem qualquer reajuste, independentemente de eventual variação verificada nos índices de preços norte-americanos que reflita perda do poder de compra da referida moeda. Os valores vincendos relativos à parcela do VALOR DO CONTRATO denominada em moeda corrente nacional (Reais) serão reajustados anualmente, para mais ou para menos, a partir da data da apresentação da proposta, mediante a aplicação da fórmula seguinte:

$$PCR = PCI \left(0,5 \frac{MDO}{MDO_0} + 0,2 \frac{MAT}{MAT_0} + 0,3 \frac{EQU}{EQU_0} \right), \text{ em que}$$

PCI	=	preço contratual inicial;
PCR	=	preço contratual reajustado;
MDO	=	Valor definitivo do Índice Nacional de Custo de Construção – mão de obra – INCC - Porto Alegre (A0161279), considerado como representativo da mão-de-obra, referente ao mês anterior em que for devido o reajustamento;
MDOo	=	Valor desse mesmo índice de preços da mão-de-obra, referente ao mês anterior ao da apresentação da proposta da CONTRATADA [MDOo = 272,350];
MAT	=	Valor definitivo do Índice Nacional de Custo de Construção – materiais de construção – INCC (A0160914), considerado como representativo do principal insumo (materiais) utilizado na composição dos preços, referente ao mês anterior em que for devido o reajustamento;
MATo	=	Valor desse mesmo índice de preços, referente ao mês anterior ao da apresentação da proposta da CONTRATADA [MATo = 223,358].
EQU	=	Valor definitivo do Índice Nacional de Custo de Construção – máquinas e equipamentos – INCC (A0162097), considerado como representativo do principal insumo (equipamentos) utilizados na composição dos preços, referente ao mês anterior em que for devido o reajustamento;
EQUo	=	Valor desse mesmo índice de preços, referente ao mês anterior ao da apresentação da proposta da CONTRATADA [EQUo = 153,336].

- 5.6.1. A variação do índice MDO na fórmula de reajustamento representará a variação da parcela do preço relativa a mão-de-obra, desde a data da proposta, não cabendo, portanto, nenhuma reivindicação por parte da CONTRATADA em decorrência de alterações na política salarial ditada por conta de acordos coletivos ou individuais, convenções ou dissídios ocorridos no curso da contratação e/ou durante a vigência do CONTRATO. A REFAP realizará o cálculo dos reajustamentos, expressando o seu resultado no Boletim de Medição (BM) ou em documento equivalente, para fins de cobrança.
- 5.6.2. Havendo atraso na divulgação de qualquer dos índices, será utilizado, a título provisório, o fator de reajustamento calculado até o mês anterior, sendo que, nesta hipótese, as eventuais diferenças a maior ou a menor, em qualquer caso, serão pagas ou compensadas por ocasião do pagamento do documento de cobrança seguinte, quando existente, ou pelo meio adequado à satisfação desse eventual crédito/débito.
- 5.6.3. O pagamento de eventual complemento de reajuste, devido a não disponibilidade de índices por ocasião da emissão do Boletim de Medição, será efetuado juntamente com o pagamento do principal, desde que, de igual forma, tenha a CONTRATADA apresentado a documentação contábil no prazo de até 2 (dois) dias úteis da data de emissão do Boletim de Reajustamento (BR).

- 5.6.4. O fator final de reajustamento deverá ser aplicado com 4 (quatro) casas decimais, sem arredondamento.
- 5.6.5. Conforme o disposto no item 5.5, explicita-se que o fator de reajustamento não se aplicará aos valores expressos em moeda estrangeira na Planilha de Preços em Moeda Nacional ou Estrangeira – anexo XIX-C
- 5.7. Na hipótese de ocorrerem decréscimos ou acréscimos de serviços objeto do CONTRATO, os seus custos deverão ser previamente acordados entre as PARTES contratantes, considerando o Orçamento Detalhado elaborado e fornecido pela CONTRATADA.
- 5.8. Nenhum pagamento efetuado pela REFAP nos termos deste CONTRATO implicará desistência de qualquer reclamação ou renúncia de qualquer direito que a REFAP possa ter na ocasião ou posteriormente, inclusive reivindicações referentes a danos diretos, direitos de garantia e obrigações de indenização da CONTRATADA. Nenhum pagamento efetuado pela REFAP nos termos deste CONTRATO será considerado ou tido como se a REFAP tivesse inspecionado ou verificado a qualidade das obras, serviços e fornecimentos realizados, ou soubesse ou tivesse verificado como e para qual finalidade a CONTRATADA utilizou os valores pagos anteriormente, e não será tido ou interpretado como uma aprovação ou aceitação de qualquer parcela do EMPREENDIMENTO. Todos os pagamentos estarão sujeitos, a critério da REFAP, a ajustes em revisões posteriores do andamento da implantação do EMPREENDIMENTO e pagamentos subseqüentes.

6. CLÁUSULA SEXTA - FORMA E LOCAL DE PAGAMENTO

- 6.1. Os pagamentos devidos por força deste CONTRATO serão efetuados parceladamente, de acordo com o andamento físico dos serviços e com o desempenho operacional das unidades no período probatório dos primeiros seis meses de operação, de acordo com o Anexo XX - Critério de Medição de Serviços. 6.1.1 O valor acumulado das medições mensais estará limitado ao valor acumulado, constante do Anexo XVIII - Cronograma Financeiro, no referido mês.
- 6.2. Os pagamentos devidos por força deste CONTRATO serão efetuados da seguinte forma:
- 6.2.1. Os pagamentos serão efetuados mediante boleto de cobrança emitido por instituição bancária (modalidade de cobrança simples e registrada padrão Qnab240) em nome da CONTRATADA.
- 6.2.2. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, no 30º (trigésimo) dia contado da data final do período de execução dos serviços definido no Boletim de Medição.

- 6.2.2.1 Os documentos de cobrança deverão vir obrigatoriamente acompanhados do Boletim de Medição (BM), elaborado conforme a Cláusula Décima Terceira - Acompanhamento e Medição dos Serviços deste CONTRATO.
- 6.2.2.2 Caso não seja atendido o prazo estabelecido no subitem 3.26 do Contrato, pela CONTRATADA, o pagamento dos respectivos documentos de cobrança será postergado por tantos dias a quanto corresponder o atraso na entrega desses documentos.
- 6.2.3. Fica assegurado à REFAP o direito de deduzir dos pagamentos devidos à CONTRATADA as importâncias correspondentes a multas, débitos, prejuízos e danos a que a mesma tiver dado causa.
- 6.3. A parcela do VALOR DO CONTRATO denominada em moeda corrente nacional (Reais) será sempre paga em reais, no Brasil, na forma do disposto no item 6.2.1.
- 6.4. A parcela do VALOR DO CONTRATO denominada em dólares norte-americanos será paga em reais, no Brasil, mediante a conversão do valor em dólares para a moeda nacional pela taxa média de venda do dólar norte-americano divulgada pelo Sistema do Banco Central do Brasil (SISBACEN), identificado como transação PTAX-800 – Opção 5 – Moeda 220 (doravante a Taxa de Câmbio) de 03 (três) dias úteis anteriores à data do efetivo pagamento.
- 6.4.1. Para efeito de imputação do pagamento efetuado em conformidade com o disposto no item 6.4. contra a parcela do VALOR DO CONTRATO denominada em dólares norte-americanos será utilizada a mesma Taxa de Câmbio empregada para a emissão da documentação de cobrança.
- 6.5. Na hipótese de existirem parcelas a serem pagas no exterior, por força de cessão parcial do CONTRATO, conforme regulado na Cláusula Décima Sétima, tais pagamentos somente serão realizados após ter sido efetuado o registro do CONTRATO no Banco Central do Brasil, bem como após ter sido obtida toda e qualquer outra autorização ou legalização aplicável para o pagamento dessas parcelas.
- 6.5.1. Somente poderão ser objeto de pagamento no exterior, em moeda estrangeira, os itens apreçados em dólares norte-americanos no Anexo XIX-C que tenham sido objeto de cessão do CONTRATO.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

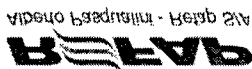
- 7.1. O prazo para a execução integral do EMPREENDIMENTO é de 785 (setecentos e oitenta e cinco) dias corridos contados a partir da data de início estabelecida na primeira autorização de serviços, a ser emitida pela REFAP, devendo ser contados os seguintes prazos parciais:

- 7.1.1. 605 (seiscentos e cinco) dias corridos para cumprimento de todas as etapas referentes a projeto, suprimento, construção e montagem, condicionamento, testes, teste operacional de sistemas e apoio à partida das unidades (A.S. n. 1).
- 7.1.2. 180 (cento e oitenta) dias corridos contados a partir da data de início de operação com especificação de produto, para o período de operação assistida das unidades (A.S. n. 2).
- 7.2. Aos prazos acima citados, somente serão acrescentados os dias de atraso decorrentes de caso fortuito ou força maior, na forma do Art. 393 do Código Civil Brasileiro, ou de razões imputáveis exclusivamente à REFAP, desde que devidamente registradas e aceitas pela Fiscalização.
- 7.2.1. Em se tratando de contrato de longa duração, com planejamento integral de suas etapas pela CONTRATADA, não serão acrescidos ao prazo períodos de paralisação por intempéries que sejam consideradas normais na região de execução dos serviços num período de recorrência de 20 anos.
- 7.2.2. Também não serão acrescidos ao prazo os períodos de paralisação decorrentes de movimentos grevistas, exceto aqueles julgados abusivos por autoridades competentes da Justiça do Trabalho ou órgão similar no exterior.
- 7.2.3. Nenhuma das hipóteses previstas nos subitens acima implicará alteração do VALOR DO CONTRATO, mesmo quando der causa a abono de prazo.
- 7.3. A CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente ao Cronograma Detalhado, a ser elaborado pela mesma a partir do Cronograma Físico - Anexo XVII e dos Procedimentos Contratuais de Planejamento, Programação e Controle - Anexo X, devidamente aprovado pela REFAP.
- 7.3.1. Se a REFAP verificar, a qualquer tempo, que o andamento dos serviços não permitirá a sua execução no prazo previsto no Cronograma Detalhado, consideradas as prorrogações de prazo previstas no item 7.2 acima, poderá exigir, e a CONTRATADA se obriga a atender, o emprego de mais mão-de-obra, a execução de serviços em horas extras e/ou a utilização de equipamentos adicionais, tanto quanto for necessário, de modo a eliminar o atraso e permitir a conclusão dos serviços na data prevista, sem que isto, no entanto, implique qualquer alteração do VALOR DO CONTRATO.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA

- 8.1. A CONTRATADA garante a qualidade e perfeição da implantação do EMPREENDIMENTO, aqui incluídos o projeto, materiais, equipamentos e serviços fornecidos ou executados, bem como o correto desempenho de todas as obrigações assumidas neste instrumento, respondendo na forma da lei, por quaisquer defeitos havidos na implantação do EMPREENDIMENTO.

- 8.1.1. A CONTRATADA garante e assegura que o EMPREENDIMENTO, no seu todo, e em cada uma de suas parcelas, no que se refere ao seu escopo contratual, estará isento de quaisquer defeitos, deficiências, erros, falhas, paralisação ou lentidão (doravante o DEFEITO), pelo período de 12 meses contados da data do início da Operação efetiva do Empreendimento ou do Termo de Recebimento Definitivo, o que primeiro, sem prejuízo das demais garantias legais, dentre elas as disposições do Art. 618 do Código Civil Brasileiro e contratuais, as quais poderão ser argüidas pela Refap a qualquer tempo.
- 8.1.2. A CONTRATADA responderá pelo reparo, substituição, redesenho ou reengenharia de qualquer DEFEITO, sendo que tal obrigação subsistirá e permanecerá em vigor até que o DEFEITO seja corrigido, sendo que a CONTRATADA garantirá a porção do EMPREENDIMENTO corrigida pelo prazo de 6 (seis) meses contados de sua correção ou até o prazo final da garantia concedida nos termos do item 8.1.1, prevalecendo o mais extenso. A REFAP terá o direito de realizar testes para confirmar que qualquer trabalho executado para corrigir um DEFEITO foi concluído com sucesso, na medida em que seja razoavelmente necessário para demonstrar que o desempenho do EMPREENDIMENTO que tenha sido afetado DEFEITO corresponde ao garantido neste CONTRATO.
- 8.1.3. A CONTRATADA envidará todos os esforços razoáveis para negociar garantias de produto e de execução com os subcontratados e fornecedores com prazo superior ao período de garantia. Na medida em que qualquer garantia tenha prazo de validade superior ao período de garantia, a CONTRATADA, quando possível, cederá tais garantias para a REFAP, sem nenhuma contrapartida ou concessão.
- 8.2. Adicionalmente, para assegurar o adequado nível de confiabilidade dos equipamentos e sistemas fornecidos, a CONTRATADA terá a responsabilidade de acompanhar e prestar assistência técnica à operação, apoio à manutenção das instalações, com fornecimento de sobressalentes, durante um período de 6 (seis) meses após o início de produção das unidades, sem ônus para a REFAP (doravante o PERÍODO DE OPERAÇÃO ASSISTIDA). Os lubrificantes e graxas normais necessários a operação contínua da unidade serão de responsabilidade da REFAP.
- 8.2.1. Para efeito de caracterização da final da fase de construção, condicionamento e testes operacionais de sistemas, e início da fase de assistência à operação, será considerada a data em que a última das unidades produzir pela primeira vez, produtos especificados, nas vazões projetadas.
- 8.2.2. Após os ajustes necessários e executados os testes de aceitação dos sistemas operacionais, com resultados satisfatórios, a REFAP emitirá um Termo de Recebimento Provisório dos mesmos.

**CONTRATO Nº 886-2-027/03-5**

- 8.2.2.1 A definição dos sistemas operacionais e os critérios de aceitação deverão ser elaborados pela CONTRATADA com base nas informações contidas nos Anexos XII A/B/C deste Contrato e aprovados pela REFAP.
- 8.2.3. A aceitação final das unidades se dará após os primeiros 6 (seis) meses de operação, nos quais a REFAP ficará responsável pela operação das unidades e a CONTRATADA, pela assistência técnica à operação.
- 8.2.3.1 Se as instalações fornecidas pela CONTRATADA não atenderem aos requisitos de projeto e/ou performance por motivos a ela atribuíveis, as modificações cabíveis deverão ser providenciadas pela CONTRATADA sem quaisquer ônus adicionais para a REFAP.
- 8.2.3.2 Caso a CONTRATADA não tome as providências necessárias, ou caso a solução adotada pela CONTRATADA seja julgada insuficiente pela REFAP para atendimento aos requisitos do projeto, tal fato dará direito à REFAP de tomar as providências necessárias para sanar os problemas ocorridos, debitando os custos correspondentes à CONTRATADA.
- 8.3. A CONTRATADA fornecerá à REFAP um "PERFORMANCE-BOND", que se constituirá no ANEXO VI - Garantia de Cumprimento das Obrigações Contratuais deste CONTRATO, no valor de US\$ 6.000.000,00 (seis milhões de dólares norte-americanos), que deverá ser apresentado para aprovação da REFAP, num prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da assinatura deste Contrato. Essa garantia terá seu valor reduzido, após o decurso de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias do início do prazo definido no item 7.1, para o valor, em dólares norte-americanos, correspondente a 10% do valor total do CONTRATO indicado no item 5.1.
- 8.3.1. O prazo para apresentação do "PERFORMANCE-BOND" poderá ser prorrogado a exclusivo critério da REFAP.
- 8.3.2. Adicionalmente, a CONTRATADA oferece uma garantia de R\$ 6.964.761,64 (seis milhões novecentos e sessenta e quatro mil setecentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos), correspondente nesta data a 5% (cinco por cento) do valor total contratual, na modalidade de Seguro Garantia, com prazo de vigência de 01 (um) ano, em até 30 (trinta) dias corridos, a partir da data da assinatura deste Contrato.

9. CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

- 9.1. Pelo não cumprimento do prazo contratual estipulado conforme subitem 7.1.1 deste CONTRATO, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) do VALOR DO CONTRATO por dia de atraso, salvo se a justificativa do atraso for aceita pela FISCALIZAÇÃO, conforme os termos da Cláusula Sétima – Prazos.
- 9.2. Pelo não cumprimento de quaisquer exigências da FISCALIZAÇÃO, previstas em contrato, serão aplicadas à CONTRATADA as seguintes multas:

- 9.2.1. Pela primeira vez, 0,01% (um centésimo por cento) do VALOR DO CONTRATO, por dia de atraso no cumprimento de exigência da FISCALIZAÇÃO, após esgotado o prazo por esta estabelecido e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima - Rescisão.
- 9.2.2. 9.2.2 Pela segunda vez e subseqüentes, 0,02% (dois centésimos por cento) do VALOR DO CONTRATO, por dia de atraso no cumprimento de exigência da FISCALIZAÇÃO, após esgotado o prazo por esta estabelecido e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima - Rescisão.
- 9.3. O montante correspondente à soma dos valores das multas moratórias porventura aplicadas não poderá ultrapassar 20% do VALOR DO CONTRATO.
- 9.4. A REFAP, sem prejuízo da faculdade de rescindir o presente contrato, poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes multas compensatórias, respondendo ainda a CONTRATADA por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo que causar, na forma do Parágrafo único, do Art. 416, do Código Civil.
- 9.4.1. Pelo descumprimento total do objeto contratual será aplicada, mediante notificação escrita à CONTRATADA, multa compensatória no valor correspondente a 100% (cem por cento) do valor total reajustado.
- 9.4.2. Pelo descumprimento de evento contratual de obrigação da CONTRATADA, mediante notificação por escrito, 0,02% sobre o valor contratual atualizado.
- 9.4.3. 100% (cem por cento) do valor que a REFAP vier a ser obrigada a despendar, em razão do inadimplemento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias, próprias ou de suas subcontratadas.
- 9.5. As multas a que porventura a CONTRATADA der causa serão descontadas de qualquer documento de cobrança já em processamento nos órgãos pagadores da REFAP e dos que se seguirem, se for o caso, reservando-se à REFAP o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.
- 9.6. A CONTRATADA poderá recorrer da aplicação da multa, em petição motivada, dentro do prazo improrrogável de 15 (quinze) dias corridos a partir da data do recebimento da notificação, após o que a REFAP comunicará a manutenção ou relevação da multa.
- 9.7. As penalidades estabelecidas nesta Cláusula não excluem quaisquer outras previstas no CONTRATO, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar a REFAP, em consequência do inadimplemento das condições do Contrato.

- 9.7.1. A responsabilidade da REFAP e da CONTRATADA por perdas e danos, em decorrência da execução do CONTRATO, fica limitada aos danos diretos, de acordo com o Código Civil Brasileiro e legislação aplicável, excluídos os lucros cessantes e danos indiretos, ficando os danos diretos limitados a 100% do valor total contratual.
- 9.8. Para efeito de apuração das PENALIDADES descritas nesta Cláusula, o VALOR DO CONTRATO será determinado mediante o reajuste da parcela em reais, pelo mesmo critério de reajustamento do CONTRATO, e conversão da parcela em dólares norte-americanos para reais pela aplicação da Taxa de Câmbio, efetuada na data de aplicação da PENALIDADE.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

- 10.1. A REFAP poderá rescindir este CONTRATO, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito de indenização ou de retenção de serviços em execução, nos seguintes casos:
- 10.1.1. Interrupção da obra, do serviço ou do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à REFAP.
- 10.1.2. Subcontratação total ou parcial, sem prévia e expressa autorização, por escrito da REFAP, do objeto do CONTRATO, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitida ou promovida em contrariedade ao disposto no ato convocatório e/ou CONTRATO.
- 10.1.3. Cessão total ou parcial dos créditos decorrentes do CONTRATO a terceiros, sem prévia e expressa autorização da REFAP.
- 10.1.4. Decretação da falência da CONTRATADA.
- 10.1.5. Dissolução da sociedade, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura societária da CONTRATADA.
- 10.1.6. Quando for atingido o limite estabelecido no CONTRATO para a soma dos valores das multas aplicadas, conforme mencionado no item 9.3 da Cláusula Nona deste Contrato.
- 10.1.7. Suspensão dos serviços por determinação de autoridade competente, motivada pela CONTRATADA, a que responderá por eventual aumento de custo dos mesmos e por perdas e danos que a REFAP como consequência venha a sofrer.
- 10.1.8. Razões de interesse público e de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera a que está subordinada a REFAP.

- 10.1.9. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, na forma do Art. 393 do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovada, impeditiva de execução do Contrato.
- 10.1.10. Não apresentação, pela CONTRATADA, da comprovação do adimplemento das obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados e subcontratados, quando solicitada pela FISCALIZAÇÃO, ou se comprovado tal inadimplemento.
- 10.1.11. Não cumprimento das exigências da FISCALIZAÇÃO, durante 10 (dez) dias corridos, contados após o término do prazo estipulado por esta, por escrito, para atendimento dessas exigências, sem justificativa aceita pela REFAP, independente da multa contratualmente prevista.
- 10.1.12. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos e caso não seja apresentada ou apresentada desconforme, a Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS), independentemente da aplicação de multa conforme explicitado no item 9.4.3.
- 10.1.13. Homologada a concordata, se a CONTRATADA não prestar caução suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais, à critério da REFAP.
- 10.2. A CONTRATADA poderá rescindir o Contrato no casos de:
- 10.2.1. Suspensão de sua execução, por ordem escrita da REFAP por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras indenizações previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.
- 10.2.2. Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela REFAP decorrente de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas desses já medidos e aprovados pela REFAP, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações até que seja normalizada a situação.
- 10.3. Ocorrendo a rescisão com base nos subitens 10.1.8 e 10.1.9, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
- Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data de rescisão;
 - Pagamento do custo da desmobilização.

- 10.4. Rescindido o Contrato, a REFAP imitir-se-á na posse imediata e exclusiva dos serviços executados entregando-os a quem ela bem entender, ou assumindo por si sua execução, sem qualquer consulta ou interferência da CONTRATADA, que responderá na forma legal e contratual pela infração ou execução inadequada que tenha dado causa à rescisão.
- 10.4.1. Neste caso, fica a CONTRATADA obrigada a reembolsar a REFAP pelo que esta tiver de despendar além do preço estimado do Contrato, e a ressarcir perdas e danos que a mesma venha a sofrer em consequência da rescisão em tela.
- 10.4.2. A fim de concluir a implantação do EMPREENDIMENTO, a REFAP terá o direito de contratar, entrar na posse de e usar todos ou parte dos Equipamentos e Materiais, dados e informações confidenciais, e pessoal da CONTRATADA, além de lhe serem cedidos subcontratos e pedidos apresentados perante os fornecedores especificados, tal como por ela instruído, e poderá concluir o EMPREENDIMENTO, por si ou mediante a contratação de terceiro, podendo inclusive empregar qualquer subcontratado segundo uma forma razoável de contrato.
- 10.5. Caso a REFAP decida não rescindir o Contrato nos termos desta Cláusula, e sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Nona, poderá a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e sustar o pagamento de documentos de cobrança pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida, não se aplicando, neste caso, as disposições do subitem 10.2.1.
- 10.6. A rescisão acarretará de imediato a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, ou de quaisquer outras contratações que a CONTRATADA mantenha com a REFAP para compensação até o limite dos prejuízos a ela causados e multas e indenizações devidas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DIREÇÃO DOS SERVIÇOS

- 11.1. A direção dos serviços cabe, exclusivamente, à CONTRATADA, que se obriga a obedecer aos projetos, especificações contratuais, bem como, na forma da lei, a respeitar rigorosamente as recomendações das normas brasileiras, respondendo civilmente por quaisquer danos resultantes de seu descumprimento.
- 11.2. A CONTRATADA far-se-á representar por profissional habilitado para a função, residindo no Brasil durante o período contratual, que dirigirá os serviços durante todo o prazo contratual e cujo nome, acompanhado do respectivo currículo, será submetido previamente à aprovação da REFAP.
- 11.3. Em caso de falta ou de impedimento ocasional, o profissional representante da CONTRATADA deverá ser substituído por um preposto, com amplos poderes para representá-la e cujo nome, acompanhado do respectivo

currículo, deverá ser submetido, previamente, à aprovação da REFAP.

- 11.4. A substituição do profissional e/ou do seu preposto só poderá ser feita com a concordância, por escrito, da REFAP.
- 11.5. Toda a equipe da CONTRATADA responsável pela gerência do Contrato deverá estar obrigatoriamente instalada e residindo no Brasil.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FISCALIZAÇÃO

- 12.1. A REFAP exercerá a fiscalização dos serviços contratados por técnico (s), especialmente designado (s) e credenciado (s) pela REFAP, por escrito, junto à CONTRATADA, obrigando-se esta a facilitar o pleno desempenho de suas atribuições.
- 12.2. A FISCALIZAÇÃO terá os mais amplos poderes, inclusive para:
- 12.2.1. Solicitar à CONTRATADA a imediata substituição de empregado que obstruir ou dificultar sua ação fiscalizadora, ou cuja permanência nos serviços objeto do presente Contrato a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, sem que esse fato acarrete qualquer ônus para a REFAP.
- 12.2.2. Recusar serviço que não tenha sido executado de acordo com o projeto e/ou especificações.
- 12.2.3. Sustar, desde que lhe venha ao conhecimento e esteja dentro de sua capacidade, qualquer serviço executado em desacordo com o projeto, especificações ou com a boa técnica, ou ainda que atente contra a segurança do pessoal ou bens da REFAP e/ou de terceiros.
- 12.2.4. Exigir a retirada do local dos serviços de material recusado, podendo a REFAP proceder a esta remoção, à custa da CONTRATADA.
- 12.2.5. Registrar no Relatório de Obras as irregularidades ou falhas que encontrar na execução dos serviços, nele anotando as observações que julgar necessárias.
- 12.2.6. Autorizar a retirada, do local das obras, de máquinas, equipamentos e materiais da CONTRATADA, desde que essa medida não acarrete prejuízo ao bom andamento dos serviços.
- 12.2.7. Requerer à CONTRATADA a documentação relativa à comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos de FGTS, para com seus empregados.
- 12.2.8. Solicitar à CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento dos serviços.
- 12.2.9. Promover a efetivação de modificações ou alterações propostas pela CONTRATADA e aceitas pela REFAP.

- 12.2.10. Ordenar que sejam refeitos serviços executados se suspeitar da existência de vícios ocultos. Se os defeitos forem comprovados, a recomposição ficará por conta da CONTRATADA; caso contrário, a REFAP arcará com essas despesas.
- 12.3. No caso de inobservância, pela CONTRATADA, das exigências da FISCALIZAÇÃO, terá esta, além do direito de aplicação das sanções previstas no Contrato, também o de suspender a execução dos serviços contratados, e sustar o pagamento de quaisquer documentos de cobrança, não se aplicando, neste caso, as disposições do subitem 10.2.1 deste Contrato.
- 12.4. A ação ou omissão, total ou parcial, da FISCALIZAÇÃO não exime a CONTRATADA da total responsabilidade pela execução das atividades contratadas.
- 12.5. Na vigência do prazo contratual, a REFAP realizará avaliação de desempenho da CONTRATADA, abrangendo os grupos, equipamentos e materiais, recursos humanos, instalações, qualidade e eficácia. Os resultados das avaliações de desempenho serão comunicados e consolidados através de Atestado de Execução de Serviços.
- 12.6. Quando atendidos os termos deste Contrato, o exercício da fiscalização, pela REFAP, não importará em abuso de direito.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ACOMPANHAMENTO E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 13.1. A REFAP procederá, mensalmente, por intermédio da FISCALIZAÇÃO, à medição dos serviços executados e concluídos, com base na Planilha de Preços de Serviços e na de Bens, como também no Critério de Medição de Serviços, reunindo os resultados encontrados em Boletins de Medição (BMs), devidamente atestados pela REFAP, cuja cópias serão fornecidas à CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao último dia do período de execução dos serviços.
- 13.1.1. Haverá a emissão de tantos Boletins de Medição por mês quanto forem os diferentes tipos de documentos de cobrança (recibos, NF de Serviços ou NF de Venda) que incluirá a medição propriamente dita e os eventos cumpridos naquele mês, que caracterizem pagamentos.
- 13.1.2. Para subsidiar a medição dos serviços, a CONTRATADA deverá fornecer até o 1º (primeiro) dia útil subsequente ao respectivo período, a memória de cálculo contemplando os serviços realizados e aceitos pela REFAP, bem como todas e quaisquer informações que a Fiscalização julgar necessárias.

- 13.2. A CONTRATADA deverá acompanhar as medições e verificações procedidas pela REFAP, oferecendo, na oportunidade, as impugnações ou considerações que julgar necessárias, as quais serão submetidas à apreciação da REFAP.
- 13.3. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente apresentar mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente a cada período de medição, ou evento medido isoladamente, indicado no respectivo Boletim de Medição, os seguintes documentos:
- 13.3.1. Cópia da Folha de Pagamento dos empregados da CONTRATADA e de seus subcontratados que estiverem envolvidos na prestação dos serviços, relativa ao mês anterior ao do Boletim de Medição. Esta(s) folha(s) de pagamento deve(m) ser gerada(s) especificamente para esta obra, indicando expressamente no cabeçalho o número do presente Contrato.
- 13.3.2. Cópia autenticada da Guia da Previdência Social (GPS), devidamente quitada, referente ao mês de competência anterior ao da execução dos serviços (com o preenchimento do nome, CNPJ/CEI, número deste Contrato indicado no rodapé, data e valor da nota fiscal ou fatura), referente a todos os empregados da CONTRATADA em atuação na execução do Contrato.
- 13.3.2. Declaração, conforme modelo a ser fornecido pela Fiscalização, de que possui escrituração contábil, firmada pelo contador responsável da CONTRATADA, e que os valores ora apresentados encontram-se devidamente contabilizados.
- 13.3.3. Quando da emissão do Boletim de Medição final, além da apresentação dos documentos indicados nos itens anteriores, deverão ser apresentados até 3 (três) dias úteis antes do vencimento do documento de cobrança, aqueles referentes ao mês da medição final, e, ainda, a baixa da obra no CEI e apresentação da respectiva Certidão Negativa de Débitos – CND.
- 13.3.4. A CONTRATADA deverá, ainda, apresentar e manter válido o CND da obra e obter, caso aplicável, o habite-se da edificação.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 14.1. Os serviços registrados no Boletim de Medição serão considerados como provisoriamente aceitos, apenas para efeito de pagamento parcial.
- 14.2. A aceitação dos serviços dar-se-á nos termos da Cláusula Oitava - Garantia.
- 14.3. A critério exclusivo da REFAP, poderá (ão) ser lavrado (s) e assinado (s) pelas partes contratantes Termo (s) de Recebimento Provisório ou Parcial, quando o todo ou uma parte bem definida dos serviços estiver concluída e já realizada a respectiva medição final.

- 14.4. A aceitação definitiva e total dos serviços pela REFAP e a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo dar-se-á dentro de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da realização da medição final, ressalvado o disposto nos itens 14.5 e 14.6 desta Cláusula.
- 14.5. Antes da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, a CONTRATADA deverá atender a todas as exigências da FISCALIZAÇÃO, relacionadas com a correção de quaisquer imperfeições ou defeitos verificados, corrigindo-os, sem quaisquer ônus para a REFAP, bem como demais pendências porventura existentes.
- 14.6. Encontrados defeitos, erros ou imperfeições na execução da implantação do EMPREENDIMENTO, o Termo de Recebimento Definitivo só será assinado após sanados os defeitos ou falhas de execução apontados pela REFAP. Do mesmo modo, encontrados erros ou imperfeições nos documentos necessários para demonstrar a regularidade fiscal, previdenciária e/ou trabalhista relativa a qualquer parcela do EMPREENDIMENTO, o Termo de Recebimento Definitivo não será assinado.
- 14.7. A assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, cuja data fixará o início da contagem dos prazos previstos no **Art. 618** do Código Civil Brasileiro, não implica em eximir a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações a que se refere aquele Código.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO DE EMPRESAS OU FORNECEDORES ESPECIFICADOS

- 15.1. A CONTRATADA poderá subcontratar parcialmente a realização de obras, serviços e fornecimentos destinados ao EMPREENDIMENTO, mediante solicitação prévia e expressa autorização, por escrito, da REFAP, sem contudo desobrigar a CONTRATADA de qualquer obrigação decorrente deste CONTRATO, sendo a única responsável perante a REFAP quanto ao fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas. A subcontratação dos fornecedores especificados no Anexo VIII - F independará de prévia autorização da REFAP.
- 15.1.1. A substituição de subcontratados anteriormente aprovados pela REFAP, ou cuja autorização prévia se mostrava desnecessária conforme o disposto na parte final do item 15.1, dependerá da prévia e expressa aprovação da REFAP, após justificada a necessidade da substituição, salvo se o fornecedor estiver relacionado no Anexo VIII - F.
- 15.1.2. A aceitação da subcontratação, conforme o disposto no item 15.1, ou da substituição do subcontratado, nos termos previstos no item 15.1.1., ficará sempre a critério exclusivo da REFAP, observados os parâmetros internos por ela adotados para a contratação de serviços de terceiros.
- 15.2. Em toda e qualquer subcontratação, ainda que autorizada pela REFAP, nos termos do disposto no item 15.1. supra, caberá à CONTRATADA gerenciar e supervisionar a entrega, o cumprimento dos prazos, o controle de qualidade,

CONTRATO Nº 886-2-027/03-5

a quantidade, a aplicação e demais providências necessárias ao bom cumprimento das obras, serviços e fornecimentos, responsabilizando-se integralmente pela qualidade, prazos, solidez e segurança do EMPREENDIMENTO, bem como pelos custos decorrentes da administração dos subcontratos.

- 15.2.1. Em nenhuma hipótese poderá a CONTRATADA isentar-se de suas obrigações e responsabilidades, assumidas de acordo com este CONTRATO, em decorrência de ter havido subcontratação. Não existirá nenhuma relação contratual entre a REFAP e qualquer subcontratado com relação ao EMPREENDIMENTO e nenhum subcontratado será considerado como tendo interesse direto neste CONTRATO. A CONTRATADA concorda que será responsável perante a REFAP pelo desempenho, atos ou omissões de seus subcontratados e de pessoas direta ou indiretamente empregadas por seus subcontratados, na mesma medida em que é responsável pelo desempenho, atos ou omissões de pessoas diretamente por ela empregadas ou contratadas. Nada neste CONTRATO obrigará a REFAP a pagar ou de outra forma ser responsável pelo pagamento de qualquer subcontratado.
- 15.3. A CONTRATADA incluirá em todos os contratos que vier a celebrar com os subcontratados dispositivo que permita à REFAP exercer o acompanhamento e a supervisão da execução do EMPREENDIMENTO, nos termos estabelecidos neste CONTRATO, bem como dispositivo prevendo a possibilidade, à critério exclusivo da REFAP e independentemente da aceitação dos subcontratados, de cessão à REFAP ou a terceiros por ela indicados dos respectivos contratos celebrados pela CONTRATADA com os subcontratados, no caso de rescisão do presente CONTRATO.
- 15.4. Não haverá qualquer vínculo contratual ou legal entre a REFAP e os empregados e/ou prepostos da CONTRATADA e seus subcontratados.
- 15.5. A CONTRATADA fará com que todos subcontratados executem suas atividades de acordo com este CONTRATO. A CONTRATADA pagará pontualmente aos subcontratados, segundo a legislação vigente e os termos e condições do respectivo subcontrato, e exigirá de cada subcontratado que efetue pagamentos pontuais a seu pessoal.
- 15.6. Todas as obrigações fiscais, legais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas decorrentes de qualquer reclamação, demanda ou exigência administrativa ou judicial que vierem a ser efetivadas contra a REFAP em decorrência da subcontratação serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, e deverão ser integralmente por ela assumidas, permanecendo a REFAP isenta e imune de qualquer responsabilidade.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – LICENÇAS

- 16.1. As licenças, autorizações, certidões, registros, permissões, alvarás e quaisquer outros atos autorizativos a serem obtidos junto às repartições

competentes, necessárias à execução dos serviços objeto do Contrato, ficam a cargo e por conta da CONTRATADA a qual responderá, a qualquer tempo, pelas consequências que a sua falta ou omissão acarretarem.

- 16.2. Somente a licença prévia, de instalação e de operação das unidades, junto aos órgãos de meio ambiente, estarão a cargo da REFAP
- 16.2.1. A CONTRATADA deverá assistir à REFAP, no âmbito de sua competência, na obtenção, administração e manutenção das licenças, autorizações, certidões, registros, permissões, alvarás e quaisquer outros atos autorizativos a serem obtidos junto às repartições competentes através da prestação de suporte, informações, documentação e recursos humanos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CESSÃO

- 17.1. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, o CONTRATO salvo autorização prévia e por escrito da REFAP.
- 17.1.1. Os itens constantes do Anexo XIX-C, deste CONTRATO, poderão ser objeto de cessão parcial formalizada mediante a celebração de Aditivos Contratuais de Cessão de Direitos e Obrigações, a serem celebrados com os fornecedores especificados no Anexo VIII – F.
- 17.1.1.1 O valor de cada Cessão de Direitos e Obrigações será necessariamente idêntico àquele indicado pela CONTRATADA para o item correspondente no Anexo XIX-C deste CONTRATO.
- 17.1.1.2 A REFAP pagará individualmente cada item constante do Anexo XIX-C -deste CONTRATO, diretamente ao cessionário. Para tanto, como condição necessária e indispensável para tal pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar à REFAP, por ocasião da apresentação da documentação de cobrança, na forma descrita no item 6.2.2, documentação comprobatória do faturamento direto emitido pelos cessionários contra a REFAP, permitindo-lhe a apropriação de todos os créditos fiscais a que a REFAP faria jus caso não houvesse ocorrido a cessão.
- 17.1.1.3 A CONTRATADA será responsável por qualquer tributo (impostos, taxas e outros) que venha a ter o seu pagamento, vinculado ou decorrente da cessão, imputado à REFAP, mediante ressarcimento, inclusive quando se tratar de Diferencial de Alíquota de ICMS - DIFAL.
- 17.2. A CONTRATADA não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do Contrato, salvo autorização prévia e por escrito da REFAP.
- 17.2.1. Constará, obrigatoriamente, da autorização prévia, que a REFAP opõe ao cessionário dos créditos as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos ao cessionário estarão condicionados ao preenchimento, pelo cedente, de todas as suas obrigações contratuais. Em caso de cessão a CONTRATADA deverá fazer constar do instrumento

que a REFAP terá a prerrogativa de opor ao cessionário tais exceções, mencionando ainda que o vencimento e os pagamentos ao cessionário estarão condicionados ao cumprimento, pelo cedente, de todas suas obrigações fixadas no presente CONTRATO.

- 17.3. A ocorrência da cessão não eximirá, reduzirá ou modificará quaisquer das responsabilidades contratuais da CONTRATADA perante a REFAP, tais como: i) obrigações relativas às garantias dos fornecimentos; ii) todas as obrigações relativas aos fornecimentos como se não houvesse a cessão, incluindo o recebimento, transporte, logística, acondicionamento e desembaraço aduaneiro dos fornecimentos.
- 17.4. A CONTRATADA será responsável pela recepção, revisão e organização dos equipamentos e documentação emitida pelos fornecedores especificados autorizados a faturar contra a REFAP. A documentação será encaminhada pela CONTRATADA à REFAP nas mesmas condições em que efetuado o encaminhamento da documentação de cobrança da CONTRATADA, acompanhada de termo emitido pela CONTRATADA, aprovando e autorizando a REFAP, expressamente, a efetuar o pagamento direto ao cessionário.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – TRIBUTOS

- 18.1. Os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais (doravante os TRIBUTOS) que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, do Contrato ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, ficando a CONTRATADA sem direito a qualquer reembolso. A REFAP, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.
- 18.1.1. A CONTRATADA declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) incidentes sobre a execução dos serviços e fornecimentos, considerando sempre que destinam-se ao Ativo Permanente da REFAP, que exercerá os direitos de crédito de ICMS previstos na Lei Complementar 87/96, e o direito de crédito sobre outros tributos não cumulativos, não cabendo qualquer reivindicação devido a erro nessa avaliação para o efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados por autoridades competentes.
- 18.1.2. Se, em decorrência do presente contrato, e no prazo prescricional de obrigação tributária, vier a REFAP a sofrer qualquer espécie de contingência fiscal, as despesas dela decorrentes serão de responsabilidade da CONTRATADA, deduzíveis, se for o caso, de quaisquer pagamentos a que faça jus a CONTRATADA, ainda que em decorrência de outro Contrato celebrado com a REFAP.

- 18.1.2.1 A defesa de contingências fiscais, a nível administrativo e/ou judicial, ficará a cargo do corpo jurídico da REFAP que poderá requisitar subsídios da CONTRATADA para instrução dos procedimentos.
- 18.1.3. Uma vez apurado, no curso da execução do contrato, que a CONTRATADA acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a tributos, não incidentes sobre o Objeto do Contrato tais valores serão imediatamente excluídos, com a conseqüente redução dos preços praticados e o reembolso à REFAP dos valores porventura pagos à CONTRATADA, nas próximas medições.
- 18.1.4. Todas as mercadorias incorporadas no EMPREENDIMENTO, à exceção das que forem objeto de cessão, nos termos da Cláusula Décima Sétima, serão faturadas pelo estabelecimento da CONTRATADA identificado no item 3.35 do presente. Os créditos fiscais oriundos de Materiais e Equipamentos, faturados diretamente à CONTRATADA, deverão ser repassados à REFAP através da revenda mercantil que será efetuada pela CONTRATADA, de acordo com a legislação fiscal vigente. Nas hipóteses de cessão, os créditos fiscais deverão ser apropriados pela REFAP conforme o disposto na Cláusula Décima Sétima.
- 18.1.5. A CONTRATADA responderá por qualquer recolhimento indevido e por quaisquer informações fiscais a que tiver dado causa, decorrentes da execução do Contrato.
- 18.1.6. Na existência de benefícios fiscais passíveis de fruição neste CONTRATO, incluindo suas subcontratações, e aplicável ainda àqueles que forem concedidos por legislação superveniente, caberá ao CONTRATADO tomar todas as providências e medidas legais cabíveis, com o propósito de se assegurar o respectivo gozo, inclusive providenciar o reconhecimento do incentivo junto à respectiva autoridade fiscal, quando for competente para tal ato.
- 18.1.7. Caso a CONTRATADA dê causa ao não aproveitamento, à revogação, à diminuição ou à suspensão dos incentivos fiscais expressamente previstos na legislação aplicável, arcará com os ônus daí decorrentes, ficando desde já acordado que a REFAP pagará sempre o preço incentivado dos materiais e serviços, observados os prazos de fruição dos benefícios, exceto quando do indeferimento da fruição pela autoridade fiscal competente.
- 18.1.8. Os benefícios fiscais obtidos serão totalmente repassados pelo CONTRATADA à REFAP, ficando a REFAP desde já autorizada a deduzir dos faturamentos ou garantias, os valores aos mesmos correspondentes, observados os prazos de fruição dos benefícios.
- 18.2. Se, durante o prazo de vigência do Contrato, ocorrer qualquer dos seguintes eventos: criação de novos tributos, extinção de tributos existentes, alteração de alíquotas, instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais e municipais, que, comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes

contratantes, serão revistos os preços, a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações. Tratando-se porém, de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre à REFAP.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SIGILO

- 19.1. A CONTRATADA obriga-se, pelo prazo de 20 anos, a manter sob sigilo todas as informações que lhe forem transmitidas pela REFAP, visando a execução do objeto contratual, bem como de todas aquelas que originem-se da presente contratação, independentemente de serem privilegiadas ou não, e sendo respeitadas as regras de propriedade intelectual.
- 19.1.1. A CONTRATADA, para fins de sigilo, obriga-se por seus administradores, empregados, prepostos, a qualquer título, e comitentes.
- 19.1.2. Quaisquer informações obtidas pela CONTRATADA durante a execução contratual, nas dependências da REFAP ou dela originárias, ainda que não diretamente envolvidas com a mencionada execução contratual, devem ser mantidas em sigilo nos termos e prazos da presente cláusula.
- 19.2. A CONTRATADA reconhece que as especificações técnicas, para fins de execução deste Contrato, não são passíveis de apropriação, estando titularizadas pela REFAP.
- 19.3. O não cumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará:
- a) na rescisão contratual, se vigente o contrato;
 - b) em qualquer hipótese, na responsabilidade por perdas e danos;
 - c) adoção dos remédios jurídicos e sanções cabíveis por força do Decreto nº 1355/94 e demais legislação pertinente;
 - d) aplicação de multa no montante de 10% do valor contratual, independentemente da indenização que trata a alínea "b", deste item contratual.
- 19.3.1. Para fins de sanção administrativa interna, o não cumprimento da obrigação de sigilo tem caráter de irregularidade grave.
- 19.4. Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, a ocorrência de não cumprimento nas seguintes hipóteses:
- a) a informação já era conhecida anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal;
 - b) houve prévia e expressa anuência da REFAP, mediante autorização da maior autoridade do órgão responsável pelo contrato, quanto à liberação da obrigação de sigilo e confidencialidade;

- c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente contrato;
- d) determinação judicial e/ou governamental para conhecimento das informações, desde que notificada imediatamente a REFAP, previamente à liberação, e sendo requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo.

19.5. Qualquer divulgação sobre qualquer aspecto ou informação sobre o presente instrumento contratual está adstrita à prévia autorização da REFAP, ressalvada a mera informação sobre sua existência." Nos instrumentos jurídicos de transferência tecnológica, em que a REFAP seja beneficiária da transferência, e consequentemente, em regra, a transferidora submete seu padrão contratual, o mesmo deve ser levado à análise do Serviço Jurídico.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

- 20.1. As PARTES ficarão liberadas de cumprir suas respectivas obrigações de acordo com este CONTRATO, na medida em que sua execução seja impossibilitada por um evento de caso fortuito ou força maior (doravante um EVENTO DE FORÇA MAIOR), consoante o previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro. Para os fins deste CONTRATO, um EVENTO DE FORÇA MAIOR não incluirá: (a) entrega atrasada da instalação, Equipamentos e Materiais ocasionada por congestionamento da instalação, excesso de demanda no mercado, ineficiência ou outros atos similares, sejam eles imputáveis à CONTRATADA, subcontratados e fornecedores de materiais destinados ao EMPREENDIMENTO, (b) atrasos resultantes de quebra dos Equipamentos e Materiais, quando tal quebra não for causada por um EVENTO DE FORÇA MAIOR, (c) atos, omissões ou atrasos causados por ineficiência, da CONTRATADA ou qualquer terceira pessoa sobre a qual a CONTRATADA tenha controle, inclusive subcontratados e sub-empreiteiras, (d) paralisações de trabalho específicas do EMPREENDIMENTO, (e) atraso na execução causado pela ineficiência ou falta da CONTRATADA em empregar mão-de-obra e/ou pessoal de supervisão adequado, e (f) problemas financeiros da PARTE que alega Evento de Força Maior.
- 20.2. Caso uma das PARTES não possa cumprir qualquer obrigação nos termos deste instrumento, em consequência de um EVENTO DE FORÇA MAIOR, esta PARTE registrará em detalhes tal impedimento no Diário de Obra e notificará a outra PARTE, por escrito, o mais rápido possível, expondo a razão da não-execução, as particularidades do EVENTO DE FORÇA MAIOR e a obrigação ou condição atingida. Qualquer obrigação da PARTE ficará temporariamente suspensa pelo período em que essa PARTE estiver impossibilitada de cumpri-la em função de um EVENTO DE FORÇA MAIOR, mas apenas na medida da respectiva impossibilidade. As obrigações da CONTRATADA previstas neste CONTRATO não afetadas pelo EVENTO DE

FORÇA MAIOR continuarão, salvo instrução em contrário da REFAP. A PARTE atingida pelo EVENTO DE FORÇA MAIOR notificará a outra PARTE, tão logo esse evento cesse e não mais impeça o cumprimento da sua obrigação, e daí por diante retomará a execução deste CONTRATO.

- 20.3. A PARTE que notificar sobre o EVENTO DE FORÇA MAIOR tomará todas as medidas cabíveis para mitigar os efeitos desse EVENTO DE FORÇA MAIOR sobre a execução de suas obrigações. Quando as PARTES julgarem que um EVENTO DE FORÇA MAIOR prolongar-se-á por mais de 5 (cinco) dias corridos, ou quando um EVENTO DE FORÇA MAIOR prosseguir mais que 5 (cinco) dias corridos, as PARTES se reunirão o mais cedo possível para analisar a situação e suas implicações sobre as operações e para decidirem o curso de ação mais apropriado nessas circunstâncias.
- 20.3.1. Durante o período impeditivo definido no item 20.3 acima, as partes suportarão independentemente suas respectivas perdas.
- 20.3.2. Se a razão impeditiva ou suas causas perdurarem por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos, qualquer uma das partes poderá notificar a outra, por escrito, para o encerramento do presente Contrato, sob as condições idênticas às estipuladas no item 20.3.1 acima.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

- 21.1. A responsabilidade da REFAP e da CONTRATADA por perdas e danos será limitada aos danos diretos de acordo com o Código Civil Brasileiro e legislação aplicável, excluídos os lucros cessantes e os danos indiretos, ficando os danos diretos limitados a 100% (cem por cento) do valor atual contratual reajustado.
- 21.2. Será garantido à REFAP o direito de regresso em face da CONTRATADA no caso da REFAP vir a ser obrigada a reparar, nos termos do parágrafo único, do Art. 927, do Código Civil, eventual dano causado pela CONTRATADA, não se aplicando, nesta hipótese, o limite de 100% (cem por cento) previsto no item acima.
- 21.3. Será objeto de regresso o que efetivamente o terceiro vier obter em juízo ou fora dele, acrescido de todos os dispêndios envolvidos, tais como, custas judiciais, honorários advocatícios, custos extrajudiciais, dentre outros.
- 21.4. Sendo os serviços contratados pela REFAP na condição de destinatária final, o que caracteriza relação de consumo, aplicar-se-á, a este Contrato, as normas do Código de Defesa do Consumidor.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA ONEROSIDADE EXCESSIVA, DO EQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO CONTRATO E DA EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO

- 22.1. Em ocorrendo situação superveniente e imprevisível que gere onerosidade excessiva para qualquer uma das partes, a parte prejudicada poderá pedir a resolução deste contrato. As partes, contudo, poderão manter vigente este Contrato caso cheguem, mediante negociação, a um consenso, quanto à revisão das obrigações contratuais ou das prestações para seus adimplementos.
- 22.2. Em ocorrendo fato superveniente, extraordinário e irresistível e imprevisível que altere o equilíbrio da equação econômico-financeira original deste Contrato, as partes renegociarão as suas condições para que se retorne à equação comutativa originária, utilizando-se, para tanto, as provas apresentadas pela CONTRATADA e o Demonstrativo de Formação de Preços apresentado para fins de contratação.
- 22.3. Se, depois de concluído o Contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, ou a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES

- 23.1. As partes declaram que:
- 23.1.1. Exercem a sua liberdade de contratar, observados os preceitos de ordem pública e o princípio da função social do presente Contrato, que atende também aos princípios da economicidade, razoabilidade e oportunidade, permitindo o alcance dos respectivos objetivos societários das partes e atividades empresariais, servindo, conseqüentemente, a toda a sociedade;
- 23.1.2. Sempre guardarão na execução deste Contrato os princípios da probidade e da boa-fé, presentes também, tanto na sua negociação, quanto na sua celebração;
- 23.1.3. Este Contrato é firmado com a estrita observância dos princípios indicados nos itens antecedentes, não importando, em nenhuma hipótese, em abuso de direitos, a qualquer título que seja;
- 23.1.4. Em havendo nulidade de qualquer estipulação do presente Contrato, restarão válidas as demais disposições contratuais, não afetando assim a validade do negócio jurídico ora firmado em seus termos gerais.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 24.1. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços ora contratados de acordo com as leis e exigências emanadas das autoridades brasileiras federais, estaduais e municipais, bem como das competentes autoridades estrangeiras, isentando a REFAP de qualquer responsabilidade pela falta do cumprimento dessas leis e exigências.
- 24.2. A REFAP poderá utilizar independentemente de outros pagamentos, além dos previstos no Contrato, os projetos, plantas, desenhos, especificações, relações de materiais e outros elementos fornecidos e/ou elaborados pela CONTRATADA para ampliação ou construção de obras semelhantes, dela, REFAP.
- 24.3. O Contrato será expresso na língua portuguesa. Em qualquer hipótese, prevalecerá o texto em Português, idioma que deverá ser usado em toda documentação oriunda do Contrato que venha a ser emitida pelas partes, salvo eventuais especificações técnicas que poderão ser em inglês, a exclusivo critério de aceitação da REFAP.
- 24.4. A REFAP poderá, se for de seu interesse, buscar financiamento para o todo ou parte deste contrato, junto à instituições financeiras nacionais ou internacionais, devendo a CONTRATADA prestar todas as informações necessárias visando a obtenção desses recursos. A mesma condição acima deverá abranger os fornecedores cujos contratos forem objeto de cessão.
- 24.4.1. As condições de pagamento estabelecidas no presente contrato serão mantidas independentemente da origem dos recursos, quer sejam da REFAP ou de terceiros.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - MANDATÁRIO JUDICIAL

- 25.1. A CONTRATADA manterá durante toda a vigência contratual, na e até a solução de eventuais pendências oriundas do presente Contrato, um representante legal com poderes "ad negotia" e "ad judicia et extra", podendo receber citação inicial inclusive nos processos de execução, bem como para firmar compromisso com referência às mencionadas pendências, podendo a citação ser feita por Edital, na hipótese de ausência ou falta do procurador, na forma e termos do instrumento de mandato apresentados para fins de celebração do presente Contrato.
- 25.1.1. A substituição de mandatário deverá ser informada à REFAP, que poderá não aceitá-la quando não atendidos os requisitos de mandato quanto aos poderes do mandatário e regularização do instrumento de mandato, quando passado no exterior.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

26.1. Os documentos abaixo ficam anexados ao presente Contrato, assim enumerados:

- Anexo I - Memorial Descritivo
- Anexo II - Projeto Básico das Unidades de Processo
- Anexo III - Projeto Conceitual da U-1300 e dos Sistemas Complementares
- Anexo IV - Requisitos Para as Funções de Gerência do Empreendimento
- Anexo V - *Omissis*
- Anexo VI - Garantia de Cumprimento das Obrigações Contratuais
- Anexo VII - Critérios de Projeto e de Execução dos Serviços
- Anexo VIII - Diretriz Contratual de Suprimento
- Anexo VIII A - Requisitos de Suprimentos - Juntas
- Anexo VIII B - Requisitos de Suprimentos - Consumíveis
- Anexo VIII C - Critérios para Fornecimento de Sobressalentes
- Anexo VIII D - Requisitos de Suprimento - Inspeção
- Anexo VIII E - Requisitos de Suprimento - Refratários
- Anexo VIII F - Requisitos de Suprimento - "Vendor List"
- Anexo IX - Requisitos para o Sistema da Qualidade
- Anexo X - Diretriz Contratual para Informação, Planejamento e Controle
- Anexo XI - Exigências Contratuais de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente
- Anexo XI A - Exigências Contratuais de Resíduo, Efluentes e Emissões
- Anexo XI B - Plano de Atendimento de Emergências
- Anexo XI C - Instruções de Segurança Interna para Contratadas
- Anexo XI D - Diário de Segurança
- Anexo XII A - Requisitos Básicos para o Condicionamento
- Anexo XII B - Requisitos Básicos para Assistência à Pré-Operação e Operação Assistida
- Anexo XII C - Critérios para Entrega e Aceitação de Sistemas e Subsistemas Operacionais
- Anexo XIII - Modelo do Orçamento Detalhado
- Anexo XIV - *Omissis*
- Anexo XV - Documentos de Referência
- Anexo XVI - Procedimentos de Coordenação do Contrato
- Anexo XVII - Cronograma Físico
- Anexo XVIII - Cronograma Financeiro (A - B)
- Anexo XIX A- Planilha de Preços de Serviços (original rubricada pela REFAP)
- Anexo XIX-B- Planilha de Preços de Bens em Moeda Nacional(original rubricada pela REFAP)
- Anexo XIX-C - Planilha de Preços de Bens em Moeda Nacional ou Estrangeira (original rubrica pela REFAP)
- Anexo XIX-D- Planilha de Preços Resumo (original rubricada pela REFAP)
- Anexo XX - Critério de Medição dos Serviços

26.1.1. As disposições constantes dos anexos complementam e/ou esclarecem o ajuste formalizado neste instrumento, porém não prevalecerão sobre Cláusula expressa aqui estabelecida, devendo ser consideradas nulas todas as condições, estipulações, preços ou valores dos anexos, quando contrariarem frontalmente o disposto neste CONTRATO.

- 26.2. Os seguintes documentos ficam fazendo parte integrante deste, em tudo aquilo que não contrarie o disposto neste CONTRATO e seus anexos, de forma a complementarem-se:

Ato Convocatório do Convite Internacional nº 886.8.063.02-9 com todos os seus anexos;

Cartas Circulares números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 com todos os seus anexos;

Proposta da CONTRATADA datada de 31/03/2003, com todos os seus anexos.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – FORO

- 27.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, que será o competente para dirimir as questões decorrentes do cumprimento deste Contrato, renunciando as PARTES expressamente a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 27.2. O presente CONTRATO entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará até que a CONTRATADA tenha liquidado todos os seus compromissos com a REFAP, ou até que a REFAP tenha liquidado todos os seus compromissos com a CONTRATADA.
- 27.3. Na execução do presente CONTRATO e na implantação de todo o EMPREENDIMENTO, a CONTRATADA conferirá e cumprirá toda a legislação aplicável, e fará com que os subcontratados, cessionários e fornecedores especificados procedam da mesma forma, e concorda em indenizar, defender e isentar a REFAP de quaisquer reivindicações, penalidades, indenizações, ou outras reclamações, atribuíveis a qualquer falta da CONTRATADA, subcontratados, cessionários ou fornecedores no cumprimento da legislação aplicável relacionada com a execução do EMPREENDIMENTO.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Canoas, 22 de maio de 2003.

ALBERTO PASQUALINI - REFAP S. A.

Hildo Francisco Henz

Diretor-Presidente

SKANSKA S. A.

Alfredo Rafael Collado

Procurador

TESTEMUNHAS:

Nome: Daniel Santa Bárbara Esteves

CPF: 031561286-00

Nome: Carlos Froehlich

CPF: 291927300-00

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL

COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA

Nº 10017366

DATA REGISTRO 07/08/06

HORA REGISTRO 16h40min

5548/06

1 IMPRENSA 5
2 REPR. REQU. 6
3 B.M. 7
4 OUTROS 8

38 DP de Canoas

CÓD. 100508

PARTICIPAÇÃO
1. TAP 2. TESTEMUNHA 3. CONDUTOR
1. IM 2. IC 3. OUTROS

COR

1. BRANCO 4. MULATO
2. PRETO 5. SÁBARA
3. AMARELO 6. ALBINO

ESTADO CIVIL

1. SOLTEIRO 4. SEPARADO
2. CASADO 5. ANCIADO
3. VIÚVO

NACIONALIDADE

1. BRASILEIRA
2. NATURALIZADO
3. ESTRANGEIRA

ENDEREÇO

1. PLANTÃO 2. SECRETARIA 3. CARTÃO
1. GABINETE

OBS

1. POSITIVO
2. NEGATIVO
3. NÃO CONSTA

NOME Celso Moraes da Cunha

RG 00613943

FILIAÇÃO Joaquim Bitencourt da Cunha e Maria V. Moraes da Cunha

DATA NASC 22/01/1954

SEXO M

DOCUM.

Nº 7006139435

UF RS

IDADE APARENTE 32 ANOS

ENDEREÇO Getúlio Vargas 11001

Nº

COMPL.

LOGR.

CEP 92000

FONE 34152030

LOC. TRAB. REPAP/SA

PARTICIPAÇÃO 0 NAC 1

NAT

Perto Alegre

PROF.

Advogada

CÓD.

COR 1

EST CIVIL 2

PERICIA X

MEDICADO

HOSPITALIZADO

MORTO

FLAGRANTE

RECOLHIDO

LIBERADO FIANÇA

TERMO DECLARAÇÃO

DINP

INFORM. POR

ESPECIFICAÇÃO INCENDIO

CÓD. FATO

TENTATIVA

DATA 05/08/06

MODUS-OPERANDI

CÓDIGOS

HORA 16h40min

LOCAL AV Getúlio Vargas

Nº 11001

COMPL.

LOGR.

CEP 92000

PONTOS DE REFERÊNCIA REPAP/SA

OCCORR. BM.

A NOME

RG

FILIAÇÃO

DATA NASC.

SEXO

DOCUM.

Nº

UF

IDADE APARENTE

ANOS

ENDEREÇO

Nº

COMPL.

LOGR.

CEP

FONE

LOC. TRAB.

PARTICIPAÇÃO

NAC

NAT

PROF.

CÓD.

COR

EST CIVIL

PERICIA

MEDICADO

HOSPITALIZADO

MORTO

FLAGRANTE

RECOLHIDO

LIBERADO FIANÇA

TERMO DECLARAÇÃO

DINP

INFORM. POR

OBS.

B NOME

RG

FILIAÇÃO

DATA NASC.

SEXO

DOCUM.

Nº

UF

IDADE APARENTE

ANOS

ENDEREÇO

Nº

COMPL.

LOGR.

CEP

FONE

LOC. TRAB.

PARTICIPAÇÃO

NAC

NAT

PROF.

CÓD.

COR

EST CIVIL

PERICIA

MEDICADO

HOSPITALIZADO

MORTO

FLAGRANTE

RECOLHIDO

LIBERADO FIANÇA

TERMO DECLARAÇÃO

DINP

INFORM. POR

OBS.

C NOME

RG

FILIAÇÃO

DATA NASC.

SEXO

DOCUM.

Nº

UF

IDADE APARENTE

ANOS

ENDEREÇO

Nº

COMPL.

LOGR.

CEP

FONE

LOC. TRAB.

PARTICIPAÇÃO

NAC

NAT

PROF.

CÓD.

COR

EST CIVIL

PERICIA

MEDICADO

HOSPITALIZADO

MORTO

FLAGRANTE

RECOLHIDO

LIBERADO FIANÇA

TERMO DECLARAÇÃO

DINP

INFORM. POR

OBS.

Informa o comunicante que na tarde de ontem, por volta das 16h40min, o vigilante contratado da empresa GOCIL, de nome Marcio Santos Fischer ao ouvir o alarme ser acionado constatou que havia um início de fumaça. Que agilizou a Brigada de Incêndio da Refinaria e esta o corpo de Bombeiros. Que nesse prédio estava toda a documentação contábil anexa, que posteriormente será complementada. Que o prejuízo será apurado e após feitura da pericia e juntado ao IP, nada mais e o registro. z.z.z.z.z.z.z.z.z.z.z.z.z.z.z.z.

ENCAMINHADO A

PERÍCIAS REQUISITADAS

OBS.

AUTO DE APREENSÃO

AUTO DE RESTITUIÇÃO

AUTO DE AVALIAÇÃO

DIFUSÃO

SEPLAN

ATENDIMENTO

Sergio de Oliveira

CH. PLANTÃO

ASS.

RG.

9023875851

ASS.

RG.

DESTINO 1ª VIA

DATA DEVOLUÇÃO

SECURITY

Del. Marcio T. Neto

ASS.

RG.

9023875851

AUTENTICAÇÃO

Autenticado e presente cópia Reprodução da

Em

Ames J. J. de Carvalho

Metrôpolis de Polícia

Mat. 113473417

DOCUMENTOS FISCAIS E CONTÁBEIS DE JANEIRO/2001 A AGOSTO/2006**DOCUMENTAÇÃO DE PESSOAL/EMPREGADOS**

- FOLHA DE PAGAMENTO;
- GUIAS FGTS COM RELAÇÃO - GFIP E SEFIP (INSS E FGTS);
- TODAS AS CONTRIBUIÇÕES SOBRE A FOLHA - GUIAS PAGTO - DARFS (EX: SESI, SENAI, SEBRAE, INCRA, IMPOSTO RENDA FONTE, ETC.);

DOCUMENTAÇÃO FISCAL

- IMPOSTO RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PESSOA JURÍDICA;
- LIVRO DE APURAÇÃO - LALUR;
- DARF'S DE RECOLHIMENTO COM TODOS OS COMPROVANTES DOS BENEFÍCIOS FISCAIS;
- PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO DA EMPRESA, COM COMPROVANTES DE PAGAMENTO - DARF'S;
- DOCUMENTAÇÃO IMPOSTOS RETIDOS E RECOLHIDOS - DESDE A RELAÇÃO ATÉ OS COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO - DARF'S (EX: PIS, COFINS, ISS FONTE, IR FONTE, INSS FONTE, INSS COOPERATIVAS, INSS 3ºS E AUTÔNOMOS, ETC.);
- DIPJ - COM DOCUMENTAÇÃO SUPORTE;
- LIVROS FISCAIS: LIVRO DE APURAÇÃO DE ISS, LIVRO REGISTRO DE OCORRÊNCIA DO ICMS, LIVROS DE REGISTRO DE ENTRADAS E SAÍDAS DE ICMS, LIVRO DE APURAÇÃO DO ICMS, REGISTRO DE INVENTÁRIO, LIVRO DE CONTROLE DA PRODUÇÃO E ESTOQUE, ETC.
- GUIAS COM TODA DOCUMENTAÇÃO SUPORTE: DCTF, DACOM, DCIDE, GUIA DE APURAÇÃO DO ICMS, GUIA MODELO B, ETC;
- COMPROVANTES DE PAGAMENTO DO ISS PRÓPRIO, CIDE, ICMS PRÓPRIO E SUSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA;
- TALONÁRIO DAS NOTAS FISCAIS DE SAÍDA (SÉRIE 1, 2, 3 E 5) E NOTAS FISCAIS DE ENTRADA (SÉRIE 11, 13 E 14)
- TALONÁRIO DE NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS;
- FORMULÁRIOS DE NOTAS FISCAIS DE ENTRADA EM BRANCO;
- FORMULÁRIO DE OR-ORDEN DE RETIRADA EM BRANCO;
- 1ª VIA DE NOTAS FISCAIS DE FORNECEDORES, QUE RATIFICAM O CRÉDITO DE ICMS, PIS E COFINS DO PERÍODO REFERENCIADO;
- DOCUMENTAÇÃO SUPORTE PARA LANÇAMENTOS EXTRA APURAÇÃO DE ICMS; DOCUMENTOS DE CONTROLE INTERNOS;

DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL

- TODOS OS REGISTROS CONTÁBEIS E FINANCEIROS DO PERÍODO REFERENCIADO: RECEBIMENTOS DE CLIENTES, PAGAMENTOS A FORNECEDORES, CONTRATOS DE CÂMBIO, PROCESSOS DE IMPORTAÇÕES DE MATERIAIS, SERVIÇOS E MATÉRIA-PRIMA;
- LIVRO DIÁRIO - MICROFICHAS DE JAN/2001 A NOV/2005 COM REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL;
- TODOS OS BALANÇOS DA COMPANHIA AUDITADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS: PRICE, ERNEST YOUNG, KPMG;

AUTENTICAÇÃO

autentic a presente cópia
Reprodução fiel da ORIGINAL
Em 08/07/06

Agnês L. L. de Carvalho
Inspetora de Polícia
Matr. nº 1.347341/7

- DOCUMENTAÇÃO SUPORTE DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS;
- CÓPIA DOS PAGAMENTOS DE PAGAMENTO DA AMPLIAÇÃO DA REFINARIA QUE DÃO SUPORTE AO FINANCIAMENTO CONCEDIDO PELO BNDES;

OUTROS

- DOCUMENTAÇÕES: REGIME ESPECIAL; AIDF-AUTORIZAÇÃO DE IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS, CONSULTAS FISCAIS;
- DOCUMENTAÇÃO DA CONTRATADA: PERSONA - GUIAS DOS RECOLHIMENTOS DOS EMPREGADOS - GEFIP, SEFIP;

ARQUIVO CENTRAL

DOCUMENTAÇÃO FISCAIS, CONTÁBEIS, DE PESSOAL, JURÍDICO E TÉCNICO (PLANTAS, PROJETOS, ETC.), CONTRATOS RELATIVOS AO PERÍODO DE 1964 A AGOSTO DE 2006, DA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - REFINARIA ALBERTO PASQUALINI.

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia
Reprodução fiel da ORIGINAL.
Em 08/07/06

Agnês L. A. de Carvalho
Inspetora de Polícia
Matr. nº 1.347841/7

@LIZ

www.LeisMunicipais.com.br



LEI Nº 4818 de 1º de dezembro de 2003

ESTABELECE NORMAS PARA O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN, ALTERA A LEI Nº 1.943, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1979, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS ANTÔNIO RONCHETTI, Prefeito Municipal de Canoas. FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista a que se refere o ANEXO I da presente Lei, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto de que trata esta Lei incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

~~Art. 2º. O imposto não incide sobre:~~

~~I - as exportações de serviços para o exterior do País;~~

~~II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios gerentes e dos gerentes delegados;~~

~~III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.~~

~~Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.~~

Art. 2º O imposto não incide sobre:

I - As exportações de serviços para o exterior do país;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e

membros do conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, o juro e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizados por instituições financeiras;

IV - serviços prestados por profissionais autônomos, exceto aqueles prestados pelos:

- a) profissionais com curso superior e os legalmente equiparados;
- b) profissionais de nível técnico os legalmente equiparados;
- c) despachantes;
- d) corretores de imóveis;
- e) representantes comerciais;
- f) comissionados a qualquer título.

§ 1º Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito pro residente no exterior.

§ 2º Para fins tributários o empresário, anteriormente, designados por "firma individual" "empresa individual" ou ainda "empresa unipessoal" equipara-se à pessoa jurídica. (Redação da pela Lei nº 5.361/2008)

Art. 3º. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º desta Lei;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X - do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

85

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XIV - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XX - do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

~~Art. 4º. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.~~

Art. 4º Considera-se estabelecimento prestador a unidade econômica ou profissional onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, sendo irrelevantes para a sua caracterização as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato, ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas. (Redação dada pela Lei nº 4937/2004)

§ 1º A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento prestador.

§ 2º A existência de estabelecimento prestador é indicada pela presença de um ou mais dos seguintes elementos:

- a) manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- b) estrutura organizacional ou administrativa;
- c) inscrição nos órgãos previdenciários;
- d) indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;
- e) permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de

prestação de serviços, exteriorizada por meio de indicação de endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas telefônicas, de energia elétrica ou de água, em nome do prestador, seu representante ou preposto. (Redação acrescentada pela Lei nº 4.938/2004)

Art. 5º. Contribuinte é o prestador do serviço.

~~Art. 6º. O Município, mediante lei, poderá atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.~~

~~§ 1º Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.~~

~~§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1º deste artigo, são responsáveis:~~

~~I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação tenha iniciado no exterior do País;~~

~~II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa.~~

~~§ 3º A liberação do Certificado de "Habite-se", está condicionada ao efetivo pagamento do ISSQN relativo a serviços prestados na obra.~~

Art. 6º Na condição de Responsável Tributário, fica a cargo da pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços previstos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa a esta Lei, a retenção na fonte e o recolhimento do ISSQN devido pelo prestador destes serviços. (Regulamentado pelo Decreto nº 736/2004)

§ 1º Os Responsáveis Tributários a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, da multa e dos acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º Ao prestador do serviço fica atribuída a responsabilidade supletiva pelo crédito tributário, inclusive no que se refere a multa e aos acréscimos legais.

~~§ 3º A liberação do Certificado de "Habite-se" está condicionada ao efetivo pagamento do ISSQN relativo a serviços prestados na obra.~~

§ 3º Em se tratando de pessoa física, o proprietário de bem imóvel, o dono de obra e o empreiteiro são responsáveis solidários com contribuinte pelo imposto devido quanto aos serviços que lhe forem prestados, ficando afastada a solidariedade com a prova de pagamento do respectivo imposto.

I - A liberação do Certificado de "Habite-se" está condicionada ao efetivo pagamento do ISSQN relativo a serviços prestados na obra, nos termos da legislação vigente. (Redação dada pela Lei nº 5.142/2006) (Redação dada pela Lei nº 4.938/2004)

Art. 7º. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

~~§ 2º Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:~~

~~I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei.~~

~~II - As deduções de que trata o inciso I, poderão ser declaradas para fins de recolhimento do ISSQN através de valor especificado no documento fiscal, desde que em percentual inferior a 50% do preço do serviço, sujeitando-se a posterior homologação fiscal. Deduções em percentual superior a 50% do preço do serviço deverão ser comprovadas mediante apresentação da documentação perante o fisco municipal, por meio de processo administrativo, até o 10º dia do mês seguinte ao mês de competência.~~

§ 2º Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

~~I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei, que são exclusivamente os materiais produzidos fora do local da prestação de serviços.~~

I - o valor dos materiais produzidos pelo prestador de serviços fora do local da prestação, em conformidade com a exceção prevista nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei; (Redação dada pela Lei nº 5.144/2006)

II - na prestação de serviços das agências operadoras de turismo, a que se refere o item 9.02 do Anexo I da Lista de serviços, o preço, deduzidos os valores referentes às passagens e diárias de hospedagem, vinculadas aos programas de viagens e excursões da própria agência, desde que devidamente comprovadas.

III - A prestação de serviço constante dos itens 17.04 e 17.05 da lista de serviços anexa a esta Lei terá o preço do serviço apurado pelo valor do faturamento, deduzidas as parcelas relativas aos valores:

- a) dos salários pagos aos empregados locados nos respectivos usuários tomadores de serviço, conforme folha de pagamento;
- b) dos encargos trabalhistas e previdenciários incidentes, na forma da lei, sobre a folha de pagamento referida na alínea "a" precedente, excluídas as liberalidades;
- c) dos seguintes benefícios sociais, concedidos ao trabalhador em virtude de lei ou convenção coletiva de trabalho: cesta básica, vale-refeição, vale-transporte, convênio médico.

IV - Os valores referidos no inciso anterior não poderão exceder a 75% (setenta e cinco por cento) do objeto do respectivo contrato.

V - A não comprovação do efetivo pagamento dos salários e encargos sociais e trabalhistas previstos no inciso III acima sujeita o contribuinte ao recolhimento do imposto.

VI - Os sujeitos passivos prestadores dos serviços mencionados no inciso III deverão emitir Nota Fiscal de serviços e escriturar o Livro de Registro Especial do ISSQN, discriminando as parcelas relativas aos valores percebidos pela prestação dos serviços e os correspondentes aos salários e encargos sociais e trabalhistas. (Redação dada pela Lei nº 4.938/2004)

§ 3º Os profissionais liberais autônomos, com curso superior, desde que prestem serviços descritos na presente Lista de Serviços, terão o preço do serviço fixado conforme os valores descritos no Anexo I, item "B", desta Lei.

~~I - Quando os serviços a que se refere o § 3º do artigo 7º forem prestados por sociedades, independentemente do número de funcionários que possuírem, estas ficarão sujeitas ao imposto calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da Lei.~~

I - Quando os serviços a que se refere o presente parágrafo forem prestados por sociedades, independentemente do número de funcionários que possuírem, estas poderão optar pelo pagamento do imposto calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste

serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da Lei.

a) O cálculo do imposto previsto neste artigo será efetuado com base na Unidade de Referência Municipal - URM, de acordo com o discriminado no item 5 do Anexo I "B" desta Lei.

b) Em havendo opção pela tributação fixa aqui prevista, o primeiro enquadramento se dará a qualquer momento, desde que formalizada a solicitação e, posteriormente, em caso de alteração da forma de tributação, deverá essa modificação ser requerida até o dia 31 de outubro de cada ano, para vigorar no exercício seguinte. (Redação dada pela Lei nº 5.142/2006)

Parágrafo único. O cálculo do imposto previsto neste artigo será efetuado com base na Unidade de Referência Municipal - URM, de acordo com o discriminado no item 5 do Anexo I "B" desta Lei. (Redação acrescentada pela Lei nº 4.938/2004)

§ 4º Os profissionais autônomos de nível técnico e os legalmente equiparados, desde que prestem serviços descritos na presente Lista de Serviços, terão o preço do serviço fixado conforme os valores descritos no Anexo I, item "B", desta Lei.

§ 5º Os profissionais autônomos dos serviços previstos no Anexo I, referentes aos itens 10.01, 10.02, 10.03, 10.05, 10.08, 10.09 e 33.01, terão o preço do serviço fixado de acordo com os valores descritos no item "B", do Anexo I desta Lei.

§ 6º Os serviços previstos nos itens 12.03, 12.06, 12.09 e 12.12, terão o preço do serviço fixado através dos valores descritos no item "B", do Anexo I desta Lei.

Art. 8º. A alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 5% (cinco por cento).

Art. 9º. Ficam revogados os artigos 23, 26, 27, 28, 30, 33, os §§ 1º e 2º, do inciso III, do artigo 32, da Lei 1.943, de 10 de dezembro de 1979, bem como as Leis 2.568, de 29 de dezembro de 1987, 2.834, de 28 de novembro de 1989, 3.038, de 10 de dezembro de 1990, os artigos 1º, 3º, 4º, 5º e 6º, da Lei 3.656, de 23 de dezembro de 1992, o artigo 1º da Lei 4.332, de 30 de dezembro de 1998, a Lei 4.377, de 23 de agosto de 1999, os artigos 1º, 3º (caput), 5º, inciso III e §§ 1º e 2º, da Lei 4.583, de 07 de novembro de 2001, a Lei 4.720, de 26 de dezembro de 2002 e as demais disposições em contrário.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1.º de janeiro de 2004 (01/01/04).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS, primeiro de dezembro de dois mil e três (1º.12.2003)

MARCOS ANTONIO RONCHETTI
Prefeito Municipal

ANEXO I

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

A) LISTA DE SERVIÇOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO COM BASE NA RECEITA PARTE VARIÁVEL

ÍTEM	ALÍQUOTA
1 - Serviços de informática e congêneres.	
1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas	2%
1.02 - Programação	2%
1.03 - Processamento de dados e congêneres	2%
1.04 - Elaboração de programas de computadores, in-	

Inclusive de jogos eletrônicos	2%
1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação	2%
1.06 - Assessoria e consultoria em informática	2%
1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados	2%
1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas	2%
2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	
2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	2%
3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	
3.01 - (VETADO)	
3.02 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda	3%
3.03 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza	3%
3.04 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza	5%
3.05 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário	3%
4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres	
4.01 - Medicina e biomedicina	3%
4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres	3%
4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres	3%
4.04 - Instrumentação cirúrgica	3%
4.05 - Acupuntura	3%
4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares	3%

(Alíquota dada pela Lei n° 4.938/2004)

4.07 - Serviços farmacêuticos	3%
4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia	3%
4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental	3%
4.10 - Nutrição	3%
4.11 - Obstetrícia	3%
4.12 - Odontologia	3%
4.13 - Ortóptica	3%
4.14 - Próteses sob encomenda	3%
4.15 - Psicanálise	3%
4.16 - Psicologia	3%
4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres	3%
4.18 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	3%
4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres	3%
4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	3%
4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres	3%
4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres	3%
4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário	3%
5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres	
5.01 - Medicina veterinária e zootecnia	3%
5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatorios, pronto-socorros e congêneres, na área veterinária	3%
5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária	3%
5.04 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	3%
5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres	3%

5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	3%
5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres	3%
5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres	3%
5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária	3%
=====	
6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	
6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres	3%
6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres	3%
6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres	3%
6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas	3%
6.05 - Centros de emagrecimento, spa e congêneres	3%
=====	
7 - Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	
7.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres	3%
7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	3%
7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos p/ trabalhos de engenharia	3%
7.04 - Demolição	3%
7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	3%

7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço	3%
7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres	3%
7.08 - Calafetação	3%
7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer	3%
7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres	3%
7.11 - Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores	3%
7.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos	3%
7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres	3%
7.14 - (VETADO)	
7.15 - (VETADO)	
7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres	3%
7.17 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres	3%
7.18 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres	3%
7.19 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo	3%
7.20 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres	3%
7.21 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais	3%
7.22 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres	3%
8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação	

ção pessoal de qualquer grau ou natureza.	
8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior	3%
8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza	3%
9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	
9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços)	3%
9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres	3%
9.03 Guias de turismo	3%
10 - Serviços de intermediação e congêneres.	
10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada	2%
10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer	5%
10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária	2%
10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring)	2%
10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios	2%
10.06 - Agenciamento marítimo	3%
10.07 - Agenciamento de notícias	3%
10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios	3%
10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial	3%

(Alíquota dada pela Lei n° 4.938/2004)

(Alíquota dada pelas Leis n° 4.938/2004)

(Alíquota dada pela Lei n° 4.938/2004)

(Alíquota dada pela Lei n° 4.938/2004)

(Alíquota dada pela Lei n° 4.938/2004)

10.10 - Distribuição de bens de terceiros	3%	
11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamen- to, vigilância e congêneres.		
11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terres- tres automotores, de aeronaves e de embarcações	3%	
11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas	2%	(Alíquota dada pela Lei n° 4.938/2004)
11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas	2%	(Alíquota dada pela Lei n° 4.938/2004)
11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, ar- rumação e guarda de bens de qualquer espécie	2%	(Alíquota dada pela Lei n° 4.938/2004)
12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01 - Espetáculos teatrais	3%	
12.02 - Exibições cinematográficas	3%	
12.03 - Espetáculos circenses	FIXO	
12.04 - Programas de auditório	3%	
12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres	3%	
12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres	FIXO	
12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, ó- peras, concertos, recitais, festivais e congêneres	3%	
12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres	3%	
12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não	FIXO	
12.10 - Corridas e competições de animais	3%	
12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espec- tador	3%	
12.12 - Execução de música	FIXO	
12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	3%	
12.14 - Fornecimento de música para ambientes fecha- dos ou não, mediante transmissão por qualquer pro- cesso	3%	
12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folcló- ricos, trios elétricos e congêneres	3%	

12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres	3%
12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza	3%
13 - Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	
13.01 - (VETADO)	
13.02 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive gravação, dublagem, mixagem e congêneres	3%
13.03 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, gravação e congêneres	3%
13.04 - Reprografia, microfilmagem e digitalização	3%
13.05 - Composição gráfica, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia, fotolitografia	3%
14 - Serviços relativos a bens de terceiros.	
14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	3%
14.02 - Assistência técnica	3%
14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	3%
14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus	3%
14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer	3%
14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido	3%
14.07 - Colocação de molduras e congêneres	3%
14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres	3%
14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento	3%
14.10 - Tinturaria e lavanderia	3%

14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral	3%
14.12 - Funilaria e lanternagem	3%
14.13 - Carpintaria e serralheria	3%
=====	=====
15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito	
15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres	5%
15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas	5%
15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral	5%
15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres	5%
15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais	5%
15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia	5%
15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo	5%
15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins	5%

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing)	5%
15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral	5%
15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados	5%
15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários	5%
15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio	5%
15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres	5%
15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento	5%
15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral	5%
15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão	5%
15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário	5%

=====	=====
16 - Serviços de transporte de natureza municipal.	
-----	-----
16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal	3%
=====	=====
17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	
-----	-----
17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares	5%
-----	-----
17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres	3%
-----	-----
17.03 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa	3%
-----	-----
17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra	3%
-----	-----
17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço	3%
-----	-----
17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários	3%
-----	-----
17.07 - (VETADO)	
-----	-----
17.08 - Franquia (franchising)	3%
-----	-----
17.09 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas	3%
-----	-----
17.10 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres	3%
-----	-----
17.11 - Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS)	3%
-----	-----
17.12 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros	3%
-----	-----
17.13 - Leilão e congêneres	3%
-----	-----
17.14 - Advocacia	3%
-----	-----
17.15 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica	3%
-----	-----
17.16 - Auditoria	3%
-----	-----

(Alíquota dada pela Lei nº 5.142/2006)

17.17 - Análise de Organização e Métodos	3%
17.18 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza	3%
17.19 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares	3%
17.20 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira	3%
17.21 - Estatística	3%
17.22 - Cobrança em geral	3%
17.23 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring)	5%
17.24 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres	3%
18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres	5%
19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres	4%
20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferropor- tuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	
20.01 - Serviços portuários, ferropor- tuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, des- atracação, serviços de praticagem, capatazia, arma- zenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de ar- madores, estiva, conferência, logística e congêneres	2%
20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aero- porto, movimentação de passageiros, armazenagem de	

(Alíquota dada pela Lei n° 5.257/2007)

(Alíquota dada pela Lei n° 4.938/2004)

(Alíquota dada pela Lei n° 4.938/2004)

(Alíquota dada pela Lei n° 5.257/2007)

qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres	2%	(Alíquota dada pela Lei n° 5.257/2007)
20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres	2%	(Alíquota dada pela Lei n° 5.257/2007)
21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	5%	
22 - Serviços de exploração de rodovia.		
22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais	3%	
23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres	3%	
24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres	3%	
25 - Serviços funerários.		
25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres	3%	
25.02 - Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos	3%	
25.03 - Planos ou convênio funerários	3%	
25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios	3%	
26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores,		

inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	
26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres	5%
27 - Serviços de assistência social.	
27.01 - Serviços de assistência social	3%
28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	
28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza	3%
29 - Serviços de biblioteconomia.	
29.01 - Serviços de biblioteconomia	3%
30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.	
30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química	3%
31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres	3%
32 - Serviços de desenhos técnicos.	
32.01 - Serviços de desenhos técnicos	3%
33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres	3%
34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	3%
35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	3%
36 - Serviços de meteorologia.	
36.01 - Serviços de meteorologia	3%
37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e mane-	

(Alíquota dada pela Lei nº 4.938/2004)

quins.	
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins	3%
38 - Serviços de museologia.	
38.01 - Serviços de museologia	3%
39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.	
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço)	3%
40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.	
40.01 - Obras de arte sob encomenda	3%

B) ATIVIDADES SUJEITAS À TRIBUTAÇÃO MEDIANTE A APLICAÇÃO DO PREÇO DOS SERVIÇOS FIXADOS VINCULADOS À UNIDADE DE REFERÊNCIA MUNICIPAL - URM

1 - Profissionais autônomos, com curso superior

- Por ano.....113,16 URM

2 - Profissionais autônomos com nível técnico e os legalmente equiparados

- Por ano.....56,58 URM

3 - Profissionais autônomos (serviços previstos nos itens 10.01, 10.02, 10.03, 10.05, 10.08, 10.09 e 33.01)

- Por ano.....56,58 URM

4 - Os serviços descritos nos itens:

~~12.03, por mês.....47,15 URM~~

- 12.03, por ano.....47,15 URM (Redação dada pela Lei nº 4.938/2004)

~~12.06, por mês.....47,15 URM~~

- 12.06, por ano.....150,00 URM (Redação dada pela Lei nº 4.938/2004)

~~12.09, por mês.....47,15 URM~~

- 12.09, por ano e por aparelho...86,14 URM (Redação dada pela Lei nº 4.938/2004)

- 12.12, por ano.....56,58 URM

~~5 - Serviços prestados por sociedades, mediante aplicação de valor vinculados à Unidade de Referência Municipal - URM~~

~~por profissional habilitado, sócio, empregado ou não,~~

~~por mês.....71,78 URM (Redação acrescentada pela Lei nº 4.938/2004)~~

5 - Serviços prestados por sociedade, mediante aplicação de valor vinculado à Unidade de Referência Mundial - URM

- Por profissional habilitado, sócio, empregado ou não, por

mês.....325,67 URM (Redação dada pela Lei nº 5.142/2006)



www.LeisMunicipais.com.br



LEI Nº 4584 de 07 de novembro de 2001.
(Revogada pela Lei nº 5.256/2007)

INSTITUI A RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MARCOS ANTÔNIO RONCHETTI, Prefeito Municipal de Canoas. FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Na condição de substitutos tributários, são responsáveis pelo pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN:

I - as refinarias e/ou distribuidoras de petróleo ou derivados, pelo ISSQN relativo aos serviços a elas prestados;

II - os bancos e demais entidades financeiras, pelo ISSQN devido sobre os serviços a eles prestados;

III - as empresas seguradoras, pelo ISSQN devido sobre as comissões das corretoras de seguros;

IV - as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos, inclusive apostas, pelo ISSQN devido sobre as comissões pagas aos seus agentes, revendedores ou concessionários;

V - as empresas de correios e telégrafos, pelo ISSQN relativo aos serviços a elas prestados;

~~VI - as empresas que explorem serviços de planos de saúde ou de assistência médica e hospitalar, através de planos de medicina de grupo e convênios, pelo ISSQN devido sobre serviços a elas prestados;~~

VI - as empresas e entidades que explorem serviços de planos de saúde ou de assistência médica e hospitalar, através de planos de medicina de grupo e convênios, pelo ISSQN devido sobre os serviços a elas prestados; (Redação dada pela Lei nº 5.144/2006)

~~VII - as empresas concessionárias dos serviços de energia elétrica, telefonia e distribuição de água, pelo ISSQN relativo aos serviços a elas prestados.~~

~~VII - as empresas concessionárias de energia elétrica, telefonia, transporte coletivo municipal e de distribuição de água, pelo ISSQN relativo aos serviços a elas prestados; (Redação dada pela Lei nº 4.868/2004)~~

VII - as empresas que explorem serviços de energia elétrica, telefonia, transporte coletivo e de distribuição e tratamento de água e esgoto, pelo ISSQN relativo aos serviços a elas prestados; (Redação dada pela Lei nº 5.144/2006)

VIII - as empresas de supermercados e hipermercados, pelo ISSQN relativo aos serviços a elas prestados;

IX - as empresas que explorem serviços de hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, pelo ISSQN devido sobre os serviços a elas prestados;

X - os shopping centers e centros comerciais, pelo ISSQN relativo aos serviços a eles prestados;

XI - as instituições de ensino regular, pré-escolar, fundamental, médio e superior, bem como as de orientação pedagógica e educacional, treinamento e avaliação pessoal, pelo ISSQN relativo aos serviços a elas prestados;

~~XII - as indústrias, pelo ISSQN, relativo aos serviços a elas prestados;~~

XII - as pessoas jurídicas que atuem no ramo de comércio, indústria ou prestação de serviços, pelo ISSQN relativo aos serviços a eles prestados; (Redação dada pela Lei nº 5.144/2006)

XIII - produtores de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres, pelo ISSQN devido sobre os serviços a eles prestados, decorrentes dos eventos supramencionados;

~~XIV - as incorporadoras e construtoras em relação aos serviços subempreitados e às comissões pagas pelas corretagens de imóveis;~~

XIV - as incorporadoras e construtoras, pelo ISSQN relativo aos serviços a elas prestados; (Redação dada pela Lei nº 5.144/2006)

XV - entidades da administração pública direta, indireta e fundacional, de quaisquer dos Poderes do Estado e da União, pelo ISSQN relativo aos serviços a elas prestados; (Redação acrescentada pela Lei nº 4.868/2004)

XVI - as empresas que explorem serviços de logística e armazenamento, pelo ISSQN relativo aos serviços a elas prestados;

XVII - as empresas que explorem serviços de transporte de carga e passageiros, pelo ISSQN relativo aos serviços a elas prestados;

XVIII - as agências de propaganda, pelo ISSQN relativo aos serviços a elas prestados;

XIX - associações e fundações, pelo ISSQN relativo aos serviços a elas prestados;

XX - os partidos políticos, pelo ISSQN relativo aos serviços a eles prestados;

XXI - os condomínios e congêneres, pelo ISSQN relativo aos serviços a eles prestados. (Redação acrescentada pela Lei nº 5.144/2006)

~~§ 1º Não ocorrerá substituição tributária quando o contribuinte prestador do serviço for pessoa física, sujeitar-se a pagamento do imposto com base fixa ou por estimativa, ou gozar de isenção ou imunidade tributárias, devidamente reconhecidas pela Municipalidade.~~

§ 1º Não ocorrerá substituição tributária quando o contribuinte prestador do serviço for pessoa física, sujeitar-se a pagamento do imposto com base fixa ou por estimativa, ou gozar de isenção ou imunidade tributárias, devidamente reconhecidas pela Secretaria Municipal da Fazenda de Canoas. (Redação dada pela Lei nº 4.868/2004)

§ 2º As hipóteses de substituição previstas nesta Lei só se aplicam quando as fontes tomadoras dos serviços forem estabelecidas no Município de Canoas, sendo irrelevantes, para este fim, as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação, contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 3º As entidades da administração pública direta, de quaisquer dos poderes do Estado e da União, assim como suas autarquias, poderão efetuar o recolhimento do ISSQN retido na fonte até o dia 15 do mês subsequente ao do pagamento ao prestador dos serviços. (Redação acrescentada pela Lei nº

5.144/2006)

~~Art. 2º. Mediante convênio, poderão também ser responsáveis por substituição tributária as entidades da administração pública direta, indireta e fundacional, de quaisquer dos poderes do Estado e da União, pelo ISSQN relativo aos serviços a elas prestados. (Revogado pela Lei nº 4.868/2004)~~

~~Art. 3º. O imposto devido por substituição tributária deverá ser retido e recolhido pelo substituto tributário até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao de competência, ficando sujeito, a partir desta data, à incidência de juros e multa, na forma da legislação em vigor.~~

~~Art. 3º. O imposto devido por substituição tributária deverá ser retido e recolhido pelo substituto tributário até o dia 30 (trinta) do segundo mês subsequente ao de competência, ficando sujeito, a partir desta data, à incidência de juros e multa, na forma da legislação em vigor. (Redação dada pela Lei nº 4.727/2003)~~

Art. 3º O imposto devido por substituição tributária deverá ser retido e recolhido pelo substituto tributário até o dia 25 (vinte e cinco) do segundo mês subsequente ao de competência, ficando sujeito, a partir desta data, à incidência de juros e multa, na forma da legislação em vigor. (Redação dada pela Lei nº 4.936/2004)

§ 1º A responsabilidade do substituto pelo pagamento do imposto independe de sua retenção ou do pagamento dos serviços.

§ 2º A substituição tributária prevista neste artigo não exclui a responsabilidade supletiva do prestador de serviço.

Art. 4º. Os contribuintes bem como os substitutos tributários manterão controle em separado das operações sujeitas a este regime.

Art. 5º. Decreto do Executivo regulamentará esta Lei, podendo estabelecer, dentre as situações prevista no art. 1º. Casos e limites de valor de serviços excepcionados do regime de substituição tributária.

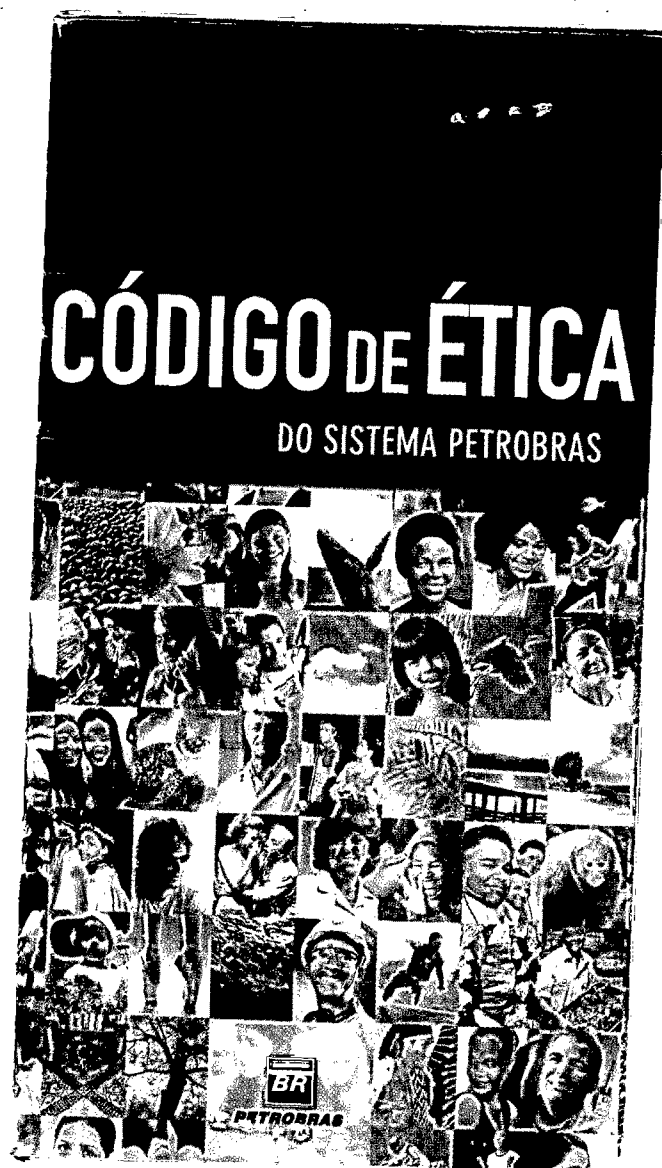
Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do terceiro mês a ela subsequente.

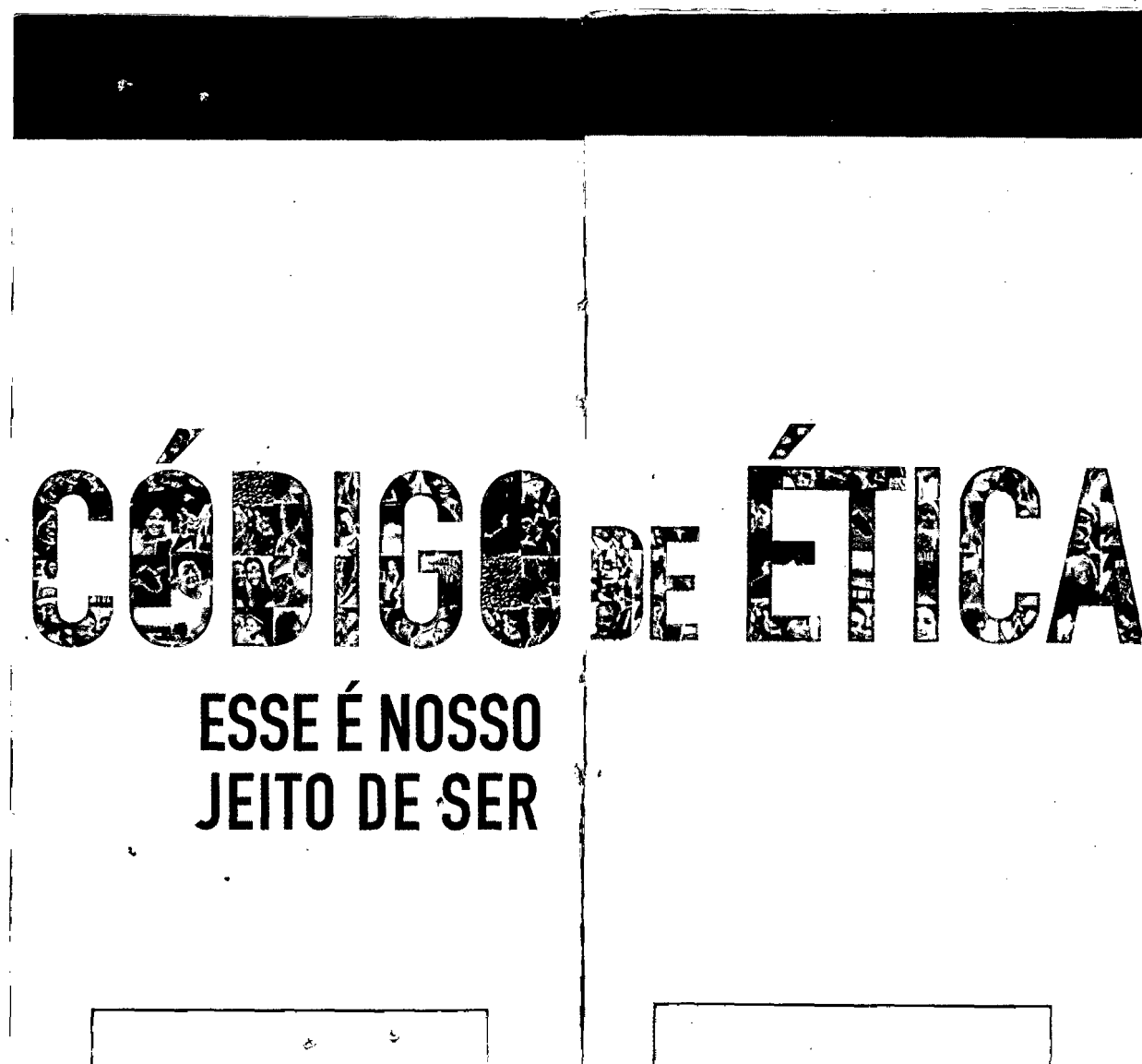
Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS, sete de novembro de dois mil e um (07.11.2001)

MARCOS ANTÔNIO RONCHETTI
Prefeito Municipal

96
4





SUMÁRIO

Palavra do Presidente	06
Princípios Éticos do Sistema Petrobras	08
Compromissos de Conduta do Sistema Petrobras	11
1. No exercício da Governança Corporativa, o Sistema Petrobras compromete-se a:	12
2. Na relação com seus Empregados, o Sistema Petrobras compromete-se a:	16
3. Nas relações com o Sistema Petrobras, os seus Empregados comprometem-se a:	20
4. Nas relações com Fornecedores, Prestadores de Serviços e Estagiários, o Sistema Petrobras compromete-se a:	24
5. Nas relações com Clientes e Consumidores, o Sistema Petrobras compromete-se a:	26
6. Nas relações com o Meio Ambiente, e como demonstração de sua responsabilidade frente às gerações atuais e futuras, o Sistema Petrobras compromete-se a:	28
7. Nas relações com as Comunidades, o Sistema Petrobras compromete-se a:	32
8. Nas relações com a Sociedade, o Governo e o Estado, o Sistema Petrobras compromete-se a:	34
Disposições Complementares	37

PALAVRA DO PRESIDENTE

O Sistema Petrobras vem a público apresentar seu Código de Ética. A presente versão é resultado de uma ampla revisão, realizada num processo participativo e representativo, que envolveu empregados e empregadas das diversas Unidades do Sistema em seminários de formação e em participações por meio eletrônico.

O objetivo deste Código de Ética é definir com clareza os princípios éticos que norteiam as ações do Sistema Petrobras e os compromissos de conduta do Sistema, tanto da parte institucional como da parte dos seus empregados e empregadas, explicitando o sentido ético de sua Missão, Visão e Plano Estratégico.

Expressando a busca de coerência entre o discurso e a prática, este Código de Ética apresenta-se também como um compromisso público do Sistema Petrobras de fazer valer estes princípios em práticas concretas cotidianas.

Assim sendo, o Sistema Petrobras posiciona-se ao lado das melhores práticas de empresas do setor no mercado internacional, que se empenham

ham pelo desenvolvimento sustentável e comprometem-se em fazer dos empreendimentos econômicos iniciativas que também promovam o desenvolvimento ambiental, social, cultural e ético das sociedades. Este compromisso ético levou a Petrobras a conquistar, em setembro de 2006, o direito de compor o Índice Mundial *Dow Jones de Sustentabilidade*, usado como parâmetro para análise dos investidores sócio e ambientalmente responsáveis. Nesse mesmo sentido, pode ser considerado também uma continuidade da adesão que, em outubro de 2003, a Petrobras fez com relação aos Princípios do Pacto Global da ONU.

Estou certo de que a apresentação pública deste Código de Ética e seu cumprimento contribuirão para fortalecer uma nova cultura empresarial, voltada para o desenvolvimento sustentável, com responsabilidade social e ambiental, no Brasil e nos países onde o Sistema Petrobras atua.

José Sergio Gabrielli de Azevedo
Presidente da Petrobras

PRINCÍPIOS ÉTICOS DO SISTEMA PETROBRAS

- I. O respeito à vida e a todos os seres humanos, a integridade, a verdade, a honestidade, a justiça, a equidade, a lealdade institucional, a responsabilidade, o zelo, o mérito, a transparência, a legalidade, a impessoalidade, a coerência entre o discurso e a prática, são os princípios éticos que norteiam as ações do Sistema Petrobras.
- II. O respeito à vida em todas as suas formas, manifestações e situações é o princípio ético fundamental e norteia o cuidado com a qualidade de vida, a saúde, o meio ambiente e a segurança no Sistema Petrobras.
- III. A honestidade, a integridade, a justiça, a equidade, a verdade, a coerência entre o discurso e a prática referenciam as relações do Sistema Petrobras com pessoas e instituições, e se manifestam no respeito às diferenças e diversidades de condição étnica, religiosa, social, cultural, lingüística, política, estética, etária, física, mental e psíquica, de gênero, de orientação sexual e outras.

- IV. A lealdade ao Sistema Petrobras se manifesta como responsabilidade, zelo e disciplina no trabalho e no trato com todos os seres humanos, e com os bens materiais e imateriais do Sistema, no cumprimento da sua Missão, Visão e Valores, em condutas compatíveis com a efetivação de sua Estratégia Corporativa, com espírito empreendedor e comprometido com a superação de desafios.
- V. A transparência se manifesta como respeito ao interesse público e de todas as partes interessadas e se realiza de modo compatível com os direitos de privacidade pessoal e com a Política de Segurança da Informação do Sistema Petrobras.
- VI. O mérito é o critério decisivo para todas as formas de reconhecimento, recompensa, avaliação e investimento em pessoas, sendo o favorecimento e o nepotismo inaceitáveis no Sistema Petrobras.
- VII. A legalidade e a impessoalidade são princípios constitucionais que preservam a ordem jurídica e determinam a distinção entre interesses pessoais e profissionais na conduta dos membros dos Conselhos de Administração, dos Conselhos Fiscais e das Diretorias Executivas e dos empregados do Sistema Petrobras.

- VIII.** O **Sistema Petrobras** compromete-se com o respeito e a valorização das pessoas em sua diversidade e dignidade, em relações de trabalho justas, numa ambiência saudável, com confiança mútua, cooperação e solidariedade.
- IX.** O **Sistema Petrobras** desenvolve as atividades de seu negócio reconhecendo e valorizando os interesses e direitos de todas as partes interessadas.
- X.** O **Sistema Petrobras** atua proativamente em busca de níveis crescentes de competitividade, excelência e rentabilidade, com responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Brasil e dos países onde atua.
- XI.** O **Sistema Petrobras** busca a excelência em qualidade, segurança, meio ambiente, saúde e recursos humanos, e para isso promove a educação, capacitação e comprometimento dos empregados, envolvendo as partes interessadas.
- XII.** O **Sistema Petrobras** reconhece e respeita as particularidades legais, sociais e culturais dos diversos ambientes, regiões e países em que atua, adotando sempre o critério de máxima realização dos direitos, cumprimento da lei, das normas e dos procedimentos internos.

COMPROMISSOS DE CONDUTA DO SISTEMA PETROBRAS

**COMPROMISSOS DE CONDOTA
DO SISTEMA PETROBRAS**

1

**No exercício da
Governança Corporativa,
o Sistema Petrobras
compromete-se a:**

- 1.1** buscar o equilíbrio do poder entre a Alta Administração (Conselhos de Administração e Diretorias Executivas) e a participação dos acionistas, inclusive os minoritários, tendo em vista a compatibilização dos objetivos estratégicos do Sistema com os interesses e direitos de todas as partes interessadas;
- 1.2** conduzir seus negócios com transparência e integridade, cultivando a credibilidade junto a seus acionistas, investidores, empregados, fornecedores, clientes, consumidores, poder público, imprensa, comunidades onde atua e sociedade em geral, buscando alcançar crescimento e rentabilidade com responsabilidade social e ambiental;
- 1.3** estimular todas as partes interessadas, internas e externas, a disseminarem os princípios éticos e os compromissos de conduta expressos neste Código de Ética;
- 1.4** manter uma relação com seus concorrentes fundada nos princípios da honestidade e respeito, adotando regras explícitas e declaradas sobre seus procedimentos de concorrência;

<p>1.5 promover negociações honestas e justas, sem auferir vantagens indevidas por meio de manipulação, uso de informação privilegiada e outros artifícios dessa natureza;</p> <p>1.6 registrar seus relatórios e balanços de modo correto, consistente, exato e completo, sem ambigüidade de informações e disponibilizar seus livros com inteira transparência às auditorias interna e externa e aos órgãos públicos competentes;</p> <p>1.7 produzir Balanço Social e Ambiental anual com ampla participação interna, explicitando suas ações de promoção e desenvolvimento ambiental, social e cultural, assim como as conseqüências e impactos ambientais, sociais e culturais de suas atividades;</p> <p>1.8 realizar uma comunicação transparente, verdadeira e correta, facilmente compreensível e acessível a todos os interessados, e uma publicidade fundada nos princípios estabelecidos neste Código de Ética;</p> <p>1.9 manter Ouvidorias como canais formais, entre outros, para recepção, encaminhamento e processamento de opiniões, sugestões, reclamações, críticas e denúncias sobre transgressões éticas, provenientes dos diversos públicos de relacionamento do Sistema, respeitando-se a legislação dos países onde atua;</p>	<p>1.10 cumprir e promover o cumprimento deste Código de Ética mediante dispositivos de gestão e monitoramento, em âmbito corporativo e local, divulgando-o permanentemente, com disposição a esclarecimento de dúvidas e acolhimento de sugestões, e submeter este Código e suas práticas a processos de avaliação periódica.</p>
14CÓDIGO DE ÉTICA DO SISTEMA PETROBRAS	CÓDIGO DE ÉTICA DO SISTEMA PETROBRAS15

COMPROMISSOS DE CONDUTA
DO SISTEMA PETROBRAS

2

Na relação com seus
Empregados, o
Sistema Petrobras
compromete-se a:

2.1

promover condições de trabalho que propiciem o equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar de todos os empregados;

2.2

garantir segurança e saúde no trabalho, disponibilizando para isso todas as condições e equipamentos necessários;

2.3

disponibilizar canais formais de escuta para acolher e processar suas sugestões, visando melhorias dos processos internos de gestão;

2.4

assegurar a disponibilidade e transparência das informações que afetam os seus empregados, preservando os direitos de privacidade no manejo de informações médicas, funcionais e pessoais a eles pertinentes;

2.5

reconhecer o direito de livre associação de seus empregados, respeitar e valorizar sua participação em sindicatos e não praticar qualquer tipo de discriminação negativa com relação a seus empregados sindicalizados;

CÓDIGO DE ÉTICA DO SISTEMA PETROBRAS

- 2.6** buscar a permanente conciliação de interesses e realização de direitos, por meio de canais institucionais de negociação, no seu relacionamento com as entidades sindicais representativas dos empregados;
- 2.7** assegurar o direito de recusa de seus empregados, aceitando a suspensão de suas atividades, após terem tomado as medidas corretivas e comunicado o fato imediatamente ao seu superior hierárquico, caso haja situação de risco grave e iminente à vida ou à integridade física sua e/ou de seus colegas de trabalho;
- 2.8** respeitar e promover a diversidade e combater todas as formas de preconceito e discriminação, por meio de política transparente de admissão, treinamento, promoção na carreira, ascensão a cargos e demissão. Nenhum empregado ou potencial empregado receberá tratamento discriminatório em consequência de sua raça, cor de pele, origem étnica, nacionalidade, posição social, idade, religião, gênero, orientação sexual, estética pessoal, condição física, mental ou psíquica, estado civil, opinião, convicção política, ou qualquer outro fator de diferenciação individual;

- 2.9** promover a igualdade de oportunidades para todos os empregados, em todas as políticas, práticas e procedimentos, usar como critério exclusivo de ascensão profissional o mérito individual pautado pela aferição de desempenho, e garantir seu direito de conhecer e estar representado na elaboração dos critérios de avaliação e progressão funcional;
- 2.10** desenvolver uma cultura empresarial que valoriza o intercâmbio e a disseminação de conhecimentos, promover a capacitação contínua dos seus empregados e evitar demissões, sempre que possível, buscando alternativas de recapacitação técnico-científica e recolocação em área que se apresente mais adequada à situação de seus empregados, em qualquer nível hierárquico;
- 2.11** prover garantias institucionais e proteger a confidencialidade de todos os envolvidos em denúncias éticas, visando preservar direitos e proteger a neutralidade das decisões;
- 2.12** preparar seus empregados para a aposentadoria, como forma de investir no prosseguimento de sua qualidade de vida, desenvolvendo atividades sistemáticas de orientação e aconselhamento, envolvendo familiares na discussão dos aspectos psicológicos e de planejamento financeiro, e promovendo a disseminação interna do conhecimento para preservar a memória do Sistema.

**COMPROMISSOS DE CONDUTA
DO SISTEMA PETROBRAS**

3

**Nas relações com o
Sistema Petrobras,
os seus Empregados
comprometem-se a:**

- 3.1** cumprir com o máximo empenho, qualidade técnica e assiduidade as obrigações de seu contrato de trabalho, aproveitar as oportunidades de capacitação permanente, avaliar-se sistematicamente e aprender com os erros seus ou de outrem;
- 3.2** agir de forma honesta, justa, digna, cortês, com disponibilidade e atenção a todas as pessoas com as quais se relacionam, internamente e externamente, respeitando quaisquer diferenças individuais;
- 3.3** utilizar adequadamente os canais internos para manifestar opiniões, sugestões, reclamações, críticas e denúncias, engajando-se na melhoria contínua dos processos e procedimentos do Sistema;
- 3.4** não se envolver em qualquer atividade que seja conflitante com os interesses do Sistema Petrobras e comunicar aos superiores hierárquicos ou às Ouvidorias qualquer situação que configure aparente ou potencial conflito de interesses;

3.5 respeitar o sigilo profissional, exceto quando autorizado ou exigido por lei, preservar os interesses do Sistema sempre que se manifestarem, em ambiente público ou privado, e zelar para que todos o façam;

3.6 guardar sigilo das informações estratégicas e das relativas a atos ou fatos relevantes ainda não divulgados ao mercado, às quais tenham tido acesso, bem como zelar para que outros também o façam, exceto quando autorizados ou exigido por lei;

3.7 assegurar o uso adequado do patrimônio material e imaterial do Sistema Petrobras, atendendo ao seu legítimo propósito, inclusive para preservar a imagem e reputação das empresas que o compõem e não utilizá-lo para obter qualquer tipo de vantagem pessoal;

3.8 não obter vantagens indevidas decorrentes de função ou cargo que ocupam nas empresas do Sistema Petrobras;

3.9 não praticar nem se submeter a atos de preconceito, discriminação, ameaça, chantagem, falso testemunho, assédio moral, assédio sexual ou qualquer outro ato contrário aos princípios e compromissos deste Código de Ética, e denunciar imediatamente os transgressores;

3.10 respeitar a propriedade intelectual e reconhecer os méritos relativos aos trabalhos desenvolvidos por colegas, independentemente de sua posição hierárquica;

3.11 zelar, no exercício do direito de greve, pela defesa da vida, pela integridade física e segurança das pessoas e instalações e pela preservação do meio ambiente;

3.12 não exigir, nem insinuar, nem aceitar, nem oferecer qualquer tipo de favor, vantagem, benefício, doação, gratificação, para si ou para qualquer outra pessoa, como contrapartida a suas atividades profissionais, podendo aceitar ou oferecer brindes apenas promocionais, públicos, não exclusivos, sem valor comercial, nos seus relacionamentos com público externo ao Sistema;

3.13 cultivar uma aparência pessoal e vestuário compatíveis com o ambiente institucional e cultural em que atuam.

**COMPROMISSOS DE CONDUTA
DO SISTEMA PETROBRAS**

4

**Nas relações com
Fornecedores,
Prestadores de
Serviços e Estagiários,
o Sistema Petrobras
compromete-se a:**

- 4.1** disponibilizar para os empregados de empresas prestadoras de serviços e para os estagiários do Sistema Petrobras, quando em atividade em suas instalações, as mesmas condições saudáveis e seguras no trabalho oferecidas aos seus empregados, reservando-se o direito de gestão do conhecimento e de segurança da informação do Sistema;
- 4.2** requerer das empresas prestadoras de serviços que seus empregados respeitem os princípios éticos e os compromissos de conduta definidos neste Código, enquanto perdurarem os contratos com as empresas do Sistema;
- 4.3** selecionar e contratar fornecedores e prestadores de serviços baseando-se em critérios estritamente legais e técnicos de qualidade, custo e pontualidade, e exigir um perfil ético em suas práticas de gestão e de responsabilidade social e ambiental, recusando práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, trabalho forçado ou compulsório, e outras práticas contrárias aos princípios deste Código, inclusive na cadeia produtiva de tais fornecedores;
- 4.4** exigir dos estagiários que respeitem os princípios éticos e os compromissos de conduta definidos neste Código, enquanto perdurarem seus contratos com as empresas do Sistema.

**COMPROMISSOS DE CONDUTA
DO SISTEMA PETROBRAS**

5

**Na relação com Clientes
e Consumidores, o
Sistema Petrobras
compromete-se a:**

- 5.1** oferecer produtos e serviços de qualidade, com tecnologia avançada, num padrão de atendimento transparente, eficiente, eficaz, cortês e respeitoso, visando à plena satisfação dos seus clientes e consumidores, para a manutenção de relacionamentos duradouros;
- 5.2** reparar possíveis perdas ou prejuízo decorrentes de danos causados sob sua responsabilidade aos seus consumidores e clientes, com a máxima agilidade, em prazos exequíveis.

**COMPROMISSOS DE CONDUTA
DO SISTEMA PETROBRAS**

6

**Nas relações com o
Meio Ambiente, e como
demonstração de sua
responsabilidade frente às
gerações atuais e futuras, o
Sistema Petrobras
compromete-se a:**

- 6.1** conduzir seus negócios e atividades com responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento sustentável;
- 6.2** manter padrões de excelência em meio ambiente, a fim de garantir produtos e serviços adequados às expectativas de seus clientes e à legislação ambiental, no Brasil e nos países onde atua;
- 6.3** contribuir para a preservação e a recuperação da biodiversidade, por meio da gestão dos impactos potenciais de suas atividades e projetos de proteção a áreas e a espécies ameaçadas;
- 6.4** definir de modo claro suas políticas e programas de patrocínio ambiental, com dotação orçamentária e com dispositivos de gestão que assegurem transparência e participação na sua execução;
- 6.5** desenvolver programas visando maximizar sua eficiência energética, e o uso de energias renováveis, compatibilizando os interesses do Sistema e o desenvolvimento sustentável dos países em que atua;

<p>6.6 investir na sustentabilidade de seus projetos, produtos e serviços, maximizando seus benefícios, nas dimensões econômica, social, ambiental e minimizando seus impactos adversos e monitorar todo o ciclo de vida das suas instalações, operações e produtos;</p> <p>6.7 promover o uso sustentável de água, petróleo, gás natural e energia; a redução do consumo; a reciclagem de materiais; a redução da geração de resíduos sólidos e da emissão de gases poluentes;</p> <p>6.8 manter um sistema de gestão ambiental, para melhoria contínua dos seus processos, incluindo a cadeia produtiva e promover ações internas e externas de conscientização ambiental;</p> <p>6.9 identificar, avaliar e administrar seus passivos ambientais atuando preventivamente e corretivamente na solução dos problemas que os causaram;</p> <p>6.10 comunicar prontamente a seus consumidores, clientes, comunidade e sociedade acerca de eventuais danos ambientais, caso ocorram acidentes;</p>	<p>6.11 fornecer a seus consumidores, clientes, comunidade e sociedade informações sobre eventuais danos ambientais resultantes do mau uso e sobre a destinação final de seus produtos.</p>
<div>30</div> <div>CÓDIGO DE ÉTICA DO SISTEMA PETROBRAS</div>	<div>CÓDIGO DE ÉTICA DO SISTEMA PETROBRAS</div> <div>31</div>

COMPROMISSOS DE CONDUTA
DO SISTEMA PETROBRAS

7

Nas relações com as
Comunidades, o
Sistema Petrobras
compromete-se a:

7.1

manter canais permanentes de comunicação e diálogo com as comunidades onde atua, com o objetivo de prevenir, monitorar, avaliar e controlar os impactos de suas atividades;

7.2

participar da elaboração e implantação de projetos em conjunto com entidades locais, mantendo grupos de trabalho com a participação de integrantes da comunidade, cultivando parcerias de longo prazo, capacitando lideranças, considerando as suas demandas e expectativas, e respeitando suas diversidades;

7.3

adotar um processo transparente e democrático de patrocínio, por meio de seleção pública de projetos sociais, ambientais e culturais;

7.4

promover iniciativas de voluntariado de seus empregados, com o objetivo de mobilizar e potencializar seus recursos e competências de forma integrada e sistêmica, em benefício das comunidades em que atua;

7.5

reparar possíveis perdas ou prejuízos decorrentes de danos causados sob sua responsabilidade às pessoas ou comunidades afetadas, com a máxima agilidade.

CÓDIGO DE ÉTICA DO SISTEMA PETROBRAS 33

**COMPROMISSOS DE CONDUCTA
DO SISTEMA PETROBRAS**

8

**Nas relações com
a Sociedade,
o Governo e o Estado,
o Sistema Petrobras
compromete-se a:**

- 8.1** atuar de modo a contribuir decisivamente para o desenvolvimento econômico, tecnológico, ambiental, social, político e cultural do Brasil e dos países onde atua;
- 8.2** exercer influência social, em todos os meios, como parte do exercício de sua responsabilidade econômica, ambiental, social, política e cultural para com o Brasil e os países em que atua;
- 8.3** contribuir com o poder público na elaboração e execução de políticas públicas gerais e de programas e projetos específicos comprometidos com o desenvolvimento sustentável;
- 8.4** valorizar o envolvimento e o comprometimento dos seus empregados, em debates e elaboração de propostas, tendo em vista a viabilização e fortalecimento de projetos de caráter social, em ações articuladas com órgãos públicos e privados, governamentais e não-governamentais;

- 8.5** estimular a conscientização social e o exercício da cidadania ativa por parte de todos os seus empregados, por meio de seu exemplo institucional e pelo desenvolvimento de programas de educação para a cidadania;
- 8.6** estimular e patrocinar projetos de desenvolvimento de pesquisas e tecnologia para o desenvolvimento sustentável, interagindo ativamente com a comunidade acadêmica e científica;
- 8.7** interagir em parceria com instituições de ensino, para a melhoria da qualificação da mão-de-obra no setor de petróleo, gás natural e energia;
- 8.8** recusar quaisquer práticas de corrupção e propina, mantendo procedimentos formais de controle e de consequências sobre eventuais transgressões;
- 8.9** recusar apoio e contribuições para partidos políticos ou campanhas políticas de candidatos a cargos eletivos;
- 8.10** acatar e contribuir com fiscalizações e controles do poder público.

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

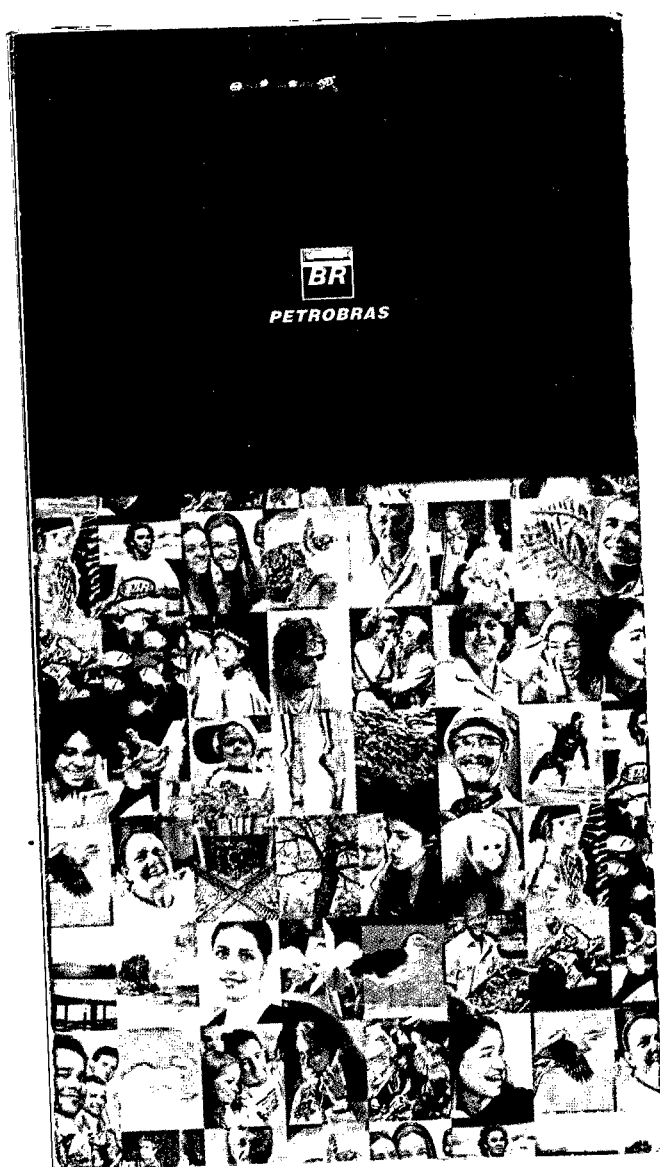
- I.** O presente Código de Ética abrange os membros dos Conselhos de Administração, dos Conselhos Fiscais, das Diretorias Executivas, os ocupantes de funções gerenciais, os empregados, os estagiários e os prestadores de serviços do Sistema Petrobras, constituindo compromisso individual e coletivo de todos e de cada um deles cumpri-lo e promover seu cumprimento, em todas as ações da cadeia produtiva do Sistema Petrobras e nas suas relações com todas as partes interessadas.
- II.** Os empregados do Sistema Petrobras tomarão conhecimento formal deste Código, que será amplamente divulgado, por meio impresso e eletrônico.
- III.** O descumprimento dos princípios e compromissos expressos neste Código poderá implicar na adoção de medidas disciplinares, segundo as normas das empresas que compõem o Sistema Petrobras.

IV. O Sistema Petrobras submeterá este Código de Ética a revisões periódicas, com transparência e participação das partes interessadas.

V. As Ouvidorias ou instâncias eventualmente responsáveis pelo processamento de denúncias de transgressões éticas, preservarão o anonimato do denunciante, de modo a evitar retaliações contra o mesmo e lhe darão conhecimento das medidas adotadas.



Para informações adicionais, visite na intranet www.rh.petrobras.com.br/hotsites/codigo_de_etica ou na internet www.petrobras.com.br



97

XII PRÊMIO ANEFAC-FIPECAFI-SERASA

1997 • 2008

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças,
Administração e Contabilidade – certifica a

Alberto Pasqualini REFAP S/A

como empresa vencedora do XII Prêmio Anefac – Fipecafi – Serasa, por
estar entre as empresas mais transparentes do Brasil, pela clareza de suas
demonstrações contábeis no exercício de 2007, conforme análise técnica
desenvolvida e implantada pela Fipecafi – Fundação Instituto e Pesquisas
Atuariais e Financeiras.



Quanto mais transparente,
melhor o mercado vê a sua empresa.

Carlos Roberto Matavelli
Presidente.

João Carlos Castilho Garcia
Vice-Presidente

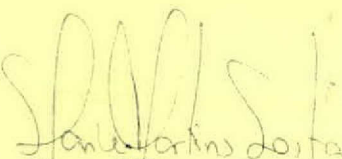


Associação Nacional dos Executivos de
Finanças, Administração e Contabilidade

Conferimos a **ALBERTO PASQUALINI - REFAP S/A**

o Prêmio Top Cidadania - 6ª edição, concedido pela ABRH-RS,
Associação Brasileira de Recursos Humanos Seccional Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, doze de setembro de dois mil e seis.


Clarice Martins Costa
Presidente ABRH-RS



CIDADANIA
ABRH-RS 2006



ABRH-RS
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HUMANOS
Sistema Nacional ABRH



CERTIFICADO



A ADVB/RS e o Conselho Consultivo do 37º Prêmio Exportação RS certificam

Alberto Pasqualini - Refap S/A

como agraciada no **37º Prêmio Exportação RS** na categoria **Trajetória Exportadora Master**,
em reconhecimento a seus resultados expressivos, estando entre as maiores empresas exportadoras do Rio
Grande do Sul por um longo período e com significativa taxa de crescimento.

Porto Alegre, 30 de junho de 2009.

Renato Malcon
Presidente do Conselho Consultivo
do 37º Prêmio Exportação RS

Claudio N. Goldshtein
Presidente da ADVB/RS

REALIZAÇÃO

ADVBRS

APOIO INSTITUCIONAL

FENADVB

APOIO

CAIXARS



dos.

ZERO HORA

PATROCÍNIO

Banrisul
Quem tem Banrisul tem tudo.



ApexBrasil
AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO
DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS

CONSELHO CONSULTIVO

FIERS

BANCO DO BRASIL

CAIXARS



FT COMÉRCIO-RS

Banrisul



Fundação de Economia e Estatística

FEDERASUL

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

SPH

PricewaterhouseCoopers

ApexBrasil

CERTIFICADO



A ADVB/RS e o Conselho Consultivo do 36º Prêmio Exportação RS, formado por ApexBrasil, Banco do Brasil, Banrisul, Caixa RS, FECOMÉRCIO RS, FEDERASUL, FEE, FIERGS, PricewaterhouseCoopers, SEDAI e Superintendência de Portos e Hidrovias, certificam

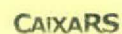
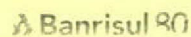
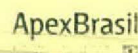
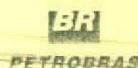
Alberto Pasqualini Refap S.A.

como agraciada no **36º Prêmio Exportação RS** na categoria **Trajetória Exportadora Master**, em reconhecimento a seus resultados expressivos, estando entre as maiores empresas exportadoras do RS por um longo período e com significativa taxa de crescimento.

Renato Malcon
Presidente do Conselho Consultivo

Claudio N. Goldsztein
Presidente da ADVB/RS

Patrocínio:



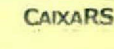
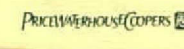
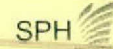
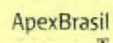
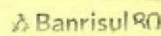
Apoio Institucional:



Realização:



Conselho Consultivo:



100



Diploma

Pela parceria revelada e pelos relevantes serviços prestados ao meio ambiente, na busca de soluções para o grave problema recentemente ocorrido no Rio dos Sinos, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Instituto Latino-Americano de Proteção Ambiental Borboleta Azul, concedem à

REFAP
Refinaria Alberto Pasqualine

o Diploma de Reconhecimento e Mérito, como testificação do inestimável apoio prestado aos interesses do meio ambiente e da qualidade de vida no Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 21 de Dezembro de 2006.

Eliane Mabilde Falci
 Presidente do Instituto Latino-Americano
 de Proteção Ambiental Borboleta Azul

Claudio Dilda
 Secretário de Estado do Meio Ambiente
 do Rio Grande do Sul



Governo do
Rio Grande do Sul
 ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

101



TOPCONSUMIDOR
2 0 0 8

CERTIFICADO



Certificamos que

ALBERTO PASQUALINI - REFAP S/A

está entre as empresas que possuem

Excelência no Atendimento e Respeito ao Consumidor.

Realização

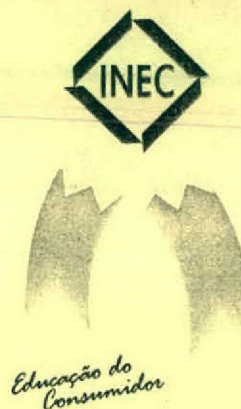
CONSUMIDOR
Teste



102



TOP CONSUMIDOR 2007



Certificamos que
Alberto Pasqualini - REFAPI S. A.
está entre as empresas que possuem
Excelência no Atendimento e Respeito ao Consumidor.

Realização



CONSUMIDOR
Teste

103

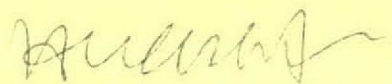
A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul confere à

ALBERTO PASQUALINI - REFAP S/A

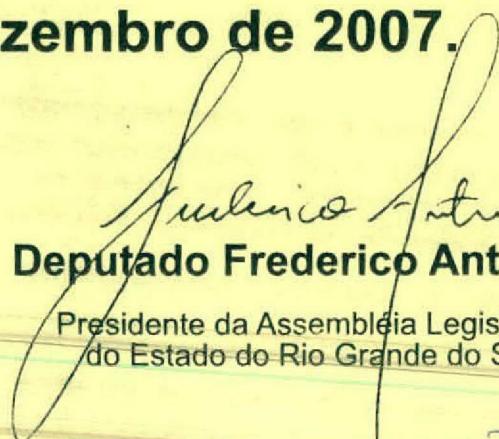
**O Certificado de Responsabilidade Social 2007,
nos termos da Lei Estadual nº 11.440, de 18 de janeiro de 2000.**

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2007.




Guilherme Guaragna,

Coordenador da Comissão Mista do
Prêmio Responsabilidade Social.


Deputado Frederico Antunes,
Presidente da Assembleia Legislativa
do Estado do Rio Grande do Sul.

34º PRÊMIO
EXPORTAÇÃO
RS



ESTE LADO PARA CIMA

Valorizando
o talento
gaúcho.



PRÊMIO
EXPORTAÇÃO RS
SENIOR
EXPORTAÇÃO
ADVB-RS 2006

CERTIFICADO

A ADVB/RS certifica **Alberto Pasqualini - REFAP S.A.** como agraciada na categoria
Sênior, na 34ª edição do Prêmio Exportação do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 09 de maio de 2006.

Presidente da Associação dos Dirigentes
de Marketing e Vendas do Brasil-RS
Claudio N. Goldsztein

Secretário de Estado do Desenvolvimento
e dos Assuntos Internacionais
Luis Roberto Andrade Ponte

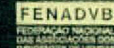
PATROCÍNIO:



REALIZAÇÃO:

APOIO:

FUNDAÇÃO ADVB/RS






CERTIFICADO

Certificamos que **ALBERTO PASQUALINI – REFAP S/A**
foi agraciada na categoria **Top Responsabilidade Social** do Top de
Marketing ADVB/RS 2008, a premiação mais representativa do setor, que reconhece
as melhores estratégias de marketing do mercado.

Porto Alegre, novembro de 2008


Claudio N. Goldsztein
Presidente da ADVB/RS

Realização



Apoio Institucional

FENADVB

Patrocínio

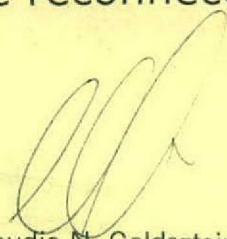




CERTIFICADO

Certificamos que **ALBERTO PASQUALINI – REFAP S/A**
foi agraciada na categoria Segmento de Mercado – **Indústria** do Top de
Marketing ADVB/RS 2008, a premiação mais representativa do setor, que reconhece
as melhores estratégias de marketing do mercado.

Porto Alegre, novembro de 2008


Claudio N. Goldsztein
Presidente da ADVB/RS

Realização

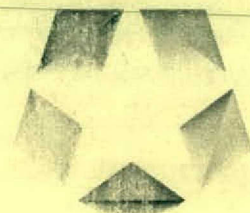


Apoio institucional

FENADVB

Patrocínio





PRÊMIO
REPUTAÇÃO
CORPORATIVA
AMANHÃ

REFAP

6ª empresa de maior reputação do Rio Grande do Sul no ano de 2009

Jorge Polydoro

Presidente da Revista AMANHÃ

Realização

REVISTA
AMANHÃ

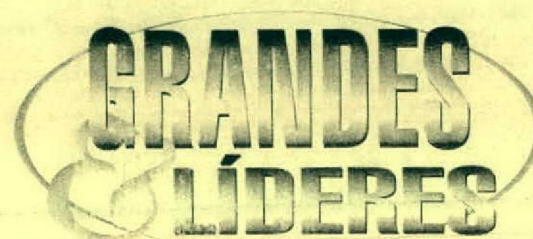
Jaime Troiano

Diretor da Troiano Consultoria de Marca

Metodologia

TROIANO
CONSULTORIA DE MARCA

Handwritten signature



Certificamos que
Refap
está colocada em 3º lugar entre as
100 maiores empresas do Rio Grande do Sul
de acordo com o ranking
Grandes & Líderes 2007.

REALIZAÇÃO

AMANHÃ

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PATROCÍNIO



PETROBRAS



NEXTEL



105

5ª PESQUISA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRES



Baseada nos indicadores do Ins⁺

ANUÁRIO
EXPRESS
Gestão Suste

Patrocínio

Braskem

Realização



CIVITAS

Responsabilidade Social

Destaque

Excelência em gestão

10

AMANHÃ

GESTÃO • ECONOMIA • NEGÓCIOS

500

MAIORES DO SUL

REFAP

é a maior empresa do setor
Petróleo e Petroquímica

PATROCÍNIO




PETROBRAS

vivo

REALIZAÇÃO

AMANHÃ

PRICEWATERHOUSECOOPERS 

112
7

www.amanha.com.br

2008 Nº 245 Ano 22 R\$ 14,90

AMANHÃ

GESTÃO • ECONOMIA • NEGÓCIOS

500

MAIORES DO SUL

REFAP

é a 2ª maior empresa
do Rio Grande do Sul

PATROCÍNIO




PETROBRAS

vivo

REALIZAÇÃO

AMANHÃ

PRICEWATERHOUSECOOPERS 



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

113



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
GUIA ÚNICA DE CUSTAS

52

Contadoria da Comarca de Canoas

Nº da Guia	Data de Emissão
008.09/0038416	29/12/2009

Processo: 008/1.09.0024991-7 Valor Ação: R\$ 11.702,87 na propositura (571,4292 URC)
Requerente: Alberto Pasqualini - Refap SA
Requerido: Município de Canoas URC atual: 20,4300
Natureza: Anulatória UPF atual: 11,0600
→ Pagante: Alberto Pasqualini - Refap SA

Via Poder Judiciário

TABELA	DESPESA	VALOR
J.3[10].....	Conta de custas	12,70
I.24.a.Ctd..	Guias para pagamento de impostos e taxas	1,10
J.1[10].....	Distribuição do feito	15,80
I.1.A[10]...	Atos e termos - Letra A	236,00
N.1[10].....	Citação (1 un.)	17,20
TxJ.A7[1]...	Taxa Judiciária	70,22
>>> Custas apuradas na propositura 008/1.09.0024991-7		353,02
TOTAL:		353,02



Estado do Rio Grande do Sul

Poder Judiciário

114

f

CARTÓRIO DA QUINTA VARA CÍVEL DE CANOAS - RS.**J U N T A D A**

Na data infra, junto a estes autos:

- ☐ o(s) aviso(s) de recebimento que segue(m);
 - ☐ a(s) correspondência(s) negativa(s) que segue(m);
 - ☐ a(s) correspondência(s) que segue(m);
 - ☒ a(s) guia(s) que segue(m);
 - ☐ o(s) mandado(s) que segue(m);
 - ☐ a(s) carta(s) precatória(s) que segue(m);
 - ☐ o(s) ofício(s) que segue(m);
 - ☐ o(s) edital(ais) que segue(m);
 - ☒ a(s) petição(ões) que segue(m);
 - ☐ a(s) CONTESTAÇÃO(ões) que segue(m);
 - ☐ o(s) MEMORIAL(ais) que segue(m);
 - ☐ a promoção do Ministério Público que segue;
 - ☐ o(s) RECURSO(s) DE APELAÇÃO que segue(m);
 - ☐ as CONTRA-RAZÕES DO RECURSO que segue.
- Outros que segue(m)

INFORMO, por oportuno, que somente nesta data foi possível a juntada, diante do volume invencível de serviço. Canoas, 06 / 01 / 2010. O Servidor: Flávio José da Silva Flores.

REFAP

Alberto Pasqualini - Refap S/A

Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível de Canoas - RS

URGENTE

Processo nº 008/1.09.0024991-7

Autor: Alberto Pasqualini – REFAP S.A

Réu: Município de Canoas

Alberto Pasqualini – REFAP S.A., vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por sua procuradora signatária, requerer a juntada do comprovante de depósito judicial em anexo.

Pede deferimento.

Canoas, 06de janeiro de 2010.


Candice V. Fattori de Almeida

OAB/RS 53.974

Alberto Pasqualini – REFAP S.A.

Av. Getúlio Vargas, 11.001 - Tels.: (51) 3415-2000

Fax Geral: (51) 3415-2586 Fax Diretoria: (51) 3415-2009

CEP: 92420-221 Canoas - RS - Brasil

CNPJ: 04.207.640/0001-28 - IE: 024/0311698

08712679 244 00106006012010*****11.702,078



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



008/1.09.0024991-7

Presentes os fundamentos autorizadores da medida pleiteada – verossimilhança das alegações e fundado receio de dano irreparável – e sendo a documentação suficiente para sustentar o postulado, inclusive com o depósito em juízo do crédito tributário em discussão, por cautela, a fim de garantir a utilidade do provimento jurisdicional a ser ao final proferido, defiro, liminarmente, o pedido para suspender a exigibilidade do crédito tributário e determinar que a ré, com urgência, seja cientificada a suspender, até o desate da lide, o envio de informações que possam, com base no negócio jurídico discutido, implicar negativação cadastral da parte demandante, sob pena de cominação de multa diária equivalente a um salário-mínimo.

Oficie-se.

Intime-se.

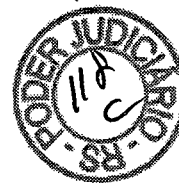
Efetivada a medida, cite-se.

Em 06/01/2010

João Carlos Correa Grey,
Juiz de Direito em substituição.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



CERTIDÃO:

CERTIFICO que expedi para o processo **008/1.09.0024991-7**,
classe Processo de Conhecimento, natureza Anulatória os seguinte(s)
documento(s):

Mandado de Citação - Ordinário contra a Fazenda Pública -
008/2010/8144

CONFORME CÓPIAS ANEXAS. DOU FÉ.

Canoas, 08 de janeiro de 2010

Eduardo Casagrande
Oficial Ajudante
Matr. 12331581

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



COMARCA DE CANOAS

5ª VARA CÍVEL

Rua Lenine Nequete, 60 - CEP: 92310205

Fone: 51-3472-1184

MANDADO DE CUMPRIMENTO DE LIMINAR E CITAÇÃO – ORDINÁRIO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Oficial de Justiça: Claudio José Pontes Freitas - Zona 11 - Isento de condução

Processo nº: 008/1.09.0024991-7

Natureza: Anulatória

Valor da Ação: R\$ 11.702,87

Autor: Alberto Pasqualini Refap S A

Adv: Candice Vanessa Fattori - RS/53974

Réu: Município de Canoas

O(A) Doutor(a) Juiz(a) de Direito **MANDA** ao(a) Oficial(a) de Justiça que, em cumprimento ao presente mandado, proceda, de imediato, o cumprimento do despacho neste transcrito.

Realizada a liminar, proceda, em seguimento, a **CITAÇÃO** do(a)(s) neste nominado(a)(s), por todo o conteúdo da petição inicial, cópia autenticada anexa, bem como do despacho transcrito, advertindo-se o(a)(s) citando(a)(s) de que, caso não contestada a ação no **PRAZO de SESSENTA (60) DIAS**, serão presumidos como verdadeiros os fatos articulados na inicial.

DESPACHO: "Presentes os fundamentos autorizadores da medida pleiteada – verossimilhança das alegações e fundado receio de dano irreparável - e sendo a documentação suficiente para sustentar o postulado, inclusive com o depósito em juízo do crédito tributário em discussão, por cautela, a fim de garantir a utilidade do provimento jurisdicional a ser ao final proferido, defiro, liminarmente, o pedido para suspender a exigibilidade do crédito tributário e determinar que a ré, com urgência, seja cientificada a suspender, até o desate da lide, o envio de informações que possam, com base no negócio jurídico discutido, implicar negativação cadastral da parte demandante, sob pena de cominação de multa diária equivalente a um salário-mínimo. Oficie-se. Intime-se. Efetivada a medida, cite-se. Em 06/01/2010. (a) Joao Carlos Correa Grey, Juiz de Direito."

DESTINATÁRIO(S):



008/2010/8144

Município de Canoas, réu

End: Rua Ipiranga, 123, Centro, Canoas, RS, 92010-290

() CP () CN () PC () NC

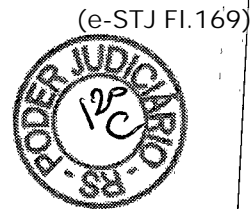
CUMpra-SE.

Canoas, 08 de janeiro de 2010.

Escrivão(ã)/Oficial(a) Ajudante,
que assina por ordem do(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



(e-STJ Fl.169)

CERTIDÃO:

CERTIFICO que expedi para o processo **008/1.09.0024991-7**, classe Processo de Conhecimento, natureza Anulatória os seguinte(s) documento(s):

Ofício Comunicando Concessão de Liminar - 5/2010

CONFORME CÓPIAS ANEXAS. DOU FÉ.

Canoas, 08 de janeiro de 2010

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



COMARCA DE CANOAS

5ª VARA CÍVEL

Rua Lenine Nequete, 60 - CEP:92310205 Fone: 51-3472-1184

Canoas, 08 de janeiro de 2010.

Ofício nº: 5/2010 - ao responder, mencionar o nº do processo
Processo nº: 008/1.09.0024991-7
Natureza: Anulatória
Autor: Alberto Pasqualini Refap S A
Réu: Município de Canoas

Senhor Prefeito Municipal :

Comunico que este Juízo deferiu a liminar pleiteada pela parte autora, para suspender, até o desate da lide, a exigibilidade do crédito tributário, com envio de informações que possam, com base no negócio jurídico discutido, implicar negativação cadastral da parte demandante, sob pena de cominação de multa diária equivalente a um salário-mínimo, tudo conforme decisão a seguir transcrita:

06/01/2010 - Presentes os fundamentos autorizadores da medida pleiteada – verossimilhança das alegações e fundado receio de dano irreparável - e sendo a documentação suficiente para sustentar o postulado, inclusive com o depósito em juízo do crédito tributário em discussão, por cautela, a fim de garantir a utilidade do provimento jurisdicional a ser ao final proferido, defiro, liminarmente, o pedido para suspender a exigibilidade do crédito tributário e determinar que a ré, com urgência, seja cientificada a suspender, até o desate da lide, o envio de informações que possam, com base no negócio jurídico discutido, implicar negativação cadastral da parte demandante, sob pena de cominação de multa diária equivalente a um salário-mínimo. Oficie-se. Intime-se. Efetivada a medida, cite-se.

Atenciosamente.

Joao Carlos Correa Grey
Juiz de Direito

Ao Exmo. Sr. Dr.
Prefeito Municipal de
Canoas – RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **14/2010**, expedida em 11 de janeiro de 2010, foi disponibilizada na edição nº **4267** no Diário da Justiça Eletrônico do dia **29/01/10**, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

008/1.09.0024991-7 - Alberto Pasqualini Refap
S A (pp. Candice Vanessa Fattori) X
Município de Canoas (sem
representação nos autos). Presentes os
fundamentos autorizadores da medida pleiteada
- verossimilhança das alegações e fundado
receio de dano irreparável - e sendo a
documentação suficiente para sustentar o
postulado, inclusive com o depósito em juízo
do crédito tributário em discussão, por
cautela, a fim de garantir a utilidade do
provimento jurisdicional a ser ao final
proferido, defiro, liminarmente, o pedido para
suspender a exigibilidade do crédito
tributário e determinar que a ré, com
urgência, seja cientificada a suspender, até o
desate da lide, o envio de informações que
possam, com base no negócio jurídico
discutido, implicar negativação cadastral da
parte demandante, sob pena de cominação de
multa diária equivalente a um salário-mínimo.
Oficie-se. Intime-se. Efetivada a medida,
cite-se. Ofício à disposição do autor para
encaminhamento.

Canoas,

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

Retirou ofício
em 13.01.2010

lyh

OAB/RS-53.974



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

123
/ 22

CARTÓRIO DA QUINTA VARA CÍVEL DE CANOAS.

C E R T I D ã O

CERTIFICO que este documento foi apresentado e entregue em Cartório pelo procurador ou substabelecido. Faço a JUNTADA nesta data. Dou Fé. Canoas, 23-04-2010.
O Servidor:

124
12**SUBSTABELECIMENTO**

Eu, **PATRÍCIA LEANDRO SANTOS**, brasileira, casada, advogada, inscrita na **OAB/RS sob o n.º 60.498**, substabeleço os poderes a mim conferidos pelo **MUNICÍPIO DE CANOAS**, ente jurídico de direito público interno, a **LISETE PICOLI FORTES**, inscrito na **OAB/RS sob o n.º 39E106**, reservando-me idênticos poderes.

Canoas, 28 de Dezembro de 2009.


Patricia Leandro Santos
OAB/RS 60.498

125
De

Estado do Rio Grande do Sul

Poder Judiciário

JUIZADO DA QUINTA VARA CÍVEL DE CANOAS - RS.**J U N T A D A**

Na data infra, junto a estes autos:

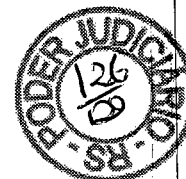
- ☐ o(s) aviso(s) de recebimento que segue(m);
- ☐ a(s) correspondência(s) negativa(s) que segue(m);
- ☐ a(s) correspondência(s) que segue(m);
- ☐ a(s) guia(s) que segue(m);
- ☒ o(s) mandado(s) que segue(m); *De*
- ☐ a(s) carta(s) precatória(s) que segue(m);
- ☐ o(s) ofício(s) que segue(m);
- ☐ o(s) edital(ais) que segue(m);
- ☐ a(s) petição(ões) que segue(m);
- ☒ a(s) CONTESTAÇÃO(ões) que segue(m); *De*
- ☐ o(s) MEMORIAL(ais) que segue(m);
- ☐ a promoção do Ministério Público que segue;
- ☐ o(s) RECURSO(s) DE APELAÇÃO que segue(m);
- ☐ as CONTRA-RAZÕES DO RECURSO que segue(m)

INFORMO, por oportuno, que somente nesta data foi possível à juntada, diante do volume invencível de serviço e da falta de Servidor.
Canoas, 29/03/2010.

RD
RUDITE CARDOSO CÉ
Oficial Escrevente Autorizada
Matrícula 1239 7199



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



COMARCA DE CANOAS

5ª VARA CÍVEL

Rua Lenine Nequete, 60 - CEP: 92310205

Fone: 51-3472-1184

MANDADO DE CUMPRIMENTO DE LIMINAR E CITAÇÃO – ORDINÁRIO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Oficial de Justiça: Claudio José Pontes Freitas - Zona 11 - Isento de condução

Processo nº: 008/1.09.0024991-7

Natureza: Anulatória

Valor da Ação: R\$ 11.702,87

Autor: Alberto Pasqualini Refap S A

Adv: Candice Vanessa Fattori - RS/53974

Réu: Município de Canoas

O(A) Doutor(a) Juiz(a) de Direito **MANDA** ao(a) Oficial(a) de Justiça que, em cumprimento ao presente mandado, proceda, de imediato, o cumprimento do despacho neste transcrito.

Realizada a liminar, proceda, em seguimento, a **CITAÇÃO** do(a)(s) neste nominado(a)(s), por todo o conteúdo da petição inicial, cópia autenticada anexa, bem como do despacho transcrito, advertindo-se o(a)(s) citando(a)(s) de que, caso não contestada a ação no **PRAZO** de **SESSENTA (60) DIAS**, serão presumidos como verdadeiros os fatos articulados na inicial.

DESPACHO: "Presentes os fundamentos autorizadores da medida pleiteada – verossimilhança das alegações e fundado receio de dano irreparável - e sendo a documentação suficiente para sustentar o postulado, inclusive com o depósito em juízo do crédito tributário em discussão, por cautela, a fim de garantir a utilidade do provimento jurisdicional a ser ao final proferido, defiro, liminarmente, o pedido para suspender a exigibilidade do crédito tributário e determinar que a ré, com urgência, seja cientificada a suspender, até o desate da lide, o envio de informações que possam, com base no negócio jurídico discutido, implicar negativação cadastral da parte demandante, sob pena de cominação de multa diária equivalente a um salário-mínimo. Oficie-se. Intime-se. Efetivada a medida, cite-se. Em 06/01/2010. (a) Joao Carlos Correa Grey, Juiz de Direito."

DESTINATÁRIO(S):



008/2010/8144

Município de Canoas, réu

End: Rua Ipiranga, 123, Centro, Canoas, RS, 92010-290

☒ CP ☐ CN ☐ PC ☐ NC

CUMPRA-SE.

Canoas, 08 de janeiro de 2010.

Eduardo Casagrande

Oficial Ajudante
Matr. 12831581

Escrivão(ã)/Oficial(ã) Ajudante,
que assina por ordem do(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito

Assinatura manuscrita: Eduardo Casagrande
17/07/2010

educasa

66-1-008/2010/8143

Francisco de Paula Figueiredo
Juiz-Geral Adjunto
OAB/RS 115674

008/1.09.0024991-7

1

Rec. 08/01/10 - Plantão

Certidão de 11/01/10
Ref. mandado 8144





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO

Ref. Mandado nº 008/2010/8144

Certifico e dou fé que, em cumprimento ao presente, nesta data, intimei **MUNICÍPIO DE CANOAS**, na pessoa do procurador Francisco de Paula Figueiredo por todo conteúdo do mandado e, para cumprimento da liminar, bem como, às 13h30min o citei do inteiro teor da petição inicial, de tudo ficando inteirado, recebendo as cópias e exarando seu ciente.
Canoas, 11.01.2010.

Carmensita Maria Sartori

Carmensita Maria Sartori
Oficiala de Justiça

Custas ao Estado: 1 intimação
1 citação

Condução: isento

P: 4686-A

128
12

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA MM 5ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE
CANOAS/RS

PROTÓCOLO GERAL
FORO DE CANOAS
RECEBIDO COM
AUTOS

Processo: 1090024991-7

MUNICÍPIO DE CANOAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Ipiranga, nº 95, sala 209, Canoas, através de seu procurador (mandato em anexo), vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, apresentar **CONTESTAÇÃO À AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA** que lhe move **ALBERTO PASQUALINI-REFAP S/A**, pelos fatos e fundamentos de direitos a seguir expostos:

Trata-se de ação anulatória ajuizada contra o lançamento de créditos tributários do Auto de Infração nº 37/2008 lavrado pelo Serviço de Fiscalização do ISSQN da Secretaria Municipal da Fazenda deste Município.

O Fisco Municipal autuou a REFAP S/A por haver constatado que a contribuinte não recolhera o ISSQN, como substituta tributária, sobre o valor que figurou no "Razão Contábil" integrado ao controle financeiro da REFAP, valor esse relativo ao BM 077921000000886202703500, da empresa SKANSKA BRASIL LTDA., no montante de R\$ 141.075,53, objeto de lançamento no Auto de Infração acima mencionado.

CVP



123
22

Alega a autora que o auto de infração trata de um documento descrito como "BM nº 077921-000000886202703500". Entretanto, tal documento não foi localizado nos registros da REFAP, não podendo subsistir, portanto, um auto de infração com base em tal documento. Alega que "BM": a refere-se a "Boletim de Medição" que é o documento que apura o andamento da execução do contrato. O BM constata quanto do contrato foi realizado, e indica o valor a ser pago referente ao mês objeto da medição. Tal procedimento está explicado no item 6.2 do contrato firmado entre a REFAP S.A. e a Skanska.

Alega ainda, que não há indicação no Auto de Infração de qual teria sido o serviço prestado. Ocorre que às fls 51 (Anexo do AI) consta a capitulação do fato gerador.

Vejamos as razões do Município, ora réu. Em cumprimento a Ordem de Serviço nº 26-07, foi iniciado o trabalho de Auditoria Fiscal na empresa Refinaria Alberto Pasqualini S.A. na qualidade de Substituta Tributária, referente ao período de julho de 2002 a dezembro de 2006, através do Termo de Diligência nº 11-07.

O Auto de Infração 37/08 foi emitido com base nos documentos apresentados pela Refinaria Alberto Pasqualini. Enfatiza-se que no atendimento à solicitação de documentos para iniciar o processo de auditoria fiscal foi entregue à fiscalização o razão contábil integrado ao controle financeiro da Refinaria.

CVP

AB

130
2

É sabido que os registros contábeis de qualquer empresa devem demonstrar os fatos ocorridos em seu patrimônio com o máximo de detalhamento possível para que transmitam confiabilidade. Observando os lançamentos constantes do Razão Analítico de Fomecedores da REFAP, percebe-se que para cada valor lançado como Crédito (que seria o valor das medições dos serviços efetuados (BMs) - conforme informação da própria autora) também existe um valor igual lançado como Débito (que seria o efetivo pagamento para a empresa fornecedora (NFs).

Ocorre que, para o caso específico do valor do BM 077921 (crédito) existem 2 (dois) débitos representando o pagamento de 2 (duas) NFs que somadas alcançam o valor do BM. Esta é uma hipótese. A outra é a hipótese apresentada pela autora de que o valor do BM (crédito) estaria lançado a maior e que o 1º valor a débito tratar-se-ia de "ajuste de medição", ou seja, estaria lançado para diminuir o valor do BM visando ajustá-lo ao 2º débito representativo do pagamento da NF ao fornecedor.

Cabe salientar que, quando da Impugnação Administrativa a autora alegou não haver localizado em seus registros o Boletim de Medição em questão, no entanto, no presente, ela mesma confirma sua existência, inclusive, dos 3 (três) lançamentos no Razão Analítico a ele relacionados e, anexa a sua cópia aos autos.

Da análise dos dados registrados no Boletim de Medição não é possível constatar, visualizar ou mesmo inferir que o mesmo tenha sido lançado a maior ou que seu valor tenha sido objeto de ajuste. Sendo que a documentação apresentada não apresenta confiabilidade fiscal (planilha Excel), também não faz prova para firmar convicção de que o lançamento que a autora

CVP



quer fazer crer tratar-se de ajuste possa não ser um pagamento efetuado pelos serviços prestados, sem a emissão de Nota Fiscal pela contratada.

Então, vejamos a Lei Municipal nº 4.818/03:

"Art. 7º - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço."

E, o Art. 24 da Lei Municipal nº 1.943/79:

"Art. 24 – A incidência e a cobrança do imposto independem:

- I - da existência de estabelecimento fixo;
- II – do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administrativas, relativas a prestação de serviços;
- III – do fornecimento de material;
- IV – do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação.

Portanto independe de emissão de nota fiscal, de fatura, recibo, ou documento de cobrança, ou mesmo do seu pagamento: uma vez prestado o serviço, devido é o ISSQN.

Uma vez analisadas as alegações trazidas à presente demanda, entende-se que o Auto de Infração em tela foi devidamente constituído, em conformidade com a legislação, sem nenhum prejuízo a regular e ampla defesa do contribuinte.

CVP



Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) improcedência total da presente ação;
- b) a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, em especial a prova documental;
- c) a condenação da autora ao ônus sucumbencial;

Nestes termos,
Pede Deferimento.

Canoas, 02 de março de 2010


Alexandre Balestrin Bujes
OAB/RS 52.259

CVP

LIVRO Nº 816
DE PROCURAÇÕES

FOLHA Nº 027

1º TABELIONATO DE NOTAS DE CANOAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TRASLADO

PROCURAÇÃO BASTANTE que faz MUNICÍPIO DE CANOAS, inscrito no CNPJ/MF sob número 88.577.416/0001-18, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, JAIRO JORGE DA SILVA brasileiro, jornalista residente e domiciliado nesta cidade, SAIBAM todos quantos este público instrumento de mandato virem que, aos dezanove (19) dias do mês de janeiro do ano dois mil e nove (2009), nesta cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, onde chamado, compareci na sede da Intendência, onde encontrei-me com seu representante, a qualificado, identificado por mim, Tabelião Substituto, através dos documentos de identidade apresentados, e de cuja capacidade jurídica para o ato dou fé. Então, pelo outorgante, foi dito que nomeia e constitui bastante procuradores para agirem em conjunto ou separadamente: ROBERTA CAMINEIRO BAGGIO, advogada, inscrita na OAB - RS sob número 52383, ADRIANA DLEL CUETO CORNELIUS, advogada, inscrita na OAB - RS sob número 31.220, ALEXANDRA BIANCA BLUM COELHO, advogada, inscrita na OAB - RS sob número 65.090, CRISTINA SANTOS TIETBOHL, advogada, inscrita na OAB - RS sob número 46.966, ELBIO LUCENA PEREIRA, brasileiro, inscrito na OAB - RS sob número 29.306, FRANCISCO DE PAULA FIGUEIREDO, advogado, inscrito na OAB - RS sob número 17.674, MARCIA APARECIDA PAIM ADAMI, advogada, inscrita na OAB - RS sob número 7.216, MISAEL ALBERTO COSSIO ORIHUELA, advogado, inscrito na OAB - RS sob número 38360, PAULO SCHUH, advogado, OAB/RS número 5.681, PATRICIA LEANDRO SANTOS, advogada, inscrita na OAB - RS sob número 60.498, e REGINA MURADAS SILVEIRA, advogada, inscrita na OAB - RS sob número 26.384, residentes e domiciliados nesta cidade, para o fim especial de representá-lo em qualquer juízo, instância, tribunal ou fora deles, bem como perante quaisquer Órgãos ou Repartições Públicas, conferindo-lhes os poderes para o Fôro em Geral, cláusula "ad judicium et extra", mais os poderes especiais de transigir, desistir, insistir, acordar, discordar, interpor recursos, variar de ação, receber e dar quitação, assinar recibos, firmar compromissos, inclusive substabelecer, praticar,

EDUARDO ANTEACK

então, todos os atos necessários e em direito permitidos para o bom e fiel desempenho do presente mandato. ASSIM o disse e me pediu este instrumento quer lhe li, achou conforme, aceitou, ratificou e assina. Eu, LUIZ CARLOS BALSON GODINHO, Tabelião Substituto, a fiz lavrar, dou fé e assino.

Emolumentos: R\$ 59,80 + R\$ 1,10 = R\$ 60,90
 (0099.04.0800002.01953 = R\$ 0,50;
 (0099.03.0800002.00976 = R\$ 0,40;
 (0099.01.0800006.43458 = R\$ 0,20) ... Certifico que o ato está assinado pelas partes e pelo servidor na forma acima mencionada. NADA MAIS CONSTAVA. Transladada nesta data.

EM TESTEMUNHO

DA VERDADE

CANOAS, 19 DE JANEIRO DE 2009

Luiz Carlos Balson Godinho
 Tabelião Substituto
 Rafael Antpack
 Tabelião Substituto

SUBSTABELECIMENTO

Eu, **MISAEAL ALBERTO COSSIO ORIHUELA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na **OAB/RS** sob o n.º **38.360**, substabeleço os poderes a mim conferidos pelo **MUNICÍPIO DE CANOAS**, ente jurídico de direito público interno, a **ALEXANDRE BALESTRIN BUJES**, inscrito na **OAB/RS** sob o n.º **52.259**, reservando-me idênticos poderes.

Canoas, 25 de janeiro de 2010



Misael Alberto Cossio Orihuela
OAB/RS 38.360



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **119/2010**, expedida em 29 de março de 2010, foi disponibilizada na edição nº 4313 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 02/04/10, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

008/1.09.0024991-7 - Alberto Pasqualini Refap
S A (pp. Candice Vanessa Fattori) X Município
de Canoas (pp. Alexandre Balestrin Bujes e
Lisete Picoli Fortes). Da contestação, vista
ao autor.

Canoas, 29/03/10

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante



Estado do Rio Grande do Sul

Poder Judiciário

JUIZADO DA QUINTA VARA CÍVEL DE CANOAS - RS.**J U N T A D A**

Na data infra, junto a estes autos:

- ☐ o(s) aviso(s) de recebimento que segue(m);
- ☐ a(s) correspondência(s) negativa(s) que segue(m);
- ☐ a(s) correspondência(s) que segue(m);
- ☐ a(s) guia(s) que segue(m);
- ☐ o(s) mandado(s) que segue(m);
- ☐ a(s) carta(s) precatória(s) que segue(m);
- ☐ o(s) ofício(s) que segue(m);
- ☐ o(s) edital(ais) que segue(m);
- ☐ a(s) petição(ões) que segue(m);
- ☐ a(s) CONTESTAÇÃO(ões) que segue(m);
- ☐ o(s) MEMORIAL(ais) que segue(m);
- ☐ a promoção do Ministério Público que segue;
- ☐ o(s) RECURSO(s) DE APELAÇÃO que segue(m);
- ☐ as CONTRA-RAZÕES DO RECURSO que segue(m)

INFORMO, por oportuno, que somente nesta data foi possível à juntada, diante do volume invencível de serviço e da falta de Servidor.

Canoas, / 04 /2010.

RUDITE CARDOSO CÉ
Oficial Escrevente Autorizada
Matrícula 1239 7199

137
20

Exmo Sr. Dr. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível de Canoas
(RS)

Processo nº 008/1.09.0024991-7

Autor: Alberto Pasqualini - REFAP S/A

Réu: Município de Canoas

ALBERTO PASQUALINI - REFAP S/A, já qualificada nos autos da ação em epígrafe, vem, respeitosamente, por sua procuradora firmatária apresentar **RÉPLICA**, nos seguintes termos.

O Município autuou a REFAP S/A porque supostamente teria deixado de recolher ISS como substituta tributária, sobre BM - Boletim de Medição - referente à Skanska Brasil Ltda., o que, no entendimento da autoridade fiscal, constituiria infração ao artigo 3º da lei municipal 4584/2001.

Ajuizada a presente ação visando à desconstituição do auto de infração, foi deferida a antecipação de tutela e, posteriormente, o Réu foi citado.

Alberto Pasqualini - REFAP S.A.
Av. Getúlio Vargas, 11.001 - Tels.: (51) 3415-2031
CEP: 92420-221 Canoas - RS - Brasil
CNPJ: 04.207.640/0001-28 - IE: 024/0311698

14:16 20/04/2010 202851-FRMO DE CANOAS PROTOCOLO 0001



O Município, em sua defesa, sequer indicou qual teria sido o serviço, alegando apenas que a REFAP não provou que o BM se tratava de ajuste de contas, afirma que essa seria apenas uma "hipótese" (fl. 130).

Ora, está bem claro na petição inicial e nos documentos de fls. 59/61 que se trata de ajuste de contas, porém, mesmo que houvesse dúvida, parece que é o Município quem deve provar a legalidade e a base fática das autuações que realiza, ou seja, o fundamento do auto de infração deve ser provado pelo órgão autuador. Assim sendo, pelo fato de o Réu admitir em sua contestação que efetivamente pode ter ocorrido um ajuste de contas em vez de pagamento de serviços sem retenções, tem o condão de anular o auto de infração. Veja-se que não é o autuado quem deve provar que não houve o fato gerador, mas a autoridade que lavrou o auto de infração é quem deve provar que efetivamente ocorreu o fato gerador. No caso em tela, nem na via administrativa, nem através da contestação na presente ação, o Município provou que ocorreu o fato gerador sem que a REFAP tivesse recolhido ISS devido.

Verifica-se que, no auto de infração, não há nenhuma indicação de qual teria sido o serviço prestado que estaria consubstanciado no fato gerador do ISS. E mais, sequer há nota fiscal, portanto, não há prova de que o valor indicado no boletim de medição citado no auto de infração foi efetivamente pago pela REFAP à Skanska.

No documento "Razão Analítico de Fornecedores" (fl. 61) existem 03 lançamentos como o nº BM 077921, sendo o 1º lançamento relativo a medições de serviços efetuados no mês



lançado a crédito do fornecedor, o 2º lançamento referente a ajustes de medição (serviços lançados a maior em BM anterior ou medido a maior no próprio mês) efetuados no mês lançado a débito do Fornecedor e o 3º Lançamento referente ao valor pago ao fornecedor relativo a este BM, conforme apresentamos abaixo;

MOLO	LCTO	LCTO	CONT	RECO	LCTO	LCTO	LCT
CD	DT	NR	CD	CD	TX	VL	DT
SISID	EFETIVA	SEQ	CONTA	CONTA	DESC	D/C OFICIAL	MEI
SCP	01.10.2003	8	2101001	2154943000102	BM077921 000000886202703500	2 SKANSKA BRASIL LTDA	(1) 134.560,14
SCP	01.10.2003	8	2101001	2154943000102	BM077921 000000886202703500	2 SKANSKA BRASIL LTDA	141.075,53
SCP	30.10.2003	212	2101001	2154943000102	BM077921 08054098	SKANSKA BRASIL LTDA	993.484,61

Como se pode notar, a diferença existente entre o primeiro e o segundo lançamento resulta exatamente o valor de R\$ 993.484,61, tendo sido este o valor desembolsado neste Boletim de Medição, devidamente coberta pela nota fiscal de nº 98 (fl. 59) da empresa Skanska do Brasil.

Pode-se notar também nos dados acima, que o 1º e 2º registro possuem data de lançamento de 01/10/2003 e o 3º lançamento refere-se a data de pagamento do BM com os devidos ajustes.

Com a demonstração acima se explica o motivo do valor constar no Razão analítico de Fornecedores e, portanto, **NÃO SE TRATAR DE FATURAMENTO, MAS SIM DE SIMPLES AJUSTE CONTÁBIL RELATIVO A MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS NO MÊS.**

Desta forma não há que se falar em faturamento, nem em emissão de documento fiscal, uma vez que os valores não foram pagos ao fornecedor naquele mês.

140
27**REFAP**
Alberto Pasqualini - Refap S/A

Assim, o Fisco Municipal autuou a REFAP com base em documento interno que não indica, obrigatoriamente, que houve o pagamento, apenas a medição, pois o documento de cobrança é emitido após o BM.

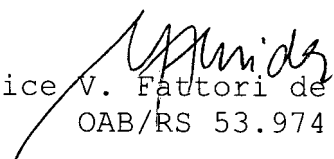
Como visto, o Município realizou uma leitura equivocada da documentação que lhe foi entregue voluntariamente pela REFAP e com base em Boletins de Medição lavrou, erroneamente, auto de infração em face da Autora.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, a Autora requer seja julgada totalmente procedente a presente ação, declarando-se nulo o auto de infração, bem como desconstituindo-se o lançamento pelos fatos e fundamentos expostos na petição inicial e comprovados na documentação que a instruiu.

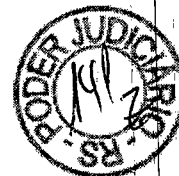
Pede deferimento.

Canoas, 19 de Abril de 2010.


Candice V. Fattori de Almeida
OAB/RS 53.974



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

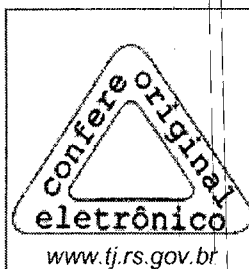


008/1.09.0024991-7 (CNJ:.0249911-02.2009.8.21.0008)

Abra-se vista ao Ministério Público.

Em 04/05/2010

Marise Moreira Bortowski,
Pretora.



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

Signatário: MARISE MOREIRA BORTOWSKI

Nº de Série do certificado: 7EC1AE5E20AEEBC059C60C5CF3101295

Data e hora da assinatura: 04/05/2010 17:33:22

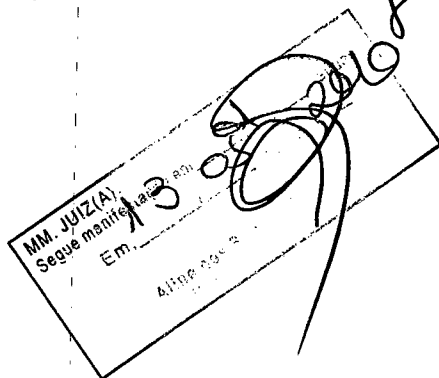
Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tj.rs.gov.br/site_php/assinatura e digite o seguinte número verificador: 008109002499170082010161179

VISTA

FAÇO estes autos o A Vista a 02

Em 12 de 09 de 2010

O (A): [assinatura]





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

COMARCA DE CANOAS
5ª Vara Cível
Processo nº: 008/1.09.0024991-7

Pelo Ministério Público

MM. Juiz:

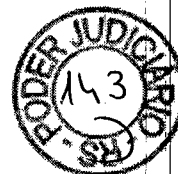
1. Não há preliminares a serem analisadas no presente feito.
2. Opina o Ministério Público sejam intimadas as partes a especificar as provas que pretendem produzir.

Canoas, 12 de maio de 2010.


Aline dos Santos Gonçalves,
Promotora de Justiça em substituição.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



008/1.09.0024991-7 (CNJ:.0249911-02.2009.8.21.0008)

Aprecio o presente feito em substituição à eminente titular.

Desnecessária a realização de provas pericial e oral.

Abra-se vista ao Ministério Público.

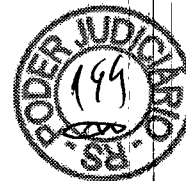
Decorrido o prazo legal, voltem, os autos, conclusos, para
fins de julgamento no estado que se encontra.

Em 19/05/2010


Telmo dos Santos Abech,
Juiz de Direito.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº 233/2010, expedida em 20 de maio de 2010, foi disponibilizada na edição nº 434 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 09/06/2010, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

008/1.09.0024991-7 - Alberto Pasqualini Refap S A (pp. Candice Vanessa Fattori) X Município de Canoas (pp. Alexandre Balestrin Bujes e Lisete Picoli Fortes). Aprecio o presente feito em substituição à eminente titular. Desnecessária a realização de provas pericial e oral. Abra-se vista ao Ministério Público. Decorrido o prazo legal, voltem, os autos, conclusos, para fins de julgamento no estado que se encontra.

Canoas,

 Escrivão(a) / Oficial Ajudante

CERTIDÃO

Certifico que a(s) parte(s) citada(s)/intimada(s) não se manifestou (aram).
Canoas, 08 de fevereiro de 2011.
Andrea Klaus. Escrivã Judicial.

marlacerda
66-10



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

COMARCA DE CANOAS
5ª Vara Cível
Processo nº: 008/1.09.0024991-7

Pelo Ministério Público

MM. Juiz:

Ciente do processado.

O presente feito trata exclusivamente de interesse público secundário, não estando presente quaisquer das hipóteses de intervenção do Ministério Público previstas no artigo 82 do Código de Processo Civil ou na legislação extravagante.

Cumpra observar que foi publicada em 26 de maio de 2010 recomendação pela Procuradora-Geral de Justiça para que seja priorizada a atuação do membro do Ministério Público como órgão agente em detrimento da função de *custus legis*.

O referido ato foi publicado com o fito de atender a recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público que entendeu que a simples presença de ente público na lide não obriga a intervenção, visto que existem procuradores constituídos para a defesa destes interesses.

Nesse contexto, o agente ministerial não está obrigado a intervir nas ações em que for parte a Fazenda ou Poder Público (Estado, Município, Autarquia ou Empresa Pública), com interesse meramente patrimonial, a exemplo da execução fiscal e respectivos embargos, anulatória de débito fiscal, declaratória em matéria fiscal, repetição de indébito, consignação em pagamento, possessória, ordinária de cobrança, indenizatória, anulatória de ato administrativo, embargos de



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO**

terceiro, despejo, ações cautelares, conflito de competência e impugnação ao valor da causa, dada a discussão meramente patrimonial havida na lide.

Assim, deixa o Ministério Público de oficiar.

Canoas, 11 de fevereiro de 2011.


**Marcelo Dossena Lopes dos Santos,
Promotor de Justiça.**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE CANOAS – 5ª VARA CÍVEL

PROCESSO Nº 008/1.09.0024991-7

NATUREZA: ANULATÓRIA

PARTE AUTORA: ALBERTO PASQUALINI – REFAP S/A

PARTE RÉ: MUNICÍPIO DE CANOAS

PROLATORA: JUIZA MARISE MOREIRA BORTOWSKI

DATA: 05/07/2011

Vistos e examinados os autos.

ALBERTO PASQUALINI – REFAP S/A ajuizou ação anulatória de débito fiscal contra o MUNICÍPIO DE CANOAS, narrando que fora autuada pelo réu, pois, supostamente, teria deixado de recolher ISSQN como substituta tributária sobre Boletim de Medição (BM) referente à Skanska Brasil Ltda, constituindo infração ao art. 3º da Lei Municipal 4.584/2001. Disse que foi negado provimento ao recurso administrativo. Referiu que o BM não era documento de cobrança, não indicando, obrigatoriamente, que houve o pagamento, mas sim a medição, considerando que o documento de cobrança é emitido posteriormente. Referiu que no ato de infração não havia a indicação do serviço prestado e que não há nota fiscal emitida, não havendo prova de que o valor indicado no boletim de medição citado no auto de infração fora pago. Asseverou que o valor em discussão tratava-se de ajuste contábil relativo à medição dos serviços prestados no mês, baseando-se a autuação municipal em documento interno, sem indicação de que houvera o pagamento. Postulou, liminarmente, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e a inscrição em dívida ativa. No mérito, pugnou pela declaração de nulidade do lançamento, bem como pela desconstituição do crédito tributário.

Deferida a liminar.

Citado, o réu contestou, alegando que o auto de infração 37/08 fora emitido com base nos documentos apresentados pela parte autora. Disse que, analisando-se os lançamentos constantes do Razão Analítico de Fornecedores da demandante, conclui-se que para cada valor lançado como crédito, há um igual

Número Verificador: 008109002499170082011277462



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

lançado como débito. Alegou que, independente de emissão de nota fiscal, prestado o serviço, devido será o ISSQN. Pugnou pela improcedência do pedido.

Houve réplica.

O Ministério Público não emitiu parecer por entender tratar-se de interesse público secundário.

É o relatório.

Decido na forma do art. 330, inciso I, do CPC.

Trata a presente de ação anulatória de débito fiscal em que a parte autora alega que não houve a emissão de nota fiscal, tornando-se insubsistente o auto de infração nº 37/2008.

Ab initio, saliento que auto de infração é o documento pelo qual o agente da administração pública descreve o ato realizado pelo sujeito passivo da obrigação que vai de encontro à legislação tributária.

No caso em exame, discute-se a legalidade do auto de infração constante às fls. 48-50, cuja alegação da parte autora consiste na tese de que o débito referido pelo ente público trata-se de ajuste contábil, inócurrenente, portanto, emissão de nota fiscal, tampouco de pagamento ao fornecedor.

Ocorre que a emissão de nota fiscal não é requisito indispensável para a constituição do auto de infração.

Além dos requisitos formais, a autoridade fiscal tem o dever de observância ao que preconiza o art. 142 do Código Tributário Nacional, cujas ausências na lavratura do auto levam à nulidade do lançamento.

O referido dispositivo está assim ordenado:

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Número Verificador: 008109002499170082011277462



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

A necessidade de verificar se o contribuinte fiscalizado praticou a conduta econômica tida como hipótese de incidência (fato gerador), a observância se a legislação foi devidamente observada quando do lançamento tributário na formalização do crédito (matéria tributável), o cálculo discriminado do montante de tributo devido (montante do tributo), a nomeação do contribuinte infrator da norma (contribuinte) e a proposta de aplicação da penalidade proporcional à conduta irregular (penalidade) são os requisitos do auto de infração.

Examinando o auto de infração nº 37/2008, observo que há a identificação do contribuinte, constando a razão social, CNPJ e demais dados da Alberto Pasqualini – REFAP S/A, a matéria tributável, o fato gerador e a penalidade, tendo em vista a disposição de que o contribuinte deixou de reter e recolher o ISSQN, no âmbito da substituição tributária, sob o valor do BM nº 077921 – 000000886202703500 da empresa Skanska Brasil Ltda, não integrando a base de cálculo oferecido à tributação, constituindo infração ao disposto ao art. 3º da Lei Municipal nº 4.584/2001, sujeito à multa de 80% calculada sobre o ISSQN corrigido, prevista no art. 68, I, b, da Lei Municipal nº 1.783/77, além do demonstrativo de crédito tributário à fl. 50, constando a diferença de ISSQN a ser recolhida.

Portanto, revogada a liminar, julgo IMPROCEDENTES os pedidos.

Sucumbente, condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do procurador da parte adversa, que fixo, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, em R\$ 1.000,00 (hum mil reais), corrigidos monetariamente pelo IGP-M desde a data de publicação desta sentença e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, contados do trânsito em julgado.

Publique-se.

Registre-se.

Intimem-se.

Canoas, 05 de julho de 2011.

MARISE MOREIRA BORTOWSKI,

Número Verificador: 008109002499170082011277462



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

Juíza Pretora.



www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:

Signatário: MARISE MOREIRA BORTOWSKI

Nº de Série do certificado: 7EC1AE5E20AEBC059C60C5CF3101295

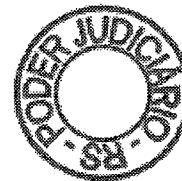
Data e hora da assinatura: 06/07/2011 16:05:22

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/site/servicos/verificacao_da_autenticidade_de_documentos/ e digite o seguinte número verificador: 008109002499170082011277462

Número Verificador: 008109002499170082011277462



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº 823/2011, expedida em 07 de julho de 2011, foi disponibilizada na edição nº 4622 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 08/07/2011, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

008/1.09.0024991-7 (CNJ 0249911-
02.2009.8.21.0008) - Alberto Pasqualini
Refap S A (pp. Candice Vanessa Fattori)
X Município de Canoas (pp. Alexandre
Balestrin Bujes e Lisete Picoli Fortes).
Sentença improcedente

Canoas,


Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

renatosouza

66-10

JUNTADA

Junto aos autos o(s) documento(s) que segue(m).
Canoas, 21 de julho de 2011.


Fabiana Masseron Verch - Oficial Escrevente



Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível de Canoas (RS)

Processo Nº 008/1.09.0024991-7

Autor: Alberto Pasqualini - REFAP S.A.

Réu: Município de Canoas (RS)

Alberto Pasqualini - REFAP S.A., já qualificada nos autos da ação em epígrafe, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, por sua procuradora firmatária, interpor RECURSO DE APELAÇÃO, em razão de sua irresignação com a sentença que julgou improcedente a presente ação, pelas razões que seguem em anexo, requerendo seja o presente recurso recebido no duplo efeito ante a segurança do juízo pelo depósito já feito nos autos, processado e enviado para apreciação do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Pede deferimento.

Canoas, 20 de julho de 2011.

Candice V. Fattori de Almeida

OAB/RS 53.974



Alberto Pasqualini - Refap S/A

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

Recorrente: **Alberto Pasqualini - REFAP S.A**Recorrido: **Município de Canoas**Origem: **5ª Vara Cível de Canoas/RS**Processo: **008/1.09.0024991-7****RECURSO DE APELAÇÃO**

COLEDA CÂMARA,

DOS FATOS

A REFAP S/A ajuizou a presente ação visando à declaração de nulidade do lançamento realizado através do auto de infração de fls. 48/51 no qual o Município (Apelado) autuou a REFAP S/A porque, supostamente, teria deixado de recolher ISS como substituta tributária, sobre BM - Boletim de Medição - referente à Skanska Brasil Ltda., o que, no entendimento da autoridade fiscal, constituiria infração ao artigo 3º da lei municipal 4584/2001.

Em que pese a farta documentação juntada com a petição inicial que comprovam a nulidade do lançamento, o juízo a quo julgou improcedente a presente ação, razão pela qual, insurge-se a Apelante pelas razões que seguem.

O auto de infração trata do "BM nº 077921-000000886202703500".

Alberto Pasqualini - REFAP S.A.

Av. Getúlio Vargas, 11.001 - Tels.: (51) 3415-2031

CEP: 92420-221 Canoas - RS - Brasil

CNPJ: 04.207.640/0001-28 - IE: 024/0311698



Importante explicar o que é "BM": a sigla refere-se a "Boletim de Medição" que é o documento que apura o andamento da execução do contrato. O BM constata quanto do contrato foi realizado, e indica o valor a ser pago referente ao mês objeto da medição. Tal procedimento está explicado no item 6.2 (fls. 68-v e 69) do contrato firmado entre a REFAP S.A. e a Skanska.

Como visto, com base no Boletim de Medição, são emitidos pela empresa os documentos de cobrança e, então, é feito o pagamento. Portanto, o Boletim de Medição não é documento próprio de cobrança, não é nota fiscal.

Ora, o Fisco Municipal autuou a REFAP com base em documento interno que não indica, obrigatoriamente, que houve o pagamento, apenas a medição, pois o documento de cobrança é emitido após o BM. E mais, a REFAP não localizou em seu sistema nenhum BM com o valor indicado no Auto de infração objeto da presente ação.

O auto de infração infringe os seguintes dispositivos da Constituição Federal: art. 5º, II - princípio da legalidade, e art. 156, III.

"Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

(...)"

Ora, no presente auto de infração, não há nenhuma indicação de qual teria sido o serviço prestado que estaria consubstanciado



Alberto Pasqualini - Refap S/A

no fato gerador do ISS. E mais, sequer há nota fiscal, portanto, não há prova de que o valor indicado no boletim de medição citado no auto de infração foi efetivamente pago pela REFAP à Skanska.

No documento "Razão Analítico de Fornecedores" (fl. 60) existem 03 lançamentos como o n° BM 077921, sendo o 1° lançamento relativo a medições de serviços efetuados no mês lançado a crédito do fornecedor, o 2° lançamento referente a ajustes de medição (serviços lançados a maior em BM anterior ou medido a maior no próprio mês) efetuados no mês, lançado a débito do Fornecedor e o 3° Lançamento referente ao valor pago ao fornecedor relativo a este BM, conforme apresentamos abaixo;

MOLO CD	LCTO DT	LCTO NR	CONT CD	RECO CD	LCTO TX	LCTO VL	LCTO DT
SISID	EFETIVA	SEQ	CONTA	CONTA	DESC	D/C OFICIAL	MEMO
SCP	01.10.2003	8	2101001	2154943000102	BM077921 000000886202703500	2 SKANSKA BRASIL LTDA.	25.09.2
SCP	01.10.2003	8	2101001	2154943000102	BM077921 000000886202703500	2 SKANSKA BRASIL LTDA.	25.09.2
SCP	30.10.2003	212	2101001	2154943000102	BM077921 08054098	SKANSKA BRASIL LTDA.	30.10.2

Como se pode notar, a diferença existente entre o primeiro e o segundo lançamento resulta exatamente o valor de R\$ 993.484,61, sendo este o valor desembolsado neste Boletim de Medição, devidamente coberta pela nota fiscal de n° 98 (fl. 59) da empresa Skanska do Brasil.

Pode-se notar também nos dados acima, que o 1° e 2° registro possuem data de lançamento de 01/10/2003 e o 3° lançamento refere-se a data de pagamento do BM com os devidos ajustes.

Com a demonstração acima se explica o motivo do valor constar no Razão analítico de Fornecedores e, portanto, **NÃO SE TRATAR DE**



FATURAMENTO, MAS SIM DE SIMPLES AJUSTE CONTÁBIL RELATIVO A MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS NO MÊS.

Desta forma não há que se falar em faturamento, nem em emissão de documento fiscal, uma vez que os valores não foram pagos ao fornecedor naquele mês.

Assim, o auto de infração tem por base documento interno que não possui nenhum indicativo de que teria havido pagamento do valor de R\$ 141.075,53 à Skanska. Pelo contrário, analisando o BM de fl. 54 que foi pago através da Nota Fiscal de fl. 59 resta demonstrado que o valor pago à contratada foi R\$ 993.484,61.

A sentença, inexplicavelmente, manteve o auto de infração sob o frágil fundamento de que não seria necessária a emissão de Nota Fiscal para constituição do auto de infração, conforme se depreende da transcrição parcial da decisão recorrida, abaixo.

No caso em exame, discute-se a legalidade do auto de infração constante às fls. 48-50, cuja alegação da parte autora consiste na tese de que o débito referido pelo ente público trata-se de ajuste contábil, incorrente, portanto, emissão de nota fiscal, tampouco de pagamento ao fornecedor.

Ocorre que a emissão de nota fiscal não é requisito indispensável para a constituição do auto de infração.

Além dos requisitos formais, a autoridade fiscal tem o dever de observância ao que preconiza o art. 142 do Código Tributário Nacional, cujas ausências na lavratura do auto levam à nulidade do lançamento.

O referido dispositivo está assim ordenado:

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo

REFAP

Alberto Pasqualini - Refap S/A

devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

A necessidade de verificar se o contribuinte fiscalizado praticou a conduta econômica tida como hipótese de incidência (fato gerador), a observância se a legislação foi devidamente observada quando do lançamento tributário na formalização do crédito (matéria tributável), o cálculo discriminado do montante de tributo devido (montante do tributo), a nomeação do contribuinte infrator da norma (contribuinte) e a proposta de aplicação da penalidade proporcional à conduta irregular (penalidade) são os requisitos do auto de infração.

Examinando o auto de infração nº 37/2008, observo que há a identificação do contribuinte, constando a razão social, CNPJ e demais dados da Alberto Pasqualini - REFAP S/A, a matéria tributável, o fato gerador e a penalidade, tendo em vista a disposição de que o contribuinte deixou de reter e recolher o ISSQN, no âmbito da substituição tributária, sob o valor do BM nº 077921 - 000000886202703500 da empresa Skanska Brasil Ltda, não integrando a base de cálculo oferecido à tributação, constituindo infração ao disposto ao art. 3º da Lei Municipal nº 4.584/2001, sujeito à multa de 80% calculada sobre o ISSQN corrigido, prevista no art. 68, I, b, da Lei Municipal nº 1.783/77, além do demonstrativo de crédito tributário à fl. 50, constando a diferença de ISSQN a ser recolhida.

Portanto, revogada a liminar, julgo IMPROCEDENTES os pedidos.

Ocorre que o juízo a quo sequer analisou os fundamentos da petição inicial, tampouco os documentos de fls. 54, 59 e 60 que comprovam que o valor tomado como base de cálculo do auto de infração (fl. 48) NÃO FOI PAGO PELA REFAP À SKANSKA.

Logo, não há nota fiscal no valor do auto porque NÃO houve pagamento do tal valor!!! Portanto, não há que se falar em incidência de ISS sobre base de cálculo INEXISTENTE, razão pela



Alberto Pasqualini - Refap S/A

qual, deve ser reformada a sentença a fim de declarar nulo o lançamento objeto do auto de infração.

DO DIREITO

1. Da Ilegalidade Do Auto De Infração

Como exhaustivamente exposto acima, o Município/Apelado realizou uma leitura equivocada da documentação que lhe foi entregue voluntariamente pela REFAP e com base em Boletins de Medição lavrou auto de infração em face da Autora/Apelante. A sentença ignorou os fundamentos e documentos apresentados pela Demandante, julgando a ação improcedente em contrariedade com a prova dos autos (fls. 48, 54, 59, 60).

A gravidade do auto de infração vai muito além do valor do lançamento, pois há uma acusação expressa de que a REFAP realiza pagamentos de serviços prestados sem a emissão de nota fiscal pela empresa que recebe os valores. Ou seja, a importância da presente lide vai muito além do valor pecuniário cobrado, pois ataca a honra e imagem da empresa e de seus empregados, principalmente, da Gerência de Contabilidade.

A REFAP S.A. tem sido agraciada com diversos prêmios em reconhecimento à sua responsabilidade social, à excelência no relacionamento com o consumidor, à sua gestão ambiental e sobretudo, à seriedade das suas demonstrações contábeis. Segue abaixo uma demonstração exemplificativa (pois há inúmeros outros prêmios recebidos pela REFAP) dos referidos prêmios (certificados juntados às fls. 97/112):



- 1) Troféu Transparência - a REFAP S.A. foi a vencedora do XII Prêmio ANEFAC - FIECAFI - SERASA por estar entre as empresas mais transparentes do Brasil, pela clareza das suas demonstrações contábeis no exercício de 2007, conforme análise técnica desenvolvida e implantada pela FIECAFI - Fundação Instituto e Pesquisas Atuariais e Financeiras;
- 2) Prêmio Trajetória Exportadora Máster, nos anos de 2008 e 2009, reconhecendo que a REFAP S.A. está "entre as maiores empresas exportadoras do Rio Grande do Sul";
- 3) Prêmio Top Cidadania - 6ª edição, concedido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos Seccional Rio Grande do Sul - ABRH-RS, em 2006;
- 4) Prêmio "Grandes e Líderes" certificando a REFAP S.A. em 3º terceiro lugar entre as 100 maiores empresas do Rio Grande do Sul, em 2007;
- 5) Prêmio Reputação Corporativa - Amanhã, reconhecendo a REFAP S.A. como 6ª empresa de maior reputação do Rio Grande do Sul em 2009;
- 6) Prêmio Top de Marketing promovido pela ADVB, nas categorias "Segmento de Mercado - Indústria" e "Top Responsabilidade Social" em 2008.

Parece impossível acreditar que uma empresa do porte da REFAP aceitaria pagar serviços, sem nota fiscal, para "economizar" pouco mais de R\$ 10.000,00! É inaceitável a autuação imposta pelo Município e cancelada pela decisão recorrida a qual merece reforma, por medida de justiça.

Lembre-se que a REFAP recolhe o valor referente ao ISSQN na qualidade de substituta tributária, ou seja, nenhuma vantagem

REFAP

Alberto Pasqualini - Refap S/A

teria a REFAP em realizar o pagamento de serviços sem as retenções cabíveis.

E mais, a REFAP e seus empregados têm o dever de observar o Código de Ética do Sistema Petrobras (fl. 96), norma interna rigorosamente seguida por todos. Ora, pagar serviços sem a emissão da respectiva nota fiscal viola frontalmente o Código de Ética observado pela empresa e seus empregados.

No caso em tela, verifica-se que o auto de infração sequer indica qual o serviço que teria sido prestado e pago sem a emissão de nota fiscal, tampouco a sentença faz menção ao mesmo, pois o juízo a quo não analisou em momento algum os documentos juntados com a petição inicial, razão pela qual, a decisão de improcedência não se sustenta.

O ISSQN está previsto no art. 156, III da Constituição Federal e regulamentado anteriormente pelo Decreto-Lei 406/68 e, atualmente, pela Lei Complementar 116/2003.

Partindo dos diplomas legais acima, o Município de Canoas regulamenta o ISSQN através da Lei Municipal nº 4818/2003 que traz a lista dos serviços em que há incidência do referido tributo.

Ocorre que o auto de infração sequer indica qual serviço foi prestado e pago sem nota fiscal, tampouco a sentença aborda tal questão. O ISSQN apenas incide quando houver fato gerador consubstanciado na realização de um serviço descrito na Legislação acima mencionada. No caso em tela, sequer há menção de qual teria sido o serviço prestado que, supostamente, a REFAP teria pago, sem a emissão da nota fiscal.

Ora, padece de vício insanável o auto de infração objeto da presente ação, razão pela qual, deve ser anulado e reformada a sentença que julgou a ação improcedente.

Alberto Pasqualini – REFAP S.A.

Av. Getúlio Vargas, 11.001 - Tels.: (51) 3415-2031

CEP: 92420-221 Canoas - RS - Brasil

CNPJ: 04.207.640/0001-28 - IE: 024/0311698



Alberto Pasqualini - Refap S/A

A ilegalidade consiste no lançamento fiscal realizado de ofício por parte do Município sem que tenha ocorrido o fato gerador.

Importante transcrever o seguinte dispositivo do Código Tributário Nacional:

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível. (g.n.)

Conforme acima exposto, não houve o fato gerador, razão pela qual, não pode subsistir o lançamento, devendo ser reformada a decisão recorrida.

DO EFEITO SUSPENSIVO - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO

A Apelante ajuizou ação visando à declaração de nulidade de auto de infração, conforme exposto acima. A sentença julgou improcedente a demanda, decisão que merece reforma ante ao exposto anteriormente.

Porém, a Apelante realizou o depósito judicial do valor integral do auto de infração em 06.01.2010 (fl. 116). Logo, há de ser suspensa a exigibilidade do crédito por haver depósito judicial do valor do auto de infração, na forma prevista no art. 151 do Código Tributário Nacional:

"Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

(...)

II- o depósito do seu montante integral;"

O Superior Tribunal de Justiça, inclusive, já sumulou a questão.

Súmula 112. O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.

Portanto, requer seja deferido o pedido de suspensão da exigibilidade do crédito tributário com fundamento no art. 151, II do CTN, Súmula 112 do STJ e art. 273 do CPC.

Art. 273 - O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, **desde que**, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou

II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

Verifica-se que os requisitos básicos do caput do art. 273 são: "prova inequívoca" e "verossimilhança das alegações" os quais devem ser acrescidos de um dos incisos subsequentes.

1. Da Prova Inequívoca

Consoante o art. 273, caput, a concessão de tutela antecipada exige **prova inequívoca**, além da **verossimilhança da alegação**.

A lei processual é peremptória ao exigir a prova inequívoca para o convencimento do juízo e que, no ensinamento de Teori Albino



Alberto Pasqualini - Refap S/A

Zavascki,¹ exige certeza quanto à verdade dos fatos. Diz ele (grifamos):

"(...) Em outras palavras: diferentemente do que ocorre no processo cautelar (onde há juízo de plausibilidade quanto ao direito e de probabilidade quanto aos fatos alegados), a antecipação de tutela de mérito, que decorre da (relativa) certeza quanto à verdade dos fatos. **Sob este aspecto, não há como deixar de verificar os pressupostos da antecipação de tutela de mérito, do art. 273, com os da liminar em mandado de segurança: nos dois casos, além da relevância dos fundamentos (de direito), supõe-se provada nos autos a matéria fática.**"

Assim também ensina Kazuo Watanabe²:

"O juízo fundado em prova inequívoca, em prova que convença bastante, que não apresente dubiedade, é seguramente mais intenso que o juízo assentado em simples 'fumaça', que somente permite a visualização de mera silhueta ou contorno sombreado de um direito. Está nesse requisito uma medida de salvaguarda, que se contrapõe à ampliação da tutela antecipatória para todo e qualquer processo de conhecimento."

A prova inequívoca está nos autos, pois os documentos de fls. 48, 54, 59, 60 comprovam a inocorrência do fato gerador, e o documento de fl. 116 comprova a realização do Depósito do valor integral do crédito tributário.

Como visto, os fatos estão provados documentalmente, sem necessidade de outro meio de prova, razão pela qual, resta

¹ In Antecipação de Tutela, 3ª ed., p. 76.

² In Reforma do CPC, 1996, p. 33/34



Alberto Pasqualini - Refap S/A

observado o requisito da "prova inequívoca" constante do art. 273 do Código de Processo Civil.

2. Da verossimilhança das alegações

Como a tutela antecipada possui caráter **satisfativo**, o legislador condicionou sua concessão ao procedimento de pressupostos de ordem probatória ("prova inequívoca"), não bastando a mera aparência de bom direito (*fumus boni iuris*), como ocorre nas medidas cautelares, que têm caráter meramente preventivo, deve haver verossimilhança das alegações.

No caso em tela, havendo prova inequívoca, como acima exposto, verifica-se que a verossimilhança das alegações consubstancia-se, basicamente, no seguinte:

1) Há previsão legal - o art. 151 do Código Tributário Nacional

"Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

II- o depósito do seu montante integral;

2) O Superior Tribunal de Justiça já sumulou a questão da suspensão da exigibilidade do crédito tributário quando houver depósito judicial em dinheiro.

Súmula 112. O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.

3) Os documentos juntados com a inicial comprovam a inoccorrência do fato gerador o que exclui o lançamento e comprova a nulidade do auto de infração objeto da lide.



Logo, evidente está a existência dos requisitos constantes do caput do art. 273 do CPC para que seja deferida a antecipação de tutela a fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário.

3. Existência de dano irreparável ou de difícil reparação e do Prejulgamento da causa

Atendidos os requisitos do caput do art. 273 do CPC, passa-se à análise dos incisos I ou II (alternativos).

Art. 273 - O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, **desde que, existindo prova inequívoca**, se convença da verossimilhança da alegação **E**:

I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; **ou**

II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

Logo, para a antecipação da tutela, é necessário que haja prova inequívoca, verossimilhança das alegações e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Não será abordado o inciso II, pois não vem ao caso.

CANDIDO RANGEL DINAMARCO³, com a precisão que lhe é peculiar, assim se manifesta:

O novo art. 273 do Código de Processo Civil, com a consciência de estar instituindo uma arma contra os males que o tempo pode causar aos direitos e aos seus titulares, figura duas situações indesejáveis a serem debeladas mediante a antecipação da tutela. A primeira delas sugere o requisito do periculum in mora, ordinariamente posto em relação à tutela

³ A Reforma do Código de Processo Civil, 3ª edição, p. 147



Alberto Pasqualini - Refap S/A

cautelar. Reside no "fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação" (art. 273, inc. I). As realidades angustiosas que o processo revela impõem que esse dano assim temido não se limite aos casos em que o direito possa perder a possibilidade de realizar-se, pois os riscos dessa ordem são satisfatoriamente neutralizados pelas medidas cautelares. (...)

No juízo equilibrado a ser feito para evitar a transferência para o réu dos problemas do autor, o juiz levará em conta o modo como a medida poderá atingir a esfera de direitos daquele, porque não lhe é lícito despir um santo para vestir outro.

No caso em tela, parece óbvio haver "fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação" haja vista as consequências de uma empresa ter contra si uma certidão positiva de débitos fiscais.

Enquanto perdurar a discussão judicial sobre a legalidade ou não da cobrança, NÃO PODE ESTA COMPANHIA SER PENALIZADA COM O IMPEDIMENTO DA CONTINUIDADE DO NEGÓCIO PELA INSCRIÇÃO DE TAL DÉBITO EM DÍVIDA ATIVA E, CONSEQÜENTEMENTE, COM A NEGATIVA DE EXPEDIÇÃO DA CND.

Lembre-se que a REFAP necessita apresentar CND para ter acesso a contratos de importação, exportação e financiamentos que garantem sua permanência no mercado. Atividade essa, aliás, que é responsável, sozinha, por grande parte da arrecadação municipal e que agora, contraditoriamente, o Município quer fazer cessar. Ou pior, pretende com esse tipo de expediente, forçar a refinaria a pagar tributo que entende indevido.

A REFAP, por exemplo, utiliza, frequentemente, financiamentos junto ao BNDES (fls. 43/47), que exige sempre certidões negativas em todas as esferas, inclusive Municipal.

COM UMA CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS FISCAIS, ESTA COMPANHIA RESTARÁ IMPEDIDA não só DE CONTRAIR EMPRÉSTIMOS, QUE SÃO



Alberto Pasqualini - Refap S/A

FUNDAMENTAIS AO GIRO DO NEGÓCIO. Além disso, há o risco de ter sua licença cassada pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, nos termos da Portaria ANP 28/99 item B2 do Anexo (fls. 33/42). Sequer os investimentos de ampliação da refinaria poderão ter seguimento sem a licença da ANP, o que requer regularidade fiscal inclusive perante a Fazenda Municipal.

E POR ÓBVIO QUE AQUI NÃO SE ESTÁ A TRATAR DE INADIMPLEMENTO FISCAL, MAS SIM DE DISCUSSÃO SOBRE A OCORRÊNCIA OU NÃO DE FATO GERADOR.

Saliente-se que foi realizado depósito da integralidade do valor do crédito tributário afastando qualquer possibilidade de inadimplência em razão da garantia em juízo feita em dinheiro.

Além disso, qualquer estatal somente pode negociar com outra empresa - estatal ou não - que esteja de posse de Certidões Negativas de Débito, HAVENDO IMPEDIMENTO LEGAL DE FECHAR QUALQUER TIPO DE CONTRATO ANTE A EXISTÊNCIA DE UMA POSITIVAÇÃO.

Este é o caso, por exemplo, da BR Distribuidora, a maior cliente da REFAP, que deixará de adquirir combustível desta refinaria, com o conseqüente perigo de desabastecimento do Estado, sem falar na repercussão negativa de recolhimento dos tributos estaduais incidentes sobre esse tipo de operação.

E ESSE SERÁ O RESULTADO, ACASO NÃO HAJA A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO E A VEDAÇÃO DA INSCRIÇÃO DA REFAP EM DÍVIDA ATIVA.

Daí porque a suspensão da exigibilidade do crédito tributário é medida que se impõe sob pena de prejuízos irreparáveis aos negócios da Companhia e ao seu bom nome, COM POSSÍVEL REPERCUSSÃO PARA O ABASTECIMENTO DO ESTADO.

Assim, ante o acima expendido, e presentes os requisitos pertinentes à antecipação de tutela, é imperativo que seja suspenso o crédito tributário em litígio, sob pena de dano



Alberto Pasqualini - Refap S/A

irreparável - *in re ipsa* -, ao bom nome da REFAP, e aos seus negócios de refino de petróleo.


DO PEDIDO

ANTE O EXPOSTO, a Apelante REQUER seja recebido no duplo efeito o presente recurso de Apelação, processado e ao final, seja-lhe dado provimento a fim de reformar a sentença recorrida, julgando procedentes todos os pedidos deduzidos na petição inicial, pronunciando-se acerca da violação dos dispositivos legais mencionados neste recurso, desde já pré-questionados.

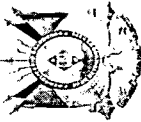
Requer, ainda, seja deferida a antecipação de tutela para o fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário até o julgamento trânsito em julgado da ação.

Pede Deferimento.

Canoas, 20 de julho de 2011.


Candice V. Fattori de Almeida

OAB/RS 53.974



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
GUIA ÚNICA DE CUSTAS

Contadoria da Comarca de Canoas

Nº da Guia
008.11/0019712

Data de Emissão
12/07/2011

Processo: 008/1.09.0024991-7
Requerente: Alberto Pasqualini Refap S A
Requerido: Município de Canoas
Natureza: Anulatória
Pagante: Alberto Pasqualini - Refap SA

Valor Ação: R\$ 11.702,87 na propositura (571.4292 URC)

URC atual: 22,3900
UPF atual: 12,1900

Via Poder Judiciário

TABELA
J.3[10]..... Conta de custas
I.19.1[5].... Apelação cível (1ºGrau)
C.1[5]..... Apelação (2ºGrau)
PP.REC.1..... Porte Postal de envio e retorno de Recurso

DESPESA
VALOR
13,90 0,6500 URC
44,80 2,0000 URC
44,80 2,0000 URC
30,76 30,7600 R\$

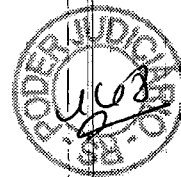
>>> Custas apuradas na proporção de 100%
R\$ 134,26 TOTAL: 134,26

008112679 246 00359813072011 *****134-268

267



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



008/1.09.0024991-7 (CNJ:.0249911-02.2009.8.21.0008)

Recebo, no duplo efeito, a apelação interposta na fl. 150.
Intime-se a parte apelada para, querendo, contrarrazoar, no
prazo legal.

Vista ao Ministério Público.

Após, sem necessidade de nova conclusão, subam os
autos ao Tribunal de Justiça do Estado.

Em 06/09/2011

Marise Moreira Bortowski,
Pretora.

	<p>Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por: Signatário: MARISE MOREIRA BORTOWSKI Nº de Série do certificado: 7EC1AE5E20AEBC059C60C5CF3101295 Data e hora da assinatura: 08/09/2011 16:51:29</p> <p>Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/site/servicos/verificacao_da_autenticidade_de_documentos/ e digite o seguinte número verificador: 008109002499170082011385819</p>
--	---

Número Verificador: 008109002499170082011385819

008/1.09.0024991-7 (CNJ:.0249911-02.2009.8.21.0008)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



169

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº 1167/2011, expedida em 09 de setembro de 2011, foi disponibilizada na edição nº 4667 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 12/09/2011, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

008/1.09.0024991-7 (CNJ 0249911-
02.2009.8.21.0008) - Alberto Pasqualini
Refap S A (pp. Candice Vanessa Fattori)
X Município de Canoas (pp. Alexandre
Balestrin Bujes e Lisete Picoli Fortes).
Recebo, no duplo efeito, a apelação interposta
na fl. 150. Intime-se a parte apelada para,
querendo, contrarrazoar, no prazo legal. Vista
ao Ministério Público. Após, sem necessidade
de nova conclusão, subam os autos ao Tribunal
de Justiça do Estado.

Canoas,

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

aklaus
66-10

770

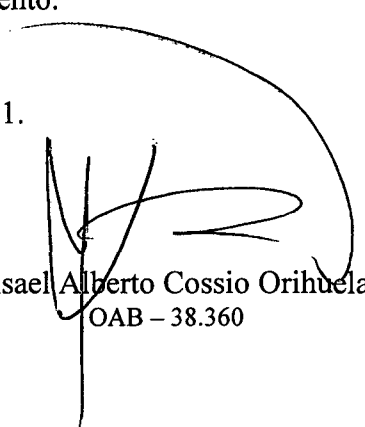
Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível de Canoas - RS

Processo n. 008/1.09.0024991-7

MUNICÍPIO DE CANOAS, ente jurídico de direito público interno, com sede na rua Ipiranga, 123, Canoas, por seu procurador firmatário, instrumento de mandato incluso, vem mui respeitosamente, nos autos da APELAÇÃO interposta por ALBERTO PASQUALINI RAFAP SA, para apresentar suas CONTRARRAZÕES, requerendo que V. Exa. se digne, uma vez processadas, determinar sejam remetidas à instância Superior.

Termos em que espera deferimento.

Canoas, 23 de setembro de 2011.


Misael Alberto Cossio Orihuela
OAB - 38.360

777

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO

Processo n. 008/1.09.0024991-7
Apelante: Alberto Pasqualini Refap SA
Apelado: Município de Canoas
Vara de Origem: 5ª Vara Cível

COLEND A CÂMARA

Eméritos Julgadores, merece, totalmente, por seus próprios fundamentos ser mantida a decisão do Primeiro Grau, que julgou improcedente a presente Ação promovida pela ora apelante.

A apelante, inconformada, tratando de reverter essa decisão faz alegações que não têm força jurídica para afastar a justeza e legalidade da sentença.

Na parte dos fatos da sua apelação, a apelante alega que o Boletim de Medição não é documento próprio de cobrança, não é nota fiscal, querendo dizer com isso que sem nota fiscal não poderia ter sido lavrado o auto de infração em questão.

Na parte do direito da sua apelação, a apelante alega a ilegalidade do auto de infração, pois o fisco teria lavrado o auto de infração com base em Boletins de Medição dos serviços, não com base em notas fiscais.

Errada a apelante, pois segundo a legislação municipal, conforme se argumentou na contestação à qual o Município, parte apelada, remete-se, não é necessária a existência da nota fiscal para verificar-se a existência do serviço. Isso porque os Boletins de Medição são precisamente de medição de serviço, ou seja, houve serviços e esses serviços foram medidos pelos Boletins de Medição. Uma vez que houve serviços que foram medidos, verifica-se a existência de prestação de serviços, portanto, devido é o ISSQN, independente de emissão de nota fiscal.

172

Foi isso que constatou a sentença, que afirma que a emissão de nota fiscal não é requisito indispensável para a constituição do auto de infração.

De observar-se também que o Auto de Infração que nos ocupa foi emitido com base nos documentos apresentados pela ora apelante. Enfatize-se que no atendimento à solicitação de documentos para iniciar o processo de auditoria fiscal foi entregue à fiscalização o razão contábil integrado ao controle financeiro da apelante.

É sabido que os registros contábeis de qualquer empresa devem demonstrar os fatos ocorridos em seu patrimônio com o máximo de detalhamento possível para que transmitam confiabilidade. Observando os lançamentos constantes do Razão Analítico de Fornecedores da REPAP, ora apelante, a fiscalização percebeu que para cada valor lançado como crédito (que seria o valor das medições dos serviços efetuados (BMs) – conforme informação da própria autora) também existe um valor igual lançado como Débito (que seria o efetivo pagamento para a empresa fornecedora (NFs).

Noutra parte da sua apelação, a apelante pretende a suspensão da exigibilidade do crédito, alegando que teria feito depósito integral do crédito.

Descabe esse pedido.

A apelante alega que depositou o valor integral, mas não é verdade. Como ela mesma refere, a Súmula 112 do STJ diz:

Súmula 112. O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro. (grifo nosso).

Depósito integral, como é bem sabido, é depósito com correção monetária e juros, ou, no mínimo, com correção monetária. A apelante, no entanto, não demonstra que tenha depositado o valor integral do auto de infração, isto, é com correção monetária e juros. Ela depositou apenas o valor histórico.

Observe-se: o Auto de Infração n. 37/2008, fl. 48, é de junho de 2008. Seu valor é de R\$.11.702,87. Já o depósito realizado, fl. 116, em 06.01.2010, mais de um (01) ano depois, é de R\$11.702,87, ou seja, o mesmo valor.

A apelada, então, não depositou o valor com, no mínimo, correção monetária. Não há, assim, o depósito integral que alega.

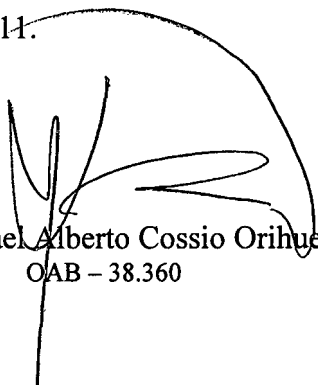
173

Assim, por tudo isso, o Auto de Infração em tela foi devidamente constituído, em conformidade com a legislação.

Diante de todo o exposto, e remetendo-se à sua peça de contestação, requer (1) seja mantida a sentença ora recorrida, por estar adequada à constituição e à lei, (2) não seja deferido o pedido de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, fazendo-se, assim, justiça.

Pede deferimento.

Canoas, 23 de setembro de 2011.



Misael Alberto Cossio Orihuela
OAB - 38.360

LIVRO Nº 853
DE PROCURAÇÕES

FOLHA Nº 057

1º TABELIONATO DE NOTAS DE CANOAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TRASLADO

PROCURAÇÃO BASTANTE que faz MUNICÍPIO DE CANOAS, inscrito no CNPJ/ME sob número 88.577.416/0001-18, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Jairo Jorge da Silva, brasileiro jornalista, residente e domiciliado nesta cidade, SAIBAM todos quantos este público instrumento de mandato virem que, aos cinco (05) dias do mês de agosto do ano dois mil e dez (2010), nesta cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, onde chamado compareci na Prefeitura Municipal, onde encontrei-me com seu representante, já qualificado, identificado por mim, Tabelião Substituto, através do documento de identidade apresentado, e de cuja capacidade jurídica para o ato dou fé. Então, pelo representante foi dito que nomeia e constitui bastante procuradores para agirem em conjunto ou separadamente ADRIANA DEL CUETO CORNELIUS, advogada inscrita na OAB - RS sob número 31.220, ALEXANDRA BIANCA BLUM COELHO, advogada inscrita na OAB - RS sob número 65.090, ALEXANDRE BALESTRIN BUJES, advogado inscrito na OAB - RS sob número 52.259, ALOISIO ZIMMER JUNIOR, advogado inscrito na OAB - RS sob número 42.306, CRISTINA SANTOS TIETBOHL, advogada inscrita na OAB - RS sob número 46.986, ELBIO LUCENA PEREIRA, advogado inscrito na OAB - RS sob número 29.306, IONARA LEMOS DE SIQUEIRA, advogada inscrita na OAB/RS número 65.159, MARCIA APARECIDA PAIM ADAMI, advogada inscrita na OAB - RS sob número 7.216, MARCUS VINICIUS DELLAVALLE DUTRA, advogado inscrito na OAB - RS sob número 49.214, MATUSALÉM FELIPE MORALES, advogado inscrito na OAB - RS sob número 47.785, MISAEL ALBERTO COSSIO ORIHUELA, advogado inscrito na OAB - RS sob número 38.360, PATRICIA DITTRICH, advogada inscrita na OAB - RS sob número 64.273, PATRICIA LEANDRO SANTOS, advogada inscrita na OAB - RS sob número 60.498, REGINA MURADAS SILVEIRA, advogada inscrita na OAB - RS sob número 26.384, ROBSON CARVALHO RODRIGUES, advogado inscrito na OAB - RS sob número 79.297, e TATIANA ANTUNES CARPTE, advogada inscrita na OAB - RS sob número 47.024, residentes e domiciliados nesta cidade, para o fim especial de representá-la

EDUARDO ANTACK
Tabelião

Autenticação
Eduardo Antack
Pós-Graduado em Direito
OAB/RS nº 10.000.006.3432
Canoas, 10 de agosto de 2010
Emol: R\$ 2,50 + Selo digital R\$ 0,20 = R\$ 2,70

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

AI 0154810

100107813-0

em qualquer juízo, instância, tribunal ou fora deles, bem como perante quaisquer órgãos ou repartições públicas, conferindo-lhes os poderes para o Foro em Geral, cláusula "ad judicium et extra", mais os poderes especiais de transigir, desistir, insistir, acordar, discordar, interpor recursos, variar de ação, receber e dar quitação, assinar recibos, firmar compromissos, inclusive substabelecer, praticar, enfim, todos os atos necessários e em direito permitidos para o bom e fiel desempenho do presente mandato. Disse ainda o representante da outorgante, que revoga a procuração lavrada nestas notas no Livro 8311 folhas 174 de 11.09.2009, ficando a partir desta data, sem nenhum efeito e vigor. ASSIM o disse e me pediu este instrumento que lhe li, achou conforme, aceitou, outorgou e assinou. Eu, LUIZ CARLOS BALSON GODINHO, Tabelião Substituto, a fiz lavrar, dou fé, e assino.

Emolumentos: R\$ 42,10 + R\$ 0,70 = R\$ 42,80
 (0099.04.0800002.09974 = R\$ 0,50;
 0099.01.1000006.29092 = R\$ 0,20). Certifico que o ato está assinado pelas partes e pelo servidor na forma acima mencionada. NADA MAIS CONSTAVA. Traslada nesta data.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

CANOAS, 5 DE AGOSTO DE 2010.

LUIZ CARLOS BALSON GODINHO
 Tabelião Substituto



Tabelião: 1º Tabelionato de Canoas - RS
 Eduardo Antpack Rua Gonçalves Dias, 66 - CEP 92010-050 - Fone: (51) 3472-5344

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica extraída nestas notas a qual confere com o original. Dou fé. Selo: 0099.01.1000006.34341

Canoas, 10 de agosto de 2010
 Emol: R\$ 2,60 + Selo digital: R\$ 0,20, 22.

VALIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS



Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE CANOAS

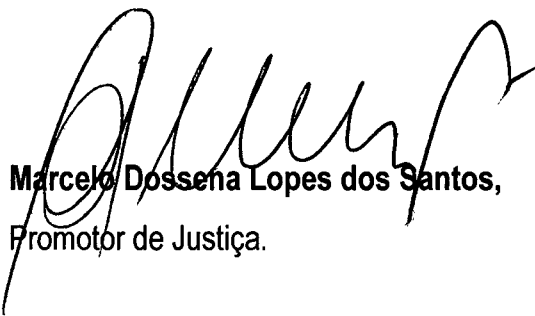
COMARCA DE CANOAS
5ª VARA CÍVEL
PROCESSO: 008/1.09.0024991-7

PROMOÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MM. Juiz:

O Ministério Público reitera os termos da manifestação
lançada na fl. 145/146.

Canoas, 03 de outubro de 2011.


Marcelo Dossena Lopes dos Santos,
Promotor de Justiça.

REMESSA

**Nesta data faço remessa destes autos a(o)
Tribunal de Justiça**

Em 03 de outubro de 2011.

A servidora:





DEPARTAMENTO PROCESSUAL - SEÇÃO CÍVEL

1KAP

176

TERMO DE RECEBIMENTO E INDIVIDUALIZAÇÃO

Na data infra, estes autos foram recebidos, registrados e a seguir distribuídos por processamento eletrônico, na forma das normas regimentais e do demonstrativo abaixo discriminado:

Processo : 70045621885 70045621885
Matéria : CÍVEL CNJ: 494982-48.2011.8.21.7000
Classe : APELACAO
Subclasse: DIREITO TRIBUTARIO
Ass.Princ: DIREITO TRIBUTARIO/IMPOSTOS
==> INTERVENÇÃO DO MP

DADOS DO PRIMEIRO GRAU

Processo : 10900249917
Comarca : CANOAS - 5.VARA CIVEL
Classe : PROCESSO DE CONHECIM
Juiz : Dr(a) MARISE MOREIRA BORTOWSKI
Folha Sentença: 147 Data Sentença: 05/07/2011
Propositura : 04/01/2010 Valor da ação: 11.702,00
Volume(s): 1 Folha(s): 175 Apenso(s): 0 Guia Preparo: 0

PARTES

APELANTE

ALBERTO PASQUALINI REFAP S A

ADV(S) . CANDICE VANESSA FATTORI DE ALMEIDA(RS53974)

APELADO(A)

MUNICIPIO DE CANOAS

ADV(S) . ALEXANDRE BALESTRIN BUJES(RS52259)

PATRICIA DE SOUZA LEANDRO(RS60498)

DISTRIBUIÇÃO

22. CAMARA CIVEL

Data: 14/10/2011

Relator: Exma DESA DENISE OLIVEIRA CEZAR

Tipo: SORTEIO

Remessa a 22. CAMARA CIVEL

Recebido em / /

RECEBIMENTO E CONCLUSÃO

Nesta data, os autos foram recebidos e a seguir distribuídos por processamento eletrônico, na forma das normas regimentais e do demonstrativo abaixo discriminado:

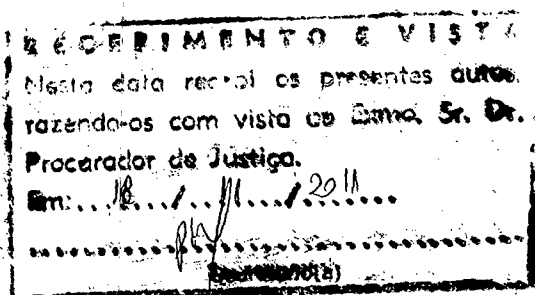
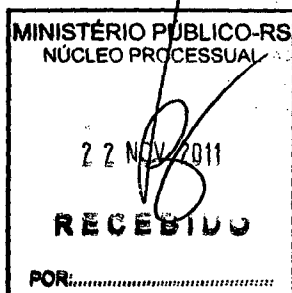
Relator

Em

18/10

2011

Secretaria





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

137
/

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
22ª CÂMARA CÍVEL**

Apelação Cível nº 70045621885
Origem: Canoas

Apelante: ALBERTO PASQUALINI - REFAP SA.

Apelado: MUNICÍPIO DE CANOAS

Relatora: DESa. DENISE OLIVEIRA CEZAR

MANIFESTAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO
Procuradora de Justiça: SIMONE MARIANO DA ROCHA

Colenda Câmara:

Trata-se de apelação interposta por ALBERTO PASQUALINI - REFAP SA, contra sentença proferida em demanda de rito ordinário que move em face do MUNICÍPIO DE CANOAS, julgada improcedente para rejeitar o pedido de declaração de nulidade de auto de lançamento de ISSQN e a consequente desconstituição do crédito tributário correspondente (fls.147/148).

Apelou a companhia sustentando a nulidade do lançamento efetuado pelo fisco municipal, conforme o auto de infração referente ao "BM nº 077921-000000886202703500". Explicou que a sigla "BM" refere-se a "Boletim de Medição", que seria o documento que apura o andamento da execução do contrato, indicando o valor a ser pago pelo serviço realizado, ou seja, não é o documento próprio para a cobrança porquanto não se confunde com a Nota Fiscal. Afirmou que a existência do BM, documento interno, não indica, obrigatoriamente, que tenha

Apelação Cível nº 70045621885
NLPM



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

havido o pagamento, do que injurídica a exigência fiscal. Postulou o provimento do apelo para a reforma da sentença e o acolhimento do pedido (fls. 150/166).

Recurso preparado adequadamente (fl. 167).

O apelo foi recebido em ambos os efeitos (fl. 168).

Foram ofertadas contrarrazões (fls. 170/173).

Vieram os autos ao Ministério Público.

Relatei.

Adequadamente manejado, é de conhecer do recurso, que comporta provimento.

Isso porque, a existência de medição, ou de “Boletim de Medição” não pode ser confundido com a competente Nota Fiscal que efetivamente seja referente à efetiva prestação de serviço e, pois, documento apto à exigência do ISSQN.

Com efeito, não há nos autos qualquer comprovante de pagamento pelos serviços em análise, pela recorrente, à empresa “Skanska”, conforme se depreende da análise dos documentos das fls. 54, 59 e 60.

Tanto que o auto de infração não refere sequer qual ou quais os serviços efetivamente prestados, omissão que se mantém nas contrarrazões ofertadas pela municipalidade, atestando a fragilidade do lançamento.

Cumprе referir que a prestação de serviço somente se constituiu em fato gerador do ISSQN se enquadrada no taxativo rol da Lei Complementar nº 116/2003.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Nesse sentido, a omissão já referida assume máximo relevo, não podendo o Fisco Municipal pressupor que determinada medição implique pagamento sem a competente Nota Fiscal e o recolhimento do ISSQN pertinente.

Assim, até a aprovação do boletim de medição correlato às atividades realizadas há uma mera suposição do quantitativo do serviço prestado, o que não é suficiente para conferir base de cálculo ao tributo devido.

Portanto, é de prover.

Isso posto, opina o Ministério Público pelo conhecimento do recurso e o **PROVIMENTO** do apelo, com o acolhimento integral do pedido.

Porto Alegre, 19 de dezembro de 2011.


SIMONE MARIANO DA ROCHA
Procuradora de Justiça.



Certifico que os presentes autos aguardarão decurso de férias concedidas a Excelentíssima Senhora Desembargadora DENISE OLIVEIRA CEZAR, compreendidas no período de 13 a 22 de dezembro de 2011. Dou fé.

Porto Alegre, 22 / 12 / 2011


P/ Secretário de Câmara.

Faço conclusos os presentes autos a Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora.

Porto Alegre, 26.12.2011.


P/ Secretário de Câmara.



DOC
Nº 70045621885
2011/CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL

VIGÉSIMA SEGUNDA CÂMARA
CÍVEL
COMARCA DE CANOAS

ALBERTO PASQUALINI REFAP S/A

APELANTE

MUNICÍPIO DE CANOAS

APELADO

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto por ALBERTO PASQUALINI REFAP S/A, em face da sentença (fls. 147-8v.) que julgou improcedente a ação anulatória de débito fiscal que move em face do MUNICÍPIO DE CANOAS, na qual busca, em sede de liminar, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e da inscrição em dívida ativa ou em cadastros de inadimplentes e, por fim, a declaração de nulidade do lançamento face à ausência de fato gerador, com a consequente desconstituição do crédito.

Em suas razões (fls. 150-66), repisa as assertivas defendidas no sentido de que o lançamento se exhibe nulo, porque a autuação foi procedida com base em documento interno que não indica, obrigatoriamente, a existência de pagamento, senão que apenas a medição, não sendo, portanto, próprio para cobrança. Argúi, também, que não consta qual serviço teria sido prestado e pago sem a emissão de nota fiscal, inexistindo, assim, prova de que o valor indicado restou efetivamente pago pela apelante, o que afasta a incidência da exação. Acrescenta que o montante alvo de discussão não se trata de faturamento, mas de simples ajuste contábil relativo à medição de serviços prestados no mês. Por fim, sustenta que os documentos das fls. 54, 59 e 60 comprovam que o valor tomado como base de cálculo do auto de infração não foi pago pela REFAP



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DOC
Nº 70045621885
2011/CÍVEL

à SKANSKA, não se podendo falar, portanto, em incidência de ISS face à inocorrência do fato gerador, o que exclui o lançamento e comprova a nulidade do auto de infração. Pugna pelo provimento do recurso, bem como pela suspensão da exigibilidade do crédito em face do depósito judicial do valor integral do auto de infração procedido em 06-10-2010.

Contrarrrazões às fls. 170-73.

A d. Procuradoria de Justiça, instada a se manifestar, lança parecer pelo conhecimento e provimento do recurso, com o acolhimento integral do pedido (fls. 177-78).

É o relatório.

À douta revisão.

Porto Alegre, 07 de novembro de 2012.

DES.^a DENISE OLIVEIRA CEZAR,
Relatora.

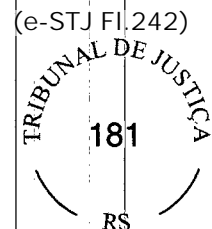
Vistos. Peço dia.

Em:.....//

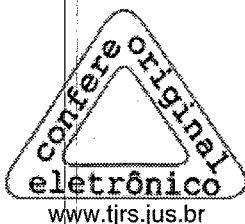
Des. Revisor.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DOC
Nº 70045621885
2011/CÍVEL



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
Signatário: DENISE OLIVEIRA CEZAR
Nº de Série do certificado: 50EC79446A28CBD82A0092A9F293DF3D
Data e hora da assinatura: 29/11/2012 17:49:54

Signatário: MARIA ISABEL DE AZEVEDO SOUZA
Nº de Série do certificado: 47257D9DD3563836
Data e hora da assinatura: 29/11/2012 17:54:18

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço
http://www.tjrs.jus.br/site_php/assinatura e digite o seguinte número verificador:
7004562188520122090701

Número Verificador: 7004562188520122090701



Vigésima Segunda Câmara Cível

Edital nº 16/2012

Diário da Justiça nº 4963 de 23 de novembro de 2012

Sessão de 29 de novembro de 2012

Artur Santiago Damazio

Secretário

263 - Processo 70045621885 (Nº CNJ: 0494982-48.2011.8.21.7000)

Apelação Cível / Direito Tributário

5.VARA CÍVEL CANOAS Comarca de Canoas

Juiz da Sentença: MARISE MOREIRA BORTOWSKI

Partes:

ALBERTO PASQUALINI REFAP S A
MUNICIPIO DE CANOAS

APELANTE
APELADO

Composição:

Des.^a Maria Isabel de Azevedo Souza
Des. Carlos Eduardo Zietlow Duro
Des.^a Denise Oliveira Cezar
Dr Julio Cesar da Silva Rocha Lopes

Revisor

Relator
Procurador

Decisão:

"À UNANIMIDADE, DERAM PROVIMENTO AO RECURSO."

Des.^a Maria Isabel de Azevedo Souza,
Presidente.

	<p>Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por: Signatário: MARIA ISABEL DE AZEVEDO SOUZA Nº de Série do certificado: 47257D9DD3563836 Data e hora da assinatura: 29/11/2012 17:50:21</p> <p>Signatário: ARTUR SANTIAGO DAMAZIO Nº de Série do certificado: 187FC99148FFDEF5AAE71B86E1EF2479 Data e hora da assinatura: 30/11/2012 15:38:58</p> <p>Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/site_php/assinatura e digite o seguinte número verificador: 7004562188520122272806</p>
--	--



DOC
Nº 70045621885
2011/CÍVEL

APELAÇÃO. DIREITO TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA. ISS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. AUTO DE LANÇAMENTO. AUSÊNCIA DE NULIDADE FORMAL. FATO GERADOR. INOCORRÊNCIA. AJUSTE CONTÁBIL EM BOLETIM DE MEDIÇÃO. DESCONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

Conquanto possível o lançamento do valor devido pelo contribuinte por meio de arbitramento, nos termos do art. 148 do CTN, e ainda que prescindível a emissão de nota fiscal para fins de constituição do crédito tributário, não há fato gerador a ampará-lo, porque o valor considerado pelo fisco não corresponde à prestação de serviço, mas a simples ajuste contábil.

RECURSO PROVIDO.

APELAÇÃO CÍVEL

**VIGÉSIMA SEGUNDA CÂMARA
CÍVEL**

Nº 70045621885

COMARCA DE CANOAS

ALBERTO PASQUALINI REFAP S/A

APELANTE

MUNICÍPIO DE CANOAS

APELADO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes da Vigésima Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em prover o recurso.

Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além da signatária, os eminentes Senhores **DES.ª MARIA ISABEL DE AZEVEDO SOUZA (PRESIDENTE E REVISORA) E DES. CARLOS EDUARDO ZIETLOW DURO.**

Porto Alegre, 29 de novembro de 2012.

DES.ª DENISE OLIVEIRA CEZAR,
Relatora.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DOC
Nº 70045621885
2011/CÍVEL

RELATÓRIO

DES.^a DENISE OLIVEIRA CEZAR (RELATORA)

Trata-se de recurso de apelação interposto por ALBERTO PASQUALINI REFAP S/A, em face da sentença (fls. 147-8v.) que julgou improcedente a ação anulatória de débito fiscal que move em face do MUNICÍPIO DE CANOAS, na qual busca, em sede de liminar, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e da inscrição em dívida ativa ou em cadastros de inadimplentes e, por fim, a declaração de nulidade do lançamento face à ausência de fato gerador, com a consequente desconstituição do crédito.

Em suas razões (fls. 150-66), repisa as assertivas defendidas no sentido de que o lançamento se exhibe nulo, porque a autuação foi procedida com base em documento interno que não indica, obrigatoriamente, a existência de pagamento, senão que apenas a medição, não sendo, portanto, próprio para cobrança. Argúi, também, que não consta qual serviço teria sido prestado e pago sem a emissão de nota fiscal, inexistindo, assim, prova de que o valor indicado restou efetivamente pago pela apelante, o que afasta a incidência da exação. Acrescenta que o montante alvo de discussão não se trata de faturamento, mas de simples ajuste contábil relativo à medição de serviços prestados no mês. Por fim, sustenta que os documentos das fls. 54, 59 e 60 comprovam que o valor tomado como base de cálculo do auto de infração não foi pago pela REFAP à SKANSKA, não se podendo falar, portanto, em incidência de ISS face à inoccorrência do fato gerador, o que exclui o lançamento e comprova a nulidade do auto de infração. Pugna pelo provimento do recurso, bem como pela suspensão da exigibilidade do crédito em face do depósito judicial do valor integral do auto de infração procedido em 06-10-2010.



DOC
Nº 70045621885
2011/CÍVEL

Contrarrazões às fls. 170-73.

A d. Procuradoria de Justiça, instada a se manifestar, lança parecer pelo conhecimento e provimento do recurso, com o acolhimento integral do pedido (fls. 177-78).

É o relatório.

VOTOS

DES.^a DENISE OLIVEIRA CEZAR (RELATORA)

Eminentes colegas.

Almeja a parte autora a declaração de nulidade do lançamento realizado por intermédio do auto de infração nº 37/2008, no qual o fisco municipal autuou a REFAP S/A porque supostamente teria deixado de recolher ISS, como substituta tributária, sobre boletim de medição referente à empresa Skanska Brasil Ltda., relativamente aos serviços de implantação de duas unidades recuperadoras de enxofre, infringindo, assim, o disposto no artigo 3º da LM nº 4.584/2001¹.

Segundo aduzido, além de inexistir qualquer indicação no auto de infração sobre qual serviço prestado estaria consubstanciado no fato gerador da exação, está-se diante de simples ajuste contábil relativo à medição de serviços prestados no mês, baseando-se a autuação municipal em documento interno, que não indica, obrigatoriamente, se houve o pagamento, mas apenas o andamento da execução do contrato e a

¹ Art. 3º. O imposto devido por substituição tributária deverá ser retido e recolhido pelo substituto tributário até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao de competência, ficando sujeito, a partir desta data, à incidência de juros e multa, na forma da legislação em vigor.

§ 1º A responsabilidade do substituto pelo pagamento do imposto independe de sua retenção ou do pagamento dos serviços.

§ 2º A substituição tributária prevista neste artigo não exclui a responsabilidade supletiva do prestador de serviço.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DOC
Nº 70045621885
2011/CÍVEL

medição, tanto que sequer houve a emissão de nota fiscal, o que o torna insubsistente.

Pois bem.

Primeiramente, tenho que inexistir irregularidade formal no auto de lançamento do ISS. Conforme salientado pelo juízo de origem, o documento (fls. 48-9) identifica o contribuinte, aponta a causa da autuação, o número do auto de infração e os valores neles lançados, sendo despidianda a descrição pormenorizada de toda a atividade fiscal. Basta, portanto, que o devedor tenha conhecimento das razões da autuação, do fato gerador e da base de cálculo.

Já a capitulação legal do fato gerador vem expressa no anexo do auto infracional, que faz alusão ao item 7.02 da Lei Municipal nº 4.818/03 e alterações, assim definido: *serviço de engenharia, suprimento, c&m, eletromecânica, testes, condicionamento, assist. pré-operação e a partida e operação assistida da UGH* (cópia à fl. 51).

De outra banda, no tocante à nota fiscal, a sua emissão é prescindível para fins de constituição do crédito tributário. Exemplo disso é a situação em que a obrigação pela retenção do imposto é atribuída ao contratante dos serviços (tomador) no caso de o contribuinte (prestador dos serviços) não emitir a nota fiscal de serviços ou documento equivalente.

Não se podendo olvidar, outrossim, nos termos da normatização supra aduzida, que a responsabilidade do substituto quanto ao recolhimento do imposto independe do pagamento dos serviços.

Ou, ainda, na hipótese de tributo não declarado, em que há omissão do contribuinte no cumprimento de sua obrigação tributária, possível ao fisco realizar a cobrança por arbitramento.



DOC

Nº 70045621885

2011/CÍVEL

O art. 148 do CTN prevê a possibilidade de arbitramento do valor do serviço, base de cálculo do tributo, em caso de omissão do contribuinte em declarar o imposto, assim dispondo:

Art. 148. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrar aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Nesse sentido, colaciono precedentes desta Corte:

APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO Nº 70029482684, VIGÉSIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: REJANE MARIA DIAS DE CASTRO BINS, JULGADO EM 20/05/2009.

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. DIREITO CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ISS. OPERAÇÕES DE LEASING. ARRENDAMENTO MERCANTIL. Entendimento sumulado do STJ, majoritário entre as Câmaras especializadas na matéria neste Tribunal de Justiça, no sentido de que há, no arrendamento mercantil (leasing), uma prestação de serviço, configurando fato gerador do ISS. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. Em que pese a literalidade da alínea a do art. 12 do Decreto-Lei nº 406/68, na redação anterior à Lei Complementar nº 116/03, a jurisprudência assentou-se no sentido de que o Município onde é prestado o serviço é o competente para exigir o ISS, por força da sistemática constitucional, que adota o critério da territorialidade para fixação da competência em matéria tributária. Jurisprudência do STJ. BASE DE CÁLCULO. **Não dispondo o Fisco dos contratos por ter a arrendadora funcionado em estabelecimento clandestino, mostra-se correta a utilização da técnica do arbitramento. Tendo em conta a presunção de legitimidade dos atos da Administração Pública, só podem os valores obtidos ser impugnados mediante prova técnica e não apenas mediante alegações.** MULTA FISCAL. Diante do seu caráter sancionatório, como obrigação acessória do crédito tributário, deve respeitar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. APELAÇÃO PROVIDA. REEXAME NECESSÁRIO PREJUDICADO. DEMANDA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. (grifei)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DOC
Nº 70045621885
2011/CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 70023856933, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS. RELATOR: ARNO WERLANG, JULGADO EM 11/03/2009.

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING). DECADÊNCIA. LC 56/87 E LC 116/03. INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO. ARBITRAMENTO DA BASE DE CÁLCULO. ARTIGO 148, DO CTN. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA. FATO GERADOR. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. IMPLEMENTAÇÃO DO CONTRATO. 1) A decadência, no caso de ISS não informado, nem recolhido, tem base legal no art. 173, inc. I, do CTN. 2) O arrendamento mercantil (leasing) não se confunde com a locação de bens móveis (locação pura), cuja incidência do ISS foi declarada inconstitucional pelo STF. A legislação, numa interpretação histórica (Leis Complementares 56/87 e 116/03), diferencia os dois institutos. 3) A base de cálculo do ISS no arrendamento mercantil corresponde ao valor total da contratação. 4) **No caso de omissão da arrendadora no fornecimento de documentos e havendo impugnação, porém, sem prova de abusividade dos valores arbitrados para o lançamento, prevalece o arbitramento.** 5) Compete ao município, no qual ocorre o fato gerador, ou seja, o local da prestação do serviço, onde o contrato é efetivamente realizado, cobrar o ISS. Precedentes do STJ e deste Tribunal de Justiça. RECURSO DO MUNICÍPIO DESPROVIDO À UNANIMIDADE. RECURSO DA DAIMLERCHRYSLER CD LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A E BANCO DAIMLERCHRYSLER S/A DESPROVIDO, POR MAIORIA. (grifei)

Desse modo, afigura-se possível o arbitramento da base de cálculo com base no valor referente ao boletim de medição dos serviços contratados, uma vez que o ente público não possuía outros meios para proceder ao lançamento que não por tal técnica.

Por outro lado, sustenta a empresa autora que o montante alvo de discussão não se trata de faturamento, mas de simples ajuste contábil relativo à medição de serviços prestados no mês. Consigna que o Boletim de Medição é o documento por meio do qual se apura o andamento da execução do contrato, indicando o valor a ser pago referente ao mês objeto da medição (item 6.2 do contrato à fl. 68v.), e, a partir dele, é emitido o documento para a cobrança.

No ponto, tenho que assiste razão à recorrente.



DOC
Nº 70045621885
2011/CÍVEL

A tese sustentada pela apelante de que houve o recolhimento da exação sobre o valor efetivamente pago ao fornecedor, após um ajuste contábil relativo à medição dos serviços prestados naquele mês, conforme nota fiscal de fatura de serviços à fl. 59, encontra respaldo nos documentos que instruem o feito.

Com efeito, levando-se em consideração os lançamentos constantes do documento denominado de "Razão Analítico de Fornecedores da REFAP" (cópias às fl. 60-1), possível identificar a existência de 03 lançamentos com relação ao BM 077921, dois realizados na data de 01.10.2003 e, o outro, na data de 30.10.2003.

Ainda, que a diferença dos dois primeiros (R\$ 1.134.560,14 – R\$ 141.075,53) resulta exatamente o valor do terceiro (de R\$ 993.484,61), que corresponde ao numerário efetivamente desembolsado e objeto da nota fiscal sobre o qual houve o recolhimento de ISS.

Destarte, conquanto inexistente irregularidade formal no auto de lançamento, não há fato gerador a ampará-lo, porque o valor considerado pelo fisco não corresponde à prestação de serviço, mas a simples ajuste de natureza contábil, devendo, assim, ser desconstituído o crédito tributário.

Assim, dou provimento ao apelo, ao efeito de julgar procedente a ação anulatória para desconstituir o crédito tributário. Tendo em vista a inversão da sucumbência, responderá o Município de Canoas pelo pagamento de custas de reembolso, bem como honorários advocatícios ao procurador da parte adversa fixados em R\$ 1.000,00.

Ante o exposto, voto pelo provimento do recurso.

DCF

DES.^a MARIA ISABEL DE AZEVEDO SOUZA (PRESIDENTE E REVISORA) - De acordo com o(a) Relator(a).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DOC
Nº 70045621885
2011/CÍVEL

DES. CARLOS EDUARDO ZIETLOW DURO - De acordo com o(a)
Relator(a).

DES.^a MARIA ISABEL DE AZEVEDO SOUZA - Presidente - Apelação Cível
nº 70045621885, Comarca de Canoas: "À UNANIMIDADE, DERAM
PROVIMENTO AO RECURSO."

Julgador(a) de 1º Grau: **MARISE MOREIRA BORTOWSKI**

	<p>Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por: Signatário: DENISE OLIVEIRA CEZAR Nº de Série do certificado: 50EC79446A28CBD82A0092A9F293DF3D Data e hora da assinatura: 29/11/2012 17:48:37</p> <p>Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/site_php/assinatura e digite o seguinte número verificador: 7004562188520122240222</p>
--	---



187

70045621885

C E R T I D ã O

CERTIFICO, para ciência das partes interessadas, que, em 5 de dezembro de 2012, foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico nº 4971 a Nota de Expediente nº 1348/2012, considerando-se como data da publicação o primeiro dia útil que se seguir, de conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. O Ato nº 04/2012-OE, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 26/09/2012, determinou a suspensão dos prazos processuais no período de 20/12/2012 a 20/01/2013.

70045621885 (CNJ:
494982-48.2011.8.21.7000) - DIREITO
TRIBUTARIO - 5.VARA CIVEL - CANOAS (8/
10900249917) - ALBERTO PASQUALINI REFAP
S A (ADV(S) CANDICE VANESSA FATTORI DE
ALMEIDA), APELANTE; MUNICIPIO DE CANOAS
(ADV(S) ALEXANDRE BALESTRIN BUJES,
PATRICIA DE SOUZA LEANDRO), APELADO(A).
"A UNANIMIDADE, DERAM PROVIMENTO AO
RECURSO."

Porto Alegre, 5 de dezembro de 2012.

p/ 
ARTUR SANTIAGO DAMAZIO,
Secretário.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



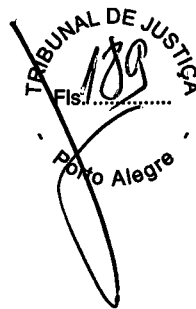
CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que os presentes autos foram retirados em carga pelo(a) Dr.(a) MISAEH ALBERTO COSSIO ORIHUELA, OAB/RS nº 38360, defensor da parte MON. CANOAS, no dia 12 / 12 / 12 sendo devolvidos à Secretaria, conforme registro em livro-carga, nesta data 23 / 01 / 2013.

p\ Secretário da 22ª Câmara Cível.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



70045621885

J U N T A D A

Faço juntada, nesta data, da(s) petição(ões) de protocolo, que segue(m).

Petição: 48495410 Data: 23/01/2013
Município de Canoas Interpondo
Recurso Especial .

Porto Alegre, 1 de abril de 2013.

Secretaria da 22. Câmara Cível

NG-1348-7
190

FORMULÁRIO PARA PROTOCOLO DE PETIÇÃO DE PROCESSO EM ANDAMENTO/ARQUIVADO NO TJ-RS

Processo Cível

Número:

70045621885

APELACAO

DIREITO TRIBUTARIO

Segredo de Justiça:

Não

Órgão Julgador:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - 22. CAMARA CIVEL

Relator:

DESA DENISE OLIVEIRA CEZAR

Data da distribuição:

14/10/2011

Nota de Expediente:

1348/2012

Partes:

Nome:

MUNICIPIO DE CANOAS (APELADO(A))

Advogado:

ALEXANDRE BALESTRIN BUJES

Nome:

ALBERTO PASQUALINI REFAP S A (APELANTE)

Advogado:

CANDICE VANESSA FATTORI DE ALMEIDA

Últimas Movimentações:

08/01/2013 AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO RS038360 NO DIA 12/12/2012

04/12/2012 ATO PUBLICADO NE 1348/2012 EM 06/12/12 DJ ELETRÔNICO 4971-7

Incidentes:

Solicito a inclusão da petição em anexo nos autos do processo indicado neste protocolo.

Porto Alegre, 23 de janeiro de 2013.

ATENÇÃO:

ESTE FORMULÁRIO, EM NENHUMA HIPÓTESE, EXCLUI A NECESSIDADE DA PETIÇÃO.

QUANDO SE TRATAR DE PETIÇÃO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À JUNTADA DE SUBSTABELECIMENTO O PROTOCOLO DEVERÁ SER EFETUADO DIRETAMENTE NA SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR EM QUE TRAMITA O PROCESSO, EXCETUANDO-SE OS QUE SE ENCONTRAREM NO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO, CUJO PROTOCOLO, ASSIM COMO DAS DEMAIS PETIÇÕES, PERMANECERÁ SENDO REALIZADO POR MEIO DO SERVIÇO DE PROTOCOLO DO DEPARTAMENTO PROCESSUAL.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Apelação Cível nº 70045621885

MUNICÍPIO DE CANOAS, já qualificado nos autos da Apelação Cível, número em epígrafe, em que figura como parte apelada, sendo a parte apelante **ALBERTO PASQUALINI - REFAP S/A**, vem a presença de Vossa Excelência, por seu procurador firmatário, com fundamento no artigo 105, inciso III, letra "a" da Constituição Federal e na forma do artigo 541 e seguintes do CPC, interpor

RECURSO ESPECIAL

Para o Egrégio **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, por não conformar-se com o venerando Acórdão de fls. 183/186 da Colenda 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, pois no entender do Município ora recorrente, o Acórdão, contrariou o art. 142 do Código Tributário Nacional, consoante razões cujos termos se seguem.

Isso posto, requer o processamento do recurso, remetendo-se os autos ao tribunal *ad quem*.

Deixa de efetuar o preparo por ser a Fazenda Pública o recorrente.

Pede deferimento.

Canoas, 15 de janeiro de 2013.

Misael Alberto Cossio Orihuela
OAB-38.360

PROTOCOLO
00484954 10

EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**Razões de Recurso Especial**

Recorrente: Município de Canoas
Recorrido: Alberto Pasqualini REFAP S/A
Processo de Origem: nº 70045621885 – 22ª Câmara Cível

COLENDO TRIBUNAL**Do Cabimento do Recurso Especial**

O presente recurso especial é interposto vez que, no entendimento do recorrente, o acórdão recorrido contrariou art. 142 do Código Tributário Nacional. A interposição de recurso especial pressupõe, conforme dispõe o art. 105, III, "a" da Carta Magna, que a decisão recorrida tenha contrariado tratado ou lei federal, que é o caso.

Dos fatos

O recorrido ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal com pedido de tutela antecipada, pretendendo ver anulado o Auto de Infração 37/2008 de fls. 48/51. Na sentença que apreciou o pedido houve improcedência, entendendo o julgador de primeiro grau que foram atendidos os requisitos do art. 142 do CTN, não exigindo esse dispositivo Nota Fiscal para apurar-se o valor do imposto devido.

Inconformado, o recorrido apelou, oportunidade em que, contrariando-se o Código Tributário Nacional, art. 142, obteve provimento ao seu recurso, sob o argumento incabível de que o valor de R\$141.075,53 do BM077921000008662202703500 é um ajuste contábil, e o Boletim de Medição de Serviços mencionado não seria nota fiscal, bem como o valor expresso nesse documento não corresponderia à prestação de serviço.

No entender do Município, então, o Acórdão ora recorrido contrariou o art. 142 do CTN, como se verá a seguir.

193

Da contrariedade ao artigo 142 do CTN

O Acórdão ora atacado está assim ementado:

APELAÇÃO. DIREITO TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA. ISS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. AUTO DE LANÇAMENTO. AUSÊNCIA DE NULIDADE FORMAL. FATO GERADOR. INOCORRÊNCIA. AJUSTE CONTÁBIL EM BOLETIM DE MEDIÇÃO. DESCONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

Conquanto possível o lançamento do valor devido pelo contribuinte por meio de arbitramento, nos termos do art. 148 do CTN, e ainda que prescindível a emissão de nota fiscal para fins de constituição do crédito tributário, não há fato gerador a ampará-lo, porque o valor considerado pelo fisco não corresponde à prestação de serviço, mas a simples ajuste contábil.

RECURSO PROVIDO.

Data máxima vênia, equivocado este Acórdão porque assim decidindo contrariou o artigo 142 do CTN, que reza:

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Por esse dispositivo, não é necessário haver nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança, ou mesmo pagamento, para apurar-se valor que sirva de base para calcular o imposto (ISS) devido, pois, uma vez prestado o serviço e registrado o valor do serviço o ISS deve ser pago. Ora no documento de fl. 60, ou seja, na Razão Analítica de Fornecedores, consta que pelo Boletim de Medição dos Serviços BM077921000008662202703500 da empresa SKANSKA BRASIL LTDA. existe um valor de R\$141.075,53 pelo serviço medido, que corresponde ao item 7.02 da lista de serviços da LC 116/2003, que, como se pode observar, consta no anexo que integra o auto de infração 37/2008 de fls. 48/51, e refere-se a

serviços de engenharia, suprimento, eletromecânica, teste, condicionamento, assistência, pré-
operação e a partida e operação da UGH.

Dáí, então, o mencionado BM - Boletim de Medição não é documento de "ajuste contábil" como equivocadamente diz o Acórdão recorrido, mas documento que contém o fato gerador (serviço prestado e medido pelo boletim) e o valor do serviço prestado, em relação ao qual o imposto de ISS não fora retido nem recolhido pela ora recorrida no âmbito da substituição tributária.

Assim, o auto de infração em tela foi devidamente lavrado, em conformidade com a legislação, mais precisamente, com o art. 142 do CTN.

Em face do exposto, demonstrada a contrariedade ao artigo 142 do CTN, aguarda-se o processamento e admissão do presente recurso especial e, ao final, seja-lhe dado provimento.

Nesses termos, pede deferimento.

Canoas, 15 de janeiro de 2013.

Misael Alberto Cossio Orihuela
OAB-38.360



1º TABELIONATO DE NOTAS DE CANOAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TRASLADO

PROCURAÇÃO BASTANTE que faz MUNICÍPIO DE CANOAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob número 88.577.416/0001-18, com sede nesta cidade e endereço na rua XV de Janeiro nº 11, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Jairo Jorge da Silva, brasileiro, divorciado, jornalista, portador da carteira de identidade número 1019427846, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob número 402.494.250-68, residente e domiciliado nesta cidade. SAIBAM todos quantos este público instrumento de mandato virem que, aos nove (09) dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze (2012), nesta cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, onde chamado, compareci na sede da outorgante, onde encontrei-me com seu representante, já qualificado, identificado por mim, Tabelião Substituto, através do documento de identidade apresentado, e de cuja capacidade jurídica para o ato dou fé. Então, pelo representante da outorgante foi dito que nomeia e constitui bastante procuradores da mesma para agirem em conjunto ou separadamente, ADRIANA DEL CUETO CORNELIUS, advogada, inscrita na OAB/RS sob número 31.220, ALEXANDRA BIANCA BLUM COELHO, advogada, inscrita na OAB/RS sob número 65.090, ALEXANDRE BALESTRIN BUJES, advogado, inscrito na OAB/RS sob número 52.259, CRISTINA SANTOS TIETBOHL, advogada, inscrita na OAB/RS sob número 46.966, ÉLBIO LUCENA PEREIRA, advogado, inscrito na OAB/RS sob número 29.306, FRANCISCO DE PAULA FIGUEIREDO, advogado, inscrito na OAB/RS sob número 17.674, IONARA LEMOS DE SIQUEIRA, advogada, inscrita na OAB/RS sob número 65.159, MARCELO DA ROSA, advogado, inscrito na OAB/RS sob número 65.566, MÁRCIA APARECIDA PAIM ADAMI, advogada, inscrita na OAB/RS sob número 7.216, MARIO GUILHERME REBOLLO JUNIOR, advogado, inscrito na OAB/RS sob número 58.543, MATUSALÉM FELIPE MORALES, advogado, inscrito na OAB - RS sob número 47785, MISAEL ALBERTO COSSIO ORIHUELA, advogado, inscrito na OAB/RS sob número 38.360, PATRICIA LEANDRO SANTOS, advogada, inscrita na OAB/RS sob número 60.498, REGINA MURADÁS SILVEIRA, advogada, inscrita na OAB/RS sob número 26.384, ROBSON CARVALHO RODRIGUES, advogado, inscrito na OAB/RS sob número 79.297; e TATIANA ANTUNES CARPTEER, advogada, inscrita na OAB/RS sob número 47.024, ADEMIR VALENTIM DE SOUZA, advogado, inscrito na OAB - RS sob número 33.527, e EGBERT SCHEID MALLMANN, advogado, inscrito na OAB - RS sob número 76.277, residentes e domiciliados nesta cidade, para o fim especial de representá-lo em qualquer juízo,

EDUARDO ANTPACK

Tabelião

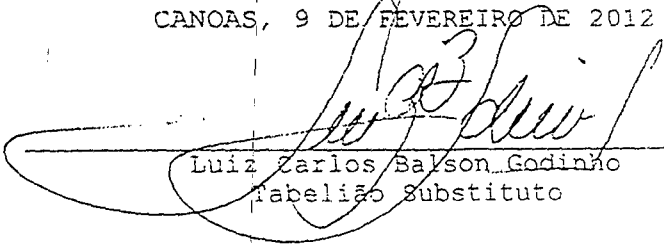
Rua Gonçalves Dias, 66 - Cep 92010.050 - Fone (51) 3472.5344 Fax (51) 3472.5521

1001-40300-1
AI 1016522

instância, tribunal ou fora deles, bem como perante quaisquer Órgãos ou Repartições Públicas, conferindo-lhes os poderes para o Fôro em Geral, cláusula "ad iudicia et extra", mais os poderes especiais de transigir, desistir, insistir, acordar, discordar, interpor recursos, variar de ação, receber e dar quitação, assinar recibos, firmar compromissos, inclusive substabelecer; praticar, enfim, todos os atos necessários e em direito permitidos para o bom e fiel desempenho do presente mandato. Disse ainda o representante do outorgante, que revoga a procuração lavrada nestas notas no Livro 884, folhas 174 de 21/10/2011, ficando a partir desta data, sem nenhum efeito e vigor. ASSIM o disse e me pediu este instrumento que lhe li, achou conforme, aceitou, outorgou e assina. Eu, LUIZ CARLOS BALSON GODINHO, Tabelião Substituto, a fiz lavrar, dou fé, e assino. Emolumentos: R\$ 47,10 + R\$ 0,85 = R\$ 47,95 (0099.04.0900012.08963 = R\$ 0,60; 0099.01.1200003.16239 = R\$ 0,25)... Certifico que o ato está assinado pelas partes e pelo servidor na forma acima mencionada. NADA MAIS CONSTAVA. Traslada data.

EM TESTEMUNHO _____ DA VERDADE

CANOAS, 9 DE FEVEREIRO DE 2012


Luiz Carlos Balson Godinho
Tabelião Substituto



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

(e-STJ FI 262)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
196
RS

Nº 70045621885

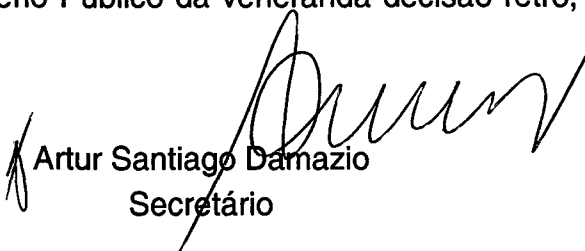
COMARCA DE CANOAS

APELAÇÃO CÍVEL

VIGÉSIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

CERTIDÃO MP

CERTIFICO e DOU FÉ que intimei pessoalmente o(a) representante do Ministério Público da veneranda decisão retro, na data de sua efetiva assinatura.


Artur Santiago Damazio
Secretário



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:

Signatário: JULIO CESAR DA SILVA ROCHA LOPES

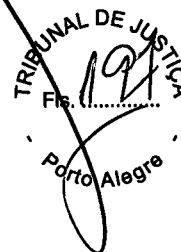
Nº de Série do certificado: 55AB2AD0240414921CE0FDDE62AD11F5

Data e hora da assinatura: 06/12/2012 11:40:41

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço <http://www.tjrs.jus.br/verificadocs/> e digite o seguinte número verificador: 7004562188520122263327



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



70045621885
10900249917

REMESSA

Faço remessa dos autos ao Departamento Processual para processar recurso.

Porto Alegre, 1 de abril de 2013.


Artur Santiago Damazio
Secretário de Câmara



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO / TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECEBIMENTO

Na data infra, recebi os presentes autos para
processamento do(s) recurso(s) **sem guias**.

Porto Alegre, 3 de abril de 2013.

Serviço de Processamento



198

70053935755

C E R T I D ã O

CERTIFICO, para ciência das partes interessadas, que em 04/04/2013 foi disponibilizada no Diário da Justiça eletrônico nº 5050 a Nota de Expediente nº 1712/2013, considerando-se como data da publicação o primeiro dia útil que se seguir, de conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, com a seguinte decisão:

70053935755 (CNJ:
118202-72.2013.8.21.7000) - DIREITO
TRIBUTARIO - 5.VARA CIVEL - CANOAS (8/
10900249917) - MUNICIPIO DE CANOAS
(ADV(S) ALEXANDRE BALESTRIN BUJES,
PATRICIA DE SOUZA LEANDRO), RECORRENTE;
ALBERTO PASQUALINI REFAP S A (ADV(S)
CANDICE VANESSA FATTORI DE ALMEIDA),
RECORRIDO(A).
VISTA A(S) PARTE(S) RECORRIDA(S) PARA
APRESENTAR(EM) CONTRA-RAZOES AO(S)
RECURSO(S) INTERPOSTO(S), NO PRAZO
LEGAL.

Porto Alegre, 4 de abril de 2013.

SERVICO DE PROCESSAMENTO

C E R T I D ã O

CERTIFICO que decorreu o prazo legal, sem manifestação da(s) parte(s) interessada(s), quanto ao termo de vista supra. Porto Alegre, de de 2013.

SERVICO DE PROCESSAMENTO

J U N T A D A

Junto a estes autos a(s) petição(ões) que adiante seque(m):
Porto Alegre, de de 2013.

SERVICO DE PROCESSAMENTO

FORMULÁRIO PARA PROTOCOLO DE PETIÇÃO DE PROCESSO EM ANDAMENTO/ARQUIVADO NO TJ-RS

Processo Cível

Número:

70053935755

RECURSO ESPECIAL

DIREITO TRIBUTARIO

Segredo de Justiça:

Não

Órgão Julgador:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - 1.VICE PRESIDENCIA - DIREITO PUBLICO

Relator:

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE

Data da distribuição:

03/04/2013

Nota de Expediente:

1712/2013

Partes:

Nome:

ALBERTO PASQUALINI REFAP S A (RECORRIDO(A))

Advogado:

CANDICE VANESSA FATTORI DE ALMEIDA

Nome:

MUNICIPIO DE CANOAS (RECORRENTE)

Advogado:

ALEXANDRE BALESTRIN BUJES

Últimas Movimentações:

/04/2013 AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO RS053974

03/04/2013 ATO PUBLICADO NE 1712/2013 EM 05/04/13 DJ ELETRÔNICO 5050-22-10D

Incidentes:

Solicito a inclusão da petição em anexo nos autos do processo indicado neste protocolo.

Porto Alegre, 15 de abril de 2013.

ATENÇÃO:

ESTE FORMULÁRIO, EM NENHUMA HIPÓTESE, EXCLUI A NECESSIDADE DA PETIÇÃO.

NDO SE TRATAR DE PETIÇÃO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À JUNTADA DE SUBSTABELECIMENTO O PROTOCOLO DEVERÁ SER EFETUADO DIRETAMENTE NA SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR EM QUE TRAMITA O PROCESSO, EXCETUANDO-SE OS QUE SE ENCONTRAREM NO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO, CUJO PROTOCOLO, ASSIM COMO DAS DEMAIS PETIÇÕES, PERMANECERÁ SENDO REALIZADO POR MEIO DO SERVIÇO DE PROTOCOLO DO DEPARTAMENTO PROCESSUAL.

http://www3.tjrs.jus.br/site_php/peticoes/formulario_protocolo_peticao.php?nome_comar... 15/04/2013

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Recurso Especial em Apelação Cível nº 7005395755

Autor: ALBERTO PASQUALINI – REFAP S/A

Réu: Município de Canoas

PROTÓCOLO 13/05-48 13-08-2013 13:18 211006 1/1

ALBERTO PASQUALINI – REFAP S/A, já qualificada nos autos em epígrafe, através de sua advogada que esta subscreve, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos autos da Apelação Cível em epígrafe, tendo em vista a interposição de Recurso Especial pelo Município de Canoas e em atenção à intimação veiculada na NE 1712/2013, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ESPECIAL**, fazendo-o amparado nas razões expostas que se seguem.

De início, requer a autora a retificação do polo ativo da demanda, em razão dos seguintes fatos. A empresa ALBERTO PASQUALINI – REFAP S/A firmou contrato de compra e venda de seu estabelecimento através do qual alienou seus ativos à Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS. Com isso, transferiu à adquirente a refinaria de petróleo localizada em Canoas. Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/07/2012 aprovou a venda e alterou o nome da empresa para ELEP – Empresa de Logística de E&P S/A. Posteriormente, em 1º/11/2012, Assembleia Geral Extraordinária aprovou nova alteração da denominação social, para PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A, bem como alteração de sede. Cópias dos documentos comprobatórios do alegado estão em anexo e se requer juntada. Sendo assim, a qualificação da sociedade, que deve constar no processo, é a que segue:

PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A, pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima inscrita no CNPJ sob o nº 04.207.640/0001-28, integrante da Administração Pública Federal Indireta, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 330, Torre Leste, 34º andar, Centro, CEP 20031-170.

1

PROTOCOLO

0049238710

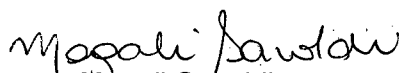
201

Diante da alteração relatada, requer seja determinada a retificação do cadastro da demanda para que passe a constar sua nova denominação social.

Requer, ainda, a juntada de procuração/substabelecimento e documentos que acompanham a presente peça, bem como o regular processamento do recurso, nos termos legais.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Canoas, 17 de abril de 2013.



Magali Savoldi
OAB/RS 78.331

202

EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**CONTRARRAZÕES DE RECURSO ESPECIAL**

Origem: Apelação Cível nº 7005395755, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Autor: ALBERTO PASQUALINI – REFAP S/A (hoje PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A.)

Réu: Município de Canoas

Egrégio Tribunal,

Eminentes julgadores,

O acórdão proferido pela 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul nos autos da Apelação Cível nº 7005395755 não merece reforma, eis que aplicou corretamente a legislação em vigor, conforme se demonstrará.

Tendo em vista o manejo, por parte do Município de Canoas, de Recurso Especial, com fundamento no art. 105, III, 'a', da CF, a recorrida apresenta suas contrarrazões, visando ao não conhecimento do recurso e, se conhecido, à manutenção do *decisum* atacado. Requer, portanto, seu regular processamento, na forma da lei.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, cumpre demonstrar a tempestividade da presente manifestação.

A disponibilização da intimação da recorrida no Diário da Justiça quanto ao manejo do Recurso Especial por parte do Município de Canoas ocorreu no dia 04/04/2013, quinta-feira. O prazo para resposta a Recurso Especial é de 15 (quinze) dias, de acordo com a previsão do art. 508 do Código de Processo Civil e do art. 27 da Lei nº 8.038/1990.

Conforme dispõe a Lei nº 11.419/06, em seu art. 4º, § 3º, a data de publicação do ato processual corresponde ao primeiro dia útil seguinte à sua disponibilização no diário eletrônico, ou seja, 05/04/2013, sexta-feira, conforme certidão de fls. 198. Além disso, o § 4º do mesmo dispositivo estabelece que os prazos processuais terão início no primeiro dia útil seguinte ao considerado como data da publicação, ou seja, 08/04/2013, segunda-feira.

Em vista dessas determinações legais e considerando que o termo inicial do prazo para apresentação do recurso ocorreu em 08/04/2013, primeiro dia útil após a publicação, o prazo final para apresentação das contrarrazões é 22/04/2013, o que atesta sua tempestividade.

II – DA SÍNTESE DOS FATOS

O Município de Canoas autuou a então Alberto Pasqualini – REFAP S/A (hoje PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A, conforme relatado na petição de encaminhamento do presente recurso) por deixar de recolher ISS como substituta tributária, sobre Boletim de Medição (BM) referente à empresa Skanska Brasil Ltda., o que, no entendimento da autoridade fiscal, constituiria infração ao art. 3º da Lei Municipal nº 4.584/2001.

Apresentada impugnação, foi mantido o auto de infração nº 37/2008. Interposto recurso, o Conselho de Contribuintes Municipal negou provimento, sob o fundamento de que a empresa não produziu prova suficiente.

Dessa forma, não restou alternativa a não ser o ajuizamento da presente ação anulatória de débito fiscal. Conforme amplamente demonstrado no decorrer do processo, o Boletim de Medição é o documento que apura o andamento da execução do contrato, constata o quanto foi realizado e indica o valor a ser pago referente ao mês objeto da medição. Tal procedimento consta no item 6.2 do contrato firmado entre as empresas, acostado aos autos em fls. 62 e seguintes.

Com base no Boletim de Medição, são emitidas pela empresa contratada os documentos de cobrança e, então, é feito o pagamento. Assim, o Boletim de Medição não é documento próprio de cobrança, não é nota fiscal.

Ocorre que o Fisco Municipal autuou a então Alberto Pasqualini – REFAP S/A (hoje PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A) com base em Boletim de Medição, documento interno, diga-se novamente, que NÃO indica que houve o pagamento, apenas indica que houve a medição, pois o documento de cobrança é emitido posteriormente.

No auto de infração objeto do presente processo, não há nenhuma indicação sobre qual seria o serviço prestado. Também não há nota fiscal, portanto, não há prova de que o valor indicado no Boletim de Medição foi efetivamente pago.

Conforme ficou demonstrado, o valor que o Município entende devido, na verdade, consta no livro Razão analítico de Fornecedores e, portanto, não se trata de faturamento, mas sim de simples ajuste contábil relativo à medição dos serviços prestados no mês.

Ajuizada a presente ação anulatória, com o depósito integral do valor discutido, foi deferido liminarmente o pedido para suspender a exigibilidade do crédito tributário e determinar ao réu que suspenda o envio de informações que

possam implicar negativação cadastral da demandante, sob pena de multa diária (fls. 117).

A sentença, no entanto, julgou improcedentes os pedidos formulados, e foi atacada por recurso de apelação. **No acórdão, os julgadores, de forma unânime, reconheceram que não há fato gerador apto a amparar a cobrança, porque o valor considerado não corresponde a prestação de serviços, mas a simples ajuste contábil, devendo ser desconstituído o crédito tributário apurado.**

III – PRELIMINARMENTE

III.1. Da rediscussão da matéria fática – incidência da Súmula 7 do STJ

Vê-se que, em verdade, o que pretende o Município de Canoas é a rediscussão da matéria fática.

As discussões sobre a ocorrência do fato gerador e sobre a natureza do Boletim de Medição já foram travadas em 1ª e 2ª instâncias, tendo o Tribunal de origem decidido fundamentadamente a causa, após analisar todos os fatos e argumentos das partes. Conforme narrado no item precedente, decidiu, o TJRS, que NÃO HÁ FATO GERADOR, logo, não há ISS devido, devendo ser desconstituído o crédito tributário.

Diante desse cenário, aplicável a Súmula 7 da jurisprudência dessa Corte, que preconiza, como se sabe, que “*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*”. A jurisprudência nesse sentido é farta e unânime, sendo desnecessário transcrever julgados.

Na verdade, está ocorrendo desvio da finalidade do Recurso Especial, pois através desse expediente o Município de Canoas pretende a reforma de decisão que lhe foi desfavorável, apesar de ausentes os requisitos constitucionais e legais do recurso em questão. Sabe-se que os recursos extremos (especial e extraordinário) são cabíveis apenas em hipóteses específicas, pois não se prestam para rediscutir todo o processo. **O recurso especial não é uma nova apelação.**

Diante do exposto, não deve ser conhecido o presente recurso, o que se requer desde logo.

III.2. Da ausência de interposição de Recurso Extraordinário – incidência da Súmula 126 do STJ

Após a decisão em Apelação, o Município de Canoas apresentou apenas o presente Recurso Especial para atacar a decisão. Ocorre que o acórdão recorrido está fundamentado em matéria constitucional e matéria legal. E cada um dos fundamentos, por si só, é suficiente para sustentar a decisão. Como não foi

interposto Recurso Extraordinário, o presente Recurso Especial não deve ser admitido, por absoluta inutilidade: ainda que viesse a ser acolhido, e fosse vitorioso na demanda o Município de Canoas, o que se diz apenas por amor ao debate, o recurso em nada lhe aproveitaria, pois a decisão permaneceria intacta diante da existência de fundamento constitucional, eis que qualquer cobrança de tributo deve encontrar fundamento legal na Constituição Federal. Com o ISS não é diferente.

A Constituição Federal, em seu art. 156, inciso III, autoriza os Municípios a instituir o imposto sobre serviços de qualquer natureza. Instituído o tributo, deve ocorrer o fato gerador para sua cobrança. O fato gerador não ocorreu no presente caso, conforme decidiu o TJRS. Logo, o acórdão prolatado pelo TJRS encontra fundamento constitucional suficiente para manter a decisão, tornando o presente Recurso Especial desprovido de qualquer eficácia prática.

Não é outro o entendimento dessa Corte para casos idênticos aos dos presentes autos, como se pode verificar da Súmula 126, *verbis*:

É INADMISSÍVEL RECURSO ESPECIAL, QUANDO O ACORDÃO RECORRIDO ASSENTA EM FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL, QUALQUER DELES SUFICIENTE, POR SI SO, PARA MANTE-LO, E A PARTE VENCIDA NÃO MANIFESTA RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

O entendimento do Colendo Supremo Tribunal Federal é no mesmo sentido, conforme se verifica da Súmula 283 daquela Corte:

É INADMISSÍVEL O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUANDO A DECISÃO RECORRIDA ASSENTA EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE E O RECURSO NÃO ABRANGE TODOS ELES.

Importante lembrar que a Súmula acima foi editada no período em que o STF julgava tanto matéria constitucional quanto infraconstitucional (antes do advento da CF/88) e o recurso cabível, nessas duas situações, era o recurso extraordinário.

Desnecessário transcrever julgados nesse sentido diante da existência de Súmulas. Assim sendo, conforme jurisprudência consolidada, forçoso reconhecer que o presente Recurso Especial não deve prosperar, eis que evidente sua inutilidade para reverter a decisão. Requer, portanto, que não seja conhecido, com fundamento nas Súmulas 126 do STJ e 283 do STF.

IV – NO MÉRITO

Superadas as preliminares alegadas, o que se admite apenas por hipótese, passa-se à análise do mérito do Recurso Especial apresentado pelo Município de Canoas. Melhor sorte não lhe ocorre, eis que o acórdão recorrido aplicou a legislação pertinente, não merecendo reforma, conforme se demonstrará a seguir.

Alega o Município de Canoas que o acórdão recorrido contrariou o art. 142 do CTN. De início, verifica-se que o recorrente apenas alega que houve

206

violação do dispositivo mencionado, sem, no entanto, especificar como teria ocorrido essa violação. Destaca apenas que, *"por esse dispositivo, não é necessário haver nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança, ou mesmo pagamento, para apurar-se o valor que sirva de base para calcular o imposto (ISS) devido, pois, uma vez prestado o serviço e registrado o valor do serviço o ISS deve ser pago"*.

O art. 142 do CTN prescreve:

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido: o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

De fato, o art. 142 do CTN não exige nota fiscal, fatura e etc., como argumenta o Município recorrente. Mas não é esse o foco da discussão. O artigo em questão expressamente determina que a autoridade administrativa deve verificar a ocorrência do FATO GERADOR do imposto para então fazer os demais procedimentos, como o cálculo do valor devido.

Para que ocorra o fato gerador da obrigação tributária é necessário que, no plano fático, se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a sua ocorrência. Ou seja, o pressuposto de fato acontecido deve corresponder à hipótese de incidência descrita em lei. Aliás, isso não é exclusivo das relações jurídicas tributárias. Muito pelo contrário: é consenso que qualquer relação jurídica só nasce a partir do momento em que há correspondência inequívoca da situação acontecida no plano fático com o conceito da norma. Qualquer regra, para ser aplicável, necessita de suporte fático acontecido que corresponda à previsão legal.

Sabe-se que a hipótese de incidência representa o momento abstrato, previsto em lei, hábil para deflagrar a relação jurídico-tributária. O fato gerador (ou fato imponible) é a materialização da hipótese de incidência, representando o momento concreto de sua realização, que se opõe à abstração do paradigma legal que o antecede. Da perfeita adaptação do fato ao modelo ou paradigma legal, desponta o fenômeno da subsunção. A partir dela nascerá o liame jurídico obrigacional que dará lastro à relação tributária. Sem essa subsunção do fato à norma (hipótese de incidência da regra matriz descrita em lei), desnecessária a discussão posterior sobre a necessidade de um ou outro documento.

Nessa linha, o crédito tributário representa o momento da exigibilidade da relação jurídico-tributária. Seu nascimento ocorre, como é sabido, com o lançamento tributário – art. 142, CTN. Em outras palavras, o crédito tributário é a obrigação tributária tornada líquida e certa por intermédio do lançamento. O art. 142 do CTN é, há tempos, objeto de estudo da doutrina especializada e muito já se escreveu e decidiu sobre ele. De forma muito sistemática, pode-se dizer que tal dispositivo tem diversas funções ou finalidades. Uma delas é, como já foi dito, a verificação da ocorrência do fato gerador. Sem

207

essa base fática, todo o lançamento cai por terra, da forma como ocorreu no presente processo.

Analisando a prova documental acostada aos autos, o TJRS decidiu que fato gerador não ocorreu, no presente caso. Sendo assim, não há que se perquirir a respeito da necessidade de nota fiscal fatura ou recibo ou mesmo pagamento. **Não havendo fato gerador, não há obrigação tributária. Logo, o lançamento foi feito em evidente equívoco, tanto que o TJRS, em sua decisão, determinou que fosse desconstituído o crédito tributário lançado.** E nenhuma violação se verifica, no presente caso, ao art. 142 do CTN, diferente do que o Município recorrente alega, genericamente, em seu recurso. Violação ao art. 142 do CTN foi, a bem a verdade, perpetrada pelo Município de Canoas, que realizou lançamento tributário em desfavor da demandante sem observar as cautelas básicas, como a verificação da ocorrência do fato gerador. Sem base fática, o lançamento restou desconstituído pelo TJRS. E a discussão sobre a base fática ou o suporte fático é vedada pela Súmula 7 do STJ, já referida em tópico específico.

Sabe-se que o texto constitucional utilizou, no art. 105, III, 'a', que prevê as hipóteses de cabimento do Recurso Especial, a palavra "contrariar". Veja-se:

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

(...)

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) **contrariar tratado ou lei federal**, ou negar-lhes vigência; (grifamos)

De acordo com a doutrina processualista, "contrariar" abrange toda forma de ofensa ao texto legal, quer deixando de aplicá-lo às hipóteses em que a ele devem subsumir-se, quer aplicando-o de forma errônea. Não se verifica qualquer dessas situações no caso dos presentes autos. E o Município recorrente apenas alega, genericamente, violação a esse dispositivo. Vê-se, em verdade, que o Município de Canoas quer apenas rediscutir a causa, diante de decisão que lhe foi desfavorável. Dessa forma, a única medida possível é o não conhecimento do recurso, com base nas preliminares alegadas. Acaso conhecido, não deve ser dado provimento, por absoluta ausência de violação a lei federal na decisão atacada, conforme restou demonstrado.

V – DOS PEDIDOS

Sendo inconteste o direito da recorrida, e com base na correta aplicação dos dispositivos invocados, requer:

a) O regular processamento do recurso, nos termos legais.

b) Que não seja conhecido o presente recurso, com fundamento na Súmula 7 da jurisprudência dessa Corte;

c) Que não seja conhecido o recurso, com base na Súmula 126 da jurisprudência dessa Corte;

d) Não atendidos os pedidos anteriores, se conhecido o recurso, que não lhe seja dado provimento, mantendo-se intacto, dessa maneira, o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, eis que não incorreu em violação de lei federal;

e) A juntada de procuração/substabelecimento e documentos que acompanham a presente peça.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Canoas, 17 de abril de 2013

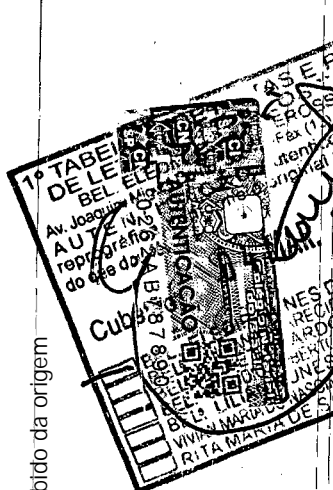

Magali Savoldi
OAB/RS 78.331

TABELIÃO Luiz Fernando C. de Faria**SUBSTITUTO Jaques Rezende Faria****13º ofício
de notas**

PROCURAÇÃO bastante que faz,
PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A.,
 na forma abaixo:

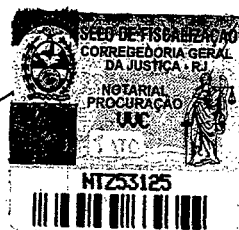
TRASLADO
LIVRO: 0793 FOLHA: 091/092 ATO: 64

Saibam quantos este instrumento virem, que no ano de dois mil e treze (2013), aos 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, perante mim, ANTONIO EDUARDO COSTA HALLAK Substituto, do 13º Ofício de Notas, que tem sede na Av. Rio Branco nº 135/3º andar, compareceu como **OUTORGANTE: PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A.**, Sociedade Anônima, com sede nesta Cidade, na Avenida República do Chile, nº 330, Torre Leste, 34º andar/parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-170, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.207.640/0001-28, neste ato representada por sua Diretora-Presidente, a Srª. Cristina Lúcia Duarte Pinho, brasileira, casada, engenheira mecânica, residente e domiciliada na Rua Marquesa de Santos, 42/Apt. 1805 - CEP: 22221-080 - Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ, portadora da cédula de identidade nº 56775778, emitida pelo IFP-RJ e CPF/MF nº 184.372.141-49. A presente reconhecida como a própria por mim pelos documentos apresentados, do que dou fé bem como que da presente será enviada nota ao distribuidor competente. Então pela Outorgante me foi dito que, na forma dos artigos 17, § 1º, do Estatuto Social da PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A., por este instrumento, nomeia e constitui sua bastante procuradora, **MARCELA EIRA DA SILVA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 94.160 e no CPF/MF sob o nº 028.238.427-80, residente e domiciliada nesta cidade, na qualidade de Assessora Jurídica da PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A., com escritório Avenida República do Chile, nº 330, Torre Leste, 34º andar/parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ; a qual outorga os poderes das cláusulas *adjudicia et extra*, inclusive para receber citações, notificações e intimações, reconhecer a procedência de pedidos, requerer falências, desistir, renunciar a direitos sobre que se fundam ações, efetuar depósito como garantia de instância ou levantá-los, receber, dar quitação e firmar compromissos, requerer cancelamento de protesto de título, ficando, outrossim, investida dos poderes para representar a Outorgante na fase de conciliação prevista no artigo 447 do Código de Processo Civil, recebendo intimações para comparecer como representante da parte às audiências de instrução e julgamento, nelas podendo acordar e transigir, com o que fica a Outorgada qualificada para representar e defender a Outorgante em juízo e perante quaisquer pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado, interno ou externo, bem como perante a União Federal, os Estados da Federação, o Distrito Federal e os Municípios, por seus diversos órgãos e entidades da Administração direta ou indireta, inclusive perante o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI), com vistas a obter e manter a proteção de direitos de propriedade intelectual da Outorgante, tais como: depositar pedido de patente ou de modelo de utilidade; depositar pedido de registro de desenho industrial, de marcas, de programas de computador e de indicações geográficas; realizar buscas de anterioridade, cumprir exigências, apresentar oposições, subsídios, recursos, pedidos de nulidade administrativa, caducidade e apresentar quaisquer outras petições; transigir, desistir e renunciar; efetuar e receber pagamento; dar e receber quitantes; apresentar todas as medidas imediatas contra processos de terceiros; requerer anotações, certidões e averbações de quaisquer contratos que envolvam propriedade intelectual; requerer alterações dos dados da Outorgante; requerer o registro das obras no campo do Direito Autoral e apresentar petições aos órgãos de registro e a renovação de nomes de domínio, podendo representar a Outorgante em arbitragem, mediações, inclusive perante o Centro de Arbitragem e de Mediação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) em casos de disputas relativas a nomes de domínio, praticando, nestes casos, todos os atos em nome da Outorgante necessários para o cumprimento do presente mandato, incluindo apresentar reclamações e defesas, quaisquer petições, provas, pagar taxas administrativas, fazer declarações e em nome da Outorgante propor e aceitar transações; promover notificações, interpelações e protestos extrajudiciais e mais quaisquer outros atos em defesa dos interesses da Outorgante e responder às notificações de terceiros; facultando à Outorgada substabelecer, aos titulares das Gerências Jurídicas da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, sua única acionista, todos os poderes desta Outorgante, com reserva de iguais para si, podendo ainda substabelecê-los, em parte, a advogados da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, sua única acionista, bem como, quando necessário, substabelecer a advogados não empregados da Outorgante e a pessoas jurídicas prestadoras de serviços de advocacia, sendo permitido conferir somente aos titulares das Gerências do Jurídico da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, sua única acionista os poderes de substabelecer e de receber citações. Lavrada sob minuta apresentada. O(s) nome(s) e dados do(s) procurador(es) e os elementos relativos ao objeto do presente instrumento foram fornecidos e conferidos pela (s) outorgante(s) que por ele(s) se responsabiliza(m). Certifico que



as custas devidas pelo presente ato foram recolhidas ao cârtório de acordo com a portaria 69/2012 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, da seguinte forma: custas, R\$12,71 Tabela 7, 2a; informática R\$ 7,20, Tabela 1,9; comunicação distribuidor R\$5,53, tabela 7, obs. 14a; gravação eletrônica R\$3,60, Tabela 1,10; microfilmagem R\$4,81 Tabela 1,7. Recolhidos o acréscimo de 20% instituído pela Lei 3217/99 no valor de R\$ 6,77 devido ao FETJ, o acréscimo de 5% instituído pela Lei 4664/2005 no valor de R\$ 1,69 devido ao FUNPERJ e o acréscimo de 5% instituído pela Lei Complementar 111/2006 no valor de R\$1,69 devido ao FUNPERJ e o acréscimo de 4% instituído pela lei 6281/2012 no valor de R\$ 1,35 devido ao FUNARPEN e Mútua, e Acoterj/Anoreg e outras R\$10,86. Assim o disse e me pediu este instrumento, que lhe li em voz alta, achou conforme, aceita e assina, dispensando o comparecimento das testemunhas de conformidade com o Provimento 92/84 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Eu (ASS) Antonio Eduardo Costa Hallak Substituto matricula nº 94/8068, lavrei, li e encerro o presente ato colhendo a assinatura. E eu (ASS) Luiz Fernando Carvalho de Faria, matricula 06/1774 Tabelião a subscrevo (ASS) **PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A.**, representada por sua Diretora Presidente, a Srª. Cristina Lúcia Duarte Pinho. Traslada e certificada nesta data. Eu digitei, subscrevo e assino em público e raso.

[Handwritten signature]



13º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTOS

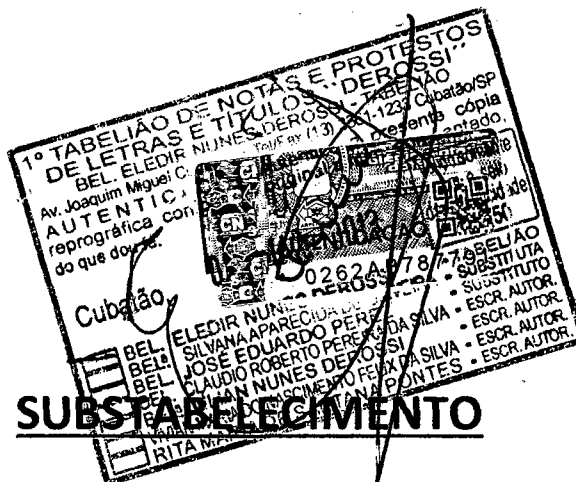
ANTÔNIO E. C. HALLAK
Substituto em Miguel Couto, 385
Matricula 94/8068
Av. Rio Branco 433, 2º Andar
Rio de Janeiro, RJ

04 MAR. 2013

Cubetão

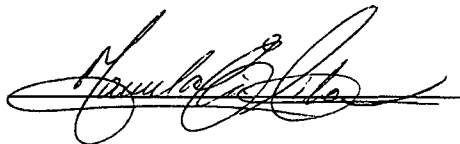
R\$ 2,50

BEL. ELEDIR NUNES DEROSI	TABELIÃO
BEL. SILVANA APARECIDA DE OLIVEIRA	SUBSTITUTA
BEL. JOSÉ EDUARDO PEREZ	SUBSTITUTO
BEL. CLAUDIO ROBERTO PEREIRA DA SILVA	ESCR. AUTOR.
BEL. LILIAN NUNES DEROSI	ESCR. AUTOR.
VIVIAN MARIA DO NASCIMENTO FELIX DA SILVA	ESCR. AUTOR.
RITA MARIA DE SANTANA PONTES	ESCR. AUTOR.

Substabeleço; com reservas de iguais, ao Advogado MARCO AURÉLIO DA CRUZ FALCI, brasileiro, casado, OAB/SP 90.104-B, com escritório na- Rua Dom Pedro II, 25/29, 1º andar, Edifício Edisa I, Centro, Santos - SP, CEP 11.010-080, na qualidade de Gerente Jurídico da Bacia de Santos - Sul, os poderes que me foram outorgados por Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A., na anexa procuração, lavrada livro 0793, folhas 091/092, ato 64, em 19/02/2013, do 13º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, facultado o substabelecimento, no todo ou em parte, sendo vedada a outorga a terceiros do poder de substabelecer.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2013.



Marcela Eira da Silva

OAB/RJ nº 94.160

139 Ofício de Notas - Tabelião Luiz Fernando Carvalho de Faria
 Av. Rio Branco 135 - Grupo 312 - RJ - Tel. 2224-8423 - Nº 5085
 Reconheço por semelhança a(s) firma(s) Substituta
 MARCELA EIRA DA SILVA-SLW21990. #====
 #=====

Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 2013 as 09:43:25
 1- Em Testemunho da verdade.
 ROSANGELA MACARIO DUARTE - Autorizado - LEVC - 75
 Válido somente com selo de Fiscalização. Total R\$6,11

13º Ofício de Notas
 Rosângela Macário Duarte
 Matr. 94.12738

SELO DE FISCALIZAÇÃO
 CONDEGEM DA JUSTIÇA - RJ
 RECONHECIMENTO DE FIRMA
 POR SEMELHANÇA





Conforme substabelecimento de poderes conferidos a **Marcela Eira da Silva**, originária da procuração outorgada por **PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A.**, lavrada no livro 0793, folhas 091/092, ato 64, em 19.02.2013, do 13º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, que tem sede na Av. Rio Branco nº 135/3º andar, ambos anexos, substabeleço, com reserva de iguais, aos advogados: 1) **CHRISTIANNE RODRIGUES DE MATOS LOPES**, brasileira, casada, OAB/SP 201.552, **THIAGO SINIGOI SEABRA**, brasileiro, casado, OAB/SP 208.710, **DANILO ORLANDO PUGLIESI**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 299.203, com escritório na Avenida Nove de Abril, 777 – Jardim das Indústrias – Cubatão – SP – CEP: 11505-000, **VIDAL SION NETO**, brasileiro, casado, OAB/SP 82.618, **CEZAR RODRIGO DE MATOS LOPES**, brasileiro, casado, OAB/SP 202.060, **SILVIA ROXO BARJA**, brasileira, casada, OAB/SP 183.959, **GUSTAVO PERES SALA**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 156.502, **MARALICE MORAES COELHO**, brasileira, divorciada, OAB/SP 130.722, **ERIKA QUINTAS RODRIGUES**, brasileira, casada, OAB/SP 201.925 e **ISIS QUINTAS PEDREIRA**, brasileira, casada, OAB/SP 225.716, **SERGIO DA SILVA FALECO**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 161.314, **TALITA COELHO TERUEL**, brasileira, solteira, OAB/SP 272.564, **ANDRÉ CAPELAZO FERNANDES**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 237.958, **RODRIGO DE CAMPOS LAZARI**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 209.372, **ÉRICO DE ALMEIDA CONSOLE SIMÕES**, brasileiro, casado, OAB/SP 237.511, **LILIAN KILL DAMY CASTRO**, brasileira, solteira, OAB/SP 190.984, **LAURA BORGES DE FREITAS XAVIER**, brasileira, solteira, OAB/SP 294.864, **LUCIANA PAPAPHILIPPAKIS**, brasileira, casada, OAB/SP 292.927, **DANIELY APARECIDA DA CRUZ FOGAÇA**, brasileira, solteira, OAB/SP 214.283, **EMERSON ADEMIR BORGES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, OAB/SP 295.845, **LUIZ CELSO RODRIGUES MADUREIRA**, brasileiro, casado, OAB/SP 233.895 e **EDUARDO RIBEIRO BARBOSA**, brasileiro, divorciado, OAB/SP 286.982, **LILIANE AZEVEDO ALCANTARA**, brasileira, casada, OAB/SP 320.605, com escritório à Rua Dom Pedro II, 25/29 – 1º andar, Edifício Edisa I, Centro, Santos-SP, CEP 11010-080, **DANIEL GONÇALVES TEIXEIRA**, brasileiro, casado, OAB/SP 228.560, **FLÁVIO BARCELOS DIEHL**, brasileiro, casado, OAB/RS 44.211, **CARLA FERNANDA MARTINS**, brasileira, solteira, OAB/RS 64.925, **LEILA DE SOUZA TEIXEIRA**, brasileira, solteira, OAB/RS 81.458B e **MAGALI SAVOLDI**, brasileira, solteira, OAB/RS 78.331, com escritório na Av. Carlos Gomes, 222, sala 701, Bairro Auxiliadora, Porto Alegre-RS, CEP 90480-000, **ELIANA MARA SOARES BARASUOL**, brasileira, separada judicialmente, advogada, inscrita na OAB/RS sob o nº 53785, **CANDICE VANESSA FATTORI DE ALMEIDA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RS sob o nº 53.974, **MARINA KORBES**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RS sob o nº 64.428, com escritório à Av. Getúlio Vargas, 11.001, Canoas, RS, CEP: 92.420-221, **ARNO APOLINÁRIO JUNIOR**, brasileiro, casado, OAB/PR 15.812 e OAB/SC 12.791-A, **PAULO ROBERTO CHIQUITA**, brasileiro, casado, OAB/PR 13.241 e OAB/SC 12.957-A, **ALAN ARIOVALDO CANALI GUEDES**, brasileiro, solteiro, OAB/PR 49.048 e OAB/SC 34.106-A, **RODRIGO ANTOSZ**, brasileiro, solteiro, OAB/PR 33.560 e OAB/SC 34.637-A, **ALESSANDRA DESLANDES FOGIATO**, brasileira, casada, OAB/PR 38.938, **DANIELA TOLLEMACHE**, brasileira, casada, OAB/PR 37.529 e OAB/SC 34.103-A, **RAFAEL DE SAMPAIO CAVICHIOLI**, brasileiro, casado, OAB/PR 35.740 e OAB/SC 29.911-A, **RICARDO DA SILVA GAMA**, brasileiro, solteiro, OAB/PR 31.181, **GISLENI VALEZI RAYMUNDO**, brasileira, solteira, OAB/PR 46.042 e OAB/SC 30.892-A, **MARCELO CARIBÉ DA ROCHA**, brasileiro, casado, OAB/PR 33.854 e OAB/SC 34.102-A, **JULIA DE OLIVEIRA RUGGI**, brasileira, casada, OAB/PR 51.680 e **LILLIAN MARA PADUAN SANTOS**, brasileira, solteira, OAB/PR 42.515 e **JOSÉ LUÍS GAZAL**, brasileiro, solteiro, OAB/PR 62.830, com escritório na Rua Comendador Araújo, 565, Centro, Curitiba/PR, **JULIANO LAGO**, brasileiro, casado, OAB/PR 34.256 e OAB/SC 30.033-A, **JULIANO GEMELLI**, brasileiro, casado, OAB/PR 41.935, com escritório na Rodovia do Xisto, BR 476 - Km 143 - São Mateus do Sul - PR, CEP 83900-000, exclusivamente os poderes relativos à cláusula *ad judicium*, e os de representar e defender a outorgante da sobredita procuração em qualquer processo administrativo, nisto incluindo-se fiscal, ou junto a qualquer pessoa jurídica ou entidade de direito privado ou público, seja integrante da administração direta ou indireta, podendo ainda efetuar levantamento de alvarás, receber e dar quitação, perante quaisquer pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado, vedados os poderes de receber citação, exceto os substitutos do Gerente do Jurídico Regional Bacia de Santos - Sul formalmente designados por documentos internos, e de substabelecer; 2) **MARCUS NERY FALBO**, brasileiro, casado, OAB/SP 284.986, **AFFONSO MENRIQUES MAGGIOTTI COSTA DA MOTTA BARBOZA**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 248.415, **ANA CAROLINA NUNES DA SILVA**, brasileira, casada, OAB/SP 300.189, **ANDREA ALMEIDA SOARES**, brasileira, solteira, OAB/SP 213.367, **AUTA ALVES CARDOSO**, brasileira, divorciada, OAB/SP 83.559, **CAMILA CINTRA BACCARO MANSUTTI**, brasileira, casada, OAB/SP 246.636, **CAREM FARIAS NETTO MONTA**, brasileira, solteira, OAB/SP 208.338, **CECÍLIA FRANCO SISTERNAS FIORENZO DO NASCIMENTO**, brasileira, solteira, OAB/SP 184.531, **CLAUDIANA SOUZA DE SIQUEIRA MELO**

Documento eletrônico recebido da origem

brasileira, casada, OAB/SP 299.381, **DANIEL CHAGURI DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 190.170, **DANILO IAK DEDIM**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 279.469, **EDUARDO DE ARAUJO PEREIRA GOMES**, brasileiro, casado, OAB/SP 210.779, **FÁBIO RIBEIRO DA SILVA**, brasileiro, casado, OAB/SP 196.455, **FERNANDO VIGNERON VILLAÇA**, brasileiro, casado, OAB/SP 110.136, **JOÃO SAMPAIO MEIRELLES JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 99.947, **JOSÉ BENEDITO DE ABREU E SILVA FILHO**, brasileiro, divorciado, OAB/SP 185.262, **JULIA ZENUN JUNQUEIRA**, brasileira, solteira OAB/SP 222.318, **KAROLINA PRAEIRO NELLI SIMÕES**, brasileira, casada, OAB/SP 299.321, **LUIZ GUSTAVO VINZENZI SILVEIRA**, brasileiro, casado, OAB/SP 211.252, **MAIRA SILVIA DUARTE PEIXOTO**, brasileira, divorciada, OAB/SP 82.593, **MARCO AURÉLIO FERREIRA MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/SP 194.793, **MARILIA ALVES BRANDILEONE**, brasileira, casada, OAB/SP 101.397, **MILENA FERNANDES GALLARDO**, brasileira, solteira, OAB/SP 284.893, **MURILO MOURA DE MELLO E SILVA**, brasileiro, casado, OAB/SP 208.577-A, **OSMIR PIRES COUTO JUNIOR**, brasileiro, casado, OAB/SP 245.238, **PAULA DA CUNHA WESTMANN**, brasileira, solteira, OAB/SP 228.918, **PAULA JUNIE NAGAI**, brasileira, solteira, OAB/SP 218.006, **RICARDO DE VASCONCELOS**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 220.962, **RONISA FILOMENA PAPPALARDO**, brasileira, solteira, OAB/SP 87.373, **ROSSANA DE ARAUJO ROCHA**, brasileira, solteira, OAB/SP 190.534, **VICTOR CALDAS FERREIRA DE CARVALHO**, brasileiro, casado, OAB/SP 210.601, com escritório na Av. Paulista, 901, 10º andar, Cerqueira César, São Paulo-SP, CEP 01311-100, **SANDRA CÉLIA MARIA DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, OAB/SP 73.449, com escritório na RECAP, Av. Alberto Soares Sampaio, 2122-A, Capuava, Mauá-SP, CEP 09380-904, **ALESSANDRO MOISES SERRANO**, brasileiro, casado, OAB/SP 201.326, **DANIELLE JANNUZZI MARTON PODDIS**, brasileira, casada, OAB/SP 186.669, **CRISTINA ZANINI MINEIRO HILGENBERG**, brasileira, casada, OAB/SP 305.247, e **MARTINHO ALVES DOS SANTOS JUNIOR**, brasileiro, casado, OAB/SP 196.587, com escritório na REVAP, Rodovia Presidente Dutra, km. 143, Jd. Diamante, São José dos Campos - SP, CEP 12220-840, **CARLA SIMÕES BARATA**, brasileira, separada judicialmente, OAB/SP 289.445, **LARISSA DO PRADO CARVALHO**, brasileira, casada, OAB/SP 195.557, **LUIS ALEXANDRE REIS CALDEIRA**, brasileiro, casado, OAB/SP 200.094-B, **MARCELO MARTORANO NIERO**, brasileiro, casado, OAB/SP 190.052, **MIGUEL BAKMAM XAVIER JÚNIOR**, brasileiro, casado, OAB/SP 236.896 e **WENDELL DAHER DAIBES**, brasileiro, casado, OAB/SP 301.789, com escritório na Rua Barão de Paranapanema, 146, Bl. B, 6º andar, cj. 63, Jd. Proença, Campinas-SP, CEP 13026-900, somente os poderes específicos para funcionar em processos judiciais e administrativos, podendo efetuar levantamento de alvarás, vedados os poderes de receber citação, exceto os substituídos do Gerente do Jurídico Regional São Paulo formalmente designados por documentos internos, e o de substabelecer com reserva de iguais poderes aos Advogados; 3) **LEONAN CALDERADO FILHO**, brasileiro, divorciado, com inscrição principal na OAB/RJ sob o nº 64.823; **ANDRÉ DE ALMEIDA BARRETO TOSTES**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/DF sob o nº 20.596; **ANDRÉIA BAMBINI**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/DF sob o nº 18.331; **AUGUSTO RODRIGUES PORCIÚNCULA**, brasileiro, casado, OAB/RS 58.658; **CAROLINA CAMPOS PINTO**, brasileira, solteira, OAB/SP 309.435; **ELLEN CRISTIANE JORGE MARTINS**, brasileira, casada, inscrita na OAB/DF sob o nº 19.821; **IGOR VASCONCELOS SALDANHA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/DF sob o nº 20.191; **JOENY GOMIDE SANTOS**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/DF sob o nº 15.085; **JULIANA CARNEIRO MARTINS DE MENEZES**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/DF sob o nº 21.567, **LEANDRO TELLES DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 153.718; **LÍVIA MARIA MORAIS VASCONCELOS SALDANHA**, brasileira, casada, inscrita na OAB/DF sob o nº 21.035; **MAÍRA CIRINEU ARAÚJO**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/DF sob o nº 20.978; **MARCELLE VIEIRA DE MELLO MOREIRA**, brasileira, casada, OAB/SP 298.643, **MARCOS ROSA ALVES**, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 150.900; **MAURA SIQUEIRA ROMÃO**, brasileira, solteira, OAB/RJ 121.694; **PHILIPPE DE OLIVEIRA NADER**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 147.478; **RAFAEL DE MATOS GOMES DA SILVA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/DF sob o nº 21.428; **SÍLVIA ALEGRETTI**, brasileira, casada, inscrita na OAB/DF sob o nº 19.920; **TALES DAVID MACEDO**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/DF sob o nº 20.227; **VANESSA APARECIDA MENDES BAESSE**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/DF sob o nº 32.576 e **VICTOR SOARES DA SILVA CEREJA**, brasileiro, solteiro OAB/RJ 168.314, com escritório no endereço da SAN – Rua N2 – Quadra 01 – Bloco D – Edifício PETROBRAS – 4º andar, Brasília/DF/CEP: 70040-901, somente os poderes específicos para funcionar em processos judiciais e administrativos, vedados os de substabelecer.

Santos, 04 de março de 2013.

1º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
BEL. ELEDIR NUNES DEROSI - TABELIAO
Av. Joaquim Miguel Couto, 355 Tel/Fax: (13) 3361-1233 Cubatão/SP
AUTENTICAÇÃO: Autentico a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apresentado, do que dou fé.
Cubatão, 04 MAR 2013
Válido somente com o selo de autenticidade: R\$ 2,50
TABELIAO
BEL. ELEDIR NUNES DEROSI - SUBSTITUTA
BEL. ELEDIR NUNES DEROSI - SUBSTITUTO
BEL. ELEDIR NUNES DEROSI - SUBSTITUTO
BEL. ELEDIR NUNES DEROSI - SUBSTITUTO
VIVIANE DE SOUZA LIMA - ESCR. AUTOR.
RITA REGINA DE SOUZA LIMA - ESCR. AUTOR.
TATIANA PONTES - ESCR. AUTOR.

END 1º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Av. Joaquim Miguel Couto, 355 - CEP: 13090-005 - Cubatão - SP - Fone/Fax: (13) 3361-1233 / 3361-1782
Bel. Eledir Nunes Derosi
Reconheço por SEMELHANÇA em doc. seu valor econômico, a firma de:
(1985) MARCO AURÉLIO DA CRUZ ENLICI-
Pelo 4º. - CUBATÃO, 04 de março de 2013
ALINE DO ESPIRITO SANTO - ESCRIVENTE AUTORIZADA
Por Firma R\$4,25 - VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
"VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS OU RASURAS"





Alberto Pasqualini - Refap S/A

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DA ALBERTO PASQUALINI - REFA S.A.**

NIRE: Nº 43300040607

CNPJ: Nº 04207640/0001-28

Data, Hora, Local: Aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho do ano dois mil e doze, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Getúlio Vargas n.º 11.001.

Convocação e Presença: Convocação dispensada, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, com a presença da única acionista Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Dispensada pelos acionistas o comparecimento do Conselho Fiscal e do Auditor Independente.

Mesa: Presidindo a reunião, na ausência do Presidente do Conselho de Administração e do seu substituto (Estatuto Social - Art. 29), por aclamação, Sra. Elisaura Fernandes da Silva, representante da PETROBRAS, que convidou a mim, Maria Gabriela Martins Ferraz, para secretariar os trabalhos.

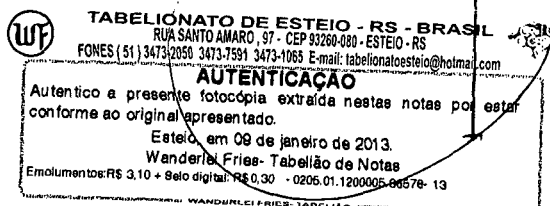
Ordem do Dia: Apreciar a proposta de (i) assinatura do Contrato de Compra e Venda de Estabelecimento Empresarial, que constitui o Anexo I e faz parte integrante da presente Ata, através do qual a Companhia alienará à Petróleo Brasileiro S.A. integralidade do complexo de bens, tangíveis e intangíveis, (com exceção dos bens imóveis e daqueles expressamente excluídos no referido Contrato) por ela utilizados para o desenvolvimento de suas atividades de refino e processamento de petróleo e seus derivados; (ii) alteração da denominação e objeto social da Companhia, através da alteração dos arts. 1º e 3º do Estatuto Social; (iii) ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada Price WaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") para a avaliação dos bens imóveis da Companhia, na forma do art. 8º da Lei 6.404; (iv) aprovação do Laudo de Avaliação elaborado pela PwC, que constitui o Anexo II e faz parte integrante da presente Ata, que avaliou os bens a serem entregues ao acionista, na data-base de 31 de março de 2012; (v) redução do capital social da Companhia com o respectivo cancelamento de ações de sua emissão, por ser o mesmo excessivo em relação ao objeto da Companhia, alterado conforme item ii acima; (vi) devolução, ao acionista da Companhia, em decorrência da redução de capital, dos terrenos, edifícios e construções e benfeitorias pertencentes à Companhia; (vii) a alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações constantes da ordem do dia.

Deliberações:

A única acionista resolveu, sem quaisquer ressalvas de qualquer natureza:

- (i) Aprovar a assinatura Contrato de Compra e Venda de Estabelecimento Empresarial, na forma prevista no Anexo I;
- (ii) Aprovar a alteração da denominação e objeto social da Companhia, com as devidas alterações nos arts. 1º e 3º do Estatuto Social da Companhia, os quais passarão a ter as seguintes redações:

"Art. 1º - A ELEP - Empresa de Logística de E&P S.A.. é uma sociedade anônima que se rege pela legislação aplicável e pelo presente estatuto.



4º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
Av. Argentina, 1152 - CEP 90160-008 - Fone/Fax: (51) 3230-9900
TABELAIO: RUBENS REMO FARINA

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia para reprodução com o original, assim apresentado e que não é.

Porto Alegre, RS, 17 de agosto de 2018. 960570-059

Gilmar de Menezes dos Santos, Escrivão Autenticado:
Cm.R-32/304 Selecionada:RS-035-SM57-61200018-20194

VÁLIDO SOMENTE EM ENUNDAIS OU RÁBUIAS



**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DA ALBERTO PASQUALINI - REFAF S.A.**

NIRE: Nº 43300040607

CNPJ: Nº 04207640/0001-28

Art. 3º - A Sociedade tem por objeto a prestação de serviços de provimento de soluções logísticas nas operações de exploração e produção de petróleo no Brasil, mediante a utilização de diferentes modais contratados com terceiros para transporte de cargas, incluindo serviços de movimentação de cargas, operação aeroportuária e de fornecimento de bens, além de prestar serviço em qualquer outra atividade correlata, bem como a comercialização, importação e exportação de petróleo e seus derivados e demais atividades correlatas."

- (iii) Ratificar a nomeação e contratação da empresa especializada PricewaterhouseCoopers, com sede na Rua da Candelária, nº 65 – 11º, 14º, 15º, 16º andares e conjuntos 1302, 1303 e 1304 – Centro – Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob nº 61.562.112/0002-01, para proceder à elaboração de laudo de avaliação do ativo e do acervo líquido contábil dos terrenos, edifícios e construções e benfeitorias pertencentes à Companhia ("Laudo de Avaliação");
- (iv) Aprovar o Laudo de Avaliação elaborado pela PwC, que constitui o Anexo II e faz parte integrante da presente Ata, segundo o qual os terrenos, edifícios e construções e benfeitorias pertencentes à Companhia estão avaliados, na data-base de 31 de março de 2012, em R\$ 38.103.789,73 (trinta e oito milhões, cento e três mil, setecentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos);
- (v) Aprovar a redução do capital social da Companhia no montante total de R\$ 37.541.646,23 (trinta e sete milhões, quinhentos e quarenta e um mil, seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e três centavos), passando o capital social de R\$ 3.200.000.000,00 (três bilhões e duzentos milhões de reais) para R\$ 3.162.458.353,77 (três bilhões, cento e sessenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos), com o cancelamento de 28.027.033 (vinte e oito milhões, vinte e sete mil e trinta e três) ações de emissão da Companhia, por ser o mesmo excessivo em relação ao objeto da Companhia, alterado conforme item (ii) acima;
- (vi) Aprovar que a redução de capital se dê mediante a devolução, ao acionista da Companhia, dos terrenos, edifícios e construções e benfeitorias a ela pertencentes, conforme avaliados pela PwC e atualizados na data desta AGE para o valor de R\$ 37.541.646,23 (trinta e sete milhões, quinhentos e quarenta e um mil, seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e três centavos);
- (vii) Aprovar as alterações pertinentes no estatuto social da Companhia para refletir a redução do capital social excessivo, alterando-se seu art. 4º da seguinte forma:

"Art. 4º - O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 3.162.458.353,77 (três bilhões, cento e sessenta e dois milhões,



TABELIONATO DE ESTEIO - RS - BRASIL
RUA SANTO AMARO, 97 - CEP 93260-060 - ESTEIO - RS
FONES (51) 3473-2050 3473-7591 3473-1065 E-mail: tabelionatoesteio@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente fotocópia extraída nestas notas por estar conforme ao original apresentado.

Esteio, em 09 de janeiro de 2013.

Wanderlei Fries- Tabelião de Notas

Emolumentos: R\$ 3,10 + Selo digital: R\$ 0,30 - 0206.01.120000538679- 13

[illegible]

REFAP

Alberto Pasqualini - Refap S/A

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**DA ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.****NIRE: Nº 43300040607****CNPJ: Nº 04207640/0001-28**

quatrocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos), dividido em 2.360.959.993 (dois bilhões, trezentos e sessenta milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal."

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente determinou a suspensão dos trabalhos pelo tempo necessário à redação desta Ata, que foi preparada e lida por mim, Secretária, e aprovada pela unanimidade dos presentes, sem reservas ou ressalvas, sendo posteriormente lavrada, e assinada pelo Presidente, acionista presente e por esta Secretária.

Canoas, 31 de julho de 2012.

Elisaura F. de S. Pires
Presidente

13º Ofício de Notas
Jacqueline Márcia dos Reis Pires
Escrevente
Matr. 94/13524

13º Ofício de Notas
Jacqueline Márcia dos Reis Pires
Escrevente
Matr. 94/13524
Jacqueline M. dos Reis Pires
Secretária

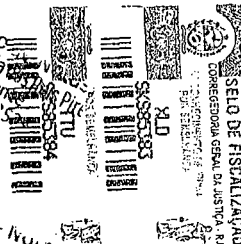
ACIONISTA

Elisaura F. de S. Pires
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

13º Ofício de Notas - Tabelião Luiz Fernando Carvalho de Faria
Av. Rio Branco 135 - Grupo 312 - RJ - Tel. 2224-8423 - Nº 55000000-1
Reconheço por semelhança a(s) firma(s): ELISAURA FERNANDES DA SILVA
139F/128-SKS85383, MARIA GABRIELA MARTINS FERRAZ-139F/129-SKS85384

Rio de Janeiro, 22 de Agosto de 2012 às 12:54:09

2- Em Testemunho da verdade,
JACQUELINE MÁRCIA DOS REIS PIRES Autorizada - LEVC - 13º Ofício de Notas
Válida somente com selo de fiscalização. Total R\$11,22



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/01/2013 SOB Nº: 3738946
Protocolo: 12/361880-0, DE 07/12/2012

Empresa: 43 3 0004060 7
ELEP EMPRESA DE LOGÍSTICA DE
E&P SA

JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL



TABELIONATO DE ESTEIO - RS - BRASIL
RUA SANTO AMARO, 97 - CEP 93260-080 - ESTEIO - RS
FONES (51) 3473-2050 3473-7591 3473-1065 E-mail: tabelionatoesteio@hotmail.com

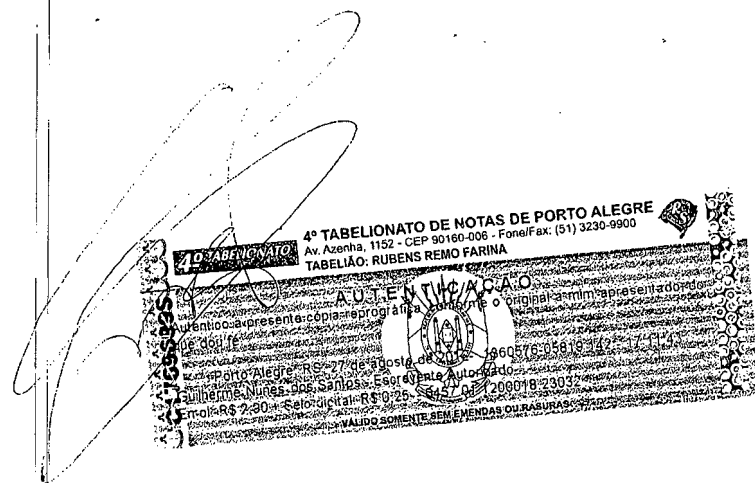
AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente fotocópia extraída nestas notas por estar conforme ao original apresentado.

Esteio, em 09 de janeiro de 2013.

Wanderlei Fries- Tabelião de Notas

Emolumentos: R\$ 3,10 + Selo digital: R\$ 0,30 - 0205.01.120008538580- 13



PETROBRAS

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DA ELEP - EMPRESA DE LOGÍSTICA DE E&P S.A.**

NIRE: Nº 43300040607

CNPJ: Nº 04207640/0001-28

DATA, HORA, LOCAL: No 1º (primeiro) dia do mês de novembro do ano dois mil e doze, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Getúlio Vargas, n.º 11.001, no Município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Convocação dispensada, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, com a presença da única acionista Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Dispensado pela acionista o comparecimento do Conselho Fiscal e do Auditor Independente.

MESA: Presidindo a Assembleia, na ausência do Presidente do Conselho de Administração e do seu substituto (Estatuto Social - Art. 29), por aclamação, a Srª. Cláudia da Costa Vasques Zaccour, representante da Petrobras que convidou a mim, Srª. Marcela Eira da Silva, para secretariar os trabalhos.

ORDEM DO DIA: Apreciar a proposta de (i) alteração da denominação social e da sede da Companhia; (ii) alteração do objeto social da Companhia; (iii) extinção do atual Conselho de Administração, conforme nova estrutura de governança da Companhia; (iv) reforma integral do Estatuto Social da Companhia; (v) eleição dos novos membros da Diretoria Executiva, conforme nova estrutura de governança da Companhia, e aprovação da remuneração mensal global dos Diretores; e (vi) aprovação do Plano Básico de Organização da Companhia.

DELIBERAÇÕES: A acionista Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS autorizou a lavratura desta Ata em forma de sumário, conforme dispõe o art. 130 da Lei nº 6.404/76, e resolveu, na qualidade de única acionista, sem ressalvas de qualquer natureza, o seguinte:

- (i) **Aprovar** a alteração da denominação social da Companhia para **PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A.**, bem como o novo endereço da sede, que passa a ser Avenida República do Chile, nº 330, Torre Leste, 34º andar/parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-170. Alterando-se, consequentemente, o Artigo 1º de seu Estatuto Social, que passa a vigor com a seguinte redação:

*"Artigo 1º - A Companhia adotar a forma prescrita para sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A., operando sob a denominação social **Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.** com sede e foro na cidade Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, e será regida por este Estatuto Social, pelas disposições da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, e pela legislação aplicável."*



TABELIONATO DE ESTEIO - RS - BRASIL
RUA SANTO AMARO, 97 - CEP 93260-080 - ESTEIO - RS
FONES (51) 3473-2050 3473-7591 3473-1065 E-mail: tabelionatoesteio@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente fotocópia extraída nestas notas por estar conforme ao original apresentado.

Esteio, em 09 de janeiro de 2013.

Wanderlei Fries- Tabelião de Notas

Emolumentos: R\$ 3,10 + Selo digital R\$ 0,30 - 0206.01.1200005.90592- 13



Neste ato, a acionista registra que a Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.709.449/0001-59, com NIRE nº 3330026039-1, é sua subsidiária integral e, assim sendo, autoriza a utilização da denominação social Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

- (ii) Aprovar a alteração do objeto Social da Companhia, que passará a ter a seguinte redação:

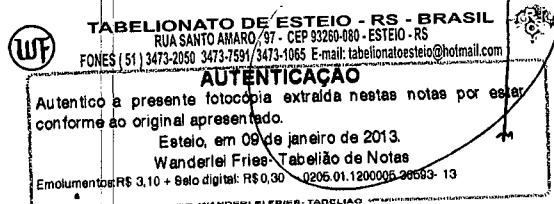
"Artigo 2º - A Sociedade tem por objeto prover serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, inclusive por intermédio do transporte multimodal de cargas, contratando também com terceiros os serviços de transporte, movimentação e armazenamento de cargas e as operações portuária e aeroportuária, bem como o fornecimento de bens relacionados à atividade de exploração e produção, além de serviços correlatos, e a comercialização, importação e exportação de petróleo."

- (iii) Aprovar a extinção do Conselho de Administração da Companhia, conforme nova estrutura de governança, considerando a conveniência de simplificar a estrutura administrativa da Companhia, com a consequente adaptação do Estatuto Social para refletir a alteração;

- (iv) Aprovar a reforma integral do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo I integrante da presente ata, o qual foi examinado pela acionista, rubricado pela secretária e permanecerá arquivado na sede da Companhia e nos órgãos registrais competentes, vigendo a partir desta data;

- (v) Aprovar a eleição dos novos membros da Diretoria Executiva, para o exercício do mandato até novas nomeações pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 2013, fixando o limite máximo global para o período de outubro de 2012 a março de 2013 de até R\$ 1.535.016,67 (hum milhão, quinhentos e trinta e cinco mil, dezesseis reais e sessenta e sete centavos), a título de remuneração dos administradores, incluindo honorários mensais, gratificação de férias, gratificação de natal (13º salário), participação nos lucros, bônus por desempenho, previdência privada complementar; tais valores passam a vigorar a partir da presente data, até o mês de realização da Assembleia Geral Ordinária, prevista para março de 2013, cabendo à Diretoria Executiva a sua individualização, conforme abaixo:

- Para exercer a função de Diretora-Presidente, a Srª. Cristina Lúcia Duarte Pinho, brasileira, casada, engenheira mecânica, residente e domiciliada na Rua Marquesa de Santos, 42/Apt. 1805 - CEP: 22221-080 - Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ, portadora da cédula de identidade nº 56775778, emitida pelo IFP-RJ e CPF/MF nº 184.372.141-49, para exercício do mandato até nova nomeação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia em 2013;



- Para exercer a função de Diretor de Operações, o Sr. Ricardo Albuquerque Araújo, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 315/Apto: 201 - CEP: 22410-001 - Ipanema, Rio de Janeiro/RJ, portador da cédula de identidade nº 23.801.096-1, emitida pelo DETRAN-RJ e CPF/MF nº 213.686.783-00, para o exercício do mandato até novas nomeações pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 2013; e
- Para exercer a função de Diretor Financeiro, o Sr. Cláudio José e Silva, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua Santo Eduardo S/N Condomínio, Green Park, casa 510 - CEP 24355-240 - Piratininga, Niterói/RJ, portador da cédula de identidade nº 06295408-6, emitida pelo IFRJ e CPF/MF nº 815.126.867-00, para o exercício do mandato até novas nomeações pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 2013.

Estando presentes todos os Diretores eleitos, estes aceitaram os cargos para os quais foram eleitos e declararam não estarem incursos em nenhum dos impedimentos contidos no Artigo 147, §§ 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76, tendo, logo em seguida, a Srª. Presidente da Assembleia os empossado em seus cargos pela assinatura de Termo de Posse no Livro de Atas da Diretoria Executiva.


(vi) Aprovar o Plano Básico de Organização da Companhia.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a Presidente determinou a suspensão dos trabalhos pelo tempo necessário à redação desta Ata, que foi preparada e lida por mim, Secretária, e aprovada pela única acionista, sem reservas ou ressalvas, sendo posteriormente encerrada a Assembleia e assinada a ata pelo Presidente, pela acionista e por esta Secretária. Canoas/RS, 01 de novembro de 2012.

ASSINATURAS: Mesa: Cláudia da Costa Vasques Zacour, Presidente da Mesa. Marcela Eira da Silva, Secretária da Mesa. Acionista: Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, representada por Cláudia da Costa Vasques Zacour. Diretores eleitos empossados: Cristina Lúcia Duarte Pinho, Diretora-Presidente; Ricardo Albuquerque Araújo, Diretor de Operações; Cláudio José e Silva, Diretor Financeiro.

DECLARAÇÃO: Declaro que esta ata é cópia fiel da lavrada no livro próprio da Companhia, vindo assinada pela acionista presente e demais diretores eleitos empossados.

Canoas/RS, 10 de dezembro de 2012.


MARCELA EIRA DA SILVA
Secretária da Mesa

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 01/01/2013 SOB Nº: 3738944

Protocolo: 12/348159-6, DE 23/11/2012

Empresa: 43 3 0004060 7
PETROBRAS LOGISTICA DE
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S A

JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL





ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE ANÔNIMA

PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A.

NIRE: Nº 43300040607

CNPJ: Nº 04207640/0001-28

CAPÍTULO I – DA NATUREZA, SEDE E OBJETO DA SOCIEDADE

Artigo 1º - A Companhia adotar a forma prescrita para sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A., operando sob a denominação social Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. com sede e foro na cidade Rio de Janeiro, estado Rio de Janeiro, Brasil, e será regida por este Estatuto Social, pelas disposições da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - A Sociedade tem por objeto prover serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, inclusive por intermédio do transporte multimodal de cargas, contratando também com terceiros os serviços de transporte, movimentação e armazenamento de cargas e as operações portuária e aeroportuária, bem como o fornecimento de bens relacionados à atividade de exploração e produção, além de serviços correlatos, e a comercialização, importação e exportação de petróleo.

Artigo 3º - A Companhia, visando o estrito cumprimento do seu objeto social, poderá estabelecer filiais, sucursais, agências ou escritórios de qualquer espécie, bem como constituir ou participar de outras sociedades, consórcios ou *Joint Venture*, no Brasil ou exterior, mediante a deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 4º - A Companhia terá prazo de duração indeterminado.

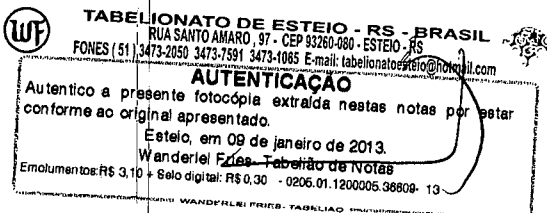
CAPÍTULO II – DO CAPITAL, DAS AÇÕES E DOS ACIONISTAS

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 3.162.458.353,77 (três bilhões, cento e sessenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos), dividido em 2.360.959.993 (dois bilhões, trezentos e sessenta milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e três) ações ordinárias, todas nominativas, de classe única, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, bens e/ou direitos.

§ 1º - As ações da Companhia serão nominativas, devendo ser registradas em livro próprio, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos do artigo 100 da Lei das S.A..

§ 2º - A cada ação ordinária nominativa é atribuído o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Artigo 6º - Os aumentos de capital da Companhia serão realizados mediante subscrição particular e incorporação de reservas, capitalizando-se os recursos através das modalidades admitidas em lei.





Artigo 7º - A integralização decorrente do aumento de capital social obedecerá às normas e condições estabelecidas pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único - A integralização de ações subscritas ou adquiridas na forma deste Estatuto deverá ser realizada na(s) data(s) de pagamento prevista(s) no boletim de subscrição ou, no caso deste ser omissivo, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da subscrição ou aquisição, independentemente de aviso à acionista.

Artigo 8º - A acionista terá direito, em cada exercício, a um dividendo obrigatório, que não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das S.A., e rateado pelas ações em que se dividir o capital social da Companhia, podendo, para efeito do pagamento da remuneração devida à acionista, ser computado o valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único - O pagamento de dividendos ou bonificações em dinheiro aprovado pela Assembleia Geral e a distribuição de ações bonificadas provenientes de aumento do capital social serão efetuados no prazo de 60 (sessenta) dias da data da Assembleia Geral que os aprovou e, em qualquer caso, dentro do mesmo exercício social.

CAPÍTULO III – DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 9º - A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo da Companhia, e uma vez sendo convocada e instalada em conformidade com a lei e com este Estatuto, tem poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social, bem como para tomar as resoluções que julgar conveniente à defesa e ao desenvolvimento da Companhia. Os avisos de convocação conterão além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia. No caso de reforma do Estatuto, o aviso conterá também a indicação da matéria a ser discutida.

§ 1º - A Assembleia Geral reunir-se-á: (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das S.A., e suas alterações posteriores; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais a exigirem ou quando convocada na forma da lei.

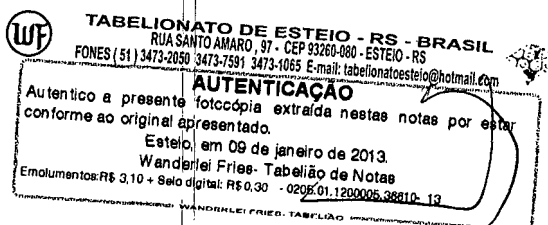
§ 2º - A Assembleia Geral, convocada e instalada de acordo com a lei, terá seus trabalhos dirigidos por um Presidente e um Secretário, ambos designados pela Acionista presente ou por seu representante.

§ 3º - A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á, sempre que os interesses sociais requererem por solicitação do Presidente ou de dois diretores.

§ 4º - Nas Assembleias Gerais Extraordinárias tratar-se-á, exclusivamente, do objeto declarado nos editais de convocação, não se admitindo, de modo algum, a inclusão, na pauta da Assembleia, de assuntos gerais para deliberação.

§ 5º - A ata da Assembleia Geral será lavrada de forma sumária dos fatos ocorridos e conterá a transcrição apenas das deliberações tomadas, observadas as disposições legais.

gm





§ 6º - A acionista poderá fazer-se representar na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, desde que seja administrador da Companhia ou advogado e preencha os requisitos legais, devendo a procuração ser entregue à Diretoria Executiva da Companhia, ou ao Presidente e ao secretário da Assembleia Geral, devidamente revestida das formalidades legais, sendo certo que não se exigirá que tal documento tenha a firma reconhecida em Cartório.

Artigo 10 - Compete à Assembleia Geral Ordinária:

- I - Eleger os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia, quando for o caso;
- II - Tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- III - Determinar a destinação do lucro líquido do exercício, incluindo distribuição de dividendos.

Artigo 11 - Compete à Assembleia Geral Extraordinária:

- I - Reformar o Estatuto Social da Companhia;
- II - Autorizar a emissão de ações ordinárias;
- III - Deliberar sobre a abertura ou fechamento do capital social;
- IV - Deliberar sobre proposta de aumento de capital, fixando o número de ações a serem emitidas, o preço de emissão de cada ação, bem como o seu respectivo prazo e condições de integralização;
- V - Deliberar sobre a avaliação de bens com que a acionista concorrer para a formação do capital social ou para integralização de ações, em caso de aumento de capital;
- VI - Autorizar a permuta de valores mobiliários;
- VII - Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- VIII - Deliberar a respeito da cessação do estado de liquidação da Companhia;
- IX - Autorizar os administradores a confessar falência, ajuizar pedido de processamento de recuperação judicial ou proceder à submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial da Companhia ou de suas afiliadas;
- X - Deliberar sobre a abertura, transferência ou fechamento de filiais, sucursais ou agências de qualquer espécie;



TABELIONATO DE ESTEIO - RS - BRASIL
RUA SANTO AMARO, 97 - CEP 93260-080 - ESTEIO - RS
FONES (51) 3473-2030 3473-7591 3473-1065 E-mail: tabelionatoesteio@hotmail.com

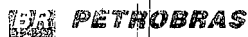
AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente fotocópia extraída nestas notas por estar conforme ao original apresentado.

Esteio, em 09 de janeiro de 2013.

Wanderlei Fries- Tabelião de Notas

Emolumento: R\$ 3,10 + Selo digital: R\$ 0,30 - 0205.01.1200005.38611- 13



XI - Deliberar sobre a constituição ou extinção de outras sociedades, consórcios ou *Joint Venture* ou aquisição de quotas ou ações de sociedades e alienação, bem como a participação em sociedade no Brasil ou exterior;

XII - Renunciar ao direito de subscrição de ações de controladas e coligadas;

XIII - Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Companhia;

XIV - Fixar a remuneração dos administradores e dos membros do conselho fiscal quando em funcionamento;

XV - Escolher e destituir os Auditores Independentes;

XVI - Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definido sua missão, objetivos estratégicos, políticas e diretrizes;

XVII - Aprovar Plano Básico de Organização e suas modificações, bem como a distribuição aos Diretores dos encargos correspondentes às áreas de contato no referido plano;

XVIII - Aprovar o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, os quais deverão ser revistos e aprovados anualmente;

XIX - Aprovar o Plano de Dispendios Globais ("PDG") e o Orçamento Anual de Investimentos ("OAI") da Companhia;

XX - Deliberar sobre a concessão de quaisquer garantias pela sociedade;

XXI - Aprovar a alienação, a qualquer título, de ativos da Companhia, a instituição de ônus ou gravames sobre móveis, em valor superior a R\$ 2.500.000 (Dois milhões e quinhentos mil reais), ou sobre imóveis da Companhia, em qualquer valor.

XXII - Aprovar a aquisição de bens imóveis pela Companhia;

XXIII - Autorizar o ingresso em juízo ou na esfera administrativa pela Companhia, bem como atos de renúncia, transação judicial ou extrajudicial;

XXIV - Aprovar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia;

XXV - Deliberar sobre contratações de bens e serviços não incluídas na competência da Diretoria Executiva, conforme artigo 19, incisos XIV e XV, deste Estatuto Social;

XXVI - Aprovar documento contendo os limites de competência para os atos de gestão dos Administradores da Sociedade;

gm



TABELIONATO DE ESTEIO - RS - BRASIL
RUA SANTO AMARO, 97 - CEP 93260-080 - ESTEIO - RS
FONES (51) 3473-2050 3473-7591 3473-1065 E-mail: tabelionatoesteio@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente fotocópia extraída nestas notas por estar conforme ao original apresentado.

Esteio, em 09 de janeiro de 2013.

Wanderlei Fries- Tabelião de Notas

Emolumento: R\$ 3,10 + Selo digital: R\$ 0,30 - 0206.01.1200006.38612- 13



XXVII - Aprovar Regimento Interno da Diretoria Executiva;

XXVIII - Deliberar sobre as matérias encaminhadas pela Diretoria Executiva;

XXIX - Deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto.

CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 12 - A Companhia será administrada por uma Diretoria Executiva, com as atribuições previstas em lei e neste Estatuto.

Parágrafo Único - Os administradores da Sociedade no exercício de suas atribuições devem observar os deveres e responsabilidades impostos pela Legislação, em especial o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei das S.A..

SEÇÃO I

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 13 - A Diretoria Executiva é o órgão executivo da Companhia, composta de 3 (três) membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo um Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor de Operações com atribuições fixadas pelo Estatuto e pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único - O Presidente e os Diretores terão mandato por prazo de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos por igual período. É assegurado aos administradores o gozo de férias anuais por um período máximo de 30 dias.

Artigo 14 - O Presidente e os Diretores serão investidos no cargo mediante assinatura do termo de posse no "Livro de Atas de Reunião da Diretoria Executiva", e permanecerão em seus respectivos cargos, e no exercício dos poderes que lhe forem atribuídos, até a data de investidura de seus sucessores, a critério da Assembleia Geral.

Artigo 15 - Na ocorrência de vacância, renúncia ou impedimento temporário ou definitivo de qualquer um dos membros da Diretoria Executiva, será imediatamente convocada uma Assembleia Geral Extraordinária para a eleição de seu substituto, que completará o mandato corrente do substituído.

Parágrafo Único - O Presidente e os Diretores não poderão ausentar-se do exercício do cargo, sem comunicado à Diretoria Executiva, podendo este órgão designar substituto nos termos do artigo 19, VIII, deste Estatuto Social.

Artigo 16 - A Diretoria Executiva reunir-se-á: (i) ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, mediante convocação escrita enviada pelo seu Presidente com, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data fixada para a reunião; e (ii) extraordinariamente, a pedido de qualquer membro da Diretoria Executiva, sempre que necessário.





§ 1º - A notificação especificará todos os assuntos a serem discutidos ou votados na reunião, devendo todas as informações relevantes necessárias serem encaminhadas em tempo hábil para todos os membros da Diretoria Executiva.

§ 2º - As reuniões da Diretoria Executiva serão presididas pelo Presidente e secretariadas por quem ele indicar.

§ 3º - A presença de todos os membros constituirá o *quorum* para instalação de todas as reuniões da Diretoria Executiva, salvo estipulação em contrário prevista em lei ou nas seguintes hipóteses: (i) férias; (ii) ausência comunicada à Diretoria Executiva, conforme Parágrafo Único do artigo 15 deste Estatuto Social; ou (iii) na ocorrência de vacância, renúncia ou impedimento temporário ou definitivo de qualquer um dos membros da Diretoria Executiva até que seja empossado o membro substituto aprovado pela Assembleia Geral, conforme artigo 15 deste Estatuto Social.

§ 4º - Os membros da Diretoria Executiva poderão participar de qualquer reunião da Diretoria Executiva por meio de conferência telefônica ou outros meios de comunicação por meio dos quais todas as pessoas participantes da reunião possam ouvir as demais, e tal participação será considerada presença pessoal na referida reunião. Neste caso, os membros da Diretoria Executiva que participaram da reunião por meio de conferência telefônica deverão assinar a respectiva ata e enviá-la à Companhia via fac-símile, comprometendo-se a assinar o original da ata lavrado em livro próprio dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis contados da realização da reunião.

§ 5º - As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria, sempre na busca do consenso, devendo ser lavradas em ata no Livro de Registro de Atas das Reuniões de Diretoria Executiva pelo Secretário Geral da Companhia.

§ 6º - Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões da Diretoria Executiva que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

§ 7º - Terão caráter confidencial, de conhecimento restrito aos membros da Diretoria Executiva e aos participantes da respectiva reunião, toda matéria oferecida à apreciação do Colegiado em caráter reservado e as decisões pertinentes, desde que não produzam efeitos perante terceiros.

Artigo 17 - A Diretoria Executiva é investida de todos os poderes necessários à representação, administração e gestão dos negócios sociais, assim como para a prática de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, com as limitações estabelecidas neste Estatuto e ressalvadas as matérias de competência privativa da Assembleia Geral, segundo disposto neste Estatuto e no artigo 122 da Lei das S.A..

§ 1º - A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, individualmente por seu Presidente ou por dois Diretores em conjunto, podendo, quaisquer desses administradores, nomear procuradores ou representantes.



TABELIONATO DE ESTEIO - RS - BRASIL

RUA SANTO AMARO, 97 - CEP 93260-080 - ESTEIO - RS
FONES (51) 3473-2050 3473-7581 3473-1065 E-mail: tabelionatoesteio@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente fotocópia extraída destas notas por estar conforme original apresentado.

Esteio, em 09 de janeiro de 2013.

Wanderlei Fries- Tabelião de Notas

Emolumentos R\$ 3,10 + Selo digital: R\$ 0,30 - 0205.01.1200008.36819- 13

WANDERLEI FRIES- TABELIAO

226

PETROBRAS

§ 2º - As procurações outorgadas pela Companhia deverão: (i) conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano; e (ii) conter a específica menção dos atos que o procurador poderá praticar em nome da Companhia.

§ 3º - O prazo previsto, na procuração mencionada no Parágrafo 2º, não se aplica às procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos.

Artigo 18 - Os membros da Diretoria Executiva responderão, nos termos do artigo 158 da Lei das S.A., individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a Companhia.

§ 1º - A Companhia assegurará a defesa em processos judiciais e administrativos aos seus administradores, presentes e passados, além de manter contrato de seguro permanente em favor desses administradores, para resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, cobrindo todo o prazo de exercício dos respectivos mandatos.

Artigo 19 - A Diretoria Executiva será responsável, além das atribuições relacionadas abaixo, por aquelas estabelecidas por lei, pelo Estatuto Social e as conferidas pela Assembleia Geral para a prática dos atos necessários para o funcionamento regular da Companhia, notadamente:

I - Administrar e gerir os negócios da Companhia;

II - Zelar pela observância da lei e do Estatuto Social, bem como fazer cumprir as deliberações tomadas pela Assembleia Geral;

III - Aprovar a criação, extinção e transformação de normas administrativas, técnicas, financeiras, contábeis, entre outras, necessárias para a operação da Companhia;

IV - Coordenar, supervisionar e conduzir as atividades da Companhia em negociações estratégicas com terceiros no tocante a matérias de importância crítica em relação aos seus negócios ou designar membro da Diretoria Executiva para exercer tais tarefas;

V - Acompanhar e avaliar os negócios da Companhia e das sociedades controladas, coligadas e/ou consórcios de que participe, com base nas estatísticas, relatórios e demonstrações que lhe forem submetidos;

VI - Deliberar sobre a instalação e o fechamento de depósitos, centros de distribuição, escritórios, seções e representações;

VII - Conduzir as negociações em qualquer controvérsia ou disputa envolvendo a Companhia e terceiros ou designar membro da Diretoria Executiva para exercer tais tarefas;



TABELIONATO DE ESTEIO - RS - BRASIL
RUA SANTO AMARO, 97 - CEP 93260-080 - ESTEIO - RS
FONES (51) 3473-2050 3473-7591 3473-1065 E-mail: tabelionatoesteio@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente fotocópia extraída nestas notas por estar conforme ao original apresentado.

Esteio, em 09 de janeiro de 2013.

Wanderlei Fries- Tabelião de Notas

Emolumentos: R\$ 3,10 + Selo digital: R\$ 0,30 - 0206.01.1200005.36620- 13



VIII - Designar, facultativamente, substituto do Presidente e Diretores no caso de férias, viagens ou impedimentos ocasionais;

IX - Designar os procuradores para representar a Companhia;

X - Designar os representantes da Companhia nas Assembleias Gerais das controladas, das coligadas e de outras sociedades;

XI - Aprovar a designação de empregados para o exercício de cargos e funções gerenciais, administrativas e técnicas da Companhia;

XII - A alienação de bens móveis do ativo permanente no valor de até R\$ 2.500.000 (Dois milhões e quinhentos mil reais);

XIII - Autorizar a contestação da Sociedade em demanda judicial ou extrajudicial, para evitar perecimento de qualquer direito da Sociedade;

XIV - Deliberar e aprovar a contratação de bens e serviços de qualquer natureza até o limite de R\$ 16.000.000 (dezesesseis milhões de Reais);

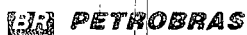
XV - Deliberar e aprovar a contratação de recursos logísticos expressos no objeto social acima do valor de R\$ 16.000.000 (dezesesseis milhões de Reais), desde que a acionista já tenha aprovado a sua participação no mesmo instrumento contratual;

XVI - Criar grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como mecanismo de gestão no intuito de apoiar a Diretoria Executiva;

XVII - Elaborar e submeter à Assembléia Geral:

- a) Relatório da Administração, contas da Diretoria Executiva e demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como da proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- b) Proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, sempre que for compatível com a situação financeira e de caixa da Companhia;
- c) Proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades;
- d) Orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, os quais deverão ser revistos e aprovados anualmente;
- e) Plano de Dispendios Globais ("PDG") e Orçamento Anual de Investimentos ("OAI") da Companhia;
- f) Estimativas da receita, dotações gerais da despesa e previsão de investimentos da Companhia, em cada exercício, efetuando, após aprovadas, o respectivo controle;
- g) Distribuição de competências e de atribuições entre os membros da Diretoria Executiva previstas no Plano Básico de Organização;





- h) Alterações na estrutura organizacional da Companhia (funções gerenciais subordinadas diretamente ao Presidente ou aos Diretores);
- i) Manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral, bem como propor ao referido órgão o exame de qualquer questão da competência da Assembleia Geral.

SEÇÃO II

DO PRESIDENTE E DIRETORES

Artigo 20 – Compete ao Presidente:

- I - Convocar e presidir as atividades e os trabalhos da Diretoria Executiva;
- II - Dar conhecimento à acionista das atividades da Companhia mediante encaminhamento das atas de Diretoria Executiva e do relatório mensal de gestão;
- III - Submeter à Assembleia Geral programa anual de atividades da Companhia e suas respectivas revisões;
- IV - Acompanhar e supervisionar, através da coordenação da ação dos Diretores, as atividades de todos os órgãos da Companhia;
- V - Exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral ou pela Diretoria Executiva;
- VI - Convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A..

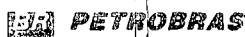
Artigo 21 – Qualquer Diretor, agindo isoladamente, terá poderes para executar os seguintes atos:

- I - Administrar e supervisionar as atividades da Diretoria e unidades sob sua responsabilidade;
- II - Endosso de cheques para depósito nas contas da sociedade;
- III - Receber citações e intimações e;
- IV - Exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral ou pela Diretoria Executiva.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL

gfr





Artigo 22 - O Conselho Fiscal não terá função permanente e, quando em funcionamento, será composto de 3 (três) membros eleitos pela Assembleia Geral e será instalado por essa Assembleia, na forma da lei.

CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL,

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

Artigo 23 - O exercício social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras previstas em lei e de acordo com os princípios da contabilidade geralmente aceitos.

Artigo 24 - Ao término de cada exercício social, a Diretoria Executiva elaborará as demonstrações financeiras com observância dos preceitos legais pertinentes, que compreenderão a proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

Artigo 25 - Do resultado do exercício, serão deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para imposto de renda e a contribuição social.

Artigo 26 - Após a absorção de eventuais prejuízos acumulados e deduzida a provisão para pagamento do imposto de renda, do resultado de cada exercício social serão apartadas verbas que, observados os limites e condições exigidos por lei, terão, pela ordem, a seguinte destinação: do lucro líquido do exercício, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, a qual não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

Artigo 27 - Do saldo do lucro líquido após as deduções previstas no artigo anterior, a Companhia distribuirá, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo obrigatório, em cada exercício social.

Artigo 28 - A Assembleia Geral determinará a destinação do saldo restante do lucro líquido do exercício, se houver.

Artigo 29 - Os dividendos atribuídos à acionista serão pagos nos prazos da lei e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, reverterão em favor da Companhia, na forma da lei, sendo convertidos em reserva de capital.

Artigo 30 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.



PETROBRAS

§ 1º - Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado.

§ 2º - Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos poderão ser pagos a título de juros sobre o capital próprio.

§ 3º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 31 - Na hipótese de qualquer disposição deste Estatuto Social ser considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as leis em vigor no presente ou no futuro durante a sua vigência, tal disposição será considerada independente das demais; este Estatuto Social será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável nunca o tivesse integrado; e as disposições remanescentes deste Estatuto Social permanecerão em pleno vigor e eficazes e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável, ou pela independência da mesma com relação a este instrumento. Além disso, no lugar de tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável, será adicionada, na medida do possível, como parte integrante deste Instrumento, uma disposição legal, válida e executável, tão semelhante quanto possível em seus termos àquela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

E, assina a acionista o presente instrumento em 08 (oito) vias originais de igual teor e forma, e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Canoas, 01 de novembro de 2012

Wanderlei Fries
Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS
Acionista

Tatiana Paiva de Faria
Testemunha
Nome: Tatiana A. P. de Faria de Faria
CPF/MF: 055.1000.54-00

Marcus Vinícius de Albuquerque Botelho
Testemunha
Nome: Marcus Vinícius de Albuquerque Botelho
CPF/MF: 084.414.487-73

Wanderlei Fries
Rubrica do Advogado
OAB/RJ Nº: 14.440



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA DE RECURSOS

Συν 04/01/2007

Des. Armando José Abreu Lima da Costa

Porto Alegre, 04 de Janeiro de 2007.

Exmo. Primeiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado:

Ao cumprimentá-lo, comunico a decisão do Ministério Público no sentido de não mais intervir, como *Custos legis*, nos juízos de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, conforme estudo anexo.

Solicito, portanto, que não sejam mais enviados, a este Órgão Ministerial, processos para esta finalidade.

Atenciosamente,

ANA MARIA SCHINESTSEK

Procuradora de Justiça,

Coordenadora da Procuradoria de Recursos.

Exmo.

Primeiro Vice-Presidente do TJRS

Dr. ARMINIO JOSÉ ABREU DA LIMA ROSA

E/M



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO / TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONCLUSÃO

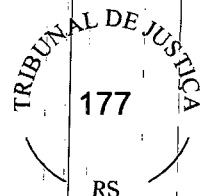
FAÇO os presentes autos conclusos ao
Exmo. Sr. Des. Vice-Presidente do
Egrégio Tribunal de Justiça.
Porto Alegre, 23.04-2013.


Serviço de Processamento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

732



GS

Nº 70053935755
2013/CÍVEL

RECURSO ESPECIAL

PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

Nº 70053935755
(Nº CNJ: 0118202-72.2013.8.21.7000)

COMARCA DE CANOAS

MUNICIPIO DE CANOAS

RECORRENTE

ALBERTO PASQUALINI REFAP S A

RECORRIDO

Vistos.

I. O MUNICÍPIO DE CANOAS interpôs **recurso especial** contra o v. acórdão prolatado pela Vigésima Segunda Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 183):

APELAÇÃO. DIREITO TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA. ISS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. AUTO DE LANÇAMENTO. AUSÊNCIA DE NULIDADE FORMAL. FATO GERADOR. INOCORRÊNCIA. AJUSTE CONTÁBIL EM BOLETIM DE MEDIÇÃO. DESCONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

Conquanto possível o lançamento do valor devido pelo contribuinte por meio de arbitramento, nos termos do art. 148 do CTN, e ainda que prescindível a emissão de nota fiscal para fins de constituição do crédito tributário, não há fato gerador a ampará-lo, porque o valor considerado pelo fisco não corresponde à prestação de serviço, mas a simples ajuste contábil.

RECURSO PROVIDO.

Com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea 'a', da CF/88, o recorrente alegou afronta ao artigo 142 do Código Tributário Nacional, ao argumento de que *"não é necessário haver nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança, ou mesmo pagamento, para apurar-se valor que*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



GS
Nº 70053935755
2013/CÍVEL

sirva de base para calcular o imposto (ISS) devido, pois, uma vez prestado o serviço e registrado o valor do serviço o ISS deve ser pago”.

Com as contrarrazões, vieram os autos a esta Vice-Presidência para exame de admissibilidade.

É o relatório.

II. Não prospera o recurso.

De fato, vale transcrever a fundamentação da v. decisão hostilizada, que fez precisa e minuciosa análise da controvérsia, assentando o entendimento de que o Fisco deveria realizar a cobrança utilizando-se da técnica do arbitramento, concluiu que, conquanto inexistente irregularidade formal no auto de lançamento, não há fato gerador a ampará-lo, porque o valor considerado pelo fisco não corresponde à prestação de serviço, mas a simples ajuste de natureza contábil, devendo ser desconstituído o crédito tributário, restando, dessa forma, demonstrada a improcedência da tese sustentada pelo recorrente, *in verbis* (fls. 184v-186):

“Primeiramente, tenho que inexistir irregularidade formal no auto de lançamento do ISS. Conforme salientado pelo juízo de origem, o documento (fls. 48-9) identifica o contribuinte, aponta a causa da autuação, o número do auto de infração e os valores neles lançados, sendo despidiêda a descrição pormenorizada de toda a atividade fiscal. Basta, portanto, que o devedor tenha conhecimento das razões da autuação, do fato gerador e da base de cálculo.

Já a capitulação legal do fato gerador vem expressa no anexo do auto infracional, que faz alusão ao item 7.02 da Lei Municipal nº 4.818/03 e alterações, assim definido: *serviço de engenharia, suprimento, c&m, eletromecânica, testes, condicionamento, assist. pré-operação e a partida e operação assistida da UGH* (cópia à fl. 51).

De outra banda, no tocante à nota fiscal, a sua emissão é prescindível para fins de constituição do crédito tributário. Exemplo disso é a situação em que a obrigação pela retenção do imposto é atribuída ao contratante dos serviços (tomador) no caso de o



GS

Nº 70053935755
2013/CÍVEL

contribuinte (prestador dos serviços) não emitir a nota fiscal de serviços ou documento equivalente.

Não se podendo olvidar, outrossim, nos termos da normatização supra aduzida, que a responsabilidade do substituto quanto ao recolhimento do imposto independe do pagamento dos serviços.

Ou, ainda, na hipótese de tributo não declarado, em que há omissão do contribuinte no cumprimento de sua obrigação tributária, possível ao fisco realizar a cobrança por arbitramento.

O art. 148 do CTN prevê a possibilidade de arbitramento do valor do serviço, base de cálculo do tributo, em caso de omissão do contribuinte em declarar o imposto, assim dispondo:

Art. 148. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Nesse sentido, colaciono precedentes desta Corte:

APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO Nº 70029482684, VIGÉSIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: REJANE MARIA DIAS DE CASTRO BINS, JULGADO EM 20/05/2009.

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. DIREITO CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ISS. OPERAÇÕES DE LEASING. ARRENDAMENTO MERCANTIL. Entendimento sumulado do STJ, majoritário entre as Câmaras especializadas na matéria neste Tribunal de Justiça, no sentido de que há, no arrendamento mercantil (leasing), uma prestação de serviço; configurando fato gerador do ISS. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. Em que pese a literalidade da alínea a do art. 12 do Decreto-Lei nº 406/68, na redação anterior à Lei Complementar nº 116/03, a jurisprudência assentou-se no sentido de que o Município onde é prestado o serviço é o competente para exigir o ISS, por força da sistemática constitucional, que adota o critério da territorialidade para fixação da competência em matéria tributária. Jurisprudência do STJ. BASE DE CÁLCULO. Não dispondo o Fisco dos contratos por ter a arrendadora funcionado em estabelecimento clandestino, mostra-se correta a utilização da técnica do arbitramento. Tendo em conta a presunção de legitimidade dos atos da Administração Pública, só podem os valores obtidos ser

cct

Número Verificador: 700539357552013770693

3



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



GS
Nº 70053935755
2013/CÍVEL

impugnados mediante prova técnica e não apenas mediante alegações. MULTA FISCAL. Diante do seu caráter sancionatório, como obrigação acessória do crédito tributário, deve respeitar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. APELAÇÃO PROVIDA. REEXAME NECESSÁRIO PREJUDICADO. DEMANDA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. (grifei)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 70023856933, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS. RELATOR: ARNO WERLANG, JULGADO EM 11/03/2009.

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING). DECADÊNCIA. LC 56/87 E LC 116/03. INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO. ARBITRAMENTO DA BASE DE CÁLCULO. ARTIGO 148, DO CTN. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA. FATO GERADOR. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. IMPLEMENTAÇÃO DO CONTRATO. 1) A decadência, no caso de ISS não informado, nem recolhido, tem base legal no art. 173, inc. I, do CTN. 2) O arrendamento mercantil (leasing) não se confunde com a locação de bens móveis (locação pura), cuja incidência do ISS foi declarada inconstitucional pelo STF. A legislação, numa interpretação histórica (Leis Complementares 56/87 e 116/03), diferencia os dois institutos. 3) A base de cálculo do ISS no arrendamento mercantil corresponde ao valor total da contratação. 4) **No caso de omissão da arrendadora no fornecimento de documentos e havendo impugnação, porém, sem prova de abusividade dos valores arbitrados para o lançamento, prevalece o arbitramento.** 5) Compete ao município, no qual ocorre o fato gerador, ou seja, o local da prestação do serviço, onde o contrato é efetivamente realizado, cobrar o ISS. Precedentes do STJ e deste Tribunal de Justiça. RECURSO DO MUNICÍPIO DESPROVIDO À UNANIMIDADE. RECURSO DA DAIMLERCHRYSLER CD LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A E BANCO DAIMLERCHRYSLER S/A DESPROVIDO, POR MAIORIA. (grifei)

Desse modo, afigura-se possível o arbitramento da base de cálculo com base no valor referente ao boletim de medição dos serviços contratados, uma vez que o ente público não possuía outros meios para proceder ao lançamento que não por tal técnica.

Por outro lado, sustenta a empresa autora que o montante alvo de discussão não se trata de faturamento, mas de simples ajuste contábil relativo à medição de serviços prestados no mês. Consigna que o Boletim de Medição é o documento por meio do qual se apura o andamento da execução do contrato, indicando o valor a ser pago referente ao mês objeto da medição (item 6.2 do contrato à fl. 68v.), e, a partir dele, é emitido o documento para a cobrança.

No ponto, tenho que assiste razão à recorrente.



GS

Nº 70053935755

2013/CÍVEL

A tese sustentada pela apelante de que houve o recolhimento da exação sobre o valor efetivamente pago ao fornecedor, após um ajuste contábil relativo à medição dos serviços prestados naquele mês, conforme nota fiscal de fatura de serviços à fl. 59, encontra respaldo nos documentos que instruem o feito.

Com efeito, levando-se em consideração os lançamentos constantes do documento denominado de "Razão Analítico de Fornecedores da REFAP" (cópias às fl. 60-1), possível identificar a existência de 03 lançamentos com relação ao BM 077921, dois realizados na data de 01.10.2003 e, o outro, na data de 30.10.2003.

Ainda, que a diferença dos dois primeiros (R\$ 1.134.560,14 – R\$ 141.075,53) resulta exatamente o valor do terceiro (de R\$ 993.484,61), que corresponde ao numerário efetivamente desembolsado e objeto da nota fiscal sobre o qual houve o recolhimento de ISS.

Destarte, conquanto inexistente irregularidade formal no auto de lançamento, não há fato gerador a ampará-lo, porque o valor considerado pelo fisco não corresponde à prestação de serviço, mas a simples ajuste de natureza contábil, devendo, assim, ser desconstituído o crédito tributário." [grifos no original]

Como se vê, o acórdão recorrido contém carga construtiva fundada nos elementos informativos do feito, terreno que pretende o insurgente revisitar, o que, todavia, é inviável em sede de recurso especial, a teor do enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Nessas circunstâncias, inviável o prosseguimento do recurso.

III. Ante o exposto, **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso.

Intimem-se.

DES. GUINThER SPODE,
1º VICE-PRESIDENTE.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



GS
Nº 70053935755
2013/CÍVEL



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:

Signatário: GUINTHER SPODE

Nº de Série do certificado: 5047751214BDB2611EEE2D0F505D61BF

Data e hora da assinatura: 15/05/2013 17:31:09

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço
<http://www.tjrs.jus.br/verificadocs/> e digite o seguinte número verificador:
700539357552013770693



237

70053935755

R E C E B I M E N T O

Recebi estes autos neste Serviço,
Porto Alegre, 16 de maio de 2013.

SERVIÇO DE PROCESSAMENTO

C E R T I D ã O

CERTIFICO, para ciência das partes interessadas, que em 17/05/2013 foi disponibilizada no Diário da Justiça eletrônico nº 5080 a Nota de Expediente nº 2741/2013, considerando-se como data da publicação o primeiro dia útil que se seguir, de conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, com a seguinte decisão:

70053935755 (CNJ:
118202-72.2013.8.21.7000) - DIREITO
TRIBUTARIO - 5.VARA CIVEL - CANOAS (8/
10900249917) - MUNICIPIO DE CANOAS
(ADV(S) ALEXANDRE BALESTRIN BUJES,
PATRICIA DE SOUZA LEANDRO), RECORRENTE;
ALBERTO PASQUALINI REFAP S A (ADV(S)
CANDICE VANESSA FATTORI DE ALMEIDA),
RECORRIDO(A).
NEGADO SEGUIMENTO AO(S) RECURSO(S).

Porto Alegre, 17 de maio de 2013.

SERVIÇO DE PROCESSAMENTO

C E R T I D ã O

CERTIFICO que a(s) Parte(s) recorrente(s)
interpôs(useram) Agravo(s) de Instrumento ao despacho que negou
seguimento ao(s) recurso(s).
Porto Alegre, de de 2013.

SERVIÇO DE PROCESSAMENTO

C E R T I D ã O

CERTIFICO que decorreu o prazo legal sem que o recorrente,
, interpusesse Agravo de
Instrumento ao despacho que negou seguimento ao recurso
Porto Alegre, de de 2013.

SERVIÇO DE PROCESSAMENTO

C E R T I D ã O

Certifico que transitou em julgado a decisão que negou seguimento
ao(s) Recurso(s), remetendo estes autos
à Vara de Origem.
Porto Alegre, de de 2013.

SERVIÇO DE PROCESSAMENTO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO / TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUNTADA

Junto a estes autos a(s) petição(ões) que adiante segue(m).

PORTO ALEGRE, 06 / 06 / 2013.


Serviço de Processamento



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS
POCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

236

**Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador Presidente do Tribunal de
Justiça do Rio Grande do Sul**

Recurso Especial n.70053935755

O MUNICÍPIO DE CANOAS, já qualificado, por seu procurador signatário, *ut* instrumento de mandato incluso, que recebe intimações na Rua Cândido Machado, 362, 5º andar, sala 503, Centro, Canoas, vem, respeitosamente, nos autos do Recurso Especial de número em epígrafe, à presença de Vossa Excelência, não se conformando com a decisão que negou seguimento ao seu Recurso Especial, interpor

AGRAVO NOS PRÓPRIOS AUTOS

requerendo seja reconsiderada a decisão agravada para admitir o Recurso Especial e determinar o seu seguimento, e, caso mantida a decisão, seja recebido, determinando o seu processamento nos termos da legislação pertinente, culminando com a sua remessa ao Superior Tribunal Justiça, onde espera o recorrente seja conhecido e provido.

Espera deferimento

Canoas, 27 de maio de 2013.

Misael Alberto Cossio Orihuela
OAB-RS nº 38.360

PROTOCOLADO EM 02/07/2013 ÀS 17:24 HORAS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS
POCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

234

EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RAZÕES DE AGRAVO

Recurso Especial n. 70053935755
Agravante: Município de Canoas
Agravado: Alberto Pasqualini S/A

DA DECISÃO AGRAVADA

A decisão agravada negou seguimento ao recurso especial do Município ora agravante por entender que o Município, ora agravante, estaria buscando “revisitar o terreno dos elementos informativos do acórdão recorrido”. Isso, no entanto, não é o que aconteceu.

A ora agravante em nenhum momento pretende examinar a prova dos autos, mas apontar a violação do acórdão recorrido ao artigo 142 do Código Tributário Nacional, que reza:

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Por esse dispositivo, não é necessário haver nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança, ou mesmo pagamento, para apurar-se valor que sirva de base para calcular o imposto (ISS) devido, pois, uma vez prestado o serviço e registrado o valor do serviço o ISS deve ser pago.

Baseado nesse artigo, a fiscalização do Município arbitrou (lançou o crédito devido por arbitramento) o crédito devido pela ora recorrida, pois constatou no mencionado BM - Boletim de Medição o fato gerador, ou seja, o serviço realizado e medido, em relação ao qual o imposto de ISS não fora retido nem recolhido pela ora recorrida no âmbito da

238



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS
POCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

substituição tributária. Desse modo, o auto de infração em tela foi devidamente lavrado, em conformidade com a legislação, mais precisamente, com o art. 142 do CTN.

O próprio acórdão recorrido reconhece que a emissão de nota fiscal é prescindível para fins de constituição do crédito tributário, e reconhece também que o arbitramento é modo legal de realizar o lançamento. É justamente isso o que o Município levou em consideração para realizar o lançamento via arbitramento tomando como base o Boletim de Medição dos serviços realizados pela ora recorrida.

Ora, sem serviços para serem medidos, não existem os Boletins de Medição, pois é porque existem os serviços realizados que eles são medidos. Os Boletins de Medição contêm, pois, os serviços (fato gerador) que são medidos. Sendo assim, o valor do crédito devido pode ser perfeitamente arbitrado, sem precisar de notas fiscais. Foi o que a fiscalização do Município fez.

Dessa forma, ao argumentar que o Boletim de Medição é apenas um “ajuste contábil”, o acórdão recorrido contrariou-se a si mesmo e, sobretudo, contrariou o art. 142 do CTN, que fundamenta o procedimento de lançamento realizado pela fiscalização do Município.

Vale citar a súmula 7 do STJ. Ela diz: “*A pretensão de simples exame de prova não enseja recurso especial*”.

Perceba-se que essa Súmula não nega que se possa fazer alusão ou referência à “prova”. O que nega é o “simples exame de prova”. Fazer referências a “elementos informativos”, então, não significa que se esteja pretendendo “simples exame de prova”.

É verdade que o Município, para realizar argumentações formais contra as argumentações formais do acórdão recorrido e da decisão que lhe negou seguimento ao seu recursos especial, fez alusão a “elementos informativos”. Isso, no entanto, não significa que esteja pretendendo o “simples exame de prova”. De todo o que o Município arrazoou acima e no seu recurso especial não se conclui que esteja pretendendo “simples exame de prova”.

O que o Município pretende é, analisando a argumentação formal do acórdão recorrido, que os julgadores superiores percebam a contradição do acórdão recorrido contra si mesmo e contra a lei, e não o simples exame de provas, mesmo que tenha feito referência a “elementos informativos”.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS
POCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Assim, em nenhum momento o Município pretende “simples exame de prova”, mas evidenciar argumentos formais contraditórios do acórdão recorrido, argumentos contraditórios consigo mesmo e contra a lei, no caso, o art. 142 do CTN.

Diante do exposto, requer o ora agravante o reexame da decisão agravada, sendo este agravo conhecido e, ao final, seja-lhe dado provimento.

Nestes termos espera deferimento.

Canoas, 27 de maio de 2013.


Misael Alberto Cossio Orihuela
OAB-RS nº 38.360

DE PROCURAÇÕES

1º TABELIONATO DE NOTAS DE CANOAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TRASLADO

PROCURAÇÃO BASTANTE que faz **MUNICÍPIO DE CANOAS**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob número 88.577.416/0001-18, com sede nesta cidade e endereço na rua XV de Janeiro nº 11, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Jairo Jorge da Silva**, brasileiro, divorciado, jornalista, portador da carteira de identidade número 1019427846, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob número 402.494.250-68, residente e domiciliado nesta cidade. SAIBAM todos quantos este público instrumento de mandato virem que, aos dezesseis (16) dias do mês de janeiro do ano dois mil e treze (2013), nesta cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, onde chamado, compareci na sede da outorgante supra, onde encontrei-me com seu representante, já qualificado, identificado por mim, Tabelião Substituto, através dos documentos de identidade apresentados, e de cuja capacidade jurídica para o ato dou fé. Então, pelo representante da outorgante foi dito que nomeia e constitui seus bastante procuradores para agirem em conjunto ou separadamente, **ADRIANA DEL CUETO CORNELIUS**, advogada, inscrita na OAB/RS sob número 31.220, **ALEXANDRA BIANCA BLUM COELHO**, advogada, inscrita na OAB/RS sob número 65.090, **ALEXANDRE BALESTRIN BUJES**, advogado, inscrito na OAB/RS sob número 52.259, **CRISTINA SANTOS TIETBOHL**, advogada, inscrita na OAB/RS sob número 46.966, **ÉLBIO LUCENA PEREIRA**, advogado, inscrito na OAB/RS sob número 29.306, **FRANCISCO DE PAULA FIGUEIREDO**, advogado, inscrito na OAB/RS sob número 17.674, **IONARA LEMOS DE SIQUEIRA**, advogada, inscrita na OAB/RS sob número 65.159, **MÁRCIA APARECIDA PAIM ADAMI**, advogada, inscrita na OAB/RS sob número 7.216, **MATUSALÉM FELIPE MORALES**, advogado, inscrito na OAB - RS sob número 47785, **MISAEAL ALBERTO COSSIO ORIHUELA**, advogado, inscrito na OAB/RS sob número 38.360, **PATRICIA LEANDRO SANTOS**, advogada, inscrita na OAB/RS sob número 60.498, **REGINA MURADÁS SILVEIRA**, advogada, inscrita na OAB/RS sob número 26.384, **ROBSON CARVALHO RODRIGUES**, advogado, inscrito na OAB/RS sob número 79.297; e **EGBERT SCHEID MALLMANN**, advogado, inscrito na OAB - RS sob número 76.277.

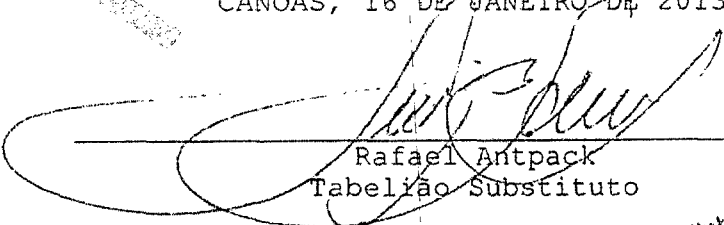
A140150553

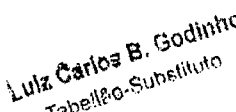
1001-21934-2

e PAULO PERETTI TORELLY, brasileiro, advogado, inscrito na OAB - RS sob número 26.208, residentes e domiciliados nesta cidade, para o fim especial de representá-lo em qualquer juízo, instância, tribunal ou fora deles, bem como perante quaisquer Órgãos ou Repartições Públicas, conferindo-lhes os poderes para o Fôro em Geral, cláusula "ad judicium et extra", mais os poderes especiais de transigir, desistir, insistir, acordar, discordar, interpor recursos, variar de ação, receber e dar quitação, assinar recibos, firmar compromissos, inclusive substabelecer; praticar, enfim, todos os atos necessários e em direito permitidos para o bom e fiel desempenho do presente mandato. Disse ainda o representante do outorgante, que revoga a procuração lavrada nestas notas no Livro 907, folhas 199 de 14/09/2012, ficando a partir desta data, sem nenhum efeito e vigor. ASSIM o disse e me pediu este instrumento que lhe li, achou conforme, aceitou, ratificou e assinou. Eu, RAFAEL ANTPACK, Tabelião Substituto, a fiz lavrar, dou fé e assino. Emolumentos: R\$ 50,30 + R\$ 1,00 = R\$ 51,30 (0099.04.1100012.04522 = R\$ 0,70; 0099.01.1200012.96408 = R\$ 0,30).. Certifico que o ato está assinado pelas partes e pelo servidor na forma acima mencionada. NADA MAIS CONSTAVA. Traslada nesta data.

EM TESTEMUNHO _____ DA VERDADE

CANOAS, 16 DE JANEIRO DE 2013


Rafael Antpack
Tabelião Substituto


Luiz Carlos B. Godinho
Tabelião Substituto



DEPARTAMENTO PROCESSUAL - SEÇÃO CÍVEL

TERMO DE RECEBIMENTO E INDIVIDUALIZAÇÃO

Na data infra, estes autos foram recebidos, registrados e a seguir distribuídos por processamento eletrônico, na forma das normas regimentais e do demonstrativo abaixo discriminado:

Processo : 70054994629 70054994629
Matéria : CÍVEL CNJ: 224089-45.2013.8.21.7000
Classe : AGRAVO EM REC. ESP\EXTR
Subclasse: DIREITO TRIBUTARIO
Ass.Princ: DIREITO TRIBUTARIO/IMPOSTOS
Origem : 70053935755
==> INTERVENÇÃO DO MP

DADOS DO PRIMEIRO GRAU

Processo : 10900249917
Comarca : CANOAS - 5.VARA CIVEL
Classe : PROCESSO DE CONHECIM
Juiz : Dr(a) MARISE MOREIRA BORTOWSKI
Folha Sentença: 147 Data Sentença: 05/07/2011
Propositura : Valor da ação: 11.702,00
Volume(s): 1 Folha(s): 0 Apenso(s): 0 Guia Preparo: 0

PARTES

AGRAVANTE

MUNICIPIO DE CANOAS

ADV(S). ALEXANDRE BALESTRIN BUJES(RS52259)
PATRICIA DE SOUZA LEANDRO(RS60498)

AGRAVADO(A)

ALBERTO PASQUALINI REFAP S A

ADV(S). CANDICE VANESSA FATTORI DE ALMEIDA(RS53974)

DISTRIBUIÇÃO

1.VICE PRESIDENCIA - DIREITO PUBLICO
Relator: Exmo PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE
Tipo: VINCULAÇÃO

Data: 06/06/2013

Remessa a 1.VICE PRESIDENCIA - DIREITO PUBLICO

Recebido em / /



Handwritten signature

70054994629

C E R T I D ã O

CERTIFICO, para ciência das partes interessadas, que em 07/06/2013 foi disponibilizada no Diário da Justiça eletrônico nº 5094 a Nota de Expediente nº 3187/2013, considerando-se como data da publicação o primeiro dia útil que se seguir, de conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, com a seguinte decisão:

70054994629 (CNJ:
224089-45.2013.8.21.7000) - DIREITO
TRIBUTARIO - 5.VARA CIVEL - CANOAS (8/
10900249917) - MUNICIPIO DE CANOAS
(ADV(S) ALEXANDRE BALESTRIN BUJES,
PATRICIA DE SOUZA LEANDRO), AGRAVANTE;
ALBERTO PASQUALINI REFAP S A (ADV(S)
CANDICE VANESSA FATTORI DE ALMEIDA),
AGRAVADO(A).
VISTA A(S) PARTE(S) AGRAVADA(S) PARA
RESPONDER(EM) AO(S)
AGRAVO(S), NO PRAZO LEGAL.

Porto Alegre, 7 de junho de 2013.

Handwritten signature

SERVIÇO DE PROCESSAMENTO

C E R T I D ã O

CERTIFICO que decorreu o prazo legal, sem manifestação da(s) parte(s) interessada(s), quanto ao termo de vista supra. Porto Alegre, de de 2013.

SERVIÇO DE PROCESSAMENTO

J U N T A D A

Junto a estes autos a(s) petição(ões) que adiante segue(m):
Porto Alegre, 03 de 07 de 2013.

Handwritten signature

SERVIÇO DE PROCESSAMENTO

FORMULÁRIO PARA PROTOCOLO DE PETIÇÃO DE PROCESSO EM ANDAMENTO/ARQUIVADO NO TJ-RS

Processo Cível

Número:

70054994629

AGRAVO EM REC. ESPIEXTR

DIREITO TRIBUTARIO

Segredo de Justiça:

Não

Órgão Julgador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA - 1.VICE PRESIDENCIA - DIREITO PUBLICO

Relator: PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE

Data da distribuição: 06/06/2013 Nota de Expediente: 3187/2013

Partes:

Nome: ALBERTO PASQUALINI REFAP S A (AGRAVADO(A))

Advogado: CANDICE VANESSA FATTORI DE ALMEIDA

Nome: MUNICIPIO DE CANOAS (AGRAVANTE)

Advogado: ALEXANDRE BALESTRIN BUJES

Últimas Movimentações:

06/06/2013 ATO PUBLICADO NE 3187/2013 EM 10/06/13 DJ ELETRÃ"NICO 5094-26-14 B

06/06/2013 DISPONIBILIZADO NO DJ ELETRONICO 5094 EM 07/06/13

Incidentes:

ito a inclusão da petição em anexo nos autos do processo indicado neste protocolo.

Porto Alegre, 18 de junho de 2013.

ATENÇÃO:

ESTE FORMULÁRIO, EM NENHUMA HIPÓTESE, EXCLUI A NECESSIDADE DA PETIÇÃO.

QUANDO SE TRATAR DE PETIÇÃO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À JUNTADA DE SUBSTABELECIMENTO O PROTOCOLO DEVERÁ SER EFETUADO DIRETAMENTE NA SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR EM QUE TRAMITA O PROCESSO, EXCETUANDO-SE OS QUE SE ENCONTRAREM NO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO, CUJO PROTOCOLO, ASSIM COMO DAS DE MAIS PETIÇÕES, PERMANECERÁ SENDO REALIZADO POR MEIO DO SERVIÇO DE PROTOCOLO DO DEPARTAMENTO PROCESSUAL.

BR PETROBRAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

Proc. N.: **70054994629**

Agravo nos Próprios Autos (art. 544, CPC)

Origem: 70053935755 (RESP)

Agravante: MUNICÍPIO DE CANOAS

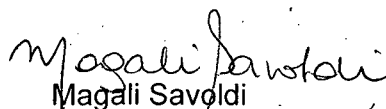
Agravada: PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A
(antiga denominação social: ALBERTO PASQUALINI REFAP S A)

PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A,
já qualificada nos autos, vem a Vossa Excelência, por meio de sua
procuradora, *in fine* firmada, apresentar **CONTRARRAZÕES** EM
AGRAVO NOS PRÓPRIOS AUTOS e REQUERER sua juntada e
processamento, nos termos legais.

Nos termos,

Pede e espera deferimento.

Porto Alegre, 18 de junho de 2013.


Magali Savoldi
OAB/RS 78.331

PROTOCOLO
0049675515

PROTÓCOLO TERS-05 18-06-2013 15:43 00496755 1/1

EGREGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**CONTRARRAZÕES A AGRAVO NOS PRÓPRIOS AUTOS****I - BREVE SÍNTESE**

1. O Município de Canoas, em seu recurso, insiste nos argumentos de ofensa ao disposto no art. 142, CTN. Discorre a possibilidade de lançamento tributário sem notas fiscais. E pugna pela reforma da decisão prolatada pelo TJRS.

II - DOS FATOS

2. Ocorre, todavia, que a decisão prolatada pelo TJRS expressamente consignou a ausência de fato gerador. Veja-se a ementa da decisão atacada pelo Município de Canoas:

APELAÇÃO. DIREITO TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA. ISS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. AUTO DE LANÇAMENTO. AUSÊNCIA DE NULIDADE FORMAL. FATO GERADOR. INOCORRÊNCIA. AJUSTE CONTÁBIL EM BOLETIM DE MEDIÇÃO. DESCONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. Conquanto possível o lançamento do valor devido pelo contribuinte por meio de arbitramento, nos termos do art. 148 do CTN, e ainda que prescindível a emissão de nota fiscal para fins de constituição do crédito tributário, não há fato gerador a ampará-lo, porque o valor considerado pelo fisco não corresponde à prestação de serviço, mas a simples ajuste contábil.

RECURSO PROVIDO. (grifei)

3. A decisão se sustenta nos fatos.
4. O Município de Canoas insiste em argumentar sobre a possibilidade de lançamento tributário sem nota fiscal. Mas esse ponto não está em discussão. Pode, sim, haver lançamento sem nota fiscal. Vedado está o lançamento sem fato gerador, conforme constatou o Tribunal Regional.
5. Por meio de seu agravo, busca o município uma decisão de terceira instância a respeito de aspecto fático, não passível de reapreciação em sede de Recurso Especial:

TRIBUTÁRIO - CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - PROVA DO PARCELAMENTO - VERIFICAÇÃO - REEXAME DE ASPECTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS DA DEMANDA - SÚMULA 7 DO STJ.

[...]

2. Se a instância de origem fundamentadamente afastou da certidão de dívida ativa a presunção relativa de certeza e de liquidez que lhe revestia, por considerar que o documento produzido unilateralmente pela parte exequente não seria apto a, por si só, comprovar o fato alegado, o fez mediante o exercício da livre convicção motivada das instâncias ordinárias de jurisdição, órgãos aos quais compete apreciar as provas contidas nos autos de forma soberana.

3. Em atenção ao entendimento firmado na Súmula 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), é inviável o recurso especial que demanda a reapreciação de elementos fático-probatórios da demanda.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 110.714/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/05/2013, DJe 29/05/2013) (Grifei)

6. É essa a questão.
7. Trata-se, assim, de recurso que não atacou especificamente os fundamentos da decisão agravada. Por isso, deve ser NEGADO SEGUIMENTO ao presente recurso, o que desde já se REQUER.

III - DECISÃO CORRETA

8. Caso, todavia, seja entendido caber seguimento ao agravo ora desafiado – o que se duvida –, deve lhe ser **NEGADO PROVIMENTO**. Isso porque correta a decisão do Ilustre Desembargador que negou seguimento ao Recurso Especial. Concluiu ele:

[...]

Como se vê, o acórdão recorrido contém carga construtiva fundada nos elementos informativos do feito; terreno que pretende o insurgente revisitar, o que, todavia, é inviável em sede de recurso especial, a teor do enunciado da Súmula n. 7/STJ. [...].

9. Dessa forma, por inviável reapreciação dos fatos em terceira instância, conforme a Súmula 7 desse Tribunal, deve ser **NEGADO PROVIMENTO** ao agravo, o que desde já se REQUER.

IV - JURISPRUDÊNCIA

10. Ainda, caso seja entendido caber seguimento ao agravo ora desafiado, deve ele ser IMPROVIDO. Isso porque há sólida e farta jurisprudência dessa Corte apontando para a improcedência da tese do agravante.

11. O TJRS decidiu que não pode haver lançamento tributário sem fato gerador. Ou, em linguagem distinta, não há obrigação tributária sem a ocorrência do critério material da regra-matriz de incidência tributária. É uma apreciação fática. E fatos decididos pelo tribunal de segundo grau não podem ser objeto de reexame na estreita via especial. Veja-se:

*[...] NÃO INCIDÊNCIA DO TRIBUTO, NO CASO CONCRETO, AFIRMADA PELA CORTE DE ORIGEM LASTREADA NA PROVA DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
[...]*

4. O Tribunal a quo concluiu que não são tributáveis as atividades atuadas, porquanto se configuram meros assessorios do serviço a ser efetivamente considerado para fins de tributação. A alteração dessas conclusões, na forma pretendida, demandaria necessariamente a incursão no acervo fático-probatório dos autos. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

[...]

(AgRg no AREsp 95.241/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/05/2013, DJe 04/06/2013) (grifei)

12. No mesmo sentido:

[...]

5. É que o reexame do contexto fático-probatório deduzido nos autos é vedado às Cortes Superiores posto não atuarem como terceira instância revisora ou tribunal de apelação reiterada, a teor do verbete da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

[...]

(REsp 840.111/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/06/2009, DJe 01/07/2009) (Grifei)

13. Dessa forma, por inviabilidade de reapreciação de prova, conforme Jurisprudência e Súmula dessa Corte, deve ser NEGADO PROVIMENTO ao agravo, o que desde já se REQUER.

V - PEDIDO

14. *Ipsa facto*, REQUER-SE:

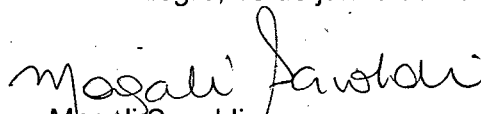
- (a) o NÃO CONHECIMENTO do agravo do Município de Canoas, eis que não atacou especificamente os fundamentos da decisão agravada (ausência de fato gerador);

- (b) a **NEGATIVA DE PROVIMENTO** ao agravo do Município de Canoas, eis que correta a decisão do Ilustre Desembargador que negou seguimento ao Recurso Especial com base na Jurisprudência e na Súmula 7 dessa Corte;
- (c) a **NEGATIVA DE PROVIMENTO** ao agravo do Município de Canoas, eis que em confronto com Súmula e Jurisprudência dominantes no Superior Tribunal de Justiça.

Nos termos,

Pede e espera deferimento.

Porto Alegre, 18 de junho de 2013.


Magali Savoldi
OAB/RS 78.331



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO / TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REMESSA

FAÇO a remessa destes autos ao ☒ STJ () STF.

Porto alegre, 02/07/2013.

Serviço de  processamento

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

**Registrado sob o Nº único 2240894-52.0138.2.17.000
(70054994629)**

CERTIDÃO DE CARIMBO LEGÍVEL

Certifico que o carimbo de protocolo apostado à página eletrônica 206 encontra-se legível nos autos físicos, dele constando a seguinte data: 20/07/2011.

Porto Alegre, 08 de janeiro de 2014.

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

(*) Documento assinado eletronicamente
por (003242)/Fábio Canarim Dotto nos termos
do Art.1º §2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

**Registrado sob o Nº único 2240894-52.0138.2.17.000
(70054994629)**

CERTIDÃO DE CARIMBO LEGÍVEL

Certifico que o carimbo de protocolo apostado à página eletrônica 267 encontra-se legível nos autos físicos, dele constando a seguinte data: 19/04/2013.

Porto Alegre, 08 de janeiro de 2014.

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

(*) Documento assinado eletronicamente
por (003242)/Fábio Canarim Dotto nos termos
do Art.1º §2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

**Registrado sob o Nº único 2240894-52.0138.2.17.000
(70054994629)**

CERTIDÃO DE VALIDAÇÃO DE PEÇAS INDEXADAS

Certifico que as peças eletrônicas indexadas correspondem aos respectivos originais constantes dos autos físicos, adquirindo suas páginas nova numeração eletrônica. Foram validadas as seguintes peças constantes do índice:

- Petição inicial	fls. 1 à 16
- Sentença	fls. 200 à 203
- Petição de Apelação	fls. 206 à 222
- Acórdão/Decisão Monocrática	fls. 240 à 251
- Certidão de publicação do Acórdão/Decisão Monocrática	fls. 252 à 252
- Petição de Recurso Especial	fls. 256 à 259
- Petição de contrarrazões do Recurso Especial	fls. 267 à 275
- Procuração do recorrido	fls. 276 à 277
- Substabelecimento do advogado do recorrido	fls. 280 à 281
- Decisão de Admissibilidade do Recurso Especial	fls. 304 à 309
- Certidão de publicação da Decisão de Admissibilidade do Recurso Especial	fls. 310 à 310
- Petição de Agravo em Recurso Especial	fls. 312 à 315
- Procuração do recorrente	fls. 316 à 317
- Contraminuta do Agravo em Recurso Especial	fls. 321 à 326

Porto Alegre, 08 de janeiro de 2014.

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

(*) Documento assinado eletronicamente
por (003242)/Fábio Canarim Dotto nos termos
do Art.1º §2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006

Superior Tribunal de Justiça

AREsp (201400018835)

CERTIDÃO

Certifico que o processo de número 70054994629 do
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL foi protocolado sob o número 2014/0001883-5.

Brasília, 9 de janeiro de 2014

**COORDENADORIA DE REGISTRO DE PROCESSOS
RECURSAIS**

*Assinado por CLARA SANTOS RODRIGUES
em 09 de janeiro de 2014 às 11:57:54

Superior Tribunal de Justiça

Termo de Recebimento e Autuação

Recebidos os presentes autos, foram registrados e autuados no dia 13/01/2014 na forma abaixo:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 458972 (2014/0001883-5)

Origem : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Localidade : PORTO ALEGRE / RS

Nº. na Origem : 01182027220138217 70054994629 70053935755 00810900249917
 04949824820118217 49498248201182170 810900249917
 70045621885
 11820272201382170 10900249917
 118202722013821700

Nºs. Conexos: :

Nº de Folhas : 331 Nº. de Volumes: 1 Nº de Apensos: 0

AGRAVANTE MUNICÍPIO DE CANOAS

ADVOGADO MISAEL ALBERTO COSSIO ORIHUELA E OUTRO(S)

AGRAVADO PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A

ADVOGADO MAGALI SAVOLDI E OUTRO(S)

DEN. ANT. ALBERTO PASQUALINI REFAP S/A

CERTIDÃO

Certifico que, no Cadastro de Feitos deste Tribunal, foi verificada a existência de processos relacionados ao **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 458972 (2014/0001883-5)**

Processos com UF e Partes comuns:

3 Processo(s).

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 285130 (2013/0011234-6)

Origem : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Localidade : PORTO ALEGRE / RS

AGRAVANTE PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A INCORPORADOR DO

— ALBERTO PASQUALINI - REFAP S/A

ADVOGADO IGOR VASCONCELOS SALDANHA E OUTRO(S)

AGRAVADO MUNICÍPIO DE CANOAS

ADVOGADO MISAEL ALBERTO COSSIO ORIHUELA

Nº. na Origem : 70048533210 811000029846 70042956797 70046600961
 22847322201182170 54603886201282170 70052394392

Assunto: DIREITO TRIBUTÁRIO - Impostos - ISS / Imposto sobre Serviços

Distribuição em 16/05/2013

Ministro Relator : ARNALDO ESTEVES LIMA PRIMEIRA TURMA

Ministro Relator para Acórdão :

Ministro Revisor :



*Superior Tribunal de Justiça***AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 458972 (2014/0001883-5)****Fase Atual**

06/08/2013 Conclusão ao(à) Ministro(a) Relator(a)

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 329181 (2013/0112696-0)

Origem : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Localidade : PORTO ALEGRE / RS

AGRAVANTE MUNICÍPIO DE CANOAS

ADVOGADOS CAROLINA VASCONCELLOS PEDROSO

PATRÍCIA DE SOUZA LEANDRO E OUTRO(S)

AGRAVADO PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A

ADVOGADOS RAFAEL DE MATOS GOMES DA SILVA

VANESSA APARECIDA MENDES BAESSE E OUTRO(S)

INTERES. ALBERTO PASQUALINI - REFAP S/A

ADVOGADO MARINA KORBES

Nº. na Origem : 70051284024

008/1.09.0024764-7

70046329272

70041294919

70049246523

23124351201282170

10900247647

24764105200982100

Assunto: DIREITO TRIBUTÁRIO - Impostos - ISS / Imposto sobre Serviços

Distribuição em 28/05/2013

Ministro Relator : MAURO CAMPBELL MARQUES SEGUNDA TURMA

Ministro Relator para Acórdão :

Ministro Revisor :

Fase Atual

20/09/2013

Processo baixado eletronicamente à(o) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL com envio das peças geradas neste Tribunal

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 452203 (2013/0412187-7NU: 0392731-78.2013.8.21.7000)

Origem : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Localidade : PORTO ALEGRE / RS

AGRAVANTE EDISON ALVES PORTELA JÚNIOR

ADVOGADO MAURÍCIO ROSADO XAVIER E OUTRO(S)

AGRAVADO PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A

ADVOGADOS WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO E OUTRO(S)

BRUNO VINCIGUERRA TSCHIEDEL

Nº. na Origem : 03927317820138217

70056681042

70041755091

00810800185259

01852513320088210

18525133200882100

10800185259

810800185259

23903182201382170 36913128201382170

Assunto: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Concurso Público / Edital

Distribuição em 17/12/2013

Ministro Relator : HUMBERTO MARTINS SEGUNDA TURMA

Ministro Relator para Acórdão :

Ministro Revisor :

Fase Atual

17/12/2013

Conclusão ao(à) Ministro(a) Relator(a) - pela SJD



*Superior Tribunal de Justiça***AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 458972 (2014/0001883-5)****Quantidade de Outros Processos com a Parte:**

MUNICÍPIO DE CANOAS	384
Outras partes com o mesmo nome	
MUNICÍPIO DE CANOAS	3
PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A	3

Quantidade de Outros Processos com o Número de Origem:

01182027220138217000	0
70054994629	0
70053935755	0
00810900249917	0
70045621885	0
04949824820118217000	0
4949824820118217000	0
810900249917	0
1182027220138217000	0
1182027220138217000	0
10900249917	0

Brasília-DF, 20 de janeiro de 2014.

COORDENADORIA DE CLASSIFICAÇÃO DE PROCESSOS RECURSAIS

INSPECIONADO: ☐ Nome da Parte ☐ Ocorrência

MAT.



20/01/2014 18:04:22

Fl. 3

Superior Tribunal de Justiça

Fls.

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 458972 / RS (2014/0001883-5)

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO E ENCAMINHAMENTO

Distribuição

Em 20/01/2014 o presente feito foi classificado no assunto DIREITO TRIBUTÁRIO - Dívida Ativa e distribuído ao Exmo. Sr. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA.

Impedidos o(s) Exmo(s). Sr(s). Ministros:
ARI PARGENDLER

Encaminhamento

Aos 20 de janeiro de 2014 , vão
estes autos com conclusão ao Ministro Relator.

Coordenadoria de Classificação de Processos Recursais

Recebido no Gabinete do Ministro HERMAN BENJAMIN em
_____/_____/20____.

*Superior Tribunal de Justiça***AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 458.972 - RS (2014/0001883-5)**

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE CANOAS
ADVOGADO : MISAEL ALBERTO COSSIO ORIHUELA E OUTRO(S)
AGRAVADO : PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E
PRODUÇÃO S/A
ADVOGADO : MAGALI SAVOLDI E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de decisão que inadmitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF) interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul cuja ementa é a seguinte:

APELAÇÃO. DIREITO TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA. ISS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. AUTO DE LANÇAMENTO. AUSÊNCIA DE NULIDADE FORMAL. FATO GERADOR. INOCORRÊNCIA. AJUSTE CONTÁBIL EM BOLETIM DE MEDIÇÃO. DESCONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

Conquanto possível o lançamento do valor devido pelo contribuinte por meio de arbitramento, nos termos do art. 148 do CTN, e ainda que prescindível a emissão de nota fiscal para fins de constituição do crédito tributário, não há fato gerador a ampará-lo, porque o valor considerado pelo fisco não corresponde à prestação de serviço, mas a simples ajuste contábil.

RECURSO PROVIDO.

O agravante, nas razões do Recurso Especial, sustenta que ocorreu violação do art. 142 do CTN. Alega que "não é necessário haver nota fiscal, fatura recibo ou documento de cobrança, ou mesmo pagamento, para apurar-se valor que sirva de base para calcular o imposto (ISS) devido, pois, uma vez prestado o serviço e registrado o valor do ISS deve ser pago" (fl. 258, e-STJ).

Contraminuta apresentada às fls. 321 - 326, e-STJ.

Houve juízo de admissibilidade negativo na instância de origem, o que deu ensejo à interposição do presente Agravo.

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 20.1.2014.

In casu, assim consignou o Tribunal *a quo*:

Almeja a parte autora a declaração de nulidade do lançamento realizado por intermédio do auto de infração nº 37/2008, no qual o fisco municipal autuou a REFAP S/A porque supostamente teria deixado de recolher ISS, como substituta tributária, sobre boletim de medição referente à empresa Skanska Brasil Ltda., relativamente aos serviços de implantação de duas

HB118

AREsp 458972

C5262856/4834@
2014/0001883-5

C0040530@
Documento

Página 1 de 1

Superior Tribunal de Justiça

unidades recuperadoras de enxofre, infringindo, assim, o disposto no artigo 3º da LM nº 4.584/200.

Segundo aduzido, além de inexistir qualquer indicação no auto de infração sobre qual serviço prestado estaria consubstanciado no fato gerador da exação, está-se diante de simples ajuste contábil relativo à medição de serviços prestados no mês, baseando-se a autuação municipal em documento interno, que não indica, obrigatoriamente, se houve o pagamento, mas apenas o andamento da execução do contrato e a medição, tanto que sequer houve a emissão de nota fiscal, o que o torna insubsistente.

Primeiramente, tenho que inexistir irregularidade formal no auto de lançamento do ISS. Conforme salientado pelo juízo de origem, o documento (fls. 48-9) identifica o contribuinte, aponta a causa da autuação, o número do auto de infração e os valores neles lançados, sendo despidianda a descrição pormenorizada de toda a atividade fiscal. Basta, portanto, que o devedor tenha conhecimento das razões da autuação, do fato gerador e da base de cálculo.

Já a capitulação legal do fato gerador vem expressa no anexo do auto infracional, que faz alusão ao item 7.02 da Lei Municipal nº 4.818/03 e alterações, assim definido: *serviço de engenharia, suprimento, c&m, eletromecânica, testes, condicionamento, assist. pré-operação e a partida e operação assistida da UGH* (cópia à fl. 51).

De outra banda, no tocante à nota fiscal, a sua emissão é prescindível para fins de constituição do crédito tributário. Exemplo disso é a situação em que a obrigação pela retenção do imposto é atribuída ao contratante dos serviços (tomador) no caso de o contribuinte (prestador dos serviços) não emitir a nota fiscal de serviços ou documento equivalente.

Não se podendo olvidar, outrossim, nos termos da normatização supra aduzida, que a responsabilidade do substituto quanto ao recolhimento do imposto independe do pagamento dos serviços.

Ou, ainda, na hipótese de tributo não declarado, em que há omissão do contribuinte no cumprimento de sua obrigação tributária, possível ao fisco realizar a cobrança por arbitramento.

O art. 148 do CTN prevê a possibilidade de arbitramento do valor do serviço, base de cálculo do tributo, em caso de omissão do contribuinte em declarar o imposto, assim dispondo:

Art. 148. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Nesse sentido, colaciono precedentes desta Corte:

(...)

Desse modo, afigura-se possível o arbitramento da base de

Superior Tribunal de Justiça

cálculo com base no valor referente ao boletim de medição dos serviços contratados, uma vez que o ente público não possuía outros meios para proceder ao lançamento que não por tal técnica.

Por outro lado, sustenta a empresa autora que o montante alvo de discussão não se trata de faturamento, mas de simples ajuste contábil relativo à medição de serviços prestados no mês. Consigna que o Boletim de Medição é o documento por meio do qual se apura o andamento da execução do contrato, indicando o valor a ser pago referente ao mês objeto da medição (item 6.2 do contrato à fl. 68v.), e, a partir dele, é emitido o documento para a cobrança.

No ponto, tenho que assiste razão à recorrente.

A tese sustentada pela apelante de que houve o recolhimento da exação sobre o valor efetivamente pago ao fornecedor, após um ajuste contábil relativo à medição dos serviços prestados naquele mês, conforme nota fiscal de fatura de serviços à fl. 59, encontra respaldo nos documentos que instruem o feito.

Com efeito, levando-se em consideração os lançamentos constantes do documento denominado de “Razão Analítico de Fornecedores da REFAP” (cópias às fl. 60-1), possível identificar a existência de 03 lançamentos com relação ao BM 077921, dois realizados na data de 01.10.2003 e, o outro, na data de 30.10.2003.

Ainda, que a diferença dos dois primeiros (R\$ 1.134.560,14 – R\$ 141.075,53) resulta exatamente o valor do terceiro (de R\$ 993.484,61), que corresponde ao numerário efetivamente desembolsado e objeto da nota fiscal sobre o qual houve o recolhimento de ISS.

Destarte, conquanto inexistente irregularidade formal no auto de lançamento, não há fato gerador a ampará-lo, porque o valor considerado pelo fisco não corresponde à prestação de serviço, mas a simples ajuste de natureza contábil, devendo, assim, ser desconstituído o crédito tributário.

O Tribunal local, com base no acervo probatório dos autos, concluiu que "conquanto inexistente irregularidade formal no auto de lançamento, não há fato gerador a ampará-lo, porque o valor considerado pelo fisco não corresponde à prestação de serviço, mas a simples ajuste de natureza contábil, devendo, assim, ser desconstituído o crédito tributário" (fl. 250, e-STJ). Percebe-se que conclusão diversa da alcançada pelo julgado exige o reexame das provas e dos fatos, o que, a rigor, é vedado pela Súmula 7/STJ.

Diante do exposto, nego provimento ao Agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2014.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

HB118

AREsp 458972

C5242357/4034@
2014/0001883-5

C0040350@
Documento

Página 3 de 1

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 458972/RS

PUBLICAÇÃO

Certifico que foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico/STJ em 12/02/2014 a r. decisão de fls. 336 e considerada publicada na data abaixo mencionada, nos termos do artigo 4º, § 3º, da Lei 11.419/2006.
Brasília, 13 de fevereiro de 2014.

COORDENADORIA DA SEGUNDA TURMA

*Assinado por EDIVANI FERREIRA DE SOUZA
em 13 de fevereiro de 2014 às 09:50:33

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 458972/RS

Fls. _____

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao Mandado de Intimação nº. **000118-2014-CORD2T - Decisão/Vista**, o(a) **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** foi intimado(a) da publicação do dia 13/02/2014, com ciência, conforme Mandado arquivado nesta Coordenadoria em 05/03/2014.

Brasília-DF, 5 de março de 2014.

COORDENADORIA DA SEGUNDA TURMA

*Assinado por SANDRA REGINA DUARTE DE OLIVEIRA
em 05 de março de 2014 às 16:53:17

Superior Tribunal de Justiça



AREsp 458.972/RS

JUNTADA

Junto aos presentes autos a petição nº 46112/2014 -
AGRAVO REGIMENTAL .

Brasília, 13 de março de 2014.

STJ - COORDENADORIA DA SEGUNDA TURMA

*Assinado por FERNANDA PEREIRA DE ARAÚJO
RODRIGUES

em 13 de março de 2014 às 14:06:03

**Excelentíssimo Senhor Doutor Ministro Herman Benjamin Relator no
Agravado em Recurso Especial nº 458.972 do Superior Tribunal de Justiça**

MUNICÍPIO DE CANOAS, já qualificado, por seu procurador signatário, que recebe intimações na rua Cândido Machado 362, 5º andar, sala 503, Centro – Canoas, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, inconformado com a respeitável decisão monocrática proferida nos autos do processo, número em epígrafe, interposto contra **PETROBRÁS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A**, que negou provimento ao Agravado, com fundamento no art. 545 do do Código Processual Civil, bem como nos artigos 258 e 259 do RISTJ, interpor **AGRAVO INTERNO (REGIMENTAL)**, pelos fundamentos jurídicos expendidos nas razões de agravo a seguir.

Da decisão agravada internamente

Diz a decisão monocrática:

O Tribunal local, com base no acervo probatório dos autos, concluiu que "conquanto inexistente irregularidade formal no auto de lançamento, não há fato gerador a ampará-lo, porque o valor considerado pelo fisco não corresponde à prestação de serviço, mas a simples ajuste de natureza contábil, devendo, assim, ser desconstituído o crédito tributário" (fl. 250, e-STJ). Percebe-se que conclusão diversa da alcançada pelo julgado exige o reexame das provas e dos fatos, o que, a rigor, é vedado pela Súmula 7/STJ.

Diante do exposto, **nego provimento ao Agravado**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2014.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator

Com a devida vênia, deve ser modificada essa decisão monocrática.

A decisão monocrática agravada negou provimento a este Agravado por entender que incidiria a Súmula n. 7 do STJ, concluindo que conclusão diversa ao que chegou o julgado pelo Tribunal local exigiria o reexame das provas e dos fatos, o que também estaria vedado pela Súmula referida.

Com o devido acatamento e respeito, essa conclusão não tem sólido fundamento jurídico.

Vejam os que dispõe a Súmula 7 do STJ:

Súmula 7 - “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

Da leitura analítica dessa Súmula, temos que o que não está permitido por essa Súmula é o “simples” reexame de prova, e não o raciocínio lógico jurídico comparativo que pode ser realizado, sem o “simples” reexame de provas.

Trata-se, então, de comparar o que diz a lei com relação à decisão do Tribunal local, isto é, trata-se de análise e raciocínio de direito, não simples reexame de prova e dos fatos, ainda que os fatos possam estar presentes como fundo circunstancial desse raciocínio.

Desse modo, entende o Município, ora agravante, que para a solução da lide basta fazer um exercício mental, um raciocínio jurídico comparativo, pois trata-se de questão de direito, que pode ser decidido apenas considerando o conjunto legal aplicado ao caso. Isso vai além de um simples reexame de provas.

Diante de todo o exposto, requer o ora agravante:

a) conhecido o presente, seja modificada, em juízo de reconsideração, a decisão monocrática;

b) em não havendo juízo de reconsideração, seja levado à mesa o presente recurso, onde, apreciado este agravo pela Colenda Turma competente, deve ser processado, conhecido e, finalmente, provido o Recurso Especial.

Nestes termos, espera deferimento.

Canoas, 21 de fevereiro de 2014.

Misael Alberto Cossio Orihuela
OAB/RS 38.360

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 458.972/RS



CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos para julgamento ao Exmo.
Senhor Ministro **HERMAN BENJAMIN**.
Brasília, 13 de março de 2014.

STJ - COORDENADORIA DA SEGUNDA TURMA
*Assinado por FERNANDA PEREIRA DE ARAÚJO
RODRIGUES, Técnico Judiciário,
em 13 de março de 2014

(em 1 vol. e 0 apenso(s))

* Assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º § 2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006

Superior Tribunal de Justiça



AREsp 458.972/RS

JUNTADA

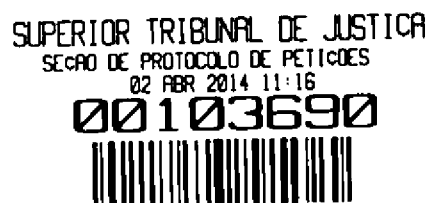
Junto aos presentes autos a petição nº 103690/2014 -
IMPUGNAÇÃO .

Brasília, 02 de abril de 2014.

STJ - COORDENADORIA DA SEGUNDA TURMA

*Assinado por LUCIANA NEVES MERGENER
em 02 de abril de 2014 às 17:52:08

EXMO. SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN - Relator do AREsp nº 458972/RS - 2ª TURMA DO EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA



REF.: AREsp nº 458972/RS

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE CANOAS

AGRAVADA: PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A

PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A, já qualificada nos autos, por seus advogados ao final assinados, conforme instrumento público de procuração e substabelecimento de fls. e-STJ 276-281, vem, em respeito à ampla defesa e ao contraditório, perante Vossa Excelência, apresentar:

CONTRARRAZÕES AO AGRAVO REGIMENTAL

Com base nos argumentos a seguir expostos.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 01 de abril de 2014.


VANESSA Aparecida Mendes BAESSE
OAB/DF 32.576

IGOR Vasconcelos SALDANHA
OAB/DF 20.191

**NOBRE RELATOR,
COLEDA TURMA.**

1. DOS FATOS

Trata-se de recurso especial com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição da República, no qual é apontada violação ao artigo 142 do Código Tributário Nacional.

Quando da análise dos pressupostos de admissibilidade do referido recurso especial, o nobre Desembargador Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul entendeu que *"como se vê, o acórdão recorrido contém carga construtiva fundada nos elementos informativos do feito, terreno que pretende o insurgente revisar"*. Desta feita, decidiu por negar prosseguimento ao recurso especial, a teor do enunciado da Súmula nº 7/STJ".

Diante da decisão supra, o Município de Canoas aviou o agravo em recurso especial, devidamente contraminado por esta agravada.

Quando da análise do referido agravo em recurso especial, ao decidir sobre o tema, o nobre Ministro Relator entendeu por negar-lhe provimento, também em razão da vedação ao reexame de fatos e provas estabelecido por meio da Súmula nº 07 deste Eg. Superior Tribunal de Justiça, conforme trecho que segue abaixo:

O Tribunal local, com base no acervo probatório dos autos, concluiu que *"conquanto inexistente irregularidade formal no auto de lançamento, não há fato gerador a ampará-lo, porque o valor considerado pelo fisco não corresponde à prestação de serviço, mas a simples ajuste de natureza contábil, devendo, assim, ser desconstituído o crédito tributário"* (fl. 250, e-STJ). Percebe-se que conclusão diversa da alcançada pelo julgado exige o reexame das provas e dos fatos, o que, a rigor, é vedado pela Súmula 7/STJ.

Diante do exposto, nego provimento ao Agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Desta feita, o Município de Canoas houve por bem interpor agravo interno, alegando, em síntese, que não se trata de aplicação da Súmula nº 7 deste Eg. STJ, visto que não é caso de reexame de prova, mas sim de *"raciocínio lógico jurídico comparativo a ser realizado"*. Assevera ainda que *"trata-se, então, de comparar o que diz a lei com relação à decisão do Tribunal local, isto é, trata-se de análise e raciocínio de direito, não simples reexame de prova e dos fatos, ainda que os fatos possam estar presentes como fundo circunstancial desse raciocínio."*



2. DO DIREITO

No entanto, ocorre que a fundamentação esposada no agravo regimental não pode subsistir uma vez que, diferentemente do que alega a agravante, não há como julgar o feito nos termos por ela requerido sem que passe expressamente ao reexame de fatos e provas, o que, por sua vez, é vedado conforme teor da Súmula nº 07 do STJ.

A agravante sustenta que houve ofensa ao art. 142 do Código Tributário Nacional tendo em vista que o tribunal local apesar de reconhecer que a emissão de nota fiscal é prescindível para fins de constituição do crédito tributário bem como que o arbitramento é modo legal de realizar o lançamento, ainda assim entendeu pela desconstituição do crédito tributário.

Ocorre que, como bem salientado tanto na decisão que negou provimento ao agravo em recurso especial quanto na decisão ora agravada, o crédito foi desconstituído não porque se entendeu pela impossibilidade de lançamento por arbitramento ou, ainda, por necessidade de existência de nota fiscal, MAS SIM PELA AUSÊNCIA DE FATO GERADOR, eis que *"o valor considerado pelo fisco não corresponde à prestação de serviço, mas a simples ajuste de natureza contábil"* (fls. 250, e-STJ).

Nesse sentir, não há como averiguar a existência ou não do fato gerador, ou seja, se o valor considerado pelo Fisco corresponde à prestação de serviço ou a um mero ajuste de natureza contábil, sem necessariamente revolver fatos e provas, tal como foi devidamente efetivado pelo TJRS que consignou expressamente que não há fato gerador apto a amparar o lançamento tributário, conforme consta da decisão de fls. e-STJ 244/251.

Desta feita, não restam dúvidas que, para desconstituir a decisão proferida pelo C. TJRS, tal como pretende a agravante, não há outro meio hábil senão o revolvimento de fatos e provas o que, *in casu*, é inviável, nos termos da Súmula nº 07, do STJ, conforme o melhor entendimento jurisprudencial esposado por esse Colendo Tribunal, aplicando a referida Súmula a casos concretos, nos termos das decisões colacionadas a seguir, *in verbis*:

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. O acórdão recorrido afirmou, expressamente, que as notas fiscais que acompanham o mandado de segurança dão conta de que os serviços prestados pelo recorrente abrangeram a elaboração de campanhas publicitárias, e não

apenas a locação de equipamentos para produção de vídeos, como alegado. Infirmar essa premissa fática demanda dilação probatória incompatível com o recurso especial. Incidência da Súmula 7/STJ. 2. Agravo regimental não provido.

(STJ - SEGUNDA TURMA DJe 22/08/2013 - 22/8/2013 AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 1338862 CE 2012/0122590-4 - Ministro CASTRO MEIRA).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRETENSÃO RECURSAL QUE DEMANDA O REVOLVIMENTO DA MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. É inviável o recurso especial quando a análise da alegada violação a dispositivo de lei federal ou dissídio jurisprudencial demandar o revolvimento da matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 7/STJ. 2. Agravo regimental não provido.

(STJ - QUARTA TURMA DJe 28/10/2013 - 28/10/2013 AgRg no AREsp 1 SE - Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO).

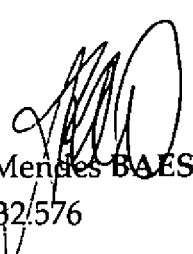
Desta feita, conforme supra fundamentado, espera esta agravada ter demonstrado que a decisão agravada não merece qualquer reparo, eis que restou prejudicada a análise do recurso interposto, haja vista que o r. acórdão do Tribunal local é fundado em conclusões fático-probatórias sobre a inexistência de fato gerador, sendo que, não há como se investigar essa assertiva sem ofensa ao óbice da Súmula 7/STJ.

3. CONCLUSÃO

Em face do exposto, requer a agravada o desprovemento do agravo regimental, para que seja mantida integralmente a r. decisão monocrática proferida pelo E. Ministro Relator.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 01 de abril de 2014.


VANESSA Aparecida Mendes BAESSE
OAB/DF 32.576

IGOR Vasconcelos SALDANHA
OAB/DF 20.191

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 458.972/RS



CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos para julgamento ao Exmo. Senhor Ministro **HERMAN BENJAMIN** (Relator).
Brasília, 02 de abril de 2014.

STJ - COORDENADORIA DA SEGUNDA TURMA
*Assinado por LUCIANA NEVES MERGENER, Chefe,
em 02 de abril de 2014

(em 1 vol. e 0 apenso(s))

* Assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º § 2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 458972/RS

Fls. _____

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao Mandado de Intimação nº. **000601-2014-CORD2T - Pauta**, o(a) **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** foi intimado(a) da publicação do dia 02/04/2014, com ciência, conforme Mandado arquivado nesta Coordenadoria em 08/04/2014.

Brasília-DF, 8 de abril de 2014.

COORDENADORIA DA SEGUNDA TURMA

*Assinado por EVANILSON PIRES DE OLIVEIRA
em 08 de abril de 2014 às 06:31:33